Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

CLÁUDIO JOÃO BARRETO DOS SANTOS

GEONÍMIA DO BRASIL: A PADRONIZAÇÃO DOS NOMES GEOGRÁFICOS NUM ESTUDO DE CASO DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO

Orientador: Prof. Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes

Rio de Janeiro
2008

GEONÍMIA DO BRASIL: A PADRONIZAÇÃO DOS NOMES GEOGRÁFICOS NUM ESTUDO DE CASO DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

Cláudio João Barreto dos Santos

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS EM GEOGRAFIA.

Aprovada por:

Prof. Dr. _____ - Orientador
Paulo Márcio Leal de Menezes D. Sc.
Dep. Geografia/ UFRJ

Profa. Titular _____
Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick – Dr. Sc.
Dep. de Lingüística/DLCV/USP

Profa. Dra. _____
Tomoko Iyda Paganelli – Ph. D.
Dep. Educação/ UFF

Profa. Dra._____
Carla Bernadete Madureira Cruz – Dr. Sc.
Dep. Geografia/ UFRJ

Prof. Dr. _____
Manoel do Couto Fernandes – Dr. Sc.
Dep. Geografia/ UFRJ

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, CLÁUDIO JOÃO BARRETO DOS.

Geonímia do Brasil: A Padronização dos Nomes Geográficos num Estudo de Caso dos Municípios Fluminenses / Cláudio João Barreto dos Santos. – Rio de Janeiro, 2008.

XVIII, 340 p. 29,7 cm (IGEO/ UFRJ, D.Sc., Geografia, 2008)

Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO.

1.Geonímia. 2.Nomes Geográficos. 3.Toponímia. 4.Cartografia Histórica. 5.Geografia - Teses. I. Menezes, Paulo Márcio Leal de. (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia. III. Geonímia do Brasil: A Padronização dos Nomes Geográficos num Estudo de Caso dos Municípios Fluminenses.

“Quando comecei este mapa, tinha certeza do que fazia, agora estou no pólo oposto. Não há como confirmar a existência de continente ou pessoa a não ser em relação a eles próprios. Toda localização geográfica provou-se ilusória. A conclusão lógica é que a verdadeira localização do mundo, com seus países, montanhas, rios e cidades, depende do olhar do observador.” (COWAN, 1999)

O sonho do cartógrafo – Meditações de Fra Mauro na corte de Veneza do século XVI.

À Lucy Guimarães dos Santos

À Allan Guimarães dos Santos

À Maria Auxiliadora B. dos Santos

À Camillo B. dos Santos Neto (*in memorian*)

Agradecimentos

À Infinita Sabedoria, onde toda a impermanência se espelha.

Ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia a Estatística, Instituição da qual me orgulho de pertencer há mais de trinta anos, pela oportunidade, confiança e privilégio a mim concedido, para desenvolver o presente estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, pela aceitação da minha proposta de trabalho.

À querida e inesquecível amiga Kátia Duarte Pereira (*in memorian*), por todo incentivo que me concedeu, para que iniciasse a presente pesquisa.

Ao Prof. Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes, líder, orientador e hoje um grande amigo, pelas conversas, discussões, confiança e toda liberdade que necessitei para a realização desse trabalho.

À Profa. Dra. Carla Bernadete Madureira Cruz e Prof. Dr. Cláudio Antônio Egler, pela prestimosa colaboração que me foi concedida na Qualificação Oral, e participação na Banca Examinadora.

À Profa. Tomoko Iyda Paganelli pelas conversas, disponibilidade e participação na Banca Examinadora.

A Profa. Maria Vicentina do Amaral Dick, pela disponibilidade e gentileza de me conceder momentos de seu precioso tempo na USP, para esclarecimentos sobre a ciência toponomástica e pela participação na Banca Examinadora.

Ao Prof. Dr. Manoel do Couto Fernandes pelas profícuas conversas sobre nomes geográficos e participação na Banca Examinadora.

Às amigas da Coordenação de Cartografia Moema José de Carvalho Augusto, Anna Lúcia Barreto de Freitas e Isabel de Fátima, da Concar, pelo incentivo constante.

Aos queridos mestres Marilourdes Lopes Ferreira, Mauro Pereira de Mello e José Roberto Duque de Novais, pelos ensinamentos que me proporcionaram, durante o nosso profícuo tempo de convívio.

As queridas amigas toponimistas e incentivadoras, Ana Maria Goulart Bustamante e Márcia Mathias.

Às amigas analistas da DI do IBGE Graciosa Rainha Moreira e Teresa Marino, pela colaboração na elaboração do Banco de Nomes Geográficos do Brasil.

Ao amigo Vítor França pela colaboração com o *Arc-View,* Leila Freitas pelas fotografias e informações da coleta da reambulação, ao Bene Alexandre pelo brilhante trabalho de editoração e Vânia Nagen pela fotografia de Jaconé.

A toda a família Geocart, da qual sentirei imensas saudades: Prof. Dr. Manoel do Couto Fernandes, Gustavo, Izaura, Tati, Vanessa, Felipe, Verônica Albuquerque,Verônica Lepore, Tainá, Bruna, Pedro Árias, Diana, Pedro Menesito, Daniel, Cris, Léo, e também toda a galera do Espaço-Geo.

Ao todos aqueles, que de uma forma ou outra, através de conversas, incentivos e discussões, deram a força necessária para que este trabalho chegasse ao término.

Resumo

Resumo da Tese apresentada ao IGEO/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (D.Sc.)

GEONÍMIA DO BRASIL: A PADRONIZAÇÃO DOS NOMES GEOGRÁFICOS NUM ESTUDO DE CASO DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

Cláudio João Barreto Dos Santos

Fevereiro/2008

Orientador: Prof. Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes
Programa: Geografia

O objetivo desta pesquisa, *Geonímia do Brasil: A Padronização dos Nomes Geográficos num Estudo de Caso dos Municípios Fluminenses* encontra-se ancorado no incremento de estudos sobre os aspectos relevantes dos nomes geográficos, ao privilegiar a padronização da geonímia, focada de modo particular, num estudo de caso no recorte territorial da divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro. Com relação aos aspectos mais relevantes relacionados aos nomes geográficos, são abordados os seguintes temas: a evolução desta ciência no mundo; o seu papel como legitimizador do poder sobre o território; o sentimento do povo em relação aos lugares, a topofilia; como marcos históricos através da cartografia; como aspectos culturais dos lugares; seu aspecto econômico evidenciado pelas indicações geográficas. Ao refletir sobre a questão da padronização dos nomes geográficos, se explanará sobre os nomes estrangeiros, e no âmbito da geonímia brasileira, levantar as controvérsias existentes na divisão político-administrativa fluminense, na sua vertente municipal e, de forma secundária, levantar o histórico dos nomes, sua etimologia, motivação e origem étnica. Ao final, apontar possíveis caminhos para dirimir a problemática da padronização da geonímia nacional, como a implantação de uma Comissão de Nomes Geográficos no Brasil, assim como também sinalizar os possíveis desdobramentos futuros, nessa importante área do conhecimento humano.

Abstract

Summary of Thesis showed to IGEO/UFRJ how part to necessaries requirements to acquisition Sciences Doctor Degree (D.Sc)

GEONIMY OF BRAZIL: GEOGRAPHICAL NAMES STANDARDIZATION IN A RESEARCH OF MUNICIPIES OF RIO DE JANEIRO STATE

Cláudio João Barreto dos Santos

February/2008

Adviser: Prof. Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes.
Department: Geography

The objective of this research, *Geonimy at Brazil: The standard of geographical names on the focus on the municipalities of Rio de Janeiro State,* that based in the increase of the studies about outstanding aspects that geonimy, special on the territorial boundary of the State of Rio de Janeiro, since the primordial of the formation of the territorial structure of this portion of the Brazilian territory in the century XVI till the current days. With regard that outstanding aspects of geographical names, this study set the focus at the next meaning themes: the evolution of this science of the world; to play how legitimize the power that the territory; the feeling of the people on relation of the places, the topofily; how historical signs through the cartography; how cultural aspects of the places; the economics aspects sign by geographical indications. To think about the standart of the place names to look to foreign names too, and of the point of view of Brazilian geonimy, to search of the controversies that to exist in the territory of the Rio de Janeiro State meaning at the municipal aspects, and secondary manner, to focus at the deconstruction of the territory of the State of Rio de Janeiro keeps in addendum, the research and analyses of cartographic historical documentation, so it supports the search of all legal structure, that protects its formation. At last, but not least, we want the attention to the importance to the effective working of the National Commission of Names Geographical in Brazil, which will normalize and protect the national geonimy, and finally, also to point the futures tasks of important sector of this human knowledge.

Índice

Agradecimentos..... **vi**
Resumo..... **viii**
Abstract..... **ix**
Índice..... **x**
Lista de Figuras..... **xiv**
Lista de Tabelas..... **xvii**
Lista de Nomenclaturas..... **xviii**

Capítulo 1 – Introdução..... **1**
1.1 – Posicionamento da Pesquisa..... 1
1.2 – Justificativa..... 3
1.3 – Hipótese da Pesquisa..... 5
1.4 – Objetivos..... 6
1.4.1 – Objetivo Principal..... 6
1.4.2 – Objetivos Secundários..... 6
1.5 – Desenvolvimento da Tese..... 6

Capítulo 2 – Fundamentação Teórica..... **9**
2.1 – O Ato da Nominação dos Lugares..... 9
2.2 – Alguns Conceitos: Toponímia, Identidade, Tradição e Padronização..... 13
2.3 – O Conceito de Nome Geográfico..... 20
2.4 – Os Nomes Geográficos Estrangeiros..... 23
2.4.1 – A Transliteração e a Romanização..... 27
2.4.2 – A Transcrição..... 29
2.4.3 – A Tradução..... 31
2.5 – O Conceito da Geonímia..... 34

Capítulo 3 – Aspectos Relevantes dos Nomes Geográficos..... **39**
3.1 – A Evolução da Ciência dos Nomes Geográficos no Mundo..... 41
3.2 – Os Nomes Geográficos na Legitimação do Poder Político..... 45

3.3 – Os Nomes Geográficos e o Sentimento em Relação ao Lugar – Topofilia..... 50
3.4 – Os Nomes Geográficos como Marcos Históricos Através da Cartografia..... 53
3.5 – Os Nomes Geográficos e os Aspectos Culturais dos Lugares..... 58
3.6 – As Primeiras Tentativas de Padronização Legal dos Nomes Geográficos no Brasil - A Lei Geográfica..... 68
3.7 – O Aspecto Econômico dos Nomes Geográficos – A Indicação Geográfica..... 71
3.8 – Reflexões sobre a Linguagem, Grafia e Fonética dos Nomes Geográficos e a Língua Geral do Brasil..... 79
3.9 – A Comissão de Nomes Geográficos no Brasil..... 83

Capítulo 4 – O Processo de Coleta dos Nomes dos Lugares – Reambulação e a Taxeonomia da Motivação Toponímica..... 85
4.1 – Reambulação..... 87
4.2 – O Processo de Coleta da Reambulação..... 90
4.3 – A Taxeonomia da Motivação Toponímica..... 95

Capítulo 5 – A Metodologia da Pesquisa – Os Aspectos Evolutivos dos Nomes Geográficos..... 101
5.1 – Constituição do *Corpus* da Pesquisa..... 101
5.2 – Descrição e Análise do Corpus da Pesquisa..... 104
5.3 – O Nome Geográfico América..... 107
5.4 – O Nome Geográfico Brasil..... 109

Capítulo 6 – A Evolução dos Nomes Geográficos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro..... 115
6.1 – Rio de Janeiro - 1567..... 117
6.2 – Cabo Frio - 1616..... 120
6.3 – Angra dos Reis – 1624..... 123
6.4 – Parati - 1667..... 125
6.5 – São João da Barra - 1667..... 126
6.6 – Campos dos Goytacazes..... 127

6.7 – Os Municípios e Vilas Extintos..... 130
6.7.1 – Vila da Rainha..... 131
6.7.2 – Santo Antônio de Sá..... 131
6.7.3 – Santo José d'El Rei..... 132
6.7.4 – Vila Iguaçu..... 133
6.7.5 – São Francisco de Paula..... 134
6.7.6 – São João Marcos..... 134
6.7.7 – Vila da Estrela..... 135

Capítulo 7 – Análise dos Resultados..... 139
7.1 – Os Cinco Fatores que Influenciaram a Geonímia Fluminense..... 140
7.2 – Algumas Controvérsias na Geonímia Fluminense..... 159
7.2.1 – Paraty ou Parati ?..... 159
7.2.2 – Pati de Alferes ou Paty de Alferes ?..... 162
7.2.3 – O Dilema dos Lexicógrafos..... 162
7.2.4 – A Padronização dos Nomes Estrangeiros..... 165
7.3 – O Papel da Comissão de Nomes Geográficos do Brasil..... 165

Capítulo 8 – Considerações Finais..... 169

Referências Bibliográficas..... 173

Anexos..... 180
Anexo I – Indicação Geográfica Paraty..... 181
Anexo II – Texto da Lei Geográfica..... 184
Anexo III – Decreto Nº 4062, de 21 de Dezembro de 2001..... 189
Anexo IV – Esquema do Modelo Conceitual do BNGB..... 191
Anexo V – Ano de Instalação dos Municípios Fluminenses..... 192
Anexo VI – Evolução da Divisão Administrativa dos Municípios Fluminenses..... 195
Anexo VII – Municípios Fluminenses Extintos..... 216
Anexo VIII – Minuta de Proposta de Decreto-Lei Para Criação da Comissão de Nomes Geográficos do Brasil..... 218

Anexo IX – Municípios Fluminenses – Histórico, Motivação, Origem Étnica, Etimologia, Coordenadas – Continuação..... 233

Lista de Figuras

Figura 2.1 – Antroponímia e Toponímia inseridas na Onomástica..... 13
Figura 2.2 – O sintagma toponímico..... 16

Figura 3.1 – Nomes de lugares parisienses alterados durante a invasão da França pelos alemães, na 2ª guerra mundial..... 47
Figura 3.2 – Trecho de folha de carta topográfica com o traçado do limite entre os municípios de Ventania, Tibagi e Piraí do Sul, no Paraná..... 49
Figura 3.3 – Mapa municipal histórico com o traçado dos limites e identificação dos rios..... 50
Figura 3.4 – A estrutura dialetológica, associada à estrutura geográfico-lingüística..... 54
Figura 3.5 – Traçada da antiga E.F. Maricá (1894-1943) 56
Figura 3.6 – “Maria Fumaça” no trecho em tela..... 56
Figura 3.7 – “Fóssil Lingüístico” registrado em 2007, no muro de uma residência na rua Leito da Estrada de Ferro, na antiga estação Nilo Peçanha na entrada de Jaconé, município de Maricá – RJ..... 57
Figura 3.8 – Placa indicativa de nome geográfico de um rio no município de Marica – RJ..... 61
Figura 3.9 – Mantidos dois nomes geográficos na mesma feição no documento cartográfico..... 62
Figura 3.10 – Página de livro com nome geográfico do município de Boiçucanga, apresentando inconsistência na grafia. 63
Figura 3.11 – Aviso aos navegantes da Marinha do Brasil com nome geográfico do município de Boiçucanga, apresentando inconsistência na grafia..... 64
Figura 3.12 – A localidade de CIKEL no documento cartográfico do IBGE, grafado como CEQUEL..... 65
Figura 3.13 – Na reportagem da Revista ISTO É, o nome aparece grafado como CIKEL, que é o mesmo nome do grupo empresarial motivador da denominação do lugar..... 65

Figura 3.14 – A mesma localidade CIKEL aparece grafado como SICKEL, no arquivo do cadastro de escolas, pertencentes ao Censo Escolar do INEP do Ministério da Educação..... 66
Figura 3.15 – Marca protegida por indicação geográfica, direito disponível aos produtores gaúchos de vinhos. Vale dos Vinhedos..... 78

Figura 4.1 – Trecho de documento cartográfico com uma única locação altimétrica: Pico do Marumbi. Existem outros picos conhecidos no lugar, não denominados..... 89
Figura 4.2 – Nome geográfico com grafia inconsistente, encontrado na fase de coleta da reambulação..... 92
Figura 4.3 – Nome geográfico com grafia inconsistente, encontrado na fase de coleta da reambulação..... 92
Figura 4.4 – Informantes típicos encontrados nas áreas rurais do Brasil..... 93
Figura 4.5 – Arquivos com a tintagem, que incorpora as feições reambuladas em campo, e que constarão do documento cartográfico..... 95

Figura 5.1 – Gráficos dos municípios fluminenses instalados de 1565 a 1810..... 102
Figura 5.2 – Gráficos dos municípios fluminenses instalados de 1820 a 2001..... 103
Figura 5.3 – Legenda para os gráficos das figuras 5.1 e 5.2..... 103
Figura 5.4 – O mapa de Waldseemüller de 1535, onde for grafado pela primeira vez o nome geográfico América..... 108

Figura 6.1 – As capitanias hereditárias brasileiras, dentre elas, São Tomé e São Vicente, originárias do atual estado do Rio de Janeiro..... 115
Figura 6.2 – Uma comparação entre a divisão administrativa fluminense atual, e o traçado entre as capitanias originais..... 116
Figura 6.3 – Mapa de Albernaz Demostração Cabo Frio..... 122
Figura 6.4 – Ruínas da Capela Nª Sª da Estrela dos Mares, no município de Magé – RJ..... 135
Figura 6.5 – Porto da Estrela (Séc. XIX)..... 136
Figura 6.6 – Porto da Estrela (Vista Geral – dias atuais)..... 137

Figura 6.7 – Porto da Estrela (Detalhe do Cais – dias atuais)..... 137

Figura 7.1 – Gráfico da motivação dos nomes dos municípios RJ..... 145
Figura 7.2 – Gráfico da Etnia dos nomes dos municípios RJ..... 145
Figura 7.3 – Etnia Toponímica..... 147
Figura 7.4 – Motivação Toponímica..... 148
Figura 7.5 – Tipologia Toponímica..... 149
Figura 7.6 – Caminho do Proença (dias atuais)..... 153
Figura 7.7 – Caminho do Proença (detalhe do piso – dias atuais)..... 153
Figura 7.8 – Data de Criação..... 158
Figura 7.9 – Única Indicação Geográfica do Estado do Rio de Janeiro. Indicação de Procedência; Cachaças de Paraty..... 161

Figura I.1 – Indicação Geográfica Paraty..... 181
Figura I.2 – Registro de Indicação Geográfica Paraty..... 182
Figura I.3 – Documento do século XIX com o nome tradicional Paraty..... 183

Figura IV.1 – Esquema do Modelo Conceitual do BNGB..... 191

Figura IX.1 – Mapa histórico de Niterói, com a nomenclatura *Nictherohy*..... 243
Figura IX.2 – Mapa de 1858 com o traçado da Estrada de Ferro D. Pedro II, com a denominação antiga de Japeri: Belém..... 319

Lista de Tabelas

Tabela 4.1 – Tipologia de motivação de nomes geográficos, proposto por OLIVEIRA..... 100

Tabela V.1 – Ano de Instalação dos Municípios Fluminenses..... 192

Lista de Nomenclaturas

ABL	Academia Brasileira de Letras
ABL	Academia Brasileira de Filologia
APC	Arranjo Produtivo Local
APROVALE	Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos
BD	Banco de Dados
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CIM	Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo
CNG	Conselho Nacional de Geografia
DSG	Diretoria do Serviço Geográfico do Exército
CIDE	Centro Integrado de Dados do Estado do Rio de Janeiro
GEOCART	Laboratório de Cartografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
GNBC	Geographical Names Board of Canada
GPS	Global Positional System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICANN	Internet Corporation of Assigned Names and Numbers
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPA	International Phonetic of Alphabet
ISO/TC	International Standardization Organization/Technical Comission
ITCG - PR	Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NG	Nomes Geográficos
ONU	Organização das Nações Unidas
SERLA	Secretaria Estadual de Rios e Lagoas do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNUEGN	The United Nations Group of Experts on Geographical Names
USBGN	United States Board on Geographical Names
USP	Universidade de São Paulo

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

1.1 – Posicionamento da Pesquisa

A presente pesquisa não seguiu de forma precisa e linear, a idéia inicial que a moveu. Mudanças de rumo ocorreram. A idéia inicial era trabalhar uma abordagem diacrônica, da divisão político-administrativa dos nomes geográficos do estado do Rio de Janeiro do século XVI aos dias atuais, ao levantar as formas de como os nomes geográficos atribuídos aos lugares tornavam-se, ou não, elementos reveladores de tendências sociais, políticas e religiosas dos denominadores, relacionando-os à época em que a nomeação ocorreu.

No decorrer da pesquisa, porém, evidenciou-se que um outro enfoque merecia uma abordagem prioritária em relação a essa idéia inicial, tornando-a secundária, qual seja: a padronização dos nomes geográficos. Essa, uma abordagem mais radical da questão, e que na opinião deste pesquisador, mais concatenada em relação à situação que essa área de conhecimento encontra-se hoje no Brasil. Apesar de trabalhar com uma amostra reduzida - a geonímia dos municípios fluminenses - em relação à complexidade do quantitativo brasileiro, foi possível detectar o cerne da urgência para padronizar os nomes geográficos, necessidade que ultrapassa as fronteiras fluminenses.

A sociedade contemporânea depende da eficiente utilização dos nomes geográficos padronizados para administrar e se comunicar de forma precisa e eficiente. Sem dúvida, que a implantação de um programa nacional para padronização da geonímia brasileira pouparia recursos financeiros e tempo, ao incrementar a eficiência de operações nos diversos níveis de tomada de decisão de governo. O processo de padronização dos nomes geográficos eliminará a duplicação de trabalho, no qual mais de uma instituição utilizará apenas uma base de dados única, com o escopo de utilizar forma correta e consistente os nomes geográficos.

Portanto, padronizar é fundamental, e espera-se que esse estudo colabore não só para detectar o problema, mas também sugerir algumas diretrizes de soluções, sem subestimar, naturalmente, a complexidade da questão.

Nos dias de hoje, pouca ou quase nenhuma evolução ocorreu desde as primeiras tentativas para padronizar os nomes geográficos no Brasil, nos primórdios do século XX, e continua-se a mercê de pseudo-soluções, ou soluções extemporâneas.

Em passado recente tomou-se conhecimento, a partir de contatos com um executivo técnico do BNDS, que o banco de dados daquela instituição de fomento continha pouco mais de doze mil nomes de municípios brasileiros na base de dados. Esta informação, como não poderia ser de outra forma, causou estranheza, visto que o número de municípios brasileiros situa-se num quantitativo em torno de cinco mil e seiscentos.

A explicação não tardou: por necessidade de interoperabilidade com outras bases de dados governamentais e não governamentais, função dos inúmeros projetos de fomento sob sua responsabilidade gerencial, ocorriam de forma sistemática, situações de inconsistência de informações, ocasionadas por diferenças nas grafias dos nomes dos municípios. Em outros termos: o que ocorria traduzia-se na não padronização na grafia desses nomes, nas diversas bases de dados, que necessitam entrecruzar informações. Naturalmente, com desastrosas conseqüências para a boa consecução das operações de consultas e respostas para tomada de decisões, fato esse, gerador de solução de continuidade e desagradáveis e indesejadas interrupções, no fluxo de informação da instituição em pauta.

A solução encontrada foi *sui generis*: grafar o nome de cada município de todas as maneiras que a imaginação dos analistas julgasse que pudessem ser escritos, mais que duplicando, dessa forma, o quantitativo do número de municípios brasileiros no banco de dados do BNDS. O município de Varre-Sai, por exemplo, aparece grafado de três maneiras diferentes: *Varre-Sai, Varre e Sai e Varresai*. Além desse exemplo, vários outros se repetiam devido a acentuação ou não (*Marica ou Maricá*) ; abreviaturas diferentes (*Santo, Sto, S., St.*) etc.

Afora o fato de se reconhecer o poder criativo da solução encontrada, prova inconteste do famoso “jeitinho brasileiro” funcionando em sua plenitude, há que se reconhecer de forma peremptória: essa não deve ser uma boa solução para o problema da padronização dos nomes geográficos brasileiros.

Há que se considerar que a padronização dos nomes geográficos, não se configura numa trivial tarefa. Diversas variáveis e específicos fatores hão de influenciar tão ingente tarefa, tanto quanto urgente e necessária, e estes, não sinalizam para uma solução simplória do problema. Há que haver o necessário interesse para coordenar a interação entre os diversos atores envolvidos, com suas diferenciadas, embora pertinentes, visões sobre a questão, sob o contexto da necessária e indispensável interdisciplinaridade requerida.

Sinalizar caminhos que levem a um equacionamento dessa questão, será um dos escopos que alavancam e incentivam mais pesquisas nessa fascinante área do conhecimento humano, onde se acredita, insere-se o presente estudo.

1.2 – Justificativa

No Brasil pode-se afirmar sem muito receio de afirmar asserção incorreta, que alguns nichos de pesquisa, não se encontram dentre aqueles mais aquinhoados pela devida atenção, a qual se deveria dispensar. É o caso do inexplorado campo interdisciplinar sinalizado pela toponomástica – estudo dos nomes próprios dos lugares - e o ramo de conhecimento da padronização dos geonomásticos – estudo dos nomes próprios das feições geográficas. Esse ao nosso olhar, também injustiçado como imenso caudal disponível para pesquisas. Traduz-se numa área de conhecimento talhada, de forma especial, para a abordagem dos aspectos normativos, e além desses, de outros circundantes, como os aspectos históricos, etimológicos de da influencia das etnias na nomenclatura geográfica.

O que afinal justifica a importância de se estudar de forma mais aprofundada os nomes geográficos? Por que essa área de conhecimento é importante?

Para início, referencia-se à representação cartográfica. Retirem-se os nomes dos mapas e o que restará? Sem dúvida uma bela imagem, perfeita e

com o devido referencial de posicionamento traduzido em latitudes e longitudes, porém amorfo e sem alma. Sim, pois para ser mais preciso, os nomes geográficos são, exatamente isso: a verdadeira alma de uma representação cartográfica. Num simples par de coordenadas, posicionador de qualquer feição geográfica, não existe, história; aspectos antropo-culturais, lingüísticos e etnolinguísticos; socio-economia e jogos de poder. Por outro lado, é indubitável: no nome geográfico, todos esses fatores e outros mais, marcam presença de forma indelével.

Mais ainda, o uso adequado de nomes geográficos referenciados com acurácia pode trazer benefícios para comunidades em diversos níveis, local, nacional e internacional, nos mais diferentes campos de atuação como: comércio e negócios, como as indicações geográficas; censos demográficos e estatísticas nacionais; direitos de propriedade e cadastro; planejamento urbano e regional; gestão ambiental; comunicação rápida e eficiente nos socorros em desastres naturais, prontidão em situações de emergência e recepção de ações humanitárias, estratégias de segurança e missões de paz; produção de produtos didáticos como mapas e Atlas; navegação terrestre, marítima e aérea; turismo ; diversos aspectos históricos e antropo-culturais locais; aspectos lexicográficos e lingüísticos; e nas pesquisas acadêmicas.

Existe uma maneira “correta” de grafar os nomes geográficos? Magé ou Majé? Paraty ou Parati? Campos dos Goitacases ou Campos dos Goytacazes? Paty do Alferes ou Pati do Alferes? Quissamã, Quissama ou Quissaman? Que tipos de conseqüências poderão advir ao escolher-se uma, ou outra, forma de grafia? O falar regional transformado em etimologia popular, encontra-se nivelado a um erro ortográfico? Pode-se justificar um erro ortográfico ao se levar em consideração a tradição? Qual solução poderá surgir no Brasil a partir da detecção da necessidade de padronizar a geonímia brasileira?

Pesquisar a padronização dos nomes geográficos brasileiros, portanto, será reconhecer a devida relevância dessa área do conhecimento humano em nosso país.

1.3 – Hipótese da Pesquisa

Além da padronização dos nomes, cabe outra importante consideração. Até os dias de hoje os estudantes são obrigados a memorizar os nomes dos afluentes de rios, das serras, cidades e vilas, dentre outros. Porém, em sua imensa maioria, desconhecem o histórico das origens destes geônimos. Isto faz com que se remeta para a importância da história local, a qual encontra-se em relação direta com a história do nome geográfico. Muitos desconhecem a importância da história local, para a manutenção dos valores culturais das pequenas comunidades, e por conseqüência da própria nação. Por pura ignorância, acreditam que só possuem história os gregos e romanos.

Ao utilizar os municípios fluminenses como uma amostra para o levantamento das dificuldades de padronização dos nomes geográficos no Brasil, diversos questionamentos se estabelecem, para a reflexão sobre algumas questões tão instigantes, quanto desafiadoras, tais como:

- quais as principais conseqüências advindas da não padronização da geonímia brasileira?
- até que ponto pode-se resgatar aspectos históricos, étnicos e etimológicos a partir de análises toponomásticas no âmbito de um determinado recorte territorial?
- estariam os nomes geográficos sendo influenciados pela dinâmica dos movimentos políticos e ciclos econômicos no decorrer do processo histórico da formação do território fluminense? Em que nível se daria esta influência?
- quais outros tipos de influencias poderiam estar ocorrendo?
- qual rede de relações motivacionais e etnolinguísticos dos nomes geográficos circundam o processo da denominação no território dos municípios e distritos fluminenses?
- os mapas e cartas são determinantes na oficialização dos nomes geográficos ? até que ponto?

Baseado nesses questionamentos apresentados, foram formulados os objetivos a atingir nessa pesquisa.

1.4 – Objetivos

1.4.1 – Objetivo Principal

O objetivo principal dessa pesquisa é:

Analisar os aspectos relacionados à importância da área de conhecimento dos nomes geográficos no Brasil, particularizadas num estudo de caso no território fluminense, levantando os aspectos relevantes a eles relacionados, com ênfase na importância da sua padronização. Além disso, explicitar os específicos pontos de vista dos diferenciados atores envolvidos na temática, e sinalizar possíveis modelos de soluções para essa padronização.

1.4.2 – Objetivos Secundários

Os objetivos secundários são:

- focar num estudo de caso da geonímia dos municípios fluminenses, e levantar sua etimologia; histórico; motivação e a origem étnica, desde os primórdios da ocupação desse território pelos europeus, detectando possíveis casos de inconsistências por falta de padronização na grafia dos nomes geográficos dos municípios fluminenses e suas conseqüências;
- empreender análises sobre os fatores econômicos envolvidos com a denominação geográfica, chamadas indicações geográficas, particularizadas nos nomes geográficos dos municípios fluminenses;
- entender a influência dos nomes geográficos e sua relação com o exercício do poder sobre o território;
- analisar as principais causas e resultados, sobre as influências na nominação geográfica, quando culturas tão díspares se encontram, por forças das circunstâncias, sobre o mesmo solo.

1.5 – Desenvolvimento da Tese

Para atingir os objetivos propostos, o trabalho foi estruturado em capítulos temáticos, cujo conteúdo em linhas gerais é descrito em seguida.

O capítulo 2 expõe a fundamentação teórica necessária ao devido equacionamento da complexa questão da padronização dos nomes geográficos brasileiros, que nesse estudo encontra-se particularizado, no estudo de caso da geonímia dos municípios fluminenses. Traduz-se na apresentação dos conceitos, os quais avalia-se, serem de importância primordial para esse entendimento, ao focar suas eventuais diferenças, pontos de contato ou sinonímia. Os aludidos conceitos são os seguintes: toponímia; lugar; território; identidade; tradição; padronização; transliteração; transcrição, tradução; nomes geográficos e geonímia.

O capítulo 3 trata dos aspectos mais relevantes relacionados aos nomes geográficos. Apresenta como ocorreu a evolução da ciência dos nomes geográficos no mundo; o seu papel como um importante fator que legitima o exercício do poder sobre o território; relacionados ao sentimento do povo em relação aos lugares, a topofilia; como marcos históricos através da cartografia; como aspectos culturais dos lugares; seu aspecto econômico pelas indicações geográficas e a grafia dos nomes geográficos estrangeiros e sua padronização.

O capítulo 4 apresenta o processo motivacional e de coleta dos nomes geográficos. Procura-se esclarecer quais os principais fatores motivadores que se encontram presentes na denominação dos lugares e como os nomes são assentados nos produtos cartográficos. Neste capítulo serão abordadas as principais fases do processo de coleta de nomes - reambulação - assim como, os principais fatores motivadores da nominação geográfica. Explana ainda sobre a importância da chamada Língua Geral na denominação dos lugares no Brasil, em particular no território fluminense.

O capítulo 5 apresenta os procedimentos metodológicos dos quais lançou-se mão, para a boa consecução da pesquisa proposta.

O capítulo 6 mostra a evolução histórica, a etimologia e a origem étnica dos nomes geográficos dos municípios do estado do Rio de Janeiro.

No capítulo 7 explana-se sobre as análises decorrentes dos levantamentos realizado na geonímia dos municípios do estado do Rio de Janeiro.

O capítulo 8 trata das considerações finais geradas pelo trabalho.

Os anexos apresentam os elementos de apoio à pesquisa, tais como o arcabouço legal relacionados aos vários aspectos da padronização dos nomes geográficos, documentos referentes à indicação geográfica fluminense, complementação do capítulo 6, cartogramas decorrentes das análises realizadas no capítulo 7, texto completo da lei geográfica, assim como uma minuta de projeto de lei para a criação da Comissão de Nomes Geográficos no Brasil.

Capítulo 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – O Ato de Nominação dos Lugares

A nominação de lugares acompanha a atividade humana desde tempos imemoriais. Nomeiam-se tanto os seres humanos, quanto os lugares, permitindo-se a individualização e a conseqüente identificação unívoca das pessoas e dos lugares. Mas o que vem a ser um lugar? O lugar é o quadro de uma referencia pragmática do mundo de onde vem o condicionante e a ordem, e onde se instala a espontaneidade e a criatividade, onde existe um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições (SANTOS, 1996). Porém, para essa pesquisa, lugar é aqui conceituado como uma ocorrência na superfície terrestre possuidor de "personalidade" própria a partir de uma prolongada vivência do homem no mesmo (TUAN, 1974).

Pode-se afirmar que o lugar insere-se num contexto de ampliação do próprio local da moradia dos indivíduos, um lar sem muros nem paredes, porém onde fica preservado o espírito de pertencimento dos moradores locais, com sentido e personalidade bem definida. Pode ser traduzido também pela ampliação do espaço conhecido, ao qual se necessita identificar de forma, em princípio, unívoca.

Detendo-se um pouco mais no conceito de *lugar,* torna-se digno de registro aqui nesse estudo, a análise empreendida por RELPH (1976), que apresentou seis principais características componentes do conceito em tela, a saber:

1 - A idéia de locação, em especial, torna-se absolutamente fundamental. Essa locação pode ser descrita em termos das características internas ao lugar e de interconexões com outros lugares; estabelecendo-se assim que os lugares possuem componentes espaciais internos e externos.

2 - Lugares encapsulam a integração de elementos de natureza física e cultural; cada lugar possui um ordenamento próprio, singular, que sempre o

distinguirá de outro lugar. Decorre daí de forma clara, que cada lugar torna-se uma entidade única, individualizada de forma inequívoca.

3 - Embora os lugares sejam únicos, interconectam-se por um sistema de interações e transferências espaciais; tornando-se parte de uma rede ou teia de circulação.

4 - Lugares são localizáveis. Sendo partes (ou não) de áreas extensas, tornam-se passíveis de serem localizados e posicionados num sistema de referência geográfica.

5 - Lugares surgem e transformam-se; com mudanças advindas da dinâmica histórica e cultural, novos elementos emergem e antigos desaparecem. Dessa forma os lugares possuem um inequívoco componente histórico.

6 - Os lugares possuem uma característica semântica, adquirem significados: advindos das crenças humanas.

Cada povo devido a suas especificidades culturais, converte o ato de nomear num autêntico ato de registro civil, obtendo-se uma característica de singularidade na identificação das pessoas e lugares, possibilitando dessa forma, uma maior interação no seio do convívio do meio social. DICK (1990), assevera que cada povo tem as suas especificações no ato de dar os nomes e na vivência dos nomes dados.

A denominação dos lugares possui uma direta relação com os deslocamentos de grupos humanos e seu possível estabelecimento sobre a superfície terrestre. Esse estabelecimento, e a necessidade de hierarquizar e identificar o ambiente à sua volta, induz o ente humano a fixar denominações para os lugares e demais feições geográficas.

Os nomes singularizam lugares, mas não os nominam *ad aeternum*. Existe presente nesta nominação uma evidente e clara dinâmica, que se apresenta de forma preferencial, ao sabor de injunções, sejam religiosas, políticas, econômicas, ou outras quaisquer, fazendo-os evoluir, transformar-se ou corromper-se.

Os nomes geográficos, no entanto, extrapolam, indo um pouco além de uma simples nominação. Encontram-se de forma seminal, relacionados aos jogos de poder que se superpõem, por vezes, sobre um determinado território.

Território, aqui, nesse estudo, compreendido, como o: “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder... são, no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos, podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos, ou mesmo meses, semanas ou dias), ser, antes instáveis que estáveis” (SOUZA, 1995).

Quando o nome geográfico em sua semântica, carreia de forma clara e insofismável, o poder que o gerou, a dinâmica de sua transformação é quase imediata, no caso de um antagônico poder, assumir o domínio do território em pauta. Eventualmente, essa carga de poder pode não se mostrar tão explícita na semântica geonímica, como àqueles cujas motivações são vegetais, minerais ou animais. Nesse caso, o nome geográfico tenderá a transformar-se num fóssil lingüístico[1], pois sua perenidade pode, em contrapartida, aproximar-se de uma escala de tempo milenar.

A área do conhecimento científico que engloba o estudo dos nomes geográficos é a Onomástica, que se consubstancia no estudo dos nomes próprios. Esta área do conhecimento divide-se em duas outras: Antroponímia e Toponímia. A Antroponímia é o estudo dos nomes de pessoas e a Toponímia o estudo dos nomes dos lugares, área do conhecimento humano na qual, insere-se o presente estudo. Como descendente direta da Onomástica, considera-se também chamá-la Toponomástica.

Desde o século XIX, a partir da Europa, de forma mais específica na França, a Toponímia surgiu como uma área do conhecimento voltada à ciência onomástica, inicialmente pelas mãos de Auguste Longtom que a introduziu na *École Pratique dês Hautes-Études* nos idos de 1878. Posteriormente, em 1912, foi publicada por seus discípulos uma obra considerada clássica chamada *Lês Noms de Lieu de la France. (*DICK, 1990).

No ano de 1922, Albert Dauzat, fundou a *Révue dês Études Anciennes*, onde publicou uma *“Chronique de Toponymie”* sobre nomes antigos dos lugares. Em 1938, Dauzat organizou na França, o I Congresso Internacional de

[1] De acordo com Dick (1990), essa expressão foi cunhada pela primeira vez pelo francês Jean Brunhes, ainda no século XVIII como uma expressão referente a Geografia Humana.

Toponímia e Antroponímia com a participação de 21 países, que dentre suas mais importantes resoluções, conclamava os países para a criação de departamentos oficiais para a elaboração de glossários de nomenclatura geográfica, assim como propunha a sistematização de processos de pesquisa nesta área do conhecimento. No Brasil, algumas obras de referencia nos estudos dos nomes geográficos não podem deixar de ser citadas, principalmente àquelas voltadas para a lexicologia indígena como o clássico de Armando Levy Cardoso, *Toponímia Brasílica*, enfocando os nomes geográficos de origem *karib* e *aruak* e *Denominações Indígenas na Toponímia Carioca* de Romão da Silva, que faz um levantamento de topônimos oriundos de outros dos povos originários, presentes em logradouros da cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com BARBOSA (1971), essa área do conhecimento no Brasil reveste-se de uma singular importância, como parte integrante da comunidade portuguesa, pois sendo o país de maior população a expressar-se neste idioma, recebeu fortes influencias do tupi, e de línguas africanas, em particular do banto, notadamente o dialeto quimbundo.

Em relação às influências etnolinguísticas na formação dos nomes geográficos no Brasil, (DICK, 1990), observa que:

> *"... relativamente ao Brasil, é fora de dúvida que o estudo toponímico comporta considerações referentes não só aos nomes de origem portuguesa, como aos outros dois adstratos lingüísticos coexistentes desde os primeiros momentos de nossa história, o indígena e o africano, além do moderno contingente de nomes resultantes da imigração européia. Em cada uma dessas camadas toponomásticas, uma tendência motivadora própria pode ser apontada, característica do elemento humano que as define".*

> *"... o tupi foi a língua mais falada em toda a costa brasileira, com incursões pelo interior, não só pelos próprios nativos como também pelo branco, que a assimilou e fez dela o seu veículo hábil de comunicação, no trato geral das relações cotidianas; - o europeu, e depois o mameluco, levou consigo, através das expedições exploradoras ou das bandeiras de conquista, o idioma*

brasílico e, conseqüentemente, os seus topônimos, a pontos extremos da terra americana..."

Outro clássico, também voltado à pesquisa dos nomes dos povos originários do Brasil é "O Tupi na Geografia Nacional" de Theodoro Sampaio. Carlos Drumond, pesquisador em lingüística da Universidade de São Paulo, que publicou a "Contribuição do Bororo à Toponímia Brasílica", assim como Maria Vicentina do Amaral Dick, também pesquisadora em lingüística da USP que vem elaborando desde 1980, importantes estudos de contribuição metodológica ao método de pesquisa científica dos topônimos, ao criar uma taxionomia sobre motivação toponímica. É indubitável que a conotação dada aos estudos dos nomes geográficos no Brasil, encapsulam em seu bojo as diversas influencias etnográficas, presentes na formação do povo brasileiro.

2.2 – Alguns Conceitos: Toponímia; Identidade; Tradição e Padronização.

Reitera-se, que se pode considerar a toponomástica como um sub-ramo de conhecimento da onomástica, ciência que estuda os nomes próprios. A toponomástica consubstancia-se, portanto, no ramo do conhecimento que enfoca a "onomástica dos lugares". (DICK, 1990), sinaliza que a:

"Toponímia e a Onomástica acham-se assim em uma verdadeira relação de inclusão, em que aquela será sempre desta, uma parte de dimensões variáveis".

Conforme pode ser visto na figura 2.1.

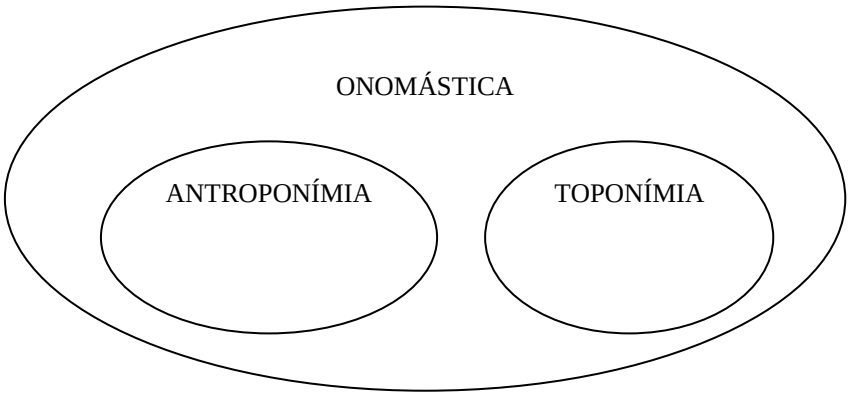


Figura 2.1 – Antroponímia e Toponímia inseridas na Onomástica.

O termo toponímia é formado por dois radicais gregos: *topos* + *ónimo, topos* significa lugar e *ónimo* nome. De forma literal: o *nome* de um *lugar*. ABL (1999).

Dentre outras construções, o topônimo materializa sem dúvidas a identidade do lugar. Toda identidade seja no âmbito nacional ou local é uma construção. A identidade constrói-se a partir de determinados aspectos do conhecimento humano presentes na história, geografia, biologia e sociologia, de um indivíduo ou grupo. Os indivíduos deixam sempre bem claro, uns aos outros, as afirmações de suas identidades CASTELLS (2003).

Se um galego afirma com orgulho que é da Galícia, apesar de inserido no âmbito do Estado Espanhol, é para que os espanhóis não galegos saibam disso, e para que os outros galegos cerrem fileiras no construto da cidadania galega, repetindo e repetindo a afirmação, até que a identidade galega seja construída e mantida.

Sob este ponto de vista, o topônimo assume uma dimensão bastante singular e própria da personalidade de um lugar, marcando de forma indelével a sua identidade, e em conseqüência a identidade daqueles que ocupam e vivenciam num determinado lugar.

Ao abrir-se um leque visando fornecer uma maior abrangência na semântica da toponímia, e recorrendo-se a dicionarização do referido termo registra-se:

> *"Toponímia s.f. (1899) cf. CF) 1 LEX parte da onomástica que estuda os nomes próprios dos lugares 2 lista, relação de topônimos 3 estudo etimológico e/ou histórico sobre os topônimos [compreende diversas subdivisões, como corônimos, limnônimos, eremônimos, potamônimos, talassônimos, etc] 4 met. Livro (ou outro suporte) que contém tal relação ou estudo (HOUAISS, 2001) ".*

> *"Toponímia S.f. Estudo lingüístico ou histórico da origem dos topônimos". (AURÉLIO, 1975).*

Outros autores apresentaram os seguintes conceitos:

> *"Toponímia: Estudo dos nomes de sítios, povoações, nações, e bem assim os rios, montes, vales, etc., - isto é os nomes geográficos".(FURTADO, 1956).*

> *"A Toponímia se propõe a procurar a origem dos nomes dos lugares e também a estudar as suas transformações". (ROSTAING, 1948).*

Segundo BARBOSA (2004), é aceito internacionalmente que o topônimo é composto por duas partes: a primeira referida ao termo genérico, representando a denominação do tipo de acidente geográfico natural ou construído pelo homem, e a segunda, fixando a denominação própria e específica, singularizando a feição geográfica nominada.

DICK (1990) explana que ao designar tradicionalmente o nome próprio do lugar, o topônimo liga-se ao acidente geográfico que identifica, constituindo um conjunto ou uma relação binômica, que se pode seccionar para a melhor compreensão dos seus termos formadores, chamados por ela de sintagma toponímico:

> *"... dessa simbiose, depreendem-se dois dados básicos, um, que se convencionou denominar termo ou elemento genérico, relativo a entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, o elemento ou termo específico, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes. Atuam ambas no sintagma toponímico, de forma justaposta (rio das Amazonas) ou aglutinada (Parauna," rio negro "), conforme portanto a natureza da língua que os inscreve." (DICK, op. cit).*

O sintagma surge sempre que ocorre uma situação de subordinação, a partir da ocorrência de um termo determinante e outro determinado.

Desta maneira, o sintagma toponímico é formado por um termo genérico que se refere à feição geográfica física ou antropo-cultural propriamente dita (determinado), seguido do termo específico (determinante) que é o nome geográfico ou topônimo da referida feição. Conforme pode ser observado na figura 2.2.

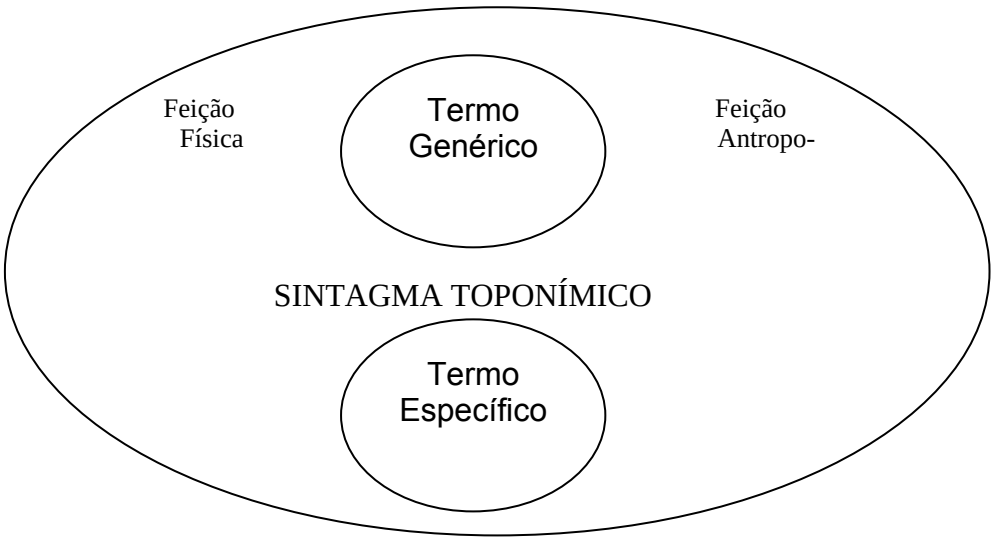


Figura 2.2 – O sintagma toponímico

Em algumas línguas, os dois componentes do sintagma toponímico podem combinar-se numa única palavra, como em *Cambridge*, *Newport*, *Villeneuve* e *Rheinbischofsheim*, enquanto em outras línguas, como árabe e hebraico, isto é impossível.

Podem existir nomes geográficos formados apenas pelo termo específico, sem a presença do termo genérico, caso dos nomes de cidades e vilas. Nesses casos o topônimo ou nome geográfico é formado apenas pelo termo específico. Infere-se assim que nesse caso não existe a ocorrência do sintagma toponímico. Por conseguinte, pode-se concluir que todo sintagma toponímico é um nome geográfico, mas nem todo nome geográfico é um sintagma toponímico.

Ainda em relação ao sintagma toponímico, é interessante ressaltar que em alguns casos podem ocorrer nomes geográficos de estados e cidades, as quais assumem nomes de rios, lagos ou outras feições geográficas quaisquer. É o caso do nome da cidade e do estado do Rio de Janeiro, onde foi assumido

o nome de um pseudo-rio, que mais tarde configurou-se numa baía. Ficou para posteridade, entretanto, o nome do rio encapsulado no contexto do nome da cidade. Existem centenas de casos como esse ao redor do mundo. São os chamados “falsos genéricos”.

Outros autores como FERNANDEZ (1987), também não diferenciam topônimos de nomes geográficos, ao explanar que, quando um lugar adquire uma determinada significação para o homem, surge a necessidade de identificá-lo, aplicando-se então uma identificação, com a qual deverá ser conhecido. Esta denominação, o nome geográfico ou topônimo vai mais além da mera junção de palavras que importam para identificar um certo elemento da paisagem; alcança na realidade uma enorme transcendência, porque esta denominação traz implícito em seu bojo, vários fatores e significados outorgados pelo homem.

Torna-se evidente desse modo, a constatação de uma considerável componente semântica inserida no contexto do estudo dos nomes geográficos.

Um outro conceito interessante a ser um pouco mais esmiuçado trata-se de se saber se existe, ou não, tradição no contexto de um país ao grafar determinados nomes geográficos. A princípio, pode-se asseverar, que a forma de grafar um nome geográfico tradicional deva manter-se inalterada. Caso exista tradição, a grafia deve ser mantida intacta. Nesse contexto, o item 42 das Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da ABL, dispõe o seguinte: “Os topônimos de tradição histórica secular não sofrem alteração alguma em sua grafia, quando já esteja consagrada pelo consenso diuturno dos brasileiros. Sirva de exemplo o topônimo *Bahia”*, que conservará esta forma quando se aplicar em referencia ao Estado e à cidade que tem esse nome. Atendendo ao disposto neste item, deverá manter-se a grafia de outros nomes próprios de tradição histórica secular “. Essa abertura na legislação da ABL, se mal aplicada, pode acarretar desmandos, do ponto de vista dos lexicógrafos, ao considerá-la demasiadamente elástica, quando não se considera a expressão “sirva de exemplo o topônimo Bahia”, como um caso limite.

Sabe-se que o termo tradição vem do latim *tradere*, ou seja, transmissão, *tradere* = entregar.

Desta forma, aceita-se o conceito de tradição nesse estudo, ao entendê-lo como a transmissão ou entrega de valores de uma geração a outra. Em outras palavras, consubstancia-se como uma transmissão oral de lendas ou narrativas ou de valores espirituais de geração em geração. Uma crença de um povo, algo que é seguido conservadoramente e com respeito através das gerações. Uma recordação, memória ou costume; uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência para o presente. GIDDENS (1997).

Um nome geográfico, portanto, que consiga ter a sua grafia incólume ao atravessar mais de uma geração, é um nome aceito como correto pelo critério da tradição, mesmo que sua ortografia encontre-se equivocada, quando considerado o padrão ortográfico vigente no país. É um critério que, por ser muito importante é, por vezes fácil, por outras, de difícil aplicabilidade. Deve ser utilizado com extremo cuidado, a fim de que não se corra o risco de confundir, nomes geográficos tradicionais com anacronismos gramaticais.

Fácil quando se sabe que no Brasil, por tradição, denomina-se por exemplo: Alemanha e não *Deutshland*; Inglaterra e não *England*; Buenos Aires e não *Bons Ares*; Munique e não *München*; Rio Danúbio e não Rio *Donau*; Estado da Bahia e não Estado da *Baía*; Magé e não *Majé* etc. Nesses casos, não há muito que discutir, pois existe o respaldo da tradição, desde algumas gerações, de assim denominar as feições geográficas exemplificadas, mesmo que em alguns casos como Magé e Bahia, ocorram equívocos em relação ao padrão ortográfico vigente no país.

Difícil quando é necessário decidir, se existe ou não tradição no Brasil, ao chamar *New York* de *Nova Iorque* ou *Nova York* ou mesmo *New York*; *Caxemir*, *Cachemira* ou *Caxemira*; *Singapura* ou *Cingapura*; *Madri* ou *Madrid*; *Strasburgo* ou *Estrasburgo*; *Viet Nam* ou *Vietnã*; *Amsterdam* ou *Amsterdã*; *Camarões* ou *Cameroon*; *Paraty* ou *Parati*; *Paty do Alferes* ou *Pati do Alferes*; *Quissaman*, *Quiçamã* ou *Quissama* etc. Nesses casos sempre há discussões, e na maioria das vezes, sem conclusão definitiva, pois ficar-se-á na dependência de opiniões, não necessariamente, respaldadas pelo critério da tradição ou outros quaisquer.

Mais que difícil, pode tornar-se perigoso, se alguém em nome do conceito da tradição, resgata a forma de grafar nomes geográficos como *Nictherói*, em detrimento à atual *Niterói*. Do ponto de vista dessa pesquisa, o conceito de tradição não estaria sendo bem aplicado, nesse caso, pois estaria totalmente em desacordo com a legislação ortográfica vigente no país. Porém, na falta de uma instituição que coordene e ajude a dirimir tais dúvidas, sugestões estapafúrdias podem ganhar espaço.

Uma boa dose de bom senso será também requerida, para que se faça a correta separação entre os falares regionais tradicionais não passíveis de correções, com anacronismos gramaticais, estes sim, com a obrigação e o dever de serem corrigidos, a fim de não se transformarem em teratomas lexicais. No primeiro caso cite-se o caso de *córguinho* corruptela de *córregozinho*, que é um falar regional do Estado do Paraná, e *Crôa*, corruptela da feição hidrográfica *Coroa*, esse, um falar regional do Estado do Ceará. No segundo caso, podemos citar: *Fasenda São Juzé* ao invés de *Fazenda São José*; *Fasenda Três Irmão* ao invés de *Fazenda Três Irmãos*; *Rua Pampocha* ao invés de *Rua Papoula*. Há que se fazer, portanto, a devida separação entre falar regional tradicional com anacronismos gramaticais, em outras palavras, erros ortográficos da língua portuguesa.

Nesse ponto há que deter-se, ainda um pouco mais, no conceito da padronização. O que viria a ser afinal, um nome geográfico padronizado? Não é uma questão que tenha uma resposta direta e trivial. A princípio não existe diferença conceitual entre *normalização* – regularização, retorno a uma situação normal, ato de normalizar (tornar normal; *normativo* – de que se tiram regras ou preceitos, que tem força de regra ou norma (principio que serve de regra ou de lei modelo, exemplo) e *padronizar* – estabelecer o padrão de, servir de modelo, estandardizar, estabelecer padrões, normas ou modelos (KOOGAN/HOUAISS, 1995). Sob o ponto de vista desse estudo, fica evidente a sinonímia entre os termos normalizar, normatizar e padronizar.

A preferência, aqui, sobre o termo *padronizar,* recai no fato da presença nos textos sobre nomes geográficos da ONU, da palavra *standart*, traduzida como *padrão* na língua portuguesa.

Entende-se, portanto, por padronizar um nome geográfico, o fato de que quando houver a ocorrência de vários alônimos – cada um de um ou mais

geônimos referidos a uma mesma feição geográfica - um deles deve ser marcado de forma explícita como nome oficial, e sua grafia fixada de acordo com as normas em vigor, de preferência sancionado por uma Comissão em nomes geográficos.

A seguir se discutirá o conceito de nome geográfico.

2.3 – O Conceito de Nome Geográfico

Corroborando BARBOSA *(op. cit.)*, (MEJIA, 1987) conceitua, nos seguintes moldes: "Nome geográfico é o topônimo normalizado: uma grafia única para um lugar único." O nome geográfico inclui, de acordo com este autor, nome específico e a designação genérica, sendo que a designação genérica identifica, mas não descreve. Por exemplo, no nome geográfico Serra do Mar teríamos: Nome específico (determinante) – do Mar e designação genérica (determinado) – Serra.

(AUGUSTO *et al*, 2005) conceitua nome geográfico como o topônimo padronizado, acrescido de atributos que o caracterizam como um conjunto etnográfico, etimológico e histórico, referenciado geograficamente e inserido num contexto temporal.

Neste estudo o conceito de nome geográfico adotado será o de (AUGUSTO et al, 2005) pelo fato de chamar atenção para o referenciamento geográfico dos nomes. Com um pequeno acréscimo na definição, fica a mesma aceita como: "Nome geográfico é o topônimo padronizado, incluindo na maioria das ocorrências, um nome específico e uma designação genérica, acrescida de atributos que o caracterizam como um conjunto etnográfico, etimológico, histórico e de topofilia, referenciado geograficamente, e inserido num contexto temporal."

O Grupo de Peritos em Nomes Geográfico da ONU – *The United Nations Group of Experts on Geographical Names (UNUEGN)* – define nome geográfico como um nome aplicado a qualquer feição sobre a superfície terrestre. Em geral consideram o nome geográfico como um nome próprio (uma palavra específica, combinação de palavras ou uma expressão) usado na superfície da Terra. As feições nominadas nesse caso incluem:

1. Lugares com população - (cidades, vilas, povoados etc);
2. Divisão político-administrativa - (país, estados, municípios, distritos, bairros etc);
3. Feições naturais – (rios, montanhas, cabos, lagos, mares);
4. Obras e construções feitas pelo Homem – (rodovias, aeroportos, portos etc);
5. Áreas não delimitadas administrativamente ou áreas com locais específicos (freqüentemente religiosos) como, por exemplo, (áreas de pesca, áreas sagradas etc) (ONU, 2006).

Uma importante observação feita pelo *UNUEGN,* é a diferenciação do nome geográfico quando o mesmo ocorre fora do planeta Terra. Nesse caso o nome geográfico pode ser chamado de nome topográfico ou topônimo. Este termo, segundo os especialistas, possui um contexto de maior abrangência, pois englobam em seu bojo nomes ocorridos na Terra e no espaço extraterrestre, como aqueles aplicados em outros corpos extraterrestres como a Lua; planetas; estações orbitais etc.

Constata-se, portanto, a clara presença de sinonímia entre os termos topônimos e nomes geográficos, visto que os mesmos rotulam ocorrências geográficas, naturais ou antropo-culturais. Os nomes geográficos são testemunhos históricos do povoamento de toda uma nação. Registram e sinalizam a passagem histórica de gerações, culturas, povos e grupos lingüísticos, que se sucedem na ocupação de uma dada porção territorial, tornando-se consistentes indicadores da antropização da paisagem, e a conseqüente expansão do ecúmeno.

Assevera-se que os nomes geográficos refletem, pois, o caráter da paisagem humanizada em determinado lugar. Personalizam-no, individualizando-o e diferenciando-o de qualquer outra área ou região. Constituem, assim, sua linguagem geográfica essencial. Materializa de certa forma a própria alma do lugar, esboçada por meio de vocábulos. Mas, os vocábulos, por sua vez, também têm alma – um significado, acepção ou sentido – que, por dizerem muita coisa do terreno e do seu povoamento, tem enorme importância para a Geografia e a Cartografia e outras ciências.

Torna-se assim, indispensável, recolher ou restaurar o vocábulo e o seu termo ou significado em sua expressão correta e íntima equivalência, de maneira a que os nomes geográficos, assim constituídos, definam ou auxiliem com precisão a fisionomia e a natureza da paisagem humanizada que se queira representar como insumo cartográfico. FURTADO (*op.cit*).

Existem alguns outros termos conceituados pela ONU, derivações dos nomes geográficos destacados abaixo, a saber:

Acrônimo – Palavra formada pela letra(s) inicial(ais) que no seu conjunto comporão um nome geográfico composto por essas letras iniciais. Um bom exemplo é a cidade de "Soweto" na África do Sul, derivada dos nomes geográficos de várias áreas administrativas da África do Sul, a saber: "*South-Western Town-ships*", Um outro exemplo é a cidade de "Sinop" no Matogrosso do Sul, acrônimo derivado da companhia imobiliária colonizadora fundadora da cidade, chamada "Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná Ltda".

Alônimo – Dois ou mais nomes geográficos referidos a uma mesma feição geográfica simples. Por exemplo, um lugar chamado Morros, e também conhecido como Morretes.

Corônimo – Um nome aplicado a uma feição areal, que pode ser uma planície ou uma área plana com limites reconhecíveis e com mínima variação de altitude.

Epotopônimo ou Epônimo – Substantivos comuns que são criados a partir de nomes geográficos. Um exemplo disso é a palavra *Champagne*, que transformou-se num sinônimo de vinho espumante, e que é um nome geográfico de uma localidade na França, protegido economicamente como indicação geográfica com denominação de origem, ou seja, ninguém pode fabricar um vinho espumante e denominá-lo *Champagne*. Se o fizer deve pagar *royalties* aos produtores franceses de *Champagne*.

Homônimo - Dois ou mais nomes geográficos idênticos para locais diferentes. Por exemplo duas cidades chamadas Santo Antônio.

Hidrônimo – Todos os nomes aplicados a feições geográficas de corpos d'água.

Odônimo – Nomes Geográficos aplicados a feições do sistema viário como ruas e rodovias.

Orônimo – Nome geográfico de uma feição geográfica relacionada a aspectos do relevo terrestre como uma montanha, monte ou pico.

Patronímico – Nome geográfico de qualquer feição geográfica dado em honra a um indivíduo. Equivalente a antropotopônimo.

2.4 – Os Nomes Geográficos Estrangeiros

Uma outra vertente geonímica a ser padronizada diz respeito à grafia em português, dos nomes de feições geográficas estrangeiras. São os chamados nomes geográficos estrangeiros na língua pátria: os exônimos COUTINHO (1999), explana com bastante pertinência a respeito dessa questão, chamando a atenção para a sua importância no contexto das relações internacionais mantidas pelo Brasil.

Um exônimo, na terminologia empregada pela ONU, é o nome geográfico estrangeiro escrito de forma diferente da grafia oficial do país de origem. Em português, Nova York como grafam alguns ou Nova Iorque, como grafam outros, é o exônimo de *New York*.

Por oposição, os chamados endônimos são aqueles nomes geográficos estrangeiros, que quando grafados em publicações nacionais obedecem à sua grafia original. Por exemplo, em português grafa-se o endônimo *Buenos Aires*, e não o exônimo *Bons Ares*. Da mesma forma a cidade de *Sttutgart* quando em português é grafada da mesma maneira como no idioma alemão, torna-se um endônimo em português da grafia da referida cidade.

Essa é uma instigante questão, e observa-se aqui algum aspecto importante concernente à mesma.

O assunto é de primordial importância para o Ministério das Relações Exteriores – MRE - pois os nomes geográficos estrangeiros possuem um inegável sabor político-diplomático. Em termos históricos, é explícito o exemplo do Barão do Rio-Branco, que, com base em elementos toponímicos, obteve a solução favorável das questões de Palmas e do Amapá.

Cem anos depois, mantém-se vívido o sabor político-diplomático da questão dos nomes geográficos no cenário internacional, acentuando-se sempre que estão em jogo questões de soberania nacional. Para dar apenas um exemplo próximo: *Falkland*, como querem os britânicos, ou *Malvinas*, como

chamam os argentinos, acompanhados dos demais países latino-americanos? *Mar do Japão* como desejam os japoneses, ou *Mar da Coréia*, conforme reivindicado pelos coreanos?

Nesse caso, quando ocorrem disputas pela soberania de territórios, emanadas de países reivindicantes, não se deve escolher uma ou outra grafia em mapas publicados no Brasil, por exemplo. Mais conveniente será grafar os dois nomes geográficos transformando-os em alônimos, até que uma solução diplomática defina a demanda existente entre os países em litígio.

Na mesma proporção em que reflete a cultura, a história, a identidade de um país, questões relacionadas aos nomes geográficos tornam-se de alta relevância política, em particular em certas circunstâncias históricas. Países recém-independentes, por exemplo, repugnam e reescrevem a toponímia colonial. *Rodésia* transforma-se em *Zimbabwe. Alto Volta* em *Burkina Faso*. Após mudanças ideológicas no pensamento da ideologia comunista, a *União Soviética* volta a chamar-se *Rússia, Leningrado* volta a ser denominada de *São Petersburgo*.

Eventualmente, imagina-se que um diplomata brasileiro poderá ficar numa situação incômoda, quando ao redigir um pronunciamento oficial ou um acordo internacional, depara-se com nomes geográficos de grafia não padronizada, como por exemplo: *Quirguízia, Quirquistão* ou *Quirguizistão*; *Bielo-Rússia, Belorrússia, Bielorússia, Bielorrússia* ou *Belarus*, e assim sucessivamente.

Afinal, diplomaticamente, o certo é escrever *Beijing* como desejado e recomendado pelos chineses, ou manter o nome tradicional da forma como sempre foi grafado e nomeado no Brasil – *Pequim*? Os nascidos em *Cameroon*, não admitem que chamem o seu país de *Camarões*, um exônimo que ainda é muito utilizado no Brasil em Atlas e produtos didáticos. Da mesma forma, os nascidos em *Côte D'Ivoire* recomendam de forma peremptória que só grafem o nome do país dessa forma, e não como *Costa do Marfim*, seu antigo nome geográfico, comum de ser encontrado em produtos didáticos em nosso país. Os brasileiros se incomodam até hoje, quando observam o nome do país grafado como um exônimo, com *Z* (*Brazil*), ao invés da grafia que reconhecem como a correta, um endônimo, com *S* (*Brasil*).

Mesmo no Brasil, para uns deve ser *Nova York e Singapura*, para outros, *Nova Iorque e Cingapura.*

Em área em que a língua deveria manter-se coesa, unida, uniforme, consolidam-se, com o passar do tempo, variantes ortográficas – brasileirismos ou lusitanismos toponímicos ocorrem. Nomes como *Moscovo* e *Jugoslávia*, assim escritos em Portugal, contrastam com *Moscou* e *Iugoslávia*, grafadas desta forma sistemática no Brasil. Nota-se, dessa forma, que mesmo em países com o mesmo idioma, alguns procedimentos mínimos de padronização devem ocorrer, mesmo que a princípio seja improvável imaginar que um brasileiro grafe em seus mapas *Moscovo,* ou em contrapartida um cartógrafo português grafe em seus mapas *Iugoslávia*.

Transparece na verdade, que a controvérsia geonímica entre Brasil e Portugal, encontra-se apenas embrionária. Prova disso são textos e documentos oficiais da União Européia. Ali vicejam lusitanismos toponímicos, aportuguesamentos de caráter extremado, do ponto de vista brasileiro. Para ficar apenas em nomes alemães, entraram no léxico comunitário, por iniciativa portuguesa: *Aquisgrana, Bade-Vurtemberga, Brema, Dusseldórfia, Dresda, Eslávico-Holsácia, Estugarda, Tubinga*. Assim, neste final de milênio, a geonímia erige-se como um dos principais obstáculos à padronização ortográfica da língua portuguesa COUTINHO (*op.cit*). Portugal encontra-se até hoje, bastante reticente para colocar em prática o mais recente acordo ortográfico da língua portuguesa, do qual também é signatário, em conjunto com todos os países de língua portuguesa do mundo.

O famoso massacre de *My Lai*, ocorrido na Guerra do Viet Nam, onde foram mortos centenas de mulheres e crianças civis inocentes, por tropas norte-americanas, ocorreu em função da existência de seis lugares diferentes denominados *My Lai*. Na cultura vietnamita, ao se locomover no território as pessoas levam o nome do seu lugar de nascimento, nome tribal, para outros lugares. Assim, neste país, os nomes geográficos se repetem às dezenas, em diferentes lugares. Os norte-americanos atacaram o *Mi Lay* errado.

Ainda com respeito a grafia dos nomes estrangeiros, observa-se que a ONU, a partir de resoluções emanadas do seu grupo de especialistas em nomes geográficos, recomenda quatro princípios fundamentais para a padronização de nomes geográficos de um determinado país, quando

utilizados por um país estrangeiro. Esses podem ser considerados os princípios fundamentais de padronização de nomes geográficos estrangeiros, que são os seguintes:

1 - A cada acidente geográfico deve corresponder uma denominação, uma grafia e uma fonética. Esse é o princípio áureo da padronização de nomes geográficos que é válida tanto para a grafia de nomes estrangeiros, os endônimos, tanto quanto para a grafia de nomes geográficos estrangeiros aportuguesados, no caso do Brasil, Portugal e Moçambique e tantos outros países cuja língua oficial é o português: os exônimos.

2 - A grafia estabelecida oficialmente por um país para um determinado acidente geográfico no seu território, deve ser respeitada sempre que possível pelos demais países, Nesse caso, existem nada mais nada menos do que sete resoluções da ONU, que desestimulam de forma peremptória a utilização indiscriminada dos exônimos. A orientação, nesse caso é sempre que possível, obedecer a grafia recomendada pelos países de origem. A China, por exemplo, executou sua própria transliteração de romanização do mandarim, e a partir de então recomenda que se grafe o nome de sua capital como *Beijing*, e não *Pequim*, como grafado tradicionalmente pelos países ocidentais.

3 – A ONU abre uma exceção no item anterior, recomendando a grafia de exônimos, apenas por um motivo, a saber: quando a partir da tradição de um determinado país, desde tempos remotos , grafa-se os nomes geográficos de um país estrangeiro no idioma local. No caso do Brasil, por exemplo, é tradição grafar Inglaterra e não England, ou Alemanha ao invés de Deutschland, Floresta Negra e não Schwarzwald, Rio Danúbio e não Donau etc. O caso de Pequim pode gerar controvérsias. Somente em ocorrências correlatas a essas, se admite a utilização dos exônimos.

Outra discussão necessária com relação aos nomes geográficos estrangeiros, diz respeito aos métodos utilizados na conversão dos nomes dos idiomas e/ou entre sistemas de linguagem diferentes. Isto requer um bom entendimento das diferenças conceituais que persistem em termos como: transliteração, transcrição, tradução e romanização.

Essa conceituação encontra-se no contexto da conversão de nomes geográficos, que se consubstancia no processo de transferir um nome, e em particular um endônimo, de uma língua para outra, ou de um determinado

alfabeto para outro alfabeto diferente daquele. Isto pode ser necessário quando existe um país com múltiplas línguas, e necessita-se padronizar os nomes em duas ou mais línguas e/ou alfabetos ou ainda, quando surge a necessidade, num país com língua única, de fornecer nomes em alfabetos diferentes para seus próprios cidadãos ou para instituições em outros países.

2.4.1 – A Transliteração e a Romanização

O primeiro método de conversão de nomes a ser considerado é a transliteração. O termo é derivado da palavra latina *littera*, que significa letra, e indica o conceito básico: a transformação letra-por-letra. A transliteração é um método de conversão de nomes entre alfabetos diferentes (e não entre idiomas diferentes). O princípio básico da transliteração é o seguinte: cada caractere gráfico no alfabeto fonte seja ele alfabético ou silábico, é substituído por um caractere correspondente no alfabeto alvo.

Nesse ponto surge uma singela questão que carece de solução peculiar. Diferentes alfabetos geralmente representam diferentes sons, ocorrendo que alguns caracteres únicos ou combinações de caracteres do alfabeto fonte são representados ou substituídos na transliteração não apenas por um caractere como uma única letra, mas por combinações de letras. Geralmente, como até isto não é suficiente para solucionar o problema a contento, o alfabeto alvo usa então sinais gráficos especiais chamados marcas diacríticas ou simplesmente diacríticos. Seu principal objetivo é mudar ou modificar o valor fonético, em outras palavras, o som, de uma letra básica existente.

Como exemplo pode-se citar a transliteração do alfabeto cirílico russo em alfabeto romano. Tome-se a letra cirílica Ч, que não tem equivalente em alfabeto romano. Pode-se representar o seu som (que em inglês é representado por ch e em alemão por tsch) substituindo a letra c, junto com um marcador gráfico, então č. Este marcador (e outros como ^, ~, e muitos mais acima, através e abaixo das letras) é o sinal diacrítico. O nosso ç (c com cedilha) do alfabeto da língua portuguesa é outro exemplo de sinal diacrítico. A língua inglesa não admite sinais diacríticos em seu alfabeto.

Pode-se afirmar que a transliteração ideal, implicaria na completa reversibilidade entre alfabetos, de tal forma que uma pessoa que lê um nome

geográfico no alfabeto alvo seja capaz de reconstruir sua forma original no alfabeto fonte. A transliteração pode ser aplicada entre alfabetos diferentes e alfabetos silábicos onde, em princípio, um caractere gráfico específico sempre representa o mesmo som. Quando se tratar de alfabetos logográficos, como o chinês e o japonês kanji, essa idealização do processo de transliteração não pode ser aplicada, pelo fato de que um caractere gráfico possui uma característica semântica, com significados, e não apenas de som.

Tome-se como exemplo a transliteração do grego em alfabeto romano. O endônimo da capital da Grécia, em alfabeto grego, é Αθήυα. Pode-se decidir que, para a letra θ, substitui-se pelo dígrafo romano th. Na transliteração, Αθήυα então se torna Athenas. Se um determinado usuário da informação conhece o alfabeto grego (mas não necessariamente entende grego), ele pode reconstruir a forma original *Αθήυα* da forma transliterada *Athena*. Esse processo se chama re-transliteração. Entretanto, o mesmo usuário pode usar a chamada legenda de transliteração que especifica a correspondência um para um entre os caracteres grego e romano. (IBGE, 2007).

A transliteração é aplicável também a alfabetos silábicos. Logo, os caracteres japoneses katakana para as sílabas em k, por exemplo, são representados similarmente no alfabeto romano por ka, ki, ku, ke, ko. Uma lista de regras para a transliteração de um alfabeto silábico para um alfabeto gráfico, é chamada de um silabário de transliteração (IBGE, 2007).

Existe um caso especial e singular de transliteração para o alfabeto romano, chamados de romanização. Sua importância particular é tal, que o UNUEGN e as Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, têm convocado todos os países, cujo alfabeto não é o romano, para adotar um sistema de acordo único de transliteração, convertendo seus alfabetos em romano, a ser adotado também pelas Nações Unidas.

Este é chamado de o princípio da romanização única. Eventualmente as regras para a romanização são desenvolvidas e prescritas por um órgão acadêmico, como uma academia de línguas ou uma universidade, embora o mais interessante, fosse que a autoridade em nomes geográficos de cada país pudesse se responsabilizar por essa tarefa, para em seguida incluir o resultado em seus próprios bancos de dados de nomes geográficos nacionais.

A principal vantagem da transliteração consubstancia-se na reversibilidade, o que a transforma em uma ferramenta assaz útil. Uma organização cartográfica nacional, num país com alfabeto não-romano, que deseja produzir edições de seus mapas em diferentes línguas, pode imprimir seus mapas usando o alfabeto romano para leitores de qualquer língua, seja francês, espanhol, inglês, turco, zulu, etc. numa única versão, pois todos nestes países compreendem este alfabeto.

A organização pode chegar a isto, sem precisar mudar a ortografia de centenas ou, talvez de milhares, de seus nomes geográficos nas edições em diferentes línguas.

A principal desvantagem de um sistema de transliteração é que ele, apesar da vantagem da reversibilidade, traz uma inconveniência, ou seja, o fato dos diacríticos e letras especiais introduzidos, geralmente não possuírem significado nos alfabetos das várias línguas. Esta é a razão pela qual uma legenda de transliteração é necessária para cada língua (no caso acima, uma legenda de romanização em francês, espanhol, etc.). Entretanto, para o produtor do mapa ou Atlas esta é a opção menos custosa, quando em contrapartida, houvesse a necessidade de se converter e re-imprimir todo o corpo de nomes geográficos nestes produtos (IBGE, 2007).

2.4.2 – A Transcrição

Os parágrafos anteriores demonstraram como os signos gráficos ou silábicos de um nome geográfico, podem ser convertidos de um alfabeto para outro através da transliteração. Isto é usado principalmente para converter endônimos locais em um alfabeto estrangeiro, como no caso da romanização. A transcrição, por outro lado, é usada de forma predominante para converter sons de línguas estrangeiras no alfabeto de uma língua local.

Nesse momento da explanação, vale a pena discorrer de forma resumida sobre a diferença fundamental entre a transliteração e a transcrição. A transliteração transpõe um nome de um alfabeto para outro. A transcrição, da palavra latina scribere, significando escrever, é a conversão escrita da forma endômica de um nome geográfico de uma língua para outra, usando o alfabeto

da língua alvo, apenas sem recorrer como na transliteração, a letras adicionais ou especiais, diacríticos ou outros marcadores.

Talvez a maior vantagem da transcrição resida no fato de que um leitor da língua alvo que deseja pronunciar um nome estrangeiro será capaz de bem executar a ação a que se propõe. Se o nome for apresentado a ele via transliteração, ele provavelmente hesitaria diante do nome e seu diacrítico.
Embora possa ser estranho ao sistema vocal articulador do leitor, o mesmo pode, quando ler uma transcrição, pelo menos aproximar-se da forma oral, sem nenhuma ajuda externa como uma legenda de transliteração. Naturalmente isto só irá ocorrer, desde que os sons incluídos na sua língua possam reproduzir àqueles do nome estrangeiro.

A transcrição, como o segundo dos métodos de conversão de nomes, é portanto a transformação puramente fonética de um nome, em escrito, de uma língua para outra. Este foi o método usado pelos primeiros exploradores e descobridores, e também outros viajantes, que tentaram reter para uso posterior, o som de nomes estrangeiros que tinham ouvido e aprendido com os povos originários, com os quais se depararam nas terras recém-chegados. Este fato ocorreu no Brasil, quando aqui aportaram os europeus ao encontrarem os nativos que se comunicavam em tupi.

Isto não aconteceu apenas de forma utilitária, mas para o benefício de navegadores e viajantes posteriores, em geral através dos serviços de cartógrafos que registravam e publicavam os nomes de forma permanente, nos mais diversos espécimes cartográficos que produziam, tornando de certa forma oficiais, os nomes geográficos que definiam as primeiras feições geográficas nominadas no Brasil.

A transcrição é geralmente um processo não-reversível. Isto significa que, após o nome geográfico ter sido transcrito de uma língua para outra, a sua re-transcrição para a língua fonte original não necessariamente produz o nome original. Esta é uma desvantagem específica para qualquer um que deseja reconstruir a forma do nome no seu alfabeto original a partir da forma transcrita achada em um mapa ou texto. O seguinte exemplo irá esclarecer isto.

A transcrição do nome inglês Chichester em alemão, por exemplo, num Atlas escolar, resultaria em Tschitschester, que é o mais próximo para expressar os sons da língua fonte original no alfabeto da língua alvo sem se

recorrer à simbolização especial. Mas agora, tentando transcrever Tschitschester em inglês, poderá resultar em Tshitschester, Tchitchester, Tshitchester ou Tchittsherter, além do original Chichester (IBGE, 2007).

Como resultado desta não-reversibilidade e por causa da adaptação da língua alvo, a transcrição pode ser considerada como um método menor, pouco "profissional" - de conversão de nomes.

Tome-se como exemplo um mapa inglês da Federação Russa usando a romanização aprovada pelas Nações Unidas. A legenda da romanização para a Rússia estabelece que a letra cirílica Ч é representada por č. Isto poderia ser ininteligível para um leitor inglês, por exemplo. Portanto, a nota de transcrição "pronunciado como o inglês ch" deve ser acrescentada, a fim de melhor clarificar o significado final.

2.4.3 A Tradução

A tradução é definida como a mudança da formas escritas das palavras, de um idioma para outro idioma. Muitas vezes quando isso ocorre, o nome traduzido torna-se padrão de escrita naquele idioma, ganhando assim tradição e será sempre escrito daquela forma: torna-se um exônimo. Uma área de floresta na Alemanha, que lá é conhecida como Schwarzwald, quando traduzida do idioma alemão para o português torna-se Floresta Negra, ganha tradição na língua portuguesa, e será sempre conhecida como tal e não Schwarzwald. Floresta Negra torna-se assim um exônimo em português de Schwarzwald. A maior dificuldade nesse caso, é conhecer ou definir os critérios adequados, para se saber se um nome geográfico possui ou não tradição de tradução, num determinado idioma.

Dessa maneira, a tradução transplanta um nome geográfico lingüisticamente de uma língua fonte para um língua alvo. Quando comparada com a transliteração e a transcrição, a tradução não se propõe a preservar uma forma falada original de um endônimo ou sua forma escrita, mas se preocupa em como nomear um lugar numa determinada língua alvo, não dando importância para a preservação do nome geográfico conforme grafado na língua fonte. A cidade fluminense de Nova Friburgo possui um nome transplantado da cidade suíça Fribourg, batizada que foi pelos primeiros

trabalhadores assalariados suíços, trazidos por D. João VI, que se instalaram naquela região serrana do estado do Rio de Janeiro.

Por conseguinte pode-se afirmar que a tradução é a expressão do significado de uma palavra numa dada língua, a língua fonte, em termos de outra, a língua alvo. Explana-se em seguida, como esse processo se aplicaria aos nomes geográficos.

Uma das diferenças entre um nome próprio comum e um nome geográfico, é que enquanto o primeiro pode ser encontrado com seus significados em um dicionário comum ou léxico (falamos, portanto, de tradução lexical), o nome geográfico será encontrado apenas num glossário geográfico ou gazetteer.

A tradução, sendo a conversão de um nome geográfico de uma língua para outra, requer que a língua alvo seja especificada explicitamente ou implicitamente.

Quando afinal deve-se recorrer à tradução para a conversão de nomes? Principalmente quando o nome geográfico inclui um termo genérico "traduzível". Naturalmente, nomes geográficos são em geral traduzidos quando tratamos com feições topográficos fora da nossa própria região lingüística. Um caso comum ocorre quando se prepara um Atlas geral em uma língua específica. Deve-se traduzir alguns dos nomes para a língua alvo, de modo a transmitir melhor ao leitor do país dessa língua a natureza da feição geográfica nomeada, desde que, enfatize-se, exista a tradição de manter-se o exônimo nessa determinada língua alvo.

Ao decidir pela tradução de um nome geográfico, deve-se checar o seu significado e "isolar" suas partes traduzíveis. De forma geral, existem duas principais possibilidades em relação à tradução.

O nome em questão é um nome simples não-traduzível ou não é traduzido por outras razões.

O nome geográfico é composto (elemento genérico e elemento específico). Dessa maneira, existem as seguintes possibilidades quanto a tradução desse nome geográfico:

Apenas o elemento genérico é traduzido;
A tradução é aplicada apenas ao elemento específico;
Os elementos específicos e genéricos são traduzidos.

Os três processos de conversão de nomes - transliteração, transcrição e tradução - demandam diferentes qualificações por parte do especialista em nomes geográficos. A transliteração e a transcrição estão envolvidas com os sistemas de escrita, por um lado, e com a pronúncia por outro lado, enquanto a tradução, demanda um conhecimento de línguas. Um bom especialista em nomes geográficos, deve combinar habilidades, englobando estas áreas da lingüística.

Em resumo pode-se afirmar que:

a) a transliteração é definida como o procedimento de conversão das letras de vários alfabetos escritos, para outras letras equivalentes, associadas com outros alfabetos escritos. Nesse caso a Romanização, consubstancia-se nas mudanças de conversão das letras de alfabetos não romanos para letras do alfabeto romano. Além da romanização dos termos chineses, decidida pelo governo chinês a partir de 1958, outros países adotaram sistemas de transliteração romanizados: Japão, Bulgária e Rússia, são alguns desses, dentre outros.
b) A transcrição converte o som dos elementos de uma linguagem ágrafa (não escrita), para um sistema de signos de uma linguagem escrita, que usa um sistema convencional de caracteres e símbolos.
c) A tradução converte as formas escritas das palavras, de um idioma para outro idioma.
Um exemplo: a capital do Egito escrita em árabe é ةوهآآ traduzida para o português é Cairo; transliterada considerando o padrão PCGN do Board Geographical Name dos Estados Unidos transforma-se em Al Qãhirah.

2.5 – O Conceito da Geonímia

Em termos conceituais, vale refletir com mais minúcias sobre uma outra terminologia que abrange o estudo da nomenclatura geográfica. Refere-se ao termo retro-citado Geonímia que, segundo (HOUAISS, 1983), conceitua-se da seguinte forma:

> "Por geonímia ou nomenclatura geográfica entendem-se, assim, os nomes próprios dos lugares e acidentes geográficos, também tradicionalmente ditos toponímia e topônimos, respectivamente... A noção de topônimo, deve nesse contexto ser ampliada, razão por que preferimos o neologismo geônimo, nome próprio de qualquer acidente gráfico, físico ou político... Já que busca, dentre outras coisas, dar aos antecessivos nomes que cada acidente geográfico nosso teve, dando-lhe, ademais, as coordenadas geográficas de identificação, mesmo daqueles que, pela escala e densidade dos nomes inscritos, não constem dos mapas".

Enfatize-se a definição de (HOUAISS, op. cit) ao observar, que por geonímia ou nomenclatura geográfica, entendem-se os nomes próprios de lugares e acidentes geográficos, também tradicionalmente ditos toponímia e topônimos, respectivamente.

Aqui nesse estudo, concorda-se com a ampliação do arcabouço conceitual proposta por este autor, principalmente pela possibilidade disponível da representação gráfica do nome geográfico, e do fornecimento de coordenadas (latitude e longitude) aos nomes geográficos.

Como um dos enfoques que se dará a este estudo, será a diacronia[2] da nomenclatura cartográfica num contexto de representação cartográfica, isto significa, antes de tudo, uma clara forma de referenciar geograficamente as ocorrências da nomenclatura geográfica da superfície terrestre, particularizada

[2] Caráter dos fenômenos lingüísticos estudados do ponto de vista de sua evolução no tempo. (KOOGAN/ HOUAISS, 1995),

na divisão político - administrativa do território fluminense, do século XVI aos dias atuais.

Em outras palavras: nesta pesquisa avalia-se de vital importância, amarrar com coordenadas geográficas quaisquer feições geográficas recorrentes na superfície terrestre. Entendido, portanto, os nomes geográficos como recorrentes no território, e perfeitamente passíveis de serem localizados através de coordenadas geográficas ou georreferenciados, se assumirá nesse estudo, a preferência na utilização do termo geonímia para retratar a ciência do estudo dos nomes geográficos, pelo fato de evidenciar de forma bastante explícita na sua conceituação, a possibilidade do fornecimento de coordenadas geográficas aos nomes geográficos, daqui por diante, nessa pesquisa, chamados geônimos.

Além disso, considera-se que o vocábulo Geo (Terra), sob o aspecto conceitual, torna-se mais específico, e melhor caracteriza, qualquer fenômeno que ocorre sobre a superfície terrestre, passível de posicionamento geográfico, quando comparado ao vocábulo Topos (lugar), que se ocuparia de qualquer lugar: extraterrestres, espaço virtual na Internet etc. Isso se aplica naturalmente, também no contexto do assentamento dos nomes geográficos sobre a citada superfície terrestre, e passíveis de representação cartográfica.

O termo geônimo nesse estudo fica então conceituado como: os nomes geográficos, sob uma perspectiva histórica, etimológica e etnográfica, identificadores de quaisquer feições geográficas naturais, ou antropizadas, recorrentes sobre a superfície terrestre, e passíveis de serem georreferenciados. (MENEZES E SANTOS, 2007).

Nesse ponto, abre-se espaço para uma reflexão, de como georreferenciar os geônimos em banco de dados, segundo a estrutura geométrica das feições geográficas que nomeiam, de acordo com a escala cartográfica de representação. No caso de feições que possam ser representadas como elementos pontuais – cidades, vilas, aeroportos, portos etc. - ou poligonais – lagoas, baías, lagos etc. - parece não haver dúvidas, que deverão ser representadas por um par de coordenadas simples: latitude e longitude da feição pontual, ou latitude e longitude do centróide do polígono, no caso de feições poligonais.

A dúvida existe no modo de georreferenciar feições lineares, principalmente os cursos d'água, estradas, ferrovias e assemelhados. Nesse estudo, não irá ocorrer a georreferencia de feições lineares, pois as sedes dos municípios serão consideradas feições pontuais, na escala estudada.

Deixa-se, sob o ponto de vista desse estudo, a sugestão para que em trabalhos futuros, se faça a referencia geográfica dos cursos d'água com um par de coordenadas na nascente e outro par para a foz; e no caso das feições viárias, registrem-se os pontos iniciais e finais das mesmas, sempre que a denominação da via for alterada. A rodovia brasileira, cuja sigla é BR-101, por exemplo, possui várias denominações locais e regionais, ao longo do seu traçado principal. A sugestão daqui exarada é para que, em cada uma destas alterações de denominação, faça-se o registro de um par de coordenadas.

Com relação ainda ao referenciamento geográfico da geonímia, principalmente das feições geográficas de geometria linear, ainda não existe consenso quanto à uma maneira única de efetivá-lo. No Canadá, por exemplo, a recomendação do Conselho de Nomes Geográficos do Canadá, é considerar o centro da feição geográfica como o ponto principal, para registrar uma referência de localização exata. Para feições de água corrente, a foz é considerada o ponto principal (a nascente também pode ser registrada). Para estradas e rotas, os pontos finais e os pontos centrais devem ser registrados. CANADÁ (1992).

A Coordenação de Cartografia do IBGE, por outro lado, ao georreferenciar os nomes geográficos da CIM em meio digital, considerou que a coordenada principal de feições lineares deve coincidir com o elemento médio da feição, além disso, obter coordenadas de pontos de interesse da feição, de modo que se obtenha pelo menos: a) um par de coordenadas a cada articulação de folha na escala de 1 :25.000, por onde estende-se a feição; b) um par de coordenadas a cada município por onde estende-se a feição. IBGE (2007). Como se depreende, o tema ainda deve suscitar algumas discussões, até que se chegue a um consenso sobre o georreferenciamento dos nomes geográficos, principalmente no que concerne às feições lineares.

Fique claro ainda, que ao escolher trabalhar-se aqui com o conceito geônimo, não se menospreza a importância fundamental do termo Toponímia, outrora consagrado, como área do conhecimento científico autônomo desde o

século XIX na França, e largamente utilizado em brilhantes estudos posteriores sobre a temática em tela.

A escolha no presente estudo pelos termos Geonímia e Geônimo na identificação dos nomes geográficos, deve-se única e exclusivamente pela opção do autor, em função da ênfase que se deseja destacar para a importância do georreferenciamento dos nomes geográficos, singularizando-os no território, e em adendo, possibilitar-lhes uma amarração inequívoca sobre a superfície terrestre, passível de armazenamento em ambiente de banco de dados referenciados geograficamente. Isto posto, cabe acrescentar que apesar da consideração retro-mencionada, a classificação da motivação do nome geográfico nesse estudo, será concretizada nos termos relacionados no método científico proposto por DICK (op.cit), conforme será explanado no capítulo 5. Reitera-se, portanto, o reconhecimento da sinonímia existente entre os termos toponímia, nomes de lugares, nomes geográficos e geonímia, respeitando-se a aplicação de cada um, de acordo com o contexto científico enfatizado.

RANDALL (op. cit) prefere, ainda, utilizar o termo em inglês *place name* (nome de lugar), lembrando, entretanto, que a ONU prefere o termo geographic name ou geographical name (nome geográfico). Reitera que muitos outros países, preferem o termo toponym (topônimo), pois a mesma ONU o define como “um nome aplicado a uma feição topográfica”. Reporta que o termo topônimo vem ganhando adesões, porém em seu ponto de vista, encontra-se relacionado de forma mais apropriada a feições encontradas no campo, e preferido dos estudiosos em nomes geográficos que os pesquisam numa perspectiva acadêmica ou lingüística.

Em suas palavras afirma, com relação à padronização dessa conceituação o seguinte:

> *“... Existem variações de entendimento na terminologia dos conceitos associadas aos nomes dos lugares. Devido a isso, inconsistências podem ocorrer, em função das diferenças nas diferentes linguagens. As diferentes interpretações dos termos conceituais, inserem de forma natural, um determinado grau de não padronização nos programas nacionais e internacionais dos*

países. De forma similar, nos textos submetidos nas reuniões das Nações Unidas, assim como nos comentários efetuados, pode ocorrer diferenciação de entendimento entre os participantes. Um dos desafios neste campo do conhecimento será dispor de termos e definições universalmente aceitos".

Tradução do autor.

Percebe-se, dessa forma, que muito há que se caminhar com relação ao entendimento nivelado sobre a conceituação dos nomes geográficos, geonímia e nome de lugares, pois até hoje, ainda não existe consenso a respeito da padronização dos conceitos que circundam a temática. Hoje o que se pode afirmar, é que existem algumas aproximações conceituais sobre os termos citados acima. A exceção é o significativo arcabouço conceitual que existe com relação ao termo Toponímia, tanto na vertente internacional, quanto na nacional, principalmente no que concerne às ciências lingüísticas.

Capítulo 3

Aspectos Relevantes dos Nomes Geográficos

Nas sociedades humanas o conceito de cidadania, pode-se afirmar, inicia-se quando nascida uma criança, é a mesma registrada num cartório civil. Nesta ocasião emite-se uma certidão de nascimento, e a mesma é identificado por um nome, que salvo em raríssimas exceções, a acompanhará por toda a sua existência. Sem o cumprimento desta espécie de ritual de iniciação na sociedade civil organizada, é como se este ser recém-chegado, não existisse para esta mesma sociedade. O corpo social exige que todos os seus cidadãos, sejam legalmente registrados e identificados por um nome.

Ao refletir-se num raciocínio análogo, pode-se deduzir que a maioria das porções da superfície terrestre, ou grande parte das feições geográficas recorrentes no espaço geográfico, não identificadas por um nome, remete-nos a admitir a sua não existência como lugares conhecidos e vivenciados pela sociedade humana. Seriam formas amorfas, simples componentes da litosfera ou hidrosfera terrestre. Lugares *inexistentes*, sem o *status* do *lugar cidadão* que todo local nomeado possui.

> *"No âmbito cartográfico, a toponímia é como um registro civil do lugar. Com efeito, eliminem-se da carta os topônimos e a área representada tornar-se-á inerte, morta e incógnita, apesar de todo o seu enquadramento posicional sobre a superfície terrestre" (FURTADO, 1956).*

Cabe observar que, em função da necessária seleção cartográfica que ocorre, quando se migra de escalas maiores para escalas menores, algumas feições geográficas, e em concomitância alguns geônimos, podem ser suprimidos por força deste processo de migração entre as escalas.

A partir do primeiro registro de um geônimo num documento cartográfico, seria como se a feição terrestre aí denominada, nascesse para a

sociedade, e a partir de então, fosse reconhecida como uma ocorrência com uma existência real. Algo que possui uma identidade e um correspondente registro legal. Alguém poderia imaginar um mapa ou carta sem os geônimos? Seriam como correspondências em branco, mudas. Sem a identificação geonímica, as representações cartográficas nada comunicariam a respeito das marcas da humanidade sobre a face da Terra. De acordo com (CORRÊA E ROSENDHAL, 2003), *"... as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença do homem".*

Mapeados, os nomes geográficos irão identificar os lugares e encher de orgulho àqueles que lá nasceram, no que concerne principalmente ao adotar o gentílico[3] local, que em algumas regiões do mundo pode até sobrepujar-se ao orgulho da nacionalidade. Recorde-se, nesse particular, recente experiência vivida pelo autor na Espanha no ano de 2005, de forma mais precisa, na cidade de *La Coruña*, região do estado da Galícia na Espanha, quando ao indagar de um comerciante se a nacionalidade do mesmo era espanhola, este o contestou, resvalando em sua resposta, entre o sentimento de ter sido ofendido e o orgulho de sua origem: *"- Não, sou da Galícia e falo galego!"*.

Esse fato torna-se perfeitamente justificável, quando se aprofunda um pouco na contextualização histórica daquela região, que desde sempre procurou colocar-se numa posição ímpar, em relação a uma possível agregação à cidadania espanhola. Esta autonomia de batismo dos lugares, no idioma galego, encontra-se respaldada por lei do estado da Galícia a qual reza:

> *"A Junta de Galícia é a responsável pela determinação dos nomes oficiais dos municípios, territórios, centros populacionais, sistema viário que interconectam as cidades e nomes dos lugares em geral" (SANTAMARINA FERNANDEZ, 2005).*

[3] Termo utilizado para caracterizar pessoas que nascem num determinado território local, nacional ou internacional.

No estado da Catalunha, outro singular estado espanhol, ocorre fenômeno semelhante na afirmação de individualização étnica, materializada também pela peculiaridade lingüística na nominação das feições geográficas.

Difícil seria imaginar, por exemplo, a mesma resposta do galego, dada por um paulista ou carioca, ao ser questionado se é brasileiro. Como aqui a identificação nacional, sobrepõe-se normalmente à local, pode-se supor que a resposta seria: *"- Sim, sou brasileiro de São Paulo ou do Rio de Janeiro !"*.

Qualquer ocorrência terrestre é nominada, a partir do instante do tempo em que reflete alguma significância de identidade e conseqüente motivação, relacionada ao corpo social que a adotou. Esse significado poderá assumir aspectos diferenciados, relacionados de forma preferencial aos jogos do poder, políticos, sentimentais, históricos, culturais e econômicos.

A seguir seguem alguns exemplos, os quais, avalia-se aqui, tornam-se deveras necessários para esclarecer de forma mais alentada e com mais profundidade, as diferentes vertentes de significados assumidas pelos nomes geográficos, no contexto do corpo social que os adota.

3.1 – A Evolução da Ciência dos Nomes Geográficos no Mundo

Na América do Norte os Estados Unidos desde o ano de 1789, no início da exploração daquele território, deram-se conta os norte-americanos, da necessidade de padronizar o nome dos lugares, pois os desbravadores europeus grafavam em seus mapas os nomes dos lugares conforme os escutavam, muitas vezes proferidos pelos nativos locais. Estes desbravadores, necessariamente não eram das mesmas regiões da Europa. Eram ingleses, franceses, irlandeses, do país de Gales, dentre outros.

Nesse ponto, se abre um parêntesis, para explanar mais amiúde sobre a importância da fonética (pronúncia) na coleta dos nomes geográficos, e conseqüente grafia em documentos cartográficos: uma determinada comunidade pode não ser capaz de pronunciar corretamente um nome estrangeiro, ou até mesmo, escutá-lo corretamente. Na maioria dos casos, ao escutar os sons, deformam-nos ao grafá-los. Muitos europeus, por exemplo, são incapazes de pronunciar o som correto da sílaba árabe *gh*, som esse presente em palavras como "Ghazza" e "Benghazi". O que ocorre com

freqüência é uma deformação, substituindo o sutil som do idioma original por um áspero *g*, o que resulta em Gaza ou Bengazi.

Um outro exemplo, da importância da fonética na denominação dos nomes, é a história do nome da cidade de *Yucatán* no México. Quando o colonizador espanhol chegou pela primeira vez naquele lugar, e inquiriu o nativo maia local a respeito do nome da localidade, utilizando como tradutores, nativos de outra parte do continente americano que os acompanhavam, receberam como resposta, algo que entenderam como *Yucatán*, e assim foi denominado aquele lugar. Na realidade o que o nativo maia respondera ao ser inquirido foi : "- *Iusutan*", cujo significado em sua língua é: " - Não compreendo o que me dizes".

A letra "r" é pronunciada na palavra "porta" de forma diferente por paulistas e cariocas. Os naturais da cidade do Rio de Janeiro pronunciam o "r" de forma mais arrastada (influencia francesa ou proximidade do litoral?), enquanto os paulistas o pronunciam de forma mais áspera (influencia italiana ou distância do litoral?). Esse é um típico exemplo, onde as diferenças culturais que influenciam a evolução histórica de um determinado lugar, também modificam a fonética dos nomes geográficos.

RANDALL (2001) reporta, que o nome do Canadá teria sido dado quando um navegador de origem portuguesa, ao avistar a costa canadense pela primeira vez, registrara em seu diário de bordo: "*Isso ça nada*". Os canadenses refutam essa versão, e afirmam que o nome tem origem dos povos nativos daquele país.

Os desbravadores europeus ao cruzarem o território norte-americano de leste para oeste ao longo dos anos, e em diferentes épocas sazonais, permitiram a ocorrência de grafias diferentes para as mesmas ocorrências geográficas.

Um mesmo rio, por exemplo, em diferentes épocas do ano poderia ter suas águas aparentando a cor negra ou vermelha. Dessa forma ganhava o nome de *Rio Negro* ou *Rio Vermelho*, dependendo da época, e este nome ia compor o documento cartográfico, fato esse, que certamente em determinadas ocasiões, geraria distúrbios, pela natural inconsistência decorrente RANDALL (*op cit*).

Outro grande problema, era ocasionado pela inconsistência dos nomes de feições marítimas nas cartas náuticas, com nomes de ilhas; baías e foz de rios grafados de forma equivocada, o que muitas vezes, levavam os navios para lugares perigosos, e não raro, determinavam a ocorrência de acidentes com vítimas fatais. Isto começou a se tornar um grande problema a ser equacionado.

Parte da solução para resolver estas inconsistências na grafia de nomes geográficos, passava pela criação de uma instituição que padronizasse e regulamentasse esta matéria. Daí surgiu a criação no ano de 1890, em lei promulgada pelo Presidente Harrisono, o *U.S. Board on Geographic Names*. A missão principal desta junta foi uniformizar a nomenclatura geográfica, orientando através de suas normas, não apenas a grafia nos mapas e cartas, mas também os textos em que os mesmos aparecem.

Compõem o *Board* várias instituições americanas como *Coast and Geodetic Survay, Department of State, Treasury Department, War Department, Navy Department, Post Office Department end Geological Survey.*

Na lei promulgada, foi estabelecido que todas as decisões emanadas do Conselho do *Board* seriam acatadas por todos, buscando padronizar os nomes geográficos de forma que a cada feição geográfica identificada e registrada nos mapas, correspondesse uma, e apenas uma única identificação, pronúncia (com exceção dos acentos regionais – sotaques) e grafia. Todos os nomes coletados, antes de serem grafados nos mapas, devem ser revistos e aprovados pelo Comitê. Estudam também a padronização de nomes estrangeiros, nos mapas americanos. RANDALL (*op.cit).*

Os norte-americanos foram os pioneiros na padronização dos nomes geográficos, porém existem desde 1871, intensos debates internacionais, a partir do Congresso Geográfico Internacional realizado na cidade de Antuérpia, que objetivam padronizar ou normalizar, a grafia dos geônimos.

Essa competência nos dias de hoje, encontra-se a cargo da Comissão de Documentação (ISO/TC46), instalada no âmbito da ISO *(International Standardization Organization)*, da Organização das Nações Unidas (ONU). No decurso de todo o tempo decorrido desde o Congresso de Antuérpia, os objetivos propostos no encontro ainda não foram totalmente atingidos. Em essência, esses objetivos são os seguintes:

- Tomar como base um sistema alfabético, e com ele grafar os nomes geográficos de línguas que não são escritas, ou não são escritas com caracteres latinos. Dentre estes se pode citar: o árabe, o hebraico, o russo, o búlgaro, o sânscrito, o hindi, o japonês, o chinês etc. O sistema alfabético tomado como base foi o latino, caso em que se procede a latinização ou mais propriamente a romanização dos nomes.

- Fixar as formas por que cada nome geográfico deve, uma vez romanizado, tornar-se de forma inequívoca, aceito internacionalmente.

Mesmo que nem todos os objetivos propostos para a normalização, tenham sido atingidos de forma plena, inúmeras iniciativas foram postas em prática por vários países de idiomas não latinos.

O Canadá vislumbrou a necessidade de estabelecer uma comissão em nomes geográficos no final do século XIX, quando o mapeamento de recursos além das fronteiras de ocupação exigiu a regulamentação destes nomes e a padronização da identificação de feições. Para atender esta necessidade em 1897, foi implantado o então chamado Conselho Geográfico do Canadá. Posteriormente, respectivamente em 1948, 1961 e 2000 teve o nome modificado para Conselho Canadense de Nomes Geográficos, Comitê Canadense Permanente de Nomes Geográficos e finalmente para Conselho de Nomes Geográficos do Canadá (*Geographical Names Board of Canada – GNBC*).

O Canadá conta ainda com um Grupo de Estudos de Coronímia e de Terminologia Geográfica, associado ao departamento de Geografia da Universidade Laval. (DICK, *op.cit.*) reporta ainda, sobre a utilização do termo *Coronímia*.

> *"Por englobar uma gama mais extensa de fenômenos e um campo mais amplo de pesquisas, como a análise de diferentes partes do espaço terrestre, extraterrestre e submarino, além dos nomes de estabelecimentos comerciais e de ensino e de edifícios residenciais".*

O termo foi registrado, a título de sugestão, pela II Conferencia das Nações Unidas para Normalização e Padronização dos Nomes Geográficos de 1972.

Na França, a relação que chega do campo, onde é realizada a coleta primária dos topônimos, em operação denominada reambulação, segue direto para uma comissão que examina cada nome, ortografia e etimologia. Só após passarem pelo crivo da Comissão de Nomes Geográficos, os nomes são liberados para a produção cartográfica.

3.2 – Os Nomes Geográficos na Legitimação do Poder Político

Na cidade de Mossoró (RN), existe um grupo familiar que há décadas possui o domínio político e de poder locais: os Rosado. De onze pleitos municipais, desde 1948 até hoje, só perdeu uma eleição. Uma das estratégias utilizadas pelo grupo familiar, para legitimar o poder e a apropriação política daquele território, é fazer da cidade uma geografia de uso político. Naturalmente em benefício próprio. FELIPE (2000), explana que esta apropriação também se dá pela nomenclatura dos lugares:

> *"... Uma marca que cartografa a cidade levando o nome dos Rosados, para nomear ruas, praças, bairros, logradouros, conj. habitacionais, escolas, auditórios, instituições e monumentos "*

> *"... Essa marca que se apropria da cidade não se fez só, ela se apóia e divide a nomenclatura que se lê nessa geografia, com a história – a memória – as rugosidades que sustentam o imaginário social. As imagens retiradas daí são de liberdade, bravura, resistência que se espalham no nome das ruas, praças, logradouros públicos, instituições públicas e privadas..."*

> *"... Essa geografia expressa nas formas da cidade se completa com o nome dos heróis, os fundadores da cidade, os comerciantes – sua primeira elite, os abolicionistas, aqueles que*

retomaram o "sonho cosmopolitano" e os que resistiram ao bando de Lampião..."

Dessa forma o nome do clã dos Rosado aparece registrado nos espécimes cartográficos, em nada mais, nada menos, do que cerca de setenta logradouros na cidade de Mossoró, dentre ruas, avenidas, praças, aeroporto, clínicas, auditórios, centros culturais, bairros, conjuntos habitacionais etc. Uma explícita forma de manutenção da hegemonia do poder, numa de suas vertentes de legitimação mais apropriadas, qual seja: através dos nomes geográficos recorrentes no território e legitimados pela representação cartográfica.

Cite-se também, o caso da mudança dos nomes das cidades do Cazaquistão, após a sua independência da Rússia. Os nomes das cidades passaram da língua russa para a língua natal *cazaque*, claro exemplo de afirmação da identidade nacional, onde o nome geográfico atua com a clara função de desestabilização da antiga hegemonia russa naquele país. Ou ainda o caso da *hebraicização* dos nomes dos rios, montanhas e cidades de Israel, após 1948. *Tel Rabia*, fundada em 1909, passa-se a chamar *Tel-Aviv*, e a antiga *Um Haled* passa a *Netanya*. Objetivos claramente políticos e de afirmação de poder, mostrando como através das modificações da geonímia, fica facilitada a tarefa de dar visibilidade à Terra de Israel, reiterando a língua como herança histórica e fornecedora da identidade nacional. (CORRÊA, 2003).

Inúmeras vezes, ocorrem que os nomes geográficos são escolhidos em função do momento sócio-político vivenciado. A cidade russa de *Leningrado*, que assim se denominava no chamado socialismo real sob a égide do *stalinismo*, após o desmoronamento deste regime voltou a se chamar pelo seu nome original: *São Petersburgo*. Ainda na Rússia, essa influencia nos nomes geográficos determinada pelas conjunções políticas é bem antiga, pois no início do século XVIII onde predominava o elemento morfológico de origem germânica *bourg* na denominação da antiga capital: *São Petersburgo*, seguidos pelos nomes geográficos de outras cidades com influencia grega, compostos em *pol*, lexema oriundo da *polis* helênica: *Nikopol, Sebastopol* etc, substituídos mais tarde pelas denominações de origem eslava: *grad*. *Leningrado,* que como

observado anteriormente, volta a se chamar no século XX: *São Petersbourgo*, após a queda do muro de Berlin.

A comoção causada pelo assassinato do presidente americano John Kennedy em Dallas provocou na década de sessenta um surto de batismo de praças, avenidas, prédios, em várias cidades brasileiras com esse antropônimo americano, aí transformado em geônimo nacional, em várias partes do território brasileiro.

Um dos exemplos mais marcantes da procura da legitimação do poder político através da marca dos nomes geográficos no território, ocorreu durante a ocupação germânica no território da França durante a Segunda Guerra Mundial. Nesta ocasião, os germânicos orientados por Hitler alteraram os nomes geográficos de muitos lugares na cidade de Paris, rebatizando-os com nomes germânicos em destaque nas placas. Em letras diminutas e sem destaque nas referidas placas, mostravam os antigos nomes franceses, conforme se encontra mostrado na figura 3.1. Óbvio que a partir da derrota dos alemães, os nomes franceses voltaram a vigorar, como antes da invasão germânica.

Figura 3.1 - Nomes de lugares parisienses alterados durante a invasão da França pelos alemães, durante a 2ª Guerra Mundial. Foto de Leandro Andrei a partir de informação colhida no Museu de *Invalides* em Paris.

A evolução histórica de alguns municípios mostra que de acordo com o período sócio-político, os geônimos são referidos a um especifico padrão tipológico motivacional. Assim, nos primeiros anos do desbravamento das terras e a colonização, os geônimos de motivação mítico-religiosa normalmente são os que predominam.

Era a sociedade da época expressando sua religiosidade e seu conservadorismo, sendo que a fé norteava esses primeiros difíceis anos de povoamento, onde a crença manifestava-se de forma coletiva, concretizada no nome dado aos logradouros com nomes de santos: *Nossa Senhora da Aparecida, Santo Antônio, Santa Isabel, São Benedito* etc. Em um período subseqüente, que se inicia no ano de 1964, constata-se que em função das características do novo regime político vigente, há uma alteração no batismo dos geônimos, que agora se caracterizam pelo espírito nacionalista, assim muitos lugares foram batizados como *Sete de Setembro, José Bonifácio, da Independência, 31 de Março*, dentre outros.

A partir do período político brasileiro (1985-1989) conhecido como Nova República, assiste-se a denominação de praças e logradouros com critérios duvidosos, tendo em vista a inexistência de lei que regulamente a matéria. É comum os vereadores darem nomes aos logradouros, para homenagear um amigo, um parente, pessoas muitas vezes sem qualquer vínculo com o lugar, e com a mesma facilidade, rebatizavam os lugares, assim que o homenageado se torna um desafeto político.

Em muitos casos a geonímia é o fator primordial na resolução de litígios entre porções territoriais, sejam países, como no caso das fronteiras internacionais do Brasil, quando o Barão do Rio Branco por meio de pesquisa de nomes geográficos em antigos mapas, estabeleceu epílogo favorável ao Brasil com relação a incorporação em nosso território as questões de Palmas e do Amapá COUTINHO (*op.cit*).

No estado do Paraná, uma questão litigiosa entre três municípios – Ventania, Tibagi e Piraí do Sul só foi solucionada a contento quando o Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná, ao consultar mapas municipais históricos da região, conseguiu sanar a dúvida com relação ao posicionamento de um determinado rio, em função do seu nome geográfico.

Os municípios de Piraí do Sul e de Tibagí foram criados respectivamente em 1881 e 1872, desmembrados do município de Castro e, do município de Tibagí, posteriormente em 1990, foi desmembrado o município de Ventania.

Com relação a divisa entre os municípios de Tibají e Piraí do Sul, com mais de um século de demarcação nunca houve dúvidas quanto a confrontação dos mesmos, sendo que o rio Quebra-Perna sempre foi o marco de limites entre estes municípios. Houve, entretanto, um equívoco na toponímia deste rio na folha de carta do DSG – Monte Negro - pois o Rio Quebra-Perna é o rio que nela consta como rio Caiapã. Esse equívoco alteraria os limites entre os referidos municípios, e várias propriedades registradas num município, pertenceriam na realidade a outro. Isto ocorreria, não fora à constatação da identificação correta, advinda da verificação em mapas municipais históricos da região de 1938, 1953 e 1960 além do mapa do estado do Paraná de 1960. Conforme pode ser visto nas figuras 3.2 e 3.3.

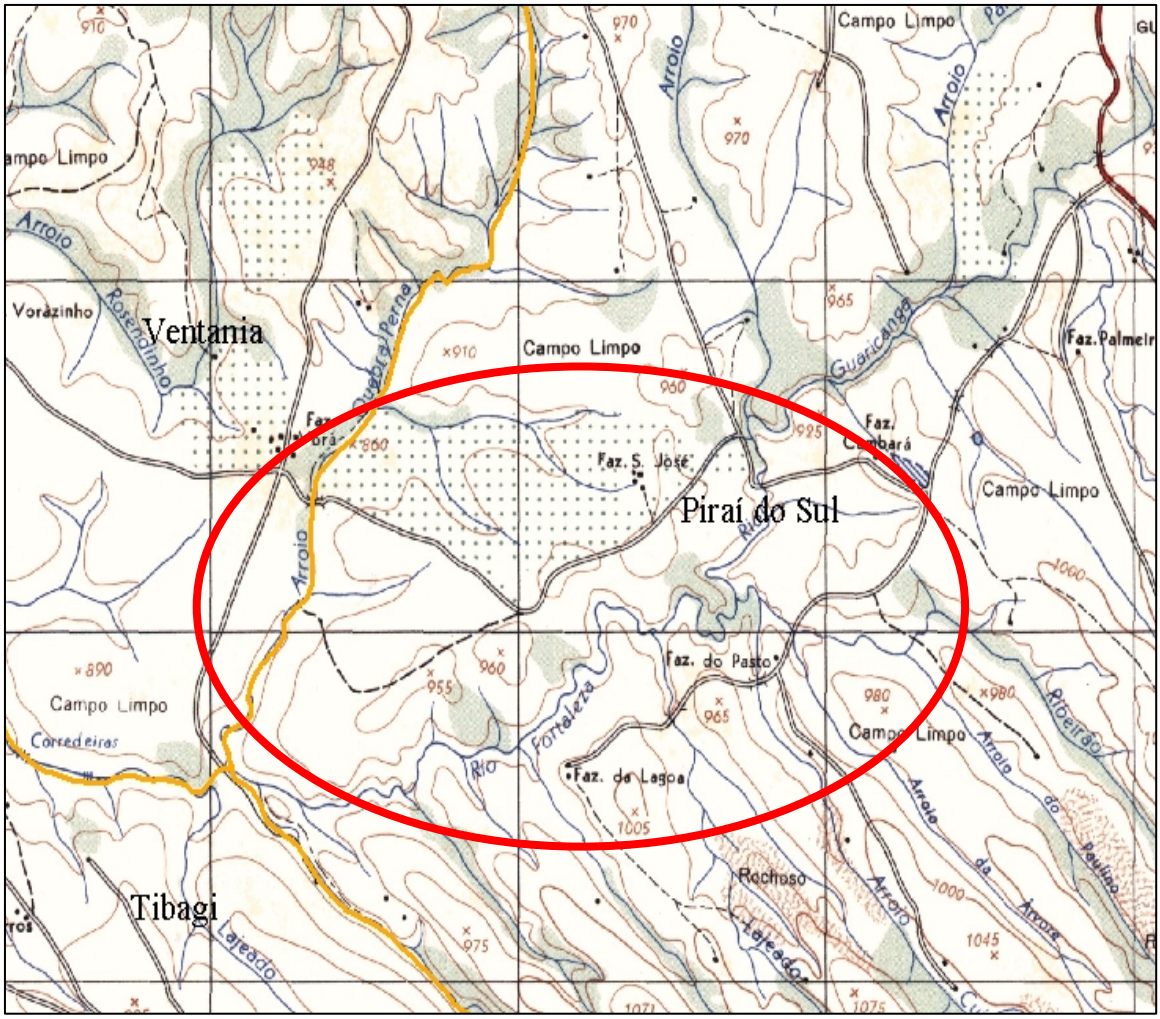


Figura 3.2 – Trecho de folha de carta topográfica com o traçado do limite entre os municípios Ventania, Tibagi e Piraí do Sul, no Paraná. Fonte: Folha Monte Negro de carta topográfica, escala de 1:50.000 da DSG.

Figura 3.3 – Mapa municipal histórico com o traçado dos limites e identificação dos rios. Fonte: Mapa Municipal de Piraí do Sul de 1953 editado pelo ITCG-PR.

3.3 – Os Nomes Geográficos e o Sentimento em Relação ao Lugar – Topofilia

O simples conhecimento do processo de nominação dos lugares pode por si só, sinalizar novos enfoques sobre estudos históricos e geográficos no amplo espectro num dado contexto regional, e sobre o próprio significado da geonímia no sentido etimológico e dos sentimentos envolvidos, no âmbito das povoações quando nomeiam os lugares onde vivem. Essa relação sentimental é conhecida como topofilia.

Topofilia aqui conceituado de acordo com TUAN (1987), como sendo :

> *"... o elo efetivo entre a pessoa e o ambiente físico em que vive e atua.....são variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam a superfície da terra...nem dois grupos sociais*

idênticos fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente em que vivem".

É possível também, existir topofilia associada à micro-locais como um bairro, rua ou até esquinas. O caso do morador da Tijuca, bairro da cidade do Rio de Janeiro é um exemplo ímpar. Único bairro da cidade do Rio de Janeiro que possui um gentílico, o tijucano típico realmente possui uma identificação singular com o bairro.

Reporta OLIVEIRA (2004), que um legítimo filho da Tijuca nunca fala que é da Zona Norte. Definitivamente não faz parte da Zona Sul e adora a Barra da Tijuca. A autora cria até uma tipologia para aqueles que de alguma forma tem ou tiveram alguma relação com o bairro:

"...Grau 1: Uma vez tijucano... Todos aqueles que tiveram alguma passagem pelo bairro e guardaram algum resquício.

Grau 2: o tijucano "muderno": São aqueles moradores que residentes e orgulhosos do bairro, conseguem freqüentar outros bairros da cidade, podendo freqüentar médicos, dentistas , mercados etc. em outros locais da cidade.

Grau 3.: o pseudo-tijucano: Todos aqueles que não moram na Tijuca mas gostariam de lá morar. Oriundos de outros bairros como Grajaú, Vila Isabel, Estácio, Rio Comprido, Praça da Bandeira, Méier etc.

Grau 4: o incurável: Aquele que vive no bairro e não reconhece vida inteligente fora dele. Assíduo freqüentador do Tijuca Clube e da Matriz do Sagrado Coração, esse tijucano não consegue se locomover por outros locais. Seu dentista, médico e banco têm que estar no máximo a quatro quarteirões da "praça". Possuem grave dependência química do café e doces do Palheta, compra apenas no Shopping 45, Shopping Tijuca ou Importadora Guanabara..."

O estudo empreendido por OLIVEIRA (1970), ao levantar as origens psicossociais dos topônimos brasileiros a partir do mapeamento da Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo 1:1.000.000, destacou uma tipologia motivacional dos nomes geográficos no Brasil. Uma destas denominou "Otimismo", cuja definição refere-se:

> *"... às denominações que o povo dá a uma fazenda ou a um rio, a uma serra ou a uma praia, extraindo da alma todos os seus* ***sentimentos*** *generosos." (Grifo do autor)*

Ainda segundo o estudo em tela:

> *"... É extensa a quantidade dos rios Grande, Campo Grande, Várzea Grande, etc. Quem já não ouviu falar num Mundo Novo, num Engenho Novo, ou numa Igreja Nova? Boa Vista se aplica a todos os tipos de topônimos. Enquanto há poucas denominações como Escuro, Fechado, Torto, Pequeno, Baixo, Sujo, Feio, Pobre, etc. é interminável a variedade de adjetivos como Claro, Verde, Azul, Alto, Largo, Formoso, Bom, Doce, Rico, Bravo etc., bem como de topônimos chamados Aurora, Boa Esperança, Bom Sucesso, Bom Retiro, Bom Futuro, Fartura, Fortaleza, Jardim Felicidade, Terra Verde, Triunfo, Boa União, Vitória etc."*

O que o leva a concluir *pelo "... caráter otimista e grandiloqüente da psique brasileira".*

Ao examinar os 35.326 topônimos da Carta CIM, pela classificação individual, a de ocorrência majoritária encontrada é o topônimo "... Grande", levando-o a concluir ainda, que esse fato prova que o brasileiro possui um complexo de grandeza deveras acentuado.

Afirma ainda TUAN (*op.cit*) que a interação entre as pessoas e os meios ambientes em que vivem, como respondem a ele, não pode ser conhecida diretamente no caso das cidades do passado – nem tampouco são conhecidos

na maioria das metrópoles do mundo - porque não existem levantamentos, entrevistas e nem observações minuciosas a respeito desta temática.

3.4 – Os Nomes Geográficos como Marcos Históricos Através da Cartografia

Não há dúvida, que ao nomear lugares os nominadores distribuem no território um sem número de fatores culturais. O livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, faz referencia a centenas de nomes geográficos estabelecidos há mais de 3000 anos atrás. Sem dúvida que estes nomes, dados há tanto tempo, ajudam hoje os pesquisadores de diversos campos do conhecimento, a melhor compreenderem fatos históricos e suas vertentes geográficas, culturais e antropológicas.

No Gêneses, de acordo com (DICK, 1990):

> *"... despontam acidentes geográficos, nomes de rios, os primeiros conhecidos, com suas nascentes no jardim que se chamou do Éden (do hebraico, "delícia", lugar de delícias), situado na banda do Oriente, e designados como Pison, Giom, Tigre, e Eufrates; destes, o terceiro ´corre pelo oriente da Assíria", os dois primeiros circundam respectivamente, as terras de Havilá e de Cuxe, que corporificam lexemas antroponímicos e não toponímicos, como pode sugerir o entendimento contemporâneo".*

Em tempos da antiga história, os nomes geográficos identificavam o dominador: àqueles que habitavam uma determinada porção do território. Assim: Hispânia "terra dos hispânicos", Gália "terra dos gauleses", Itália "terra dos ítalos, Germânia" terra dos germânicos. "Na época medieval, onde a terra supervalorizada atava o homem, há uma inversão na nominação dos lugares, no sentido de que os nomes dos habitantes passaram a espelhar a terra em que habitavam DICK (*op.cit*)".

Observa, ainda, que os topônimos, em seu sentido lato, são o ponto de partida para investigações que se estendem para além do campo da lingüística,

inscrevendo-se nos campos de conhecimento da Geografia, Antropologia, História, Psicosociologia, e na cultura em geral para num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do nominador, não só como elemento isolado, mas como projeção do seu grupo social.

Como os demais vocábulos, os nomes geográficos refletem a estrutura vertical ou dialetológica, que se pode avaliar como uma geologia lingüística, assim como a estrutura horizontal, ou geográfico-lingüística do idioma, balizando e delimitando uma dada área com uma determinada especificidade cultural, singularizando-a de certa forma. O tempo para os nomes geográficos, possui uma perenidade muito maior, em relação às feições geográficas que nominam. As feições, na maioria das vezes são extintas, mas os nomes permanecem, como fósseis lingüísticos, como testemunhos vivos da história dos lugares. A ilustração dessa idéia, pode ser observado na figura 3.4, FURTADO (1956).

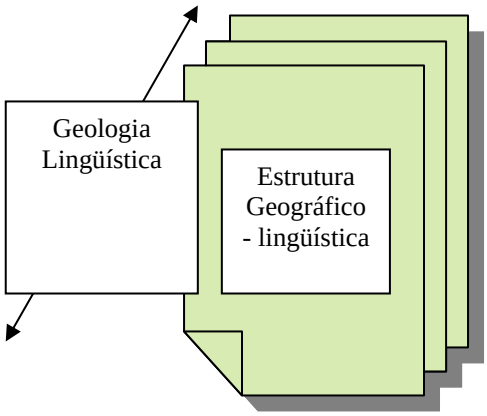


Figura 3.4 – A estrutura dialetológica associada à estrutura geográfico-lingüística.

A nominação dos lugares é sem dúvida um dos meios de expandir com abordagem científica a curiosidade pelo passado da humanidade, pelas relações em sociedade, pela odisséia da adaptação do homem a diferentes regiões. Os nomes geográficos que sobrevivem, são provas incontestes dessa adaptação do Homem no ambiente das suas vivencias na superfície terrestre.

A evolução da história com suas lutas, assim como os traços culturais e mentalidade de uma época retratam-se nos nomes geográficos, deixando

implícitos nos mesmos as camadas espaço-temporais, marcando-os através de múltiplas influencias de caráter geográfico, histórico, sociológico, econômico, lexicográfico, antropológico, cartográfico, etc, levando (DICK,1980) a explanar que esta área do conhecimento humano:

> *"... é antes de tudo, um imenso complexo lingüístico-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente".*

Não é raro deparar-se com lugares, nos quais apesar de não haver mais rastros ou reminiscências de ocorrências de determinadas espécies vegetais ou animais que lá outrora ocorreram ou habitaram, permanece o topônimo local como uma espécie de *fóssil lingüístico*, a provar e preservar de certa maneira, a memória da existência daquelas espécies que em determinada época perdida no espaço-tempo, por lá deixaram indeléveis suas marcas no território. Grifo do autor

É o que ocorre, por exemplo, no município de Maricá na entrada de Jaconé, onde outrora existia uma estrada de ferro que ligava Niterói a Cabo Frio na região dos Lagos. Neste local havia uma estação de trem denominada Nilo Peçanha. Hoje, apesar da estrada de ferro, desativada há mais de quarenta anos, não mais existir, ficou registrado no muro de uma residência, em frente ao antigo leito da ferrovia o fóssil lingüístico "EST. FERRO". O nome da localidade também assumiu o antigo nome da estação, assim como o nome do logradouro. Segundo informantes locais, a rua se chama Rua Leito da Estrada de Ferro. Foi-se o trem "Maria Fumaça", foram-se os trilhos: ficou o nome geográfico. Esta marca, no território daquele lugar, lembra de forma perene aos mais desavisados da história local, qual a verdadeira origem da denominação, além de tornar-se um verdadeiro testemunho vivo da própria história local, conforme pode ser observado nas figuras 3.5, 3.6, 3.7 a seguir:

Figura 3.5 – Traçado da extinta E.F. Marica (1894-1943). Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br em 15/12/2007.

Figura 3.6 – “Maria Fumaça” no trecho em tela. Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br em 15/12/2007.

Figura 3.7 – “Fóssil Lingüístico” registrado, em 2007, no muro de uma residência na Rua Leito da Estrada de Ferro, na antiga estação Nilo Peçanha na entrada de Jaconé, município de Maricá - RJ. Foto de Vânia Nagen.

Em 1943 o Prof. Leo Waibel conseguiu surpreendentes resultados em estudos para a determinação da vegetação original de Cuba, a partir da pesquisa de nomes geográficos, publicando um artigo intitulado: *Place Names as an Aid in the reconstruction of The Original Vegetation of Cuba*[4]. (SILVA, 1965).

Numa região que tem como característica marcante a intensidade e variedade na vegetação, existe uma forte probabilidade para a incidência no emprego de nomes ou espécies vegetais na indicação dos nomes de lagos, vales, serras, povoados, etc. Se acaso esses nomes sobrevivem onde já não há vestígios daquilo de que dão idéia, convém que se investigue a autenticidade da sua origem e conexão pregressa com os objetos denominados. Quando ao geógrafo se depara a paisagem desolada de uma zona sem vestígios de vegetação, mas em cujos acidentes identifica o observador denominações como *caeté, caité, caí, caiabu, caatiba, caiporanga, caipé*, e certificar-se de que esses nomes são tradicionalíssimos, poderá ter a

[4] The Geographical Review, vol XXXIII, nº 5, N.Y., 1943, pp. 266.

convicção ou aceitar como provável, a existência aí, em épocas passadas, de um cerrado, uma mata densa ou um erval abundante, o que de contínuo, pode ser confirmado pela existência de fiólitos no terreno da área examinada (SILVA, *op.cit*).

O mesmo pode-se afirmar sobre a pesquisa da presença no território ao longo do espaço-tempo, de determinados representantes da fauna já extintos ou ameaçados. Se por acaso se deseja mapear numa determinada porção territorial ao longo do tempo a ocorrência das onças, que se procure averiguar hoje a presença de fósseis lingüísticos como "Beco de Onça" ou afins, mesmo em área de há muito antropizadas, pois é possível que estes nomes geográficos espelham nos tempos atuais, a presença outrora do referido animal no território averiguado. Os representantes da flora e fauna podem encontrar-se hoje extintos, porém permanecem os nomes geográficos, como verdadeiros fósseis lingüísticos a recordar que um dia por lá registraram a sua presença em nosso planeta.

Assim a Geonímia busca nos nomes dos lugares, as raízes do homem, a sua história, o seu percurso. Portanto, essa área do conhecimento humano deverá estar sempre referenciada também a história de um lugar, testemunho vivo da cultura do povo que o habitou ou que o habita.

3.5 – Os Nomes Geográficos e os Aspectos Culturais dos Lugares

Os nomes geográficos constituem ao nosso olhar, um patrimônio cultural de valor inestimável para uma nação porque, além de refletir seus padrões de ocupação e sua diversidade lingüística, conferem maior qualidade para suas informações cartográficas.

Com relação a esse aspecto particular dos geônimos, pode-se citar aqui (CORRÊA, *2003*) ao explanar sobre toponímia e identidade:

> *"a toponímia constitui-se em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural. É ainda um poderoso elemento identitário. A toponímia, em realidade, articula linguagem, política territorial e identidade.*

Nomear e renomear rios, montanhas, cidades, bairros, e logradouros têm um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais, hegemônicos ou não".

Sobre as possibilidades de pesquisas envolvendo a temática dos nomes geográficos, assevera o mesmo autor:

"Houve, no Brasil, nos diversos momentos históricos, uma política de nomear as cidades? Se houve, que agentes foram responsáveis e quais os significados desta política? Em relação ao espaço urbano questiona-se sobre o significado dos nomes de ruas e praças. Uma hipótese plausível é a de que, em parte, a toponímia ressalta os nomes os nomes dos proprietários fundiários nas glebas por eles loteadas. Há que considerar ainda que, em muitos casos, existe uma duplicidade de nomes de logradouros: há uma toponímia oficial, associada à visão e aos interesses da elite, e outra informal, ancorada na cultura popular ou no passado, mas extremamente viva, reconhecida por todos, identificando os lugares e as pessoas que nele vivem".

Pode-se afirmar, que em todos as cidades e vilas de nosso país existem lugares que possuem um nome oficial, reconhecido pelos governos e administração local e nomes oficiosos, estabelecidos pela atração paronímica popular, os quais, pela força emanada do povo, acabam de forma natural sobrepujando-se aos nomes oficiais.

Num texto do escritor Luís Fernando Veríssimo, intitulado "Cidade que não é", fica demonstrado de forma clara, até que ponto o povo adota nomes geográficos tradicionais, no lugar daqueles oficiais, quando não existe uma maior identificação com nomes que muitas vezes os políticos escolhem, sem procurar auscultar a alma popular.

A referir-se à cidade de Porto Alegre, o escritor cita vários logradouros que nunca serão encontrados por um eventual turista que os procure. Por exemplo, referindo-se a rua principal do centro de Porto Alegre, conhecida como Rua da Praia, reporta:

"Porto Alegre não está no mapa. Literalmente. Sua rua principal, a Rua da Praia, por exemplo. Não adianta procurar numa planta da cidade. Você não a encontrará".

"Usando a lógica - o que é sempre arriscado em Porto Alegre -, você procurará uma rua que margeie o rio, ou que comece ou termine numa praia. Não há praia no centro da cidade e nenhuma rua ao longo do rio se chama "da praia". O nome oficial da rua principal é "dos Andradas", mas ninguém a chama assim, chamam pelo nome antigo. Rua da Praia. Por que da Praia? Ninguém sabe. Só se sabe que ela vai da Ponta do Gasômetro, que não é mais gasômetro,até a Praça Dom Feliciano, que todos chamam de Praça da Santa Casa...".

O povo, "senhor dos espaços públicos", por vezes adota critério próprio ao conferir nomes aos lugares. Muitas vezes desconhece-se a história por trás dos nomes oficiais, porém com lógica própria e criativa, "rebatizam" estes lugares de forma oficiosa. SANTOS (2005) explana que na cidade de Maringá :

"A Praça Pedro Álvares Cabral é muito mais conhecida como "praça de patinação", o seu nome popular. A Praça Pio XII é chamada "cogumelo". A Praça Manoel Ribas " bicicross", e a Praça 7 de Setembro "praça do peladão". Por vezes estabelecimentos comerciais se sobrepõe aos nomes oficiais. Para consumo público, as Praças José Bonifácio e Manoel Ribas são, respectivamente, as praças do Posto Maluf e do car Wash – ou do bicicross".

Na cidade do Rio de Janeiro, existe ao final da Avenida Brasil, saída para o município de Seropédica um viaduto que o povo conhece como *Viaduto dos Cabritos*. Oficialmente não é esse o nome do referido viaduto e sim *Oscar Brito*, numa homenagem ao engenheiro responsável pela construção do mesmo. O povo e a dinâmica do idioma, se encarregaram da troca não oficial do nome geográfico do viaduto. A solução para esse caso passaria pelo crivo de um Comitê Nacional em Nomes Geográficos que arbitraria em favor de uma

ou outra denominação. Enquanto o Comitê não é implantado, uma boa solução para dirimir o problema da inconsistência descrita, seria a colocação de placa visível com o nome correto do viaduto. Foi a iniciativa tomada pela Secretaria Estadual de Rios e Lagoas do Estado do Rio de Janeiro (SERLA), ao sinalizar com placas os nomes dos principais rios do estado. Conforme o exemplo a ser observado na figura 3.8.

Figura 3.8 - Placa indicativa de nome geográfico de um rio no município de Maricá – RJ. (Foto do autor)

Em alguns locais do Nordeste, o geônimo inicial *Beckmam* de transforma em *Bequimão*. Na ilha de Fernando de Noronha, praia de *Bold Rock* transmutou-se em praia do Boldró, da mesma forma que o baile *For All* transformou-se em *Forró*. Alguns questionam se Forró nasceu mesmo de *For All*, pois poderia também ser advindo de *forrobodó*, festa de nativos do Nordeste do Brasil.

No município de *Buritipucu* no estado do Maranhão as leis municipais desse município e *Alto Alegre do Pindaré* que limita com àquele, referem-se a uma ocorrência fluvial como “Rio Dente de Porco”. Porém a população local, é unânime em afirmar que o nome geográfico correto é “Igarapé Presa de Porco”. Um típico caso de divergência entre o nome oficial, e o nome oficioso dado pela população. É o caso de se refletir, se o nome oficioso não deveria ser o

nome oficial, pois aquele é o nome reconhecido pela população local. No documento cartográfico, porém, foram lançados os dois nomes, conforme é mostrado a seguir na figura 3.9.

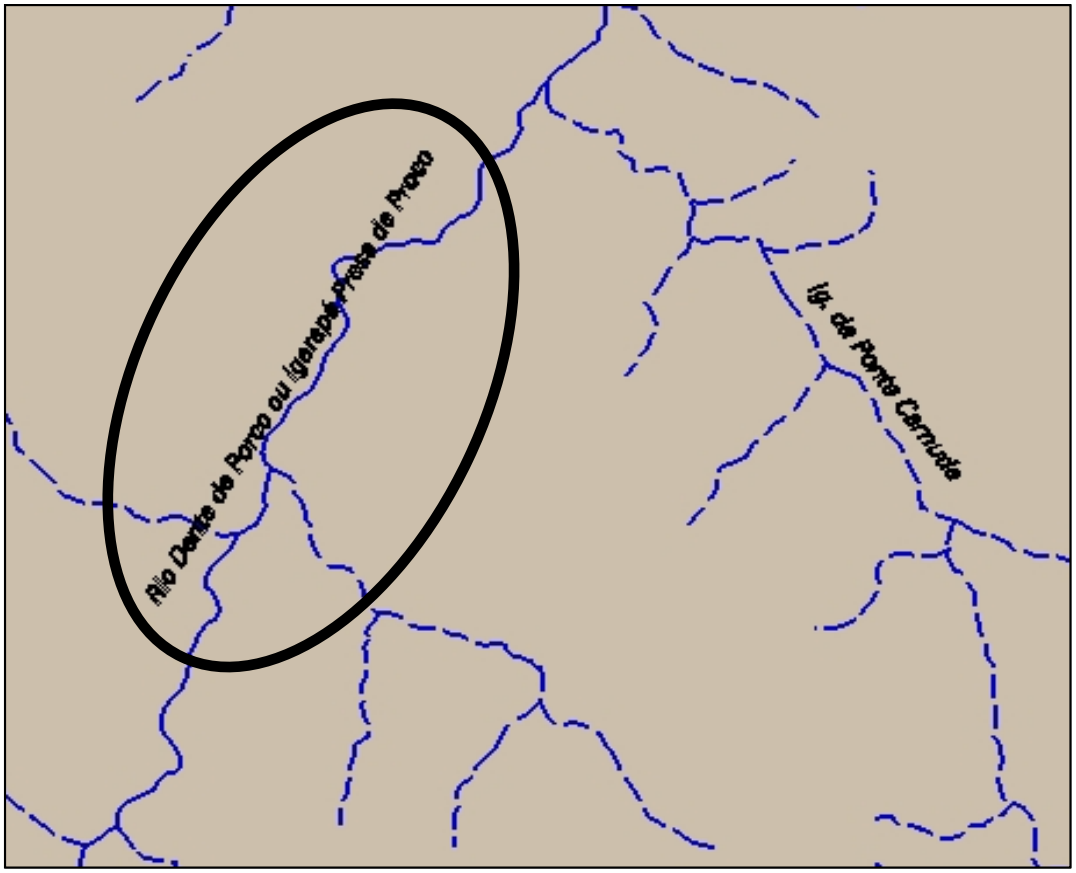


Figura 3.9 - Mantidos dois nomes geográficos da mesma feição no documento cartográfico.

Fato semelhante, ocorre com a ilha de Boiuçucanga no estado do Pará, que aparece também com inconsistências na grafia em dois documentos distintos, a saber:

a) Figura 3.10 – Livro[5] em que a localidade aparece grafada como "*Praia Buçucanga".*

b) Figura 3.11 – Aviso aos navegantes, publicação do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil, no qual o nome em tela aparece grafado como "Ilha de Boiuçucanga". Há hoje ainda algumas dúvidas sobre a grafia oficial para essa ilha. É uma decisão típica para a Comissão de Nomes Geográficos arbitrar e tomar uma decisão a respeito da correta forma de grafar esse nome geográfico. Observar as figuras 3.10 e 3.11 a seguir.

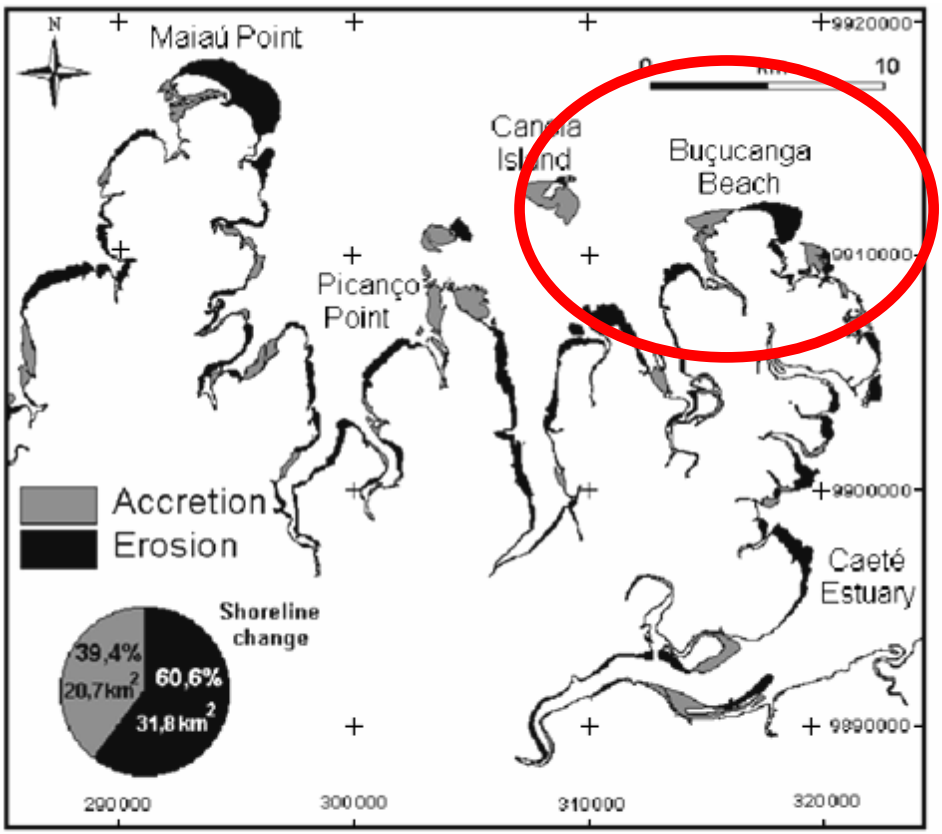


Figura 3.10 – Página de livro com nome geográfico do município de Boiçucanga, apresentando inconsistência na grafia. Fonte: Veja a nota abaixo.

[5] *Using mangroves as a geological indicator of coastal changes in the Bragança macrotidal flat, Brazilian Amazon: A remote sensing data approach* – Pedro Walfir M. Souza Filho, Elayne do Socorro Farias Martins and Francisco Ribeiro da Costa; professores do Laboratório de Análise de Imagens do Trópico Úmido, Centro de Geociências, Universidade Federal do Pará, PO Box 8608.

COSTEIROS

2004

N 4074	01º 48'.80 N 50º 01'.40 W	Proximidades do Cabo Norte - Carta 210 - Balsa motor Rio Araguari naufragada na posição.
N 4104	00º 24'.53 S 47º 55'.10 W	Proximidades das ilhas dos Guarás - Canal do Espadarte - Carta 313 - Bóia de luz nº 1 - NRORD 151 - Desaparecida.
N 4105	00º 46'.56 S 48º 09'.12 W	Rio Pará - Ponta Maria Teresa - Carta 314 - Farol Ponta Maria Tereza - G 0021 - Apagado.
N 4135	00º 42'.74 S 46º 57'.64 W	Ponta do Quatipuru - Carta 300 - Farol Quatipuru - G 0065 - Apagado.
N 4137	00º 30'.10 S 47º 23'.00 W	Proximidades de Salinópolis - Carta 311 - Bóia de luz Pedra da Corvina - NRORD 478 - Apagada.
N 4191	00º 27'.33 S 47º 57'.92 W	Proximidades da Ilha dos Guarás - Canal do Espadarte - Carta 313 - Bóia de luz nº 3 - NRORD 152 - Desaparecida.
N 4196	00º 44'.52 S 48º 30'.32 W	Rio Pará - Ilha de Marajó - Carta 315 - Farol Soure - G 0021.5 - Apagado.
N 4197	00º 48'.40 S 46º 37'.17 W	Ilha de Boiuçucanga - Ponta Boiuçucanga - Carta 300 - Farol Caeté - G 0066 - Apagado.

Figura 3.11 – Aviso aos navegantes da Marinha do Brasil com nome geográfico do município de Boiçucanga, apresentando inconsistência na grafia. Fonte: Aviso aos navegantes da Marinha do Brasil de 25 de maio de 2004.

Um outro exemplo ocorre no estado do Maranhão, onde algumas glebas de terra foram ocupadas por indústrias a partir do fornecimento de incentivos fiscais. Uma dessas indústrias foi o grupo Cikel, que começou com uma pequena serraria e hoje é um Grupo Industrial de porte espalhado pelo Brasil, e a partir de então, passou a nomear o lugar no qual se instalou naquele estado. Nas figuras a seguir, alguns exemplos são destacados em diferentes documentos, sendo que os mesmos são possuidores de inconsistências na grafia do nome geográfico em tela, a saber:

a) Figura 3.12 – O nome aparece grafado como CEQUEL, na folha planimétrica da área na escala de 1:250.000.

b) Figura 3.13 – O nome aparece grafado como Cikel, em reportagem da revista Isto É sobre conflito na área.

c) Figura 3.14 – O nome aparece grafado como SICKEL, no arquivo de cadastro de escolas pertencente ao Censo Escolar do INEP do Ministério da Educação.

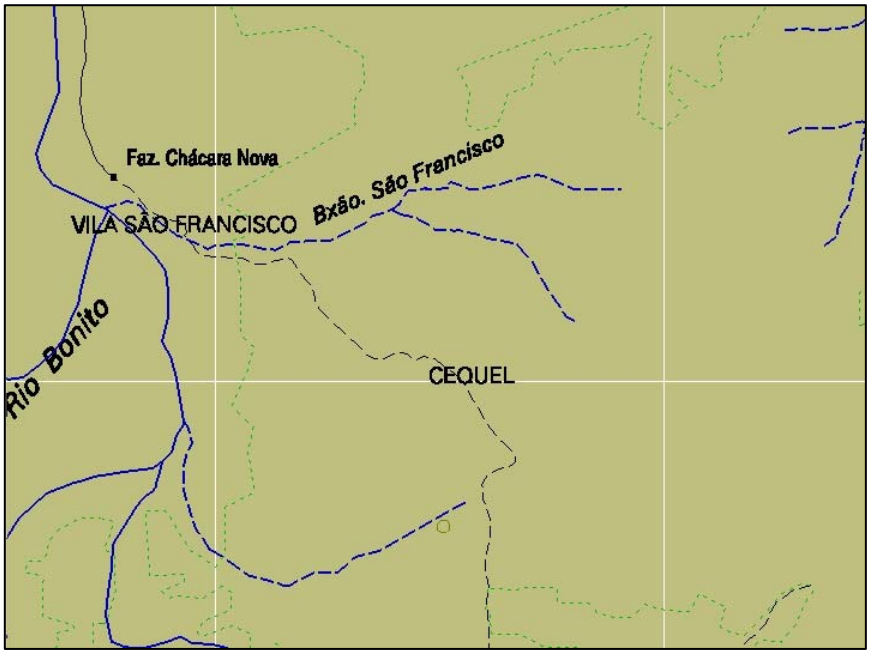
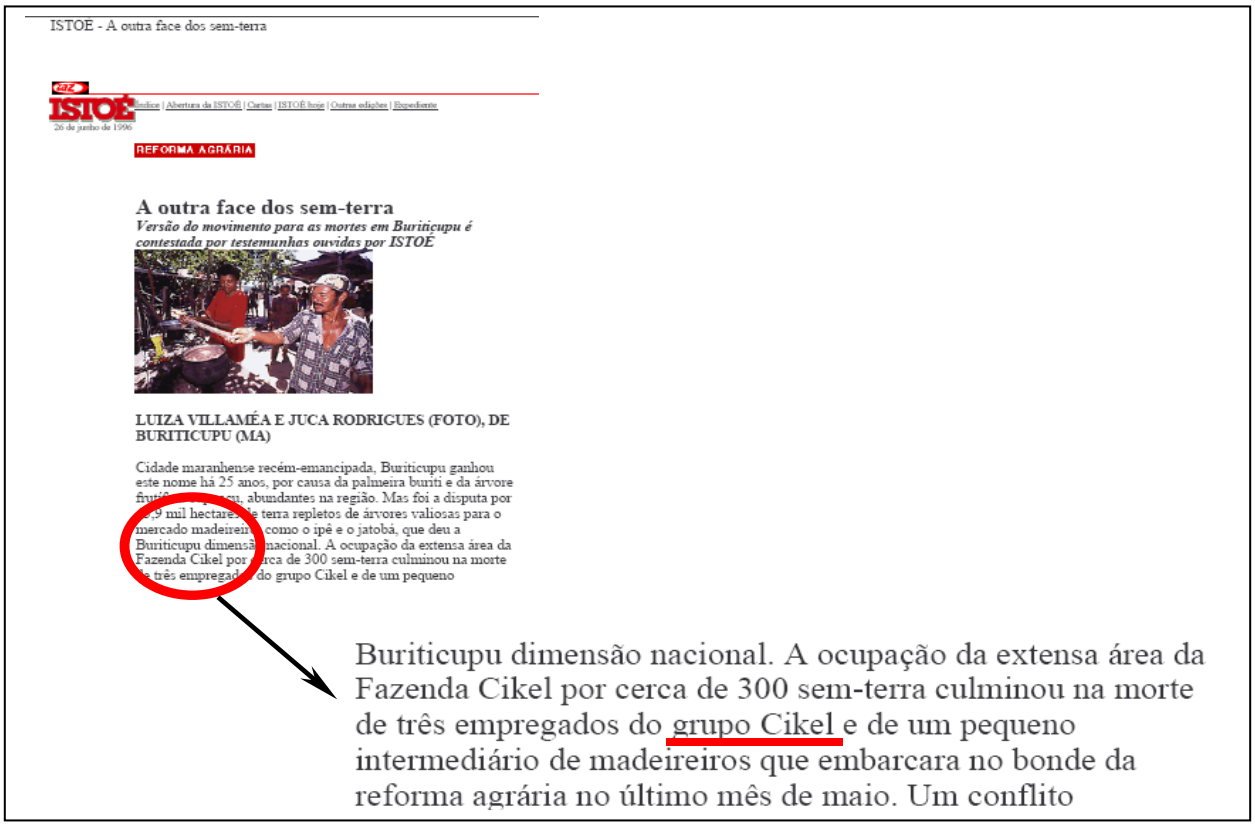


Figura 3.12 – A localidade de **CIKEL** no documento cartográfico do IBGE, grafada como **CEQUEL**.


ISTOÉ - A outra face dos sem-terra

ISTOÉ

REFORMA AGRÁRIA

A outra face dos sem-terra

Versão do movimento para as mortes em Buriticupu é contestada por testemunhas ouvidas por ISTOÉ

LUIZA VILLAMÉA E JUCA RODRIGUES (FOTO), DE BURITICUPU (MA)

Cidade maranhense recém-emancipada, Buriticupu ganhou este nome há 25 anos, por causa da palmeira buriti e da árvore fruti... abundantes na região. Mas foi a disputa por ...9 mil hectares de terra repletos de árvores valiosas para o mercado madeireiro, como o ipê e o jatobá, que deu a Buriticupu dimensão nacional. A ocupação da extensa área da Fazenda Cikel por cerca de 300 sem-terra culminou na morte de três empregados do grupo Cikel e de um pequeno

Buriticupu dimensão nacional. A ocupação da extensa área da Fazenda Cikel por cerca de 300 sem-terra culminou na morte de três empregados do grupo Cikel e de um pequeno intermediário de madeireiros que embarcara no bonde da reforma agrária no último mês de maio. Um conflito

Figura 3.13 – Na reportagem da Revista Isto É, o nome aparece grafado como **CIKEL,** que é o mesmo do grupo empresarial motivador da denominação do lugar.

Inep - Cadastro das Escolas do Censo Escolar Página 1 de 1

Código: 21208395 **Nome:** UE BOM JESUS

Endereço: POV SICKEL 11 DE JUNHO **Número:**

Complemento: **Bairro:** **Caixa Postal:**

CEP: 65393000 **Município:** BURITICUPU **UF:** MA - Maranhao

Localização: Rural **Dep. Administrativa:** Municipal

Fax: **Telefone:** (98)6646431 **E-mail:**

Níveis/modalidades de ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie;

IMPRIMIR VOLTAR

Figura 3.14 – A mesma localidade **CIKEL**, aparece grafado como **SICKEL,** no arquivo de cadastro de escolas, pertencente ao Censo Escolar do INEP do Ministério da Educação. Fonte: Revista Isto É de 26 de junho de 1996.

Pela falta de uma Comissão de Nomes Geográficos no Brasil, estes fatos, que por sinal não são raros de acontecer, pois existem outros semelhantes prováveis na casa do milhar, espalhados pelos rincões de nosso país, podem desdobrar-se em sérios problemas de natureza jurídica.

Por isso na pesquisa com Nomes Geográficos nem sempre é possível inferir-se a motivação do nominador, o que nos leva a destacar a observação de (ROSTAING,1969) quando explana que:

> *"Todo o nome de lugar tem um significado, mas esse significado pode, por diversas razões, não ser mais perceptível por seus habitantes. Ás vezes a palavra se cristalizou e não é mais possível compreendê-la... Às vezes por uma parte dos seus elementos formadores ela se aproxima de uma palavra cujo sentido era conhecido e conscientemente (se havia a impressão de uma má pronúncia ou um "erro") ou inconscientemente, a palavra*

foi corrigida e inserida em uma série da qual não fazia parte: a etimologia popular ou atração paronímica agiu....".

No Brasil, essa atração paronímica atua sempre, quiçá de forma sábia, no sentido da simplificação dos nomes geográficos. Alguns exemplos, dentre centenas de outras ocorrências similares, podem esclarecer melhor, a saber:
Córregozinho (PR) – Córguinho.
Viaduto Oscar Brito (RJ) – Viaduto dos Cabritos.
Coroa (CE) – Crôa.
Bold Rock (FN) – Boldró.

Cabe observar também, que os momentos políticos mais centralizadores e autoritários na história do Brasil, aguçaram de certa forma a renominação dos lugares por decretos. As modificações nos geônimos, eram sempre realizadas de "cima para baixo", sem maiores consultas às populações locais interessadas, e por conseqüência, as mais afetadas com as modificações implementadas.

Trocar o nome de uma pessoa é sempre uma operação traumática, tanto que somente em raras ocasiões tal fato ocorre. O mesmo pode-se afirmar com relação aos nomes geográficos, pois que, se a troca do nome de uma pessoa irá causar certos constrangimentos ao próprio interessado, ou no máximo aos seus familiares mais próximos, a troca do nome geográfico de qualquer feição geográfica, pode afetar toda uma população que lá vive. Algumas destas reformas foram impingidas ao povo em alguns momentos de nossa história, e uma delas foi o Decreto-Lei nº 311 de 1938, durante o início do governo ditatorial do Estado Novo do governo Vargas.

Por vezes, os moradores reagem e ao mobilizarem-se fazem pedidos, organizam abaixo-assinados, e então volta a denominação anterior. No Estado de Minas Gerais, existem algumas localidades que já tiveram mudanças em suas denominações por quatro, cinco e até seis vezes. A cidade de Peçanha, por exemplo, teve as seguintes denominações: Santo Antônio do Peçanha (paróquia); Rio Doce (vila, lei 2.132, de 25/10/1873); Suaçuí (cidade, lei 2.766,

de 13/09/1881); Santo Antônio do Peçanha (lei 3.446 de 28/09/1887) e Peçanha (atual, lei 556 de 30/08/1911). BARBOSA (1971).

(BARBOSA, *op. cit)* reporta que existem em Minas Gerais, dezenas de casos como o acima citado, e critica também as mudanças ocorridas, ao sabor da conveniência política de plantão, sem consulta ao povo:

> *"Quando ao se proclamar a República, adotou-se aquela bandeira constituída de listas horizontais verde e amarelas, com um grupo de estrelas em um retangulozinho à esquerda, no alto, o argumento que convenceu Deodoro foi esse: a bandeira nacional é qualquer cousa ligada à alma do povo. Que se substitua o emblema da monarquia por outro, mas permaneça a bandeira que a nação se acostumou a admirar e a respeitar, foi o argumento decisivo".*

Da mesma forma, o nome de uma localidade, por mais estranho que possa parecer a outrem, está intimamente ligada à alma do povo que o adotou, à sua história, à suas lendas; não deixa de ser uma inconveniência inventar um nome sonoro e poético para substituir o primeiro, sem qualquer consulta aos moradores.

3.6 – As Primeiras Tentativas de Padronização Legal dos Nomes Geográficos no Brasil – A Lei Geográfica

A primeira tentativa de padronizar nomes geográficos brasileiros ocorreu em 1926, a partir de algumas resoluções exaradas da Conferencia Nacional de Geografia ocorrida naquele ano, a qual, com referencia a forma de grafar a geonímia, preconizava o seguinte:

1) "Que se grafe com "j", e não com "g", o fonema "jê" dos nomes de origem indígena ou africana;

2) "Que se grafem com "que" os finais dos nomes de origem indígenas ou africana em que atualmente se emprega ora com "c", ora com "k", ora com "ck";

3) "Que se grafe com "x" o som chiante dos nomes de origem indígena ou africana;

4) “Que se substitua nos nomes de origem indígena ou africana o “y” pelo “i”;
5) “Que se escreva “z”, e não “s” entre vogais, nos sobrenomes de origem indígena ou africana.

Esta primeira tentativa de padronização não foi obedecida. Ocorreram centenas de casos de divergências como: Bajé x Bagé, Erechim x Erexim, Cataguazes x Cataguases, Ipamiri x Ipamirim x Ipameri x Ipamerim etc.

Após esta primeira tentativa, em 1938 surgiu a segunda tentativa de padronização: O Decreto-Lei 311 de 1938, citado antes, se tornou conhecido como a *Lei Geográfica do Estado Novo*[6]. A defesa para a emissão deste Decreto-Lei, segundo (FURTADO *op.cit*), foi ocasionada pelo verdadeiro estado de confusão reinante no país com relação à padronização dos nomes geográficos, justificando-se, assim, aquela tentativa de disciplina na atribuição dos nomes geográficos. Havia um panorama de confusão na nomenclatura geográfica do país, e o recém-criado IBGE sentiu a necessidade de combater os principais inconvenientes de tal situação.

(CORREA FILHO, 1950), explana descrevendo os principais inconvenientes vividos naquela época em função da situação:

> *“Por vezes, análogas inspirações ou motivos locais propiciaram a repetição dos mesmos topônimos em regiões próximas ou distantes, quaisquer que lhe fossem as origens”.*

De formação erudita ou popular, provenientes de alguma língua indígena, ou do vernáculo, multiplicaram-se grandemente. Havia, por exemplo, *Caxias*, em estados do Norte e do Sul, *Cachoeira* idem, e pululavam outros topônimos como Rio Bonito, Itambé, Boa Vista, Belém etc”.

Reconhecendo os sérios inconvenientes dessas repetições, embriões de prejuízos e confusão, por exemplo, na esfera postal, a *Convenção Nacional de Estatística,* entre várias providências sugeridas no Instituto Convencional de 11 de agosto de 1936, recomendou a “Sistematização da nomenclatura de

[6] Texto completo da Lei Geográfica encontra-se no Anexo II.

maneira a ficarem definitivamente suprimidas tanto a identidade da designação entre circunscrições da mesma categoria, quanto a diversidade da toponímia entre as circunscrições administrativas e judiciais e as respectivas sedes".

A 2 de março de 1938, surgiu o Decreto-Lei 311, sistematizando as normas da divisão territorial do país, e proibindo o uso da mesma denominação para mais de uma cidade ou vila no mesmo Estado. Em seguida foi editado o Decreto-Lei nº 5901 de 21 de outubro de 1943, que, além de vedar a pluralidade na utilização dos mesmos nomes geográficos, determinou:

1) Evitar a adoção de datas, nomes de pessoas vivas, vocábulos estrangeiros, nomes compostos de mais de duas palavras;

2) Adoção de nomes indígenas ou outros exprimindo uma propriedade local, aceitar-se o restabelecimento de antigas denominações, com menos de três palavras, desde que ancoradas em antigas tradições;

3) Revisão dos nomes das estações ferroviárias, autorizando o C.N.G. ao ajustar as novas denominações de cidades e vilas.

Pode-se dizer que esta medida foi uma tentativa legal disciplinadora do IBGE, cessando de certa forma a repetição indiscriminada de geônimos, de acordo com os dispositivos legais, quando estendeu a medida também à nomenclatura das estações ferroviárias, embriões de futuras cidades.

Em contrapartida, essas medidas normalizadoras, emanadas do poder centralizador de Vargas, sem anuência e audiência das populações locais interessadas, suscitaram uma série de reações, represadas enquanto perdurou o regime dos decretos-leis, porém emergiram, tão logo desaparecido a coação do regime político vigente na época.

Alguns dos seus efeitos nas populações afetadas foram tão deletérios, que permanecem até os dias de hoje, como observado por (OLIVEIRA, 1988), a respeito:

> *"Até hoje as feridas daquela reforma toponímica não cicatrizaram. Muitas sedes municipais, a partir de então, apenas oficialmente têm expressão, já que o povo, autoridade mais natural nestes casos, adota a denominação local tradicional".*

Este Decreto-Lei fez com que até o geógrafo Milton Santos[7] , também lavrasse o seu protesto com relação a mudança do geônimo de sua cidade natal:

> *"Quando tinha 8 meses, meus pais foram para a zona de cacau, para Ubaitaba, que então se chamava Itapira. Isso foi antes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) decidir que duas cidades não podiam ter o mesmo nome. Como tinha uma Itapira aqui em São Paulo, a da Bahia teve que mudar o nome. Arranjaram outra combinação indígena, que deu por resultado Ubaitaba, que é também Itapira, em uma outra versão".*

Refere-se Santos, a uma resolução do então Conselho Nacional de Geografia – CNG - a de nº 280 de 9 de julho de 1949, da Assembléia Geral, a qual fez apelo às Assembléias Legislativas dos estados, no sentido de manter-se inalterável a divisão qüinqüenal dos quadros territoriais, assim recomendava evitar-se em absoluto, a duplicata e nomes de cidades ou vilas dentro do país. Essa resolução foi reiterada mais tarde por uma outra, a de nº 304 de 11 de setembro de 1951 do mesmo CNG. O arranjo de combinação indígena a que Santos se refere, foi uma atitude comum na época da vigência da Lei Geográfica. Sem consulta à população, os geônimos eram alterados em gabinete, muitas vezes para palavras em tupi. Nesses casos não eram nomes tradicionais da cultura dos nativos brasileiros e, em muitos deles, a própria população posteriormente alterá-los-ia, a partir de plebiscitos.

3.7 O Aspecto Econômico dos Nomes Geográficos: A Indicação Geográfica

Um outro importante aspecto ligado aos nomes geográficos, agora envolvendo aspectos econômicos relacionados a arranjos produtivos locais, são as indicações geográficas.

[7] Depoimento pessoal de Milton Santos dado em 2001 no livro Território e Sociedade.

Por indicação geográfica, entende-se a forma jurídica de referir-se a produtos de qualidade única, manipulados e processados a partir de um determinado lugar, com características singulares de clima, sazonalidade e cultura de produtividade própria, portanto, trata-se da identificação de um produto ou serviço como originário de um determinado lugar quando a reputação, característica e qualidade possam ser vinculadas diretamente a esta sua origem particular. Esse conjunto de ocorrências irá gerar bens portadores de atestados com certificação de qualidade, os quais afirmam sua origem, e garantem o controle rígido de suas características únicas.

Estas características peculiares, decerto farão com que estes produtos ganhem uma condição diferenciada, tanto ao que concerne a sua qualidade, quanto ao valor médio dos concorrentes no mercado. Função da confiança depositada na marca do produto, que de *per si,* é sinônimo de qualidade e respeito ao consumidor.

Na Europa as indicações geográficas são comuns há décadas, existem mais de três mil marcas de produtos europeus protegidos sob esta égide. As indicações geográficas no velho continente, já ganharam peso de ouro. Para se restringir apenas ao universo da língua portuguesa, encontra-se em Portugal 107 nomes geográficos protegidos (até sete de setembro de 2004), dos quais 92 a nível comunitário.

Entre os produtos com a proteção nacional portuguesa, se encontra o da expressão “Ovos moles de Aveiro”, assim como outros lá produzidos como: os azeites, carnes de bovino, de caprino, de ovino e de suíno, frutas frescas, secas e secadas, méis, enchidos e ensacados, presuntos e queijos. Todos fazem parte de um conjunto de outros produtos tradicionais portugueses, que têm em comum o direito a usar um nome próprio que os qualifica e comprova a sua origem, reputação, genuinidade ou tradição BUSTAMANTE (2006)

As Indicações Geográficas constituem-se, portanto, em uma das formas especiais de proteção a bens imateriais ou intangíveis, residentes em uma das especialidades do Direito, a Propriedade Intelectual. O objetivo primordial será então, distinguir a origem de um produto ou serviço, através da diferenciada qualidade e/ou a excelência da manufatura dos mesmos, através da fama de uma região geográfica singular.

No Brasil, a lei que regulamenta o uso da indicação geográfica é a chamada Lei da Propriedade Industrial, número 9279 de 14 de maio de 1996, onde as indicações geográficas fazem parte do Título IV, parágrafos 178 a 182. Em parágrafo único, constante no citado título, encontra-se preconizado que o INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI – estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas brasileiras.

A citada lei estabelece, em seus artigos 177 e 178 respectivamente, que as indicações geográficas são classificadas de duas formas, a saber:

a) denominação de origem;

b) indicação de procedência, conforme a transcrição seguinte:

> *"Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.*
>
> *Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos".*

Depreende-se, portanto, que a denominação de origem caracteriza-se por uma determinada porção territorial, devidamente delimitada e conhecida e produtora de determinado bem, que possua influências singulares das características geográficas locais, assim como dos fatores culturais da comunidade, envolvida na produção daquele determinado produto. Entende-se assim, que a denominação de origem possui características únicas e específicas de um determinado local.

A indicação de procedência sinaliza, por sua vez, para uma determinada porção territorial conhecida por produzir determinado bem, não ocorrendo neste caso, a obrigatoriedade da presença de características geográficas locais, ou de uma cultura de produção local singular. Depreende-se, portanto,

que poderá existir mais de uma indicação de procedência para um determinado produto. Por ex: chocolates de Gramado, chocolates de Canela; queijos de Minas Gerais, queijos de Nova Friburgo etc.

Até o presente momento, o INPI concedeu apenas quatro marcas de Indicação Geográfica, genuinamente brasileiras: “Vale dos Vinhedos”, para vinhos; “Região do Cerrado Mineiro”, para café; “Pampa Gaúcho da Campanha Meridional”, para carne e derivados; e Paraty, para aguardentes de cana-de-açúcar.

O *Vale dos Vinhedos* foi a primeira indicação geográfica no Brasil. Em 22 de novembro de 2002 o INPI, assinou o Registro de Indicação Geográfica, reconhecendo a denominação "Vale dos Vinhedos" como Indicação Geográfica (espécie da Indicação Geográfica: Indicação de Procedência) para vinhos tintos, brancos e espumantes. Este fato histórico, assinala o reconhecimento da primeira Indicação Geográfica brasileira, e marca a entrada do Brasil no círculo mundial das indicações geográficas.

Esta indicação geográfica tem como titular a APROVALE - Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos. Nela funciona o Conselho Regulador da Indicação Geográfica. A Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos incorpora 12 inovações, até então, não presentes na lei de produção de vinhos brasileiros. Dentre elas, a Área Geográfica de Produção Delimitada, e o Sinal Distintivo para o Consumidor, através de normas específicas de rotulagem.

Estas inovações representam um primeiro passo, no sentido de realmente incorporar os elementos mais complexos envolvidos no conceito das denominações de origem, para o qual algumas indicações geográficas brasileiras potenciais deverão evoluir. Ainda será importante que o Brasil estabeleça regulamentos de base, normativos, para todas as indicações geográficas. Este processo está apenas se iniciando em nosso país.

A qualificação e a diferenciação da produção de vinhos de qualidade no Brasil, encontram-se num processo de diversificação das regiões de produção, até então com produção quase que unicamente ocorrente na Serra Gaúcha.
Segundo (TONIETTO, 2003), esta diversificação:

"... amplia o leque de ecossistemas vitícolas e de vitivinicultores, criando potencial para gerar, de forma crescente, produtos diferenciados, com tipicidade própria dos vinhos".

Este direcionamento virá a colocar o Brasil como produtor de vinhos de qualidade em distintas regiões determinadas, a exemplo do que ocorre na prestigiada viticultura européia. Através das indicações geográficas estes vinhos deverão resultar no fortalecimento e consolidação de uma verdadeira identidade nacional e regional para o vinho brasileiro, com aumento de competitividade no mercado interno e no mercado internacional. O desenvolvimento deste período, está apenas em seu nascedouro no Brasil. (TONIETTO, *op. cit.).*

A **"**Região do Cerrado Mineiro**"** foi primeira indicação de procedência brasileira de café, lançada oficialmente em Patrocínio (MG), e recebeu esse nome. Isso mostra o reconhecimento pela qualidade do café da região e sua credibilidade no mercado. É uma vocação natural da Região do Triângulo Mineiro na produção de café de ótima qualidade. A indicação de procedência, inédita até então, reconhece a região como origem geográfica de café.

Esta indicação de procedência da região do Triângulo Mineiro, com suas características singulares de clima e solo, faz do Café do Cerrado um produto especial. Determinadas particularidades daquela região, obrigam a que se faça a colheita do café em período seco, diferente da colheita efetuada em outros locais, fazendo com que a altitude, temperatura e distribuição de chuvas do local, sejam a causa do sabor único verificado no café oriundo daquela região.
Esta região demarcada como produtora de *Região do Cerrado Mineiro*, é a primeira a conquistar esse tipo de certificação em todo o mundo para café. Os 55 municípios que a constituem, produzem cerca de 18% do café de Minas Gerais. O Estado é o maior produtor brasileiro, e o grão ocupa o segundo lugar na pauta de exportação de Minas.

Com essa indicação de origem, os distribuidores e importadores do grão conhecerão detalhes como a origem, como foi tratada e quem é proprietário da lavoura de cada saca de café. As sete associações e quatro cooperativas que constituem o Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado reúnem

dois mil produtores, que ao se organizarem para reivindicar o registro, efetivaram-no através do INPI.

Cerca de 90% dos produtos com Indicação Geográfica no mundo são agropecuários, embora o registro seja concedido também para serviços e outros produtos, inclusive artesanato. Os produtos protegidos possuem no rótulo um selo, com a identificação da origem geográfica do produto. O registro é concedido à associações , sindicatos, cooperativas agrícolas, e pessoas jurídicas em geral.

Deve ser lembrado, que o Brasil abriga uma imensa geonímia indígena. Muitos desses geônimos têm a desejável unicidade, que hoje aumenta a importância de um nome geográfico, e também de suas chances de exercer seu direito de detentor da indicação geográfica.

A indicação geográfica é um campo de grandes batalhas de motivação econômica, sendo há tempos conhecido dos europeus e já resultou, por exemplo, na renominação de todas as *champagnes* que não eram da região de *Champagne*, na França, e a conseqüente revisão (para cima), do valor que representa para os detentores da propriedade intelectual do antigo topônimo, agora único e protegido.

Japoneses patentearam nomes indígenas característicos da flora brasileira, como “cupuaçu”, e os alemães, há pouco, patentearam a “rapadura”. O Brasil após intensas batalhas judiciais, que envolveram gestões de diplomacia e legislação do comércio internacional, conseguiu reverter a situação a seu favor.

O valor que adquire um nome geográfico usado pela população para designar um lugar há, por exemplo, mais de cem anos, têm um valor agregado indiscutível num mundo, onde mesmo as referências mais sólidas, se transformam numa rapidez dantes nunca igualada. Um exemplo dessa asserção são as lutas por “território” na internet, rede virtual na qual o nome é praticamente um espaço ocupado.

Existe uma legislação internacional para o registro de domínios, em última instância nomes, dentro dos países e também da “sigla” que vem no fim do endereço, indicando, em geral, o país onde o domínio está instalado (o geônimo, bem dizendo). Cada país tem direito a suas duas letras, com exclusividade, e em geral elas se relacionam com o nome do país. Também foi

criada uma comissão para julgar os litígios, que são muitos, como podem ser grandes os interesses econômicos em discussão.

(BUSTAMANTE, 2005) sinaliza ainda que no âmbito da *Internet Corporation of Assigned Names and Numbers* (*ICANN* – Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números), surgiram conflitos entre indicadores geopolíticos (por exemplo, Veneza, na Itália, e Venice, na Califórnia, EUA), entre indicadores geográficos e descrições (por exemplo, *Chablis*, região vinícola francesa, e vinhos tipo *Chablis* da Califórnia), entre indicadores geográficos e marcas registradas (por exemplo, Torres, aldeia portuguesa que cultiva vinhas, e Torres, vinicultor espanhol), entre indicações geográficas e geopolíticas de origem (por exemplo, Parma, a cidade, e presunto de Parma). Numa resolução, a *ICANN* reporta:

> *"...evidências consideráveis do registro disseminado de nomes de países, locais dentro de países e povos indígenas como nomes de domínio, por parte de pessoas que nada têm a ver com os países, lugares ou pessoas em questão. Contudo, estas áreas não estão cobertas pelas leis internacionais existentes, sendo necessário tomar uma decisão quanto às leis a serem desenvolvidas".*

A *ICANN* procura dirimir as dúvidas com o apoio da lista padrão ISO 3166-1 que traz nomes geográficos e seus equivalentes nos idiomas oficiais. No trecho de uma resolução, contudo, aponta o problema da "ausência de uma lista internacionalmente aceita de indicações geográficas" e sugere que "o arcabouço internacional nessa área precisa ser aprimorado," sem esquecer que "outros termos geográficos são afetados". (BUSTAMANTE, *op.cit*)

A legislação brasileira já contempla o assunto na chamada lei da propriedade intelectual citada previamente. Os atos normativos 133, de 23/04/1997, e 143, de 31/08/1998 instituem e normalizam o registro de indicações geográficas. Segundo a lei:

"O pedido de reconhecimento de um nome geográfico como indicação geográfica pode ser apresentado por sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, com legítimo interesse e estabelecida no respectivo território, como substituto processual da coletividade que tiver direito ao uso de tal nome geográfico".

Na justificativa do ato normativo 133, o presidente do INPI menciona a:

"Crescente importância dos nomes geográficos como indicadores de preferência no sistema comercial internacional" e como a "correta inserção do País na globalização da economia", exige "buscar-se a adequada proteção e publicidade dos nomes geográficos que se tenham tornado reconhecidos como de centros produtores de bens e serviços, no País e no exterior". (BUSTAMENTE, op. cit.).

No Brasil, existe ainda uma quinta indicação geográfica, conseguida não através da lei da propriedade intelectual, mas a partir de decreto presidencial. Trata-se das expressões "Cachaça"; "Cachaça do Brasil" e "Brasil", que estão protegidas através do Decreto nº. 4.062, de 21 de dezembro de 2001**,** assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Observar o Anexo III.

Figura 3.15 – Marca protegida por indicação geográfica, direito disponível aos produtores gaúchos de vinho. Vale dos Vinhedos. Disponível em: www.aprovale.com.br

3.8 – Reflexões Sobre a Linguagem; Grafia e Fonética dos Nomes Geográficos e a Língua Geral do Brasil

Os nomes geográficos são elementos da linguagem humana, mas há que se deter um pouco amiúde, na discussão do significado dos termos língua ou linguagem. Pode-se, então definir os termos em tela, como um canal de comunicação com a ajuda da qual os membros de uma dada sociedade, usualmente chamada de uma comunidade lingüística como uma tribo ou uma nação, podem transmitir informações conscientes entre os indivíduos. (IBGE, 2007).

Esse é um sério problema a ser considerado quando se lida com os nomes geográficos, dada a quantidade de línguas existentes hoje no mundo. Conjectura-se baseado em algumas estimativas, que esse número deva variar de várias centenas a vários milhares. Informações da Universidade de Cambridge[8] indica que há pelo menos 4000 línguas vivas, com provavelmente 15.000 dialetos. (CRYSTAL, 1993).

Um outro conceito que se deve atentar, quando se explana sobre a questão da linguagem, diz respeito à *Língua franca* ou *língua veicular*, que consiste em um meio de comunicação verbal entre povos que não possuem outra língua em comum. Uma das primeiras *linguae francae*, ou "línguas ocidentais", era baseada principalmente no italiano e serviu de comunicação nas regiões leste e sudeste do Mediterrâneo na Idade Média.

Outro termo que deve ser introduzido é o de *línguas não-escritas* ou *línguas ágrafas* (às vezes chamadas de forma indevida, e com justificativas não convincentes, de línguas iletradas). Essas são canais de comunicação oral para as quais nunca foi desenvolvido um sistema em separado ou original de expressão escrita. Praticamente todas as línguas nativas da África do Sul do Saara pertencem a este grupo, assim como a maioria das línguas faladas pelos povos originários da América do Norte e do Sul e as numerosas línguas da região do Oceano Pacífico. Embora não tenham significância direta na comunicação escrita, elas são de grande importância em relação aos nomes

[8] Ver David Crystal, *The Cambridge Encyclopedia of Language* (*Cambridge, United Kington*, *Cambridge University Press*, 1993) p. 285.

geográficos. Toda a escrita nestas línguas está sendo conduzida no alfabeto dos poderes colonizadores ou, como no caso do *inuit* (esquimós) do Canadá, em novos alfabetos especialmente desenvolvidos para eles.

Um dos problemas mais sérios da geonímia, vem do fato de que nomes geográficos se originam de muitas línguas diferentes. Lidar com nomes, portanto, implica em duas questões distintas. A primeira é a questão da pronúncia, e a segunda a da escrita, ou expressão gráfica dos nomes. Ambos os problemas devem ser tratados pelo especialista em nomes geográficos. A forma falada de um nome geográfico é, claramente, a mais básica e foi, cronologicamente, a mais antiga. A escrita, que se desenvolveu mais tarde, é a promoção, codificação e armazenamento da fala, em uma forma permanente e documentável.

Por pronúncia, entende-se, o som adequado, correto ou padrão, intrínseco a uma dada comunidade lingüística em questão. Porém, até entre membros individuais da mesma comunidade lingüística, pode-se encontrar diferenças na pronúncia de um dado geônimo como, por exemplo, na colocação da sílaba tônica.

Entretanto, deve-se supor que exista uma pronúncia padrão de um conjunto de geônimos dentro de uma certa comunidade lingüística. Eventualmente, este conjunto de nomes geográficos pode ser apresentado a uma outra comunidade que se expresse em outra língua materna. Em muitos casos, os membros deste segundo grupo poderiam simplesmente não ser capazes de perceber, ouvir, e nem mesmo pronunciar alguns dos sons usados pela primeira comunidade lingüística, pelo menos não sem muito estudo e prática.

Este fato leva a várias questões em geonímia e demonstra que uma pessoa pode considerar sons “estranhos”, apenas reproduzindo-os aproximadamente, oralmente ou por escrito. Este ato é importante e deve ser considerado pelo investigador durante as entrevistas no trabalho de campo, porque um dos objetivos da geonímia aplicada, é a padronização de nomes geográficos para uso internacional, como em mapas, atlas e *gazetteers*.

Existe uma ajuda à expressão escrita dos sons da fala, chamado Alfabeto Fonético Internacional (IPA, sigla em inglês). Portanto deve-se ter em mente o fato de que, foneticamente, os nomes geográficos somente podem ser

padronizados aproximadamente na escrita num nível internacional, por exemplo, através da romanização.

No caso brasileiro esse fato só ocorre com as línguas dos povos originários, por exemplo, a língua tupi, cujos sons foram reproduzidos em forma de grafia pelo europeu da forma que ele julgava que deveria ser a mais correta, sendo considerada, portanto, uma linguagem não padronizada.

Nos primeiros tempos da colonização do Brasil, e de forma mais específica, no Estado do Rio de Janeiro, a língua portuguesa foi muito influenciada pela linguagem dos nativos brasileiros: o tupi. Ocorreu uma sinergia entre as diferentes culturas: européia, povos originários do Brasil e africanos. Postas em contato intercultural, as línguas dessas diferentes origens foram se alterando, trocando elementos entre si, assimilando palavras segundo a fonética de cada uma até o "aparecimento de um idioma geral, médio, de uma língua brasílica, falada pela maioria da população nos dois séculos que se seguiram ao descobrimento" assevera (SAMPAIO, 1914). Surgiu, dessa forma, aquela linguagem que foi chamada Língua Geral. Por esta característica intercultural, é sinônimo de Língua Franca.

A Língua Geral do Brasil, constituída basicamente por línguas nativas, por mais de dois séculos, teve grande predominância sobre a língua portuguesa, predomínio esse, que influenciou sobremaneira a geonímia nacional, muitas vezes acoplando-se aos nomes do hagiológio católico romano, outras vezes, até mesmo, substituindo-os. Assevera ainda (SAMPAIO, *op.cit*.), "... até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colônia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português".

Do lado americano, o tupi, a língua mais falada na costa do Brasil, transmitiu ao vocabulário brasileiro, a partir da Língua Geral, mais de 10.000 palavras, sendo que o contingente vocabular legado ao português pelos africanos é pequeno, cerca de 300 termos. Totalmente desproporcional em relação ao total de negros imigrados. Ainda assim, as diferentes origens africanas, dividiram a sua contribuição no território brasileiro: o nagô ou ioruba, na Bahia, do grupo sudanês, também conhecidos como "minas"; e o quimbundo, no Nordeste e mais ao sul, a partir de Minas Gerais até o Rio de janeiro, e São Paulo, aproximadamente, representando os povos *bantus*,

também conhecidos como “angolas”. (DICK, *op.cit*.). Convém reter, ainda, de (MARROQUIM, 1934) a seguinte observação, sobre a difusão dos nomes geográficos africanos no Brasil:

> *“Muitas outras palavras africanas toponomásticas não significam a imposição do negro. São palavras que entraram no vocabulário da língua representando utensílios, objetos e cousas africanas e que depois passaram a batizar acidentes geográficos por qualquer circunstância em que não influiu a vontade dos negros. Dessa forma, há muitas em todo o Brasil: Cacimba, Cacimbinha, Cabaço, Bangüê, Cachimbo”.*

A Língua Geral do Brasil era a língua da catequese, e os sacerdotes, principalmente jesuítas, a ensinavam nos conventos e escolas católicas, também empregada em documentos oficiais, sendo então a língua oficial do Estado Português. As missões jesuítas, portanto, incorporaram essa língua como instrumento de catequização dos nativos brasileiros. O padre José de Anchieta publicou uma gramática, em 1595, intitulada *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil.* Em 1618, publicou-se o primeiro *Catecismo na Língua Brasílica*. Um manuscrito de 1621 contém o dicionário dos jesuítas, *Vocabulário na Língua Brasílica*.

Era também a língua dos desbravadores dos sertões brasileiros, que partiam do litoral pelos Caminhos Velho, Novo e suas variantes (Inhomirim, Tinguá, Pilar), em busca do ouro das Gerais. Com nomes tupis, foram batizando todas as feições geográficas que encontravam pela jornada: serras, rios, lagoas, chapadas, vales e aldeias, as quais iam deixando como marcas de sua passagem sobre o território.

O Estado Português reagiu para impedir o uso da língua geral nas escolas. Esta ação é uma atitude direta de política de línguas de Portugal, para tornar o português a língua mais falada do Brasil. Uma destas ações mais conhecidas é o estabelecimento do Édito dos Índios, por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de Dom João V, que proibia o uso da língua geral na colônia. Assim os índios não poderiam mais usar nenhuma outra língua que não a portuguesa. A 12 de outubro de 1727 foi baixada uma Provisão Real, do

Marques de Pombal, a Lei do Diretório, proibindo o uso da língua tupi no Brasil, e tornando obrigatório o ensino da língua portuguesa na mesma colônia. (FURTADO, 1960). Esta ação, junto com o aumento da população portuguesa no Brasil, teve um efeito específico que colaborou para o declínio definitivo da língua geral no Brasil, mas não foi suficiente para erradicar sua influência, arraigada de forma indelével no território brasileiro.

Foram duas Línguas Gerais no Brasil Colônia: a paulista e a amazônica. (DICK, *op.cit*) Foi a primeira delas, que deixou fortes marcas no vocabulário popular brasileiro, ainda hoje usado (nomes de coisas, lugares, animais, alimentos etc.), sobretudo no estado fluminense, exercendo, como não poderia deixar de ser, considerável influência nos nomes geográficos dos municípios do estado. O predomínio da Língua Geral foi insofismável.

3.9 – A Comissão de Nomes Geográficos no Brasil

Os nomes geográficos podem possuir diferentes significados para diferentes usuários. Eles estão inseridos no cognóscio humano como pontos de referências diários, como partes integrantes da história local ou nacional ou, talvez, como lugares com conexões especiais ou estórias interessantes a contar.

Para um cartógrafo ou especialista em sistema de informações geográficas (SIG), eles constituem um elemento importante no referenciamento geográfico; para um jornalista, uma cor vital na sua palheta de reportagens; para um advogado ou juiz um parâmetro para definir demandas judiciais etc. Para todos, os nomes geográficos podem constituir uma ferramenta clara de comunicação, ou uma fonte de ambigüidade e confusão.

Para tanto, há que se estabelecer no Brasil uma Comissão Nacional em Nomes Geográficos, que atuaria com o escopo principal de extinguir ambigüidades e confusões advindas da geonímia, padronizando-os.

Há duas áreas principais nas quais a comunidade como um todo tem interesse na nomeação de lugares:

1 – Assegurar a capacidade de identificar, sem ambigüidade, e localizar entidades geográficas e lugares, como um sistema de referência essencial para serviços, infraestrutura e administração pública.
2 – Assegurar que o valioso acervo de nomes geográficos de um país, com sua variedade de fontes, refletindo padrões únicos de assentamento, se mantenha preservado e acessível.

Devido a esses objetivos de interesse público, os governos de muitos países criaram sua autoridade nacional para nomes geográficos, cujo papel central é "certificar" (autorizar) nomes de lugares para finalidades oficiais e criar as diretrizes sobre o uso padronizado, a forma falada e a escrita.

O papel primordial do governo na padronização e no registro, é promover a eficácia e a serventia dos nomes geográficos para fornecerem localização inequívoca. Embora isso seja óbvio, há muitas maneiras pelas quais a clara identificação e uso inequívoco fica comprometido, a saber:

- Muitos lugares têm mais de um nome;
- Muitos nomes são repetidos, até num mesmo lugar;
- Nomes podem ser escritos de mais de uma maneira;
- Nomes locais podem ser diferentes dos nomes mais reconhecidos internacionalmente;
- Nomes podem ser escritos em alfabeto não-romano, em alguns países.

No Brasil, os nomes geográficos de várias cidades e vilas, quando grafados, revelam muitas controvérsias, fato esse gerador de uma série de contratempos, quando da divulgação desses nomes, pois não havendo uma norma que regulamente a sua grafia, podem ocorrer, e normalmente ocorrem, problemas na divulgação de informações que requerem a grafia desses nomes. Ocorre o indesejável: mais de uma grafia no nome da unidade administrativa, ocasionando reflexos principalmente nos trabalhos de divulgação estatísticos, cartográficos e geográficos. Este fato também é verdadeiro para qualquer tipologia de nomes geográficos.

Alguns exemplos que podem ser citados, inúmeros outros existem em nosso país, de questões que poderiam ser definidas, caso a Comissão de Nomes Geográficos do Brasil atuasse de forma mais efetiva são os seguintes:

Guarapiranga em São Paulo ou *Guaramiranga* no Ceará possuem significados diferentes? *Araçoiaba* ou *Aracoiaba*? *Joinville* ou *Joinvile*.

Existe um município no estado do Rio de Janeiro denominado Varre-Sai, e em que em sua própria página oficial na *WEB*, mantida pela prefeitura, o nome geográfico do município em tela surge grafado pelo menos de duas maneiras diferentes: Varresai e Varre-Sai.

No Maranhão encontram-se alguns interessantes exemplos de inconsistências na grafia em nomes geográficos. Alguns exemplos são os seguintes: Baixão do *Carazinho x Cearazinho; Jabota x Jatobá; Juçaral x Jussaral; Serqueiro x Cequeiro; Ilha Bussucanga x Boiuçucanga; Ponta do Camarauaçu x Câmara Açu x Camarauçu; Cequel x Siquel x Sikel.*

CASTRO (2002), critica a grafia de *Itacoatiara* dessa forma, pois o correto seria *Itaquatiara*. A transcrição do som *kw* (sistema fonético internacional) da língua tupi sempre correspondeu à junção do *q* e *u* em português, caso da palavra taquara, pois ninguém escreve *Tacoara*, ou *Jabacoara*, ou *Coaraí*. O correto será sempre a grafia *Taquara*, *Jabaquara* e *Quaraí* etc. Essa é a recomendação da ABL, através do Acordo Ortográfico Nacional, lei federal, que deveria ser seguida e respeitada por todos.

O funcionamento de uma Comissão Brasileira de Nomes Geográficos ajudaria sobremaneira a equacionar da maneira mais efetiva, esses, e inúmeros outros casos semelhantes talvez contábeis aos milhares, no âmbito do território nacional.

Fatos como os acima citados, ocasionam nos banco de dados oficiais das várias instâncias governamentais, a inapetência no intercâmbio de informações, ocasionada pelas inconsistências na grafia dos nomes geográficos.

Todas as dúvidas citadas, se repetem aos borbotões em nosso país. A solução para dirimi-las encontra-se em aberto, sendo evidente que as implicações legais advindas de tais inconsistências podem tornar-se bastante graves, principalmente no âmbito da legalização de propriedade de terras, registros civis, inconsistência nos bancos de dados dos diversos níveis de governo, indicação geográfica dentre outros tantos.

Capítulo 4

O PROCESSO DE COLETA DOS NOMES DOS LUGARES – REAMBULAÇÃO E A TAXEONOMIA DA MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA

Sem sombra de dúvidas que a nominação dos lugares sempre ocorreu enquanto atividade humana, desde os primórdios dos tempos.

Ao nosso olhar, uma das mais importantes cunhas no estudo de quaisquer aspectos da Geonímia, é a dinâmica afeta aos nomes geográficos recorrentes no território. Como bem assevera (ROSTAING, *op. cit*): "a busca da origem e significação dos nomes de lugares e suas transformações lingüísticas".

Ao perscrutar-se quanto ao questionamento dos porquês das escolhas das denominações dos lugares, encontrar-se-á diante de dois fatores, que de certa forma, complementam-se, devendo-se abordá-los, entretanto, com a devida singularidade com a qual revestem-se.

Um desses fatores é possuidor de uma característica em essência técnica – a reambulação – que se traduz à forma como os nomes geográficos ganham cunho legal, ao nosso olhar, a partir de sua inserção num espécime cartográfico: uma carta ou um mapa. Enfatiza-se aqui, que um nome geográfico ganha essa conotação, a partir do momento em que um espécime cartográfico revela-o ao publicá-lo, disseminando-o em seguida para a sociedade.

Essa atividade não deve nunca ser subestimada. Os espécimes cartográficos (mapas e cartas), possuem, como os homens, um corpo e um espírito. O corpo corresponde à representação do território, e o espírito, à sua nomenclatura geográfica. Desse modo, o trabalho de reambulação deve ser consistente e alentado, pois um erro na nomenclatura de um mapa, pode trazer graves conseqüências para os usuários desta informação.

O outro fator consubstancia-se quando se aprofunda mais amiúde sobre as razões motivacionais, que se encontram na raiz das denominações dos lugares. Estas não conseguem se tornar detectáveis imediatamente no

processo da reambulação, porém se não averiguadas de forma adequada, perde-se a oportunidade do conhecimento geonímico, em sua perspectiva mais interessante para um estudo científico.

A Cartografia que através da construção das cartas e mapas, torna-se um modelo de representação de todas as ocorrências marcantes na superfície terrestre, assume o papel de tornar-se o registro e a certidão de nascimento das feições geográficas, que marcam a passagem do homem sobre a superfície de nosso planeta.

4.1 – Reambulação

Mas afinal, como os nomes dos lugares vão parar nos mapas? Explanar-se-á inicialmente nesse capítulo, sobre o procedimento técnico que desencadeia a impressão de um nome geográfico num mapa ou carta.

A Reambulação - **Re-ambular** - ou seja, **ambular uma vez mais**, em outras palavras, é o ato de percorrer determinada porção territorial com o objetivo de coletar, confirmar ou descartar, a partir de entrevistas com a população que lá habita, o nome das feições cartográficas mais destacadas no local, as quais posteriormente constarão, ou serão descartadas, das cartas e mapas, como nomes geográficos que as identifiquem de forma singular.

Estas feições representam acidentes naturais e antropizados, relacionados a algumas categorias de informação passíveis de representação cartográfica, a saber: hipsográficos, hidrográficos, sistemas de transporte, localidades, limites político-administrativos, obras de engenharia etc.

As bases para a realização desta coleta de informações em campo são alguns espécimes cartográficos tais como: fotografias aéreas; imagens de radar e satélite; ortofotocartas; mosaicos fotogramétricos; dentre outros.

A atividade de reambulação é dividida em duas fases bem caracterizadas: o planejamento prévio em gabinete e a posterior ida a campo.

Algumas fontes de informação importantes, mas cujos resultados de idas a campo ainda não são aproveitados em sua plenitude pelas instituições oficiais de mapeamento, são as sociedades civis que congregam montanhistas e "*bikers*" (adeptos do "*mountain bike*"). Esses esportistas, em função da natureza do esporte que praticam, percorrem o território em regiões hoje

carentes de atualização da identificação de feições geográficas, e acabam por dispor de informações que poderiam, e até porque não afirmar, deveria, fazer parte do acervo das instituições oficiais de mapeamento. Bastaria estabelecer-se uma ligação mais estreita entre as instituições oficiais de mapeamento, e estes representantes da sociedade civil.

Como exemplo da asserção acima, pode-se citar a experiência (do ITCG-PR Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Estado do Paraná), que verificou que determinada identificação de algumas montanhas, com nomes geográficos conhecidos por vários praticantes do montanhismo, não constavam da folha de carta topográfica correspondente. Na folha de carta constava apenas um nome de montanha (Pico do Marumbi), enquanto que os montanhistas, conheciam pelo menos oito identificações de nomes geográficos para as montanhas da região. Observe a figura 4.1. Nas palavras da engenheira cartógrafa do ITCG-PR, Gislene Lessa:

> *"O conjunto de oito picos que formam o Maciço do Marumbi é conhecido entre os montanhistas por Abrolhos, Torre dos Sinos, Esfinge, Ponta do Tigre, Gigante, Olimpo, Boa Vista e Facãozinho. Entre a população em geral, o conjunto todo é chamado simplesmente de pico do Marumbi , porque nos mapas atuais, só o pico do Marumbi está representado. Os demais morros e montanhas, como Abrolhos, Torre de Sinos, Esfinge, Ponta do Tigre, Gigante, Olimpo, Boa Vista e Facãozinho, não aparecem".*

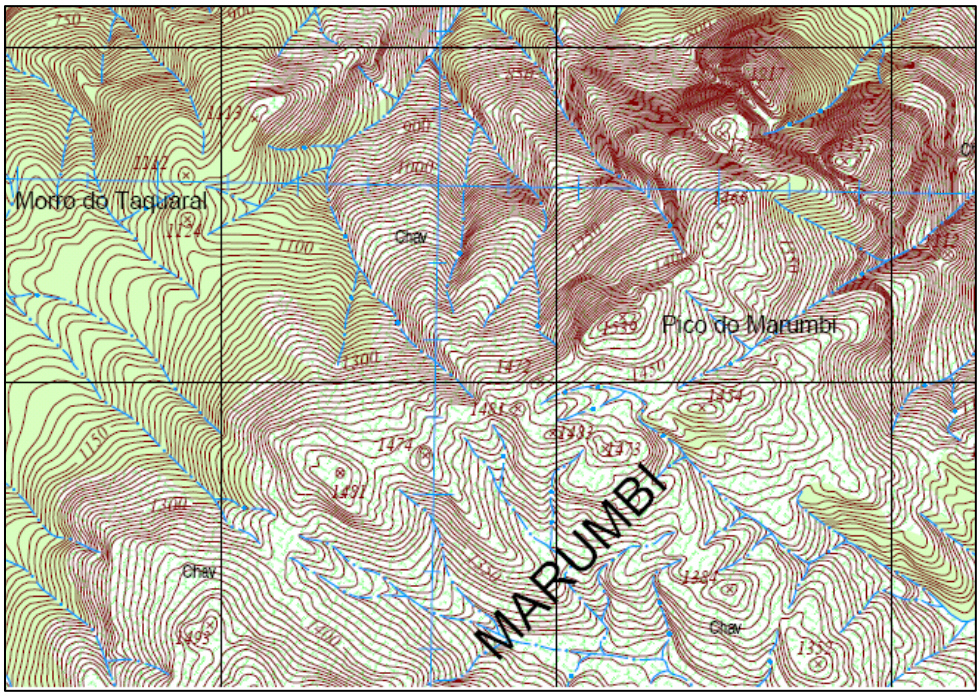


Figura 4.1 – Trecho de um documento cartográfico com uma única locação altimétrica: Pico do Marumbi. Existem outros picos conhecidos no lugar, não denominados. Fonte: Folha de carta topográfica do IBGE Marumbi, escala 1:50.000.

Observa-se ainda que seria de crucial importância que os técnicos responsáveis pela tarefa de levantamento da geonímia, procurassem ter também um conhecimento prévio da história da formação do território onde se desenvolverão os trabalhos, mesmo que de uma maneira não tão aprofundada, pois se acredita que com este procedimento, muito se ganharia ao se executar o levantamento em campo.

É certo que muito da geonímia que será levantada, confirmada ou não, encontra-se diretamente relacionada com a história de formação do território em tela.

Todo trabalho de campo tem um custo muito elevado para a sua realização, e a fase de reambulação não é exceção. No caso de restarem dúvidas a serem sanadas, após o trabalho ter terminado, uma boa estratégia para diminuir os custos de uma volta ao campo para saná-las, é contar com a relação de telefones públicos do lugar. Algumas dessas dúvidas poderão ser dirimidas com os moradores locais que atenderem a ligação.

Após a etapa de planejamento as equipes devem encaminhar-se para a região onde o trabalho será realizado, que é a coleta em campo da geonímia propriamente dita. A seguir, a coleta de nomes geográficos em campo será discutida.

4.2 – O Processo de Coleta da Reambulação

Na atividade da coleta de campo da reambulação, a forma de abordagem aos entrevistados é fundamental para a obtenção do resultado desejado. Ao iniciar-se o levantamento em uma localidade, assentamento ou aglomeração, deve-se procurar as autoridades administrativas, jurídicas e religiosas. O IBGE recomenda que a equipe de reambuladores deve apresentar-se no local, procurando inicialmente identificar-se portando os respectivos crachás, documento pessoal, identificação visual facilmente identificável, e em linhas gerais, procurar explicar o objetivo do trabalho de levantamento, os produtos derivados, e em adendo solicitar cooperação de todos os segmentos da sociedade local.

Uma boa iniciativa, principalmente em cidades de áreas rurais, é procurar a rádio local antes do início da coleta, e procurar explicar por esta mídia, o trabalho a ser realizado e suas finalidades principais, a fim de que os moradores locais sejam previamente informados sobre a campanha.

Um dos maiores entraves no trabalho da coleta da reambulação nas áreas rurais, é quando se confunde o trabalho de instituições oficiais como o IBGE com outras do próprio governo, como o INCRA, que normalmente monitora ou mensura terras para reforma agrária. Como as viaturas são parecidas, existe inicialmente uma grande desconfiança da população. Até que se adquira a confiança do povo para fornecer as informações necessárias ao trabalho de coleta da geonímia, existe todo um trabalho prévio eivado de explicações, com o escopo de conscientizar aquela população sobre a importância do trabalho, dissociando-o de possíveis desapropriações de terras. Em muitas ocasiões o reambulador, além das habilidades naturais para a tarefa como facilidade na utilização de estereoscópios, possuir noções básicas de cartografia e facilidade de orientação em campo com folhas de carta e mapas,

necessita atuar quase como um psicólogo para atingir o seu objetivo primordial, que é a correta coleta dos nomes geográficos.

A população rural muitas vezes numa entrevista formal, não fornece as informações necessárias para a boa consecução da tarefa. Numa conversa informal e relaxada, num bar ou restaurante e até em seus próprios domicílios, fornecem as informações sobre a geonímia, a fim de que a missão chegue a bom termo.

Um importante aspecto a ser levado em consideração é a questão da fonética no linguajar do povo. Deve-se prestar bastante atenção na forma como os nativos do local referem-se foneticamente às localidades, pois os diversos falares regionais do Brasil influenciam sobremaneira a conseqüente grafia dos nomes geográficos no documento cartográfico, o que sempre acarreta implicações legais no futuro. O reambulador deve sempre desconfiar, quando algo não soa bem ou de certa forma estranho.

Alguns casos exemplificam bem essa questão. Um reambulador do IBGE não grafou de imediato, ao entrevistar um nativo local, o nome de um determinado sítio no estado do Maranhão como "*dos Constança*" conforme o nativo lhe informara. Averiguando mais amiúde, descobriu que na verdade o referido sítio pertencia à família Constant.

Um outro, no estado do Pará, desconfiou quando o nome de um logradouro foi informado por três moradores diferentes como "Pampocha". Ao checar os nomes dos logradouros vizinhos constatou que todos possuíam nomes de flores (Cravo, Rosa, Jasmim etc), concluiu então que "Pampocha", na verdade, deveria ser "Papoula". Nesse caso justifica-se a correção feita pelo reambulador, pois o referido logradouro, foi oficialmente registrado como "Papoula", seu nome correto, e não "Pampocha" como informado de forma equivocada.

Um outro recurso a ser levado em consideração, para dirimir esse tipo de dúvidas, é checar os nomes informados em documentos emitidos por concessionárias de luz, telefone e assemelhados, verificando a grafia dos nomes nos mesmos. Quando a grafia encontra-se com erros ortográficos, também em documentos oficiais, têm-se um sério problema a ser resolvido.

Num país como o Brasil, onde a educação formal em seu nível fundamental de considerável faixa da população, sobretudo das camadas

populares, infelizmente ainda deixa muito a desejar, reveste-se de suma importância à experiência ao preparo dos profissionais de cartografia, que se responsabilizam pela grafia, e conseqüente impressão dos nomes geográficos nos mapas. Não é raro a equipe de reambulação deparar-se com erros grosseiros na nominação das feições, e com informantes semi-alfabetizados e/ou analfabetos, como mostrado nos exemplos a seguir. Observar figuras 4.2, 4.3 e 4.4.

Figura 4.2 – Nome geográfico com grafia inconsistente, encontrado na fase de coleta da reambulação. O correto é “Fazenda 3 *Irmãos*”. Foto de Leila Freitas de Oliveira

Figura 4.3 – Nome geográfico com grafia inconsistente, encontrado na fase de coleta da reambulação. O correto é “*Fazenda São José*”. Foto de Leila Freitas de Oliveira

Figura 4.4 – Informantes típicos encontrados nas áreas rurais do Brasil. Fonte: Foto de Leila Freitas de Oliveira

Cabe observar também, que deve ser feita a diferenciação entre erros grosseiros do idioma pátrio, com os mais diferenciados falares regionais existentes ao longo do país. Termos como “Crôa” que no estado do Ceará se refere à feição geográfica “Coroa”, e “Córguinho” que no estado do Paraná torna-se a corruptela de “Córregozinho”. Esses casos não devem ser corrigidos, posto que são expressões consagradas naquelas regiões. Aqui se expressa em sentido lato, a etimologia popular ou atração paronímica lembrada por (ROSTAING, *op. cit).* A experiência do reambulador nesses casos será crucial no sentido de diferenciar erros grosseiros do português, em relação às pronúncias regionais.

Graves conseqüências jurídicas poderão advir, a partir da impostação equivocada no documento cartográfico, emitido por uma instituição oficial, possuidora de cunho legal, devido ao entendimento de uma pronúncia ou fonética alterada de determinado geônimo, e sua posterior inserção numa folha de carta ou mapa oficial, sem a devida revisão crítica.

Deve-se também explicar a importância desse levantamento da maneira mais correta possível, de forma a facilitar a conscientização da população local, para o fato de que a geonímia é fator determinante e fundamental na

composição do mapeamento, sendo referência fundamental na resolução de questões fundiárias e jurídicas. Portanto, todas as alterações geonímicas devem ser documentadas, pois cada mapeamento deve espelhar estas alterações, as quais estarão sempre inseridas num determinado contexto espaço-temporal.

Pode-se, também, lançar mão do uso de fotografias terrestres pelo reambulador, com a finalidade de esclarecer detalhes de difícil interpretação nos espécimes cartográficos utilizados. Podem ser fotografados detalhes que revelem alguma peculiaridade julgada importante, bem como aqueles que possam causar dúvidas na sua interpretação, nas fotos , ortofotos ou mosaicos. Nesses casos, as posições das estações de tomadas das fotografias terrestres devem ser assinaladas nos espécimes cartográficos, por meio de uma pequena seta, que indique a direção do detalhe fotografado.

Toda a geonímia das feições geográficas levantadas deve ser listada, numerada e identificada nos espécimes cartográficos utilizados, descrevendo-se os mesmos em formulário próprio utilizado na operação da reambulação.

Sobre a imagem, todos os elementos deverão ser assinalados com uma seta direcionada para o elemento, seguido de um algarismo arábico ou com um número indicando a feição geográfica.

As feições geográficas reambuladas são representadas na imagem, como: pontuais (pingo vermelho), lineares (traço contínuo ou tracejado com variações de cores preta, azul ou vermelha, dependendo da categoria a que estiver relacionada) e polígonos, também com as características anteriores.

Após a coleta em campo, executada em formulários operacionais próprios para a atividade de reambulação, o material é transportado para o gabinete e em aplicativo computacional desenvolvido e adequado à tarefa de transposição da geonímia coletada, é feita uma operação denominada tintagem, na qual todos os elementos são repassados para o espécime cartográfico que foi utilizado na reambulação: fotografias aéreas, mosaicos ou ortofotos digitais.

Todos os nomes geográficos levantados devem possuir de forma obrigatória referencial geográfico – georreferenciamento - ou seja, possuir coordenadas geográficas – latitude e longitude – que os identifiquem e os posicionem de forma inequívoca sobre a superfície terrestre. Essa referencia

geográfica, pode ser levantada tanto em gabinete quanto diretamente no campo por levantamento com GPS navegador. Isto os irá caracterizar como geônimos, conforme estabelecido nesse estudo nas considerações iniciais sobre a os aspectos teóricos conceituais. Conforme mostrado na figura 4.5.

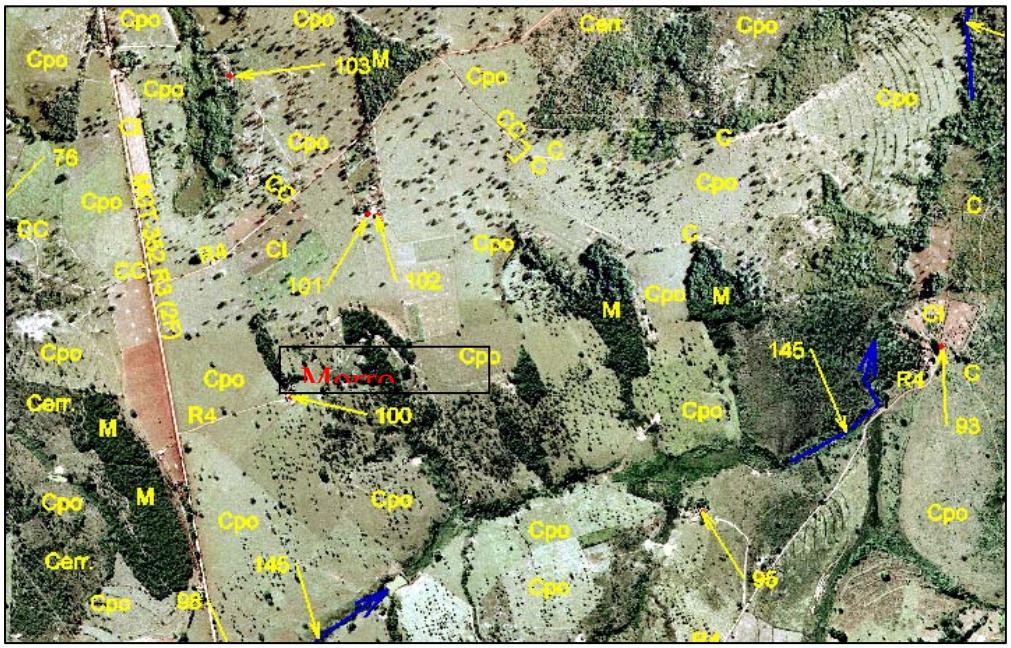


Figura 4.5 – Arquivo com a tintagem, que incorpora as feições reambuladas em campo, e que constarão do documento cartográfico. Adaptado do manual de Reambulação do IBGE.

Após o processo de tintagem, em gabinete, o geônimo passa por um procedimento de revisão ortográfica a fim de que erros relacionados ao idioma, involuntariamente inseridos por algum membro da equipe de reambulação, venham a ser repassados para o ambiente de banco de dados onde o nome geográfico ficará armazenado, e a partir daí disseminado em forma de espécimes cartográficos, ou consultas feitas diretamente no banco de dados.

4.3 – A Taxeonomia da Motivação Toponímica

O nome geográfico possui uma relação binômica direta com o local que denomina, da mesma maneira que um pai ou mãe ao batizar um descendente seu, normalmente o faz a partir de uma determinada motivação. Os nomes

geográficos, ao batizar uma determinada feição geográfica, também formam com esta um conjunto ou uma relação binômica, que pode ser dividida para que melhor se avalie os termos que o formam. (DICK , *op cit*) explana que:

> *"... o elemento lingüístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada".*

Assim a função motivadora, inserida de forma intrínseca no sintagma toponímico a partir do termo específico do mesmo, encontra-se presente de maneira inexorável em todos os topônimos existentes na Terra, ou em orbes extraterrestres. Assim a categorização de "Cabritos", enquanto nome específico de um sintagma toponímico denominado "Serra dos Cabritos" identifica um Zootopônimo, onde "Serra" é uma feição geográfica de natureza física, o genérico (determinado) do sintagma. "Cabritos" é o termo específico (determinante) o topônimo propriamente dito; e a tipologia "Zootopônimo" a motivação toponímica, em outras palavras, um topônimo cuja motivação é a índole animal, representadas por indivíduos domésticos e não domésticos.

Para (DICK, *op.cit*) existem dois momentos em que a motivação toponímica transparece, a saber:

> *"- primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que a levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico;"*

> *"- e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas".*

Essas duas modalidades de aferição do fenômeno motivador dos topônimos configuram perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da Toponímia, e irão influir de forma considerável na formalização das taxeonomias dos nomes geográficos.

Essa taxeonomia possui ainda duas subdivisões iniciais de motivação, a saber: física e antropocultural. O estudo sobre a motivação toponímica, pode acatar a mesma duplicidade de visão para o enquadramento dos topônimos e, dentro dessa bi-compartimentação, situar as modalidades particularizantes, através da formulação de uma terminologia técnica, composta do elemento *topônimo*, antecedido de um outro elemento genérico, definidor da respectiva classe onomástica. Dessa forma, nomes geográficos cuja motivação no batismo dos locais fosse baseada em elementos vegetais ou minerais, foram denominados na taxeonomia proposta, como fitotopônimos e litotopônimos, respectivamente.

Como afirmado anteriormente, a taxeonomia proposta contempla duas vertentes principais: motivação de feições geográficas de natureza física e àquelas de natureza antropocultural. Abaixo seguem alguns elementos constituintes das taxeonomias toponímicas sugerida por (DICK, *op. cit*):

A – TAXEONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA:

1 – Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral.

2 – Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral

3 – Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática.

4 – Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais das feições geográficas como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura e profundidade.

5 – Fitotopônimos: topônimos relativos à índole vegetal, espontânea, em sua individualidade; em conjuntos da mesma espécie; em conjuntos de espécies diferentes; formações não espontâneas individuais e em conjunto.

6 – Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas: elevações; depressões do terreno e formações litorâneas.

7 – Hidrotopônimos: topônimos resultantes de feições hidrográficas em geral.

8 – Litotopônimos: topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo, representados por indivíduos e conjuntos da mesma espécie.
9 – Meteorotopônimos: topônimos relativos à fenômenos atmosféricos.
10 – Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica.
11 – Zôotopônimos: topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos; não domésticos e da mesma espécie em grupos.

A – TAXEONOMIA DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL
1 – Animotopônimos ou Nootopônimos – topônimos relativos a vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física.
2 – Antropotopônimos – topônimos relativos aos nomes próprios individuais das espécies seguintes: prenome; hipocorístico; prenome + alcunha; apelidos de família; prenome + apelido de família.
3 – Axiotopônimos – topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.
4 – Corotopônimos – topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.
5 – Cronotopônimos – topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha.
6 – Ecotopônimos – topônimos relativos às habitações de um modo geral.
7 – Etnotopônimos – topônimos relativos aos elementos étnicos, isolados ou não.
8 – Ergotopônimos – topônimos relativos aos elementos da cultura material.
9 – Dirrematotopônimos – topônimos constituídos por frases ou enunciados lingüísticos.
10 – Hierotopônimos – topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana etc.; efemérides religiosas; associações religiosas; aos locais de culto. Os hierotopônimos, podem apresentar ainda duas subdivisões, a saber: os hagiotopônimos: topônimos relativos aos santos e santas do hagiológio romano e os mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas.

11 – Historiotopônimos – topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como as datas correspondentes.
12 – Hodotopônimos ou Odotopônimos – topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana.
13 – Númerotopônimos – topônimos relativos aos adjetivos numerais.
14 – Poliotopônimos – topônimos constituídos pelos vocábulos: vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.
15 – Sóciotopônimos – topônimos relativos ás atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade.
16 – Somatotopônimos – topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal.

Um outro estudo de motivação para denominação de nomes geográficos foi realizado por (OLIVEIRA, *op.cit*), a partir do "Índice de topônimos contidos na Carta do Brasil 1:1. 000.000 do IBGE", formando o que o autor citado denominou de grupos, nomeados da seguinte forma: Antropônimos, Religião, Vegetais, Hidrografia, Otimismo, Animais, Relevo, Árvores, Minerais, Quadrúpedes, Aves, Frutas, Peixes e Outros. Além disso, verificou a origem étnica dos topônimos brasileiros de todos os tipos, a saber: nomes de cidades, propriedades privadas, cursos d'água, litorâneos, referentes ao relevo etc. Chegou à conclusão da existência de 66,5% de origem portuguesa, 32,09% de povos originários e 1,16% de outras origens.

Ao examinar 35.326 topônimos da CIM, observou que no Brasil os resultados obtidos pela tipologia sugerida em sua pesquisa encontram-se na tabela 4.1:

Tabela 4.1 – Tipologia de motivação de nomes geográficos, proposta por (OLIVEIRA, *op.cit*).

ORDEM	GRUPOS	%
1	Antropônimos.....	10,0
2	Religião.....	8,0
3	Vegetais.....	6,0
4	Hidrografia.....	5,5
5	Otimismo.....	5,0
6	Animais.....	4,0
7	Relevo	3,2
8	Árvores.....	3,0
9	Minerais.....	2,5
10	Quadrúpedes.....	2,3
11	Aves.....	1,2
12	Frutas.....	1,0
13	Peixes.....	0,5
14	Outros.....	38,8
--------	TOTAL.....	100,0

Essa tipologia deixa um pouco a desejar, em virtude da alta incidência de topônimos, quase 40%, não classificados em nenhuma categoria. Observa-se também a ocorrência de três classificações Animais, Aves e Quadrúpedes, as quais poderiam compor uma única categoria, como Zôotopônimos, além de Vegetais e Árvores que poderiam compor-se em Fitotopônimos, conforme descrita no estudo previamente explanado na proposta de motivação toponímica de (DICK, *op.cit*). Neste estudo, será utilizada a taxeonomia proposta por esta pesquisadora, na averiguação da motivação da denominação, dos municípios e distritos fluminenses ao longo da linha do tempo.

Capítulo 5

A Metodologia da Pesquisa – Os Aspectos Evolutivos dos Nomes Geográficos

5.1 – Constituição do *Corpus* da Pesquisa

Conforme observado de forma reiterada anteriormente, o objeto desta tese é analisar os aspectos relacionados à importância da área de conhecimento dos nomes geográficos no Brasil, particularizadas num estudo de caso dos municípios do território fluminense, levantando os aspectos relevantes a eles relacionados, com ênfase na importância da sua padronização.

Como objetivo secundário foi focado um estudo de caso das nominações dos nomes dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, que contemplou o levantamento da sua etimologia; histórico; motivação e a origem étnica, desde os primórdios da ocupação deste território pelos europeus. Intentou-se detectar possíveis casos de inconsistências por falta de padronização na grafia dos nomes geográficos dos municípios fluminenses, e as conseqüências que dessa falta de padronização.

Nesse capítulo, foi feito um intróito ao tema, com um levantamento inicial levando em consideração os nomes geográficos do continente sul-americano (América) e do nome do nosso país (Brasil).

Ressalte-se que pelo fato de tratar-se de uma abordagem diacrônica, e de se averiguar na medida do possível os nomes históricos, a pesquisa em produtos cartográficos históricos revela-se mais segura, e certamente indispensável nesse contexto. O arcabouço legal, principalmente emanado do poder legislativo municipal, que respalda a instalação das unidades territoriais nesse âmbito também será levantado, no caso dos nomes de municípios mais polêmicos.

Foram averiguados os Arranjos Produtivos Locais (APL), existentes nos municípios do estado, que estão propondo indicações geográficas para

produtos de consumo oriundos dos municípios fluminenses, procurando desta forma, contemplar o viés econômico desdobrado da análise dos nomes geográficos. As pesquisas foram realizadas nos arquivos do INPI, onde tomou-se conhecimento do andamento ou propostas, das indicações geográficas emanadas dos Arranjos Produtivos Locais – APL municipais fluminenses.

Estabelecidos o objeto de estudo; o recorte territorial (estado do Rio de Janeiro e seus municípios) e a definição do método direto na coleta dos espécimes cartográficos históricos e do método indireto na pesquisa da etnia, da etimologia e do histórico do nome geográfico, o próximo passo foi à busca das fontes.

No que concerne às fontes cartográficas, foram pesquisados produtos cartográficos sob a guarda do Arquivo Nacional; no Museu Histórico do Exército; na biblioteca da Quinta Divisão de Levantamento do Exército; Arquivos da Fundação CIDE; Bibliotecas do IBGE e Laboratório de Cartografia do Departamento de Geografia da UFRJ (Geocart).

O método de abordagem diacrônico do recorte territorial se corporificou levando-se em consideração os diversos instantes ao longo da linha do tempo, nos quais foram instalados os municípios fluminenses. Para tanto, as épocas de tempo consideradas foram aquelas sugeridas por (MENEZES, 2001) no âmbito do Projeto de Involução Cartográfica do território fluminense atualmente em desenvolvimento no Geocart. Assim conforme o estudo preconizado, as épocas que foram consideradas na abordagem diacrônica dos municípios fluminenses são as seguintes:

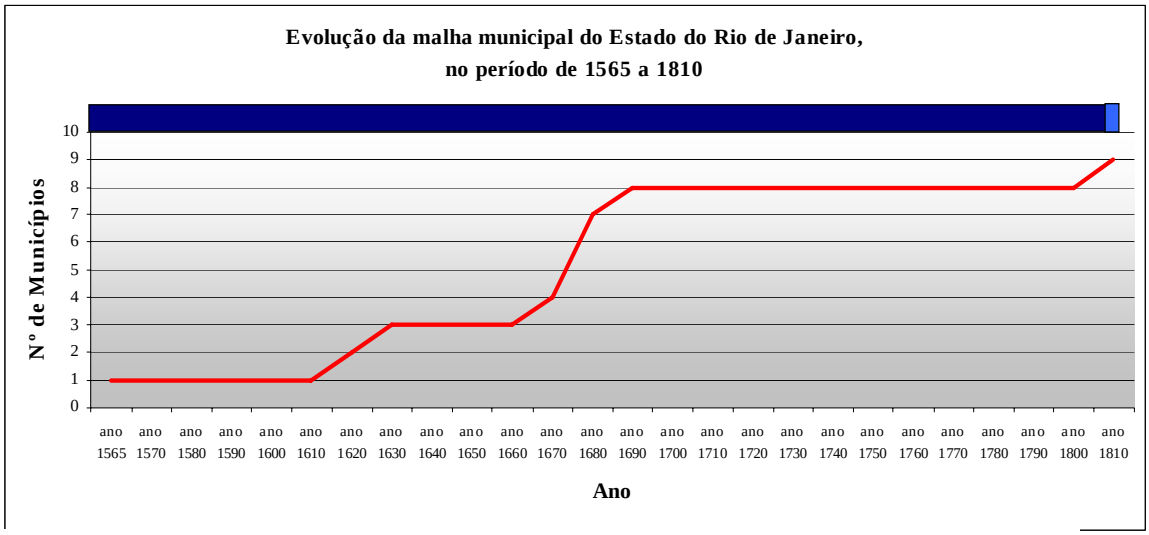


Figura 5.1 – Gráfico dos municípios instalados de 1565 a 1810. Fonte: Menezes (2001).

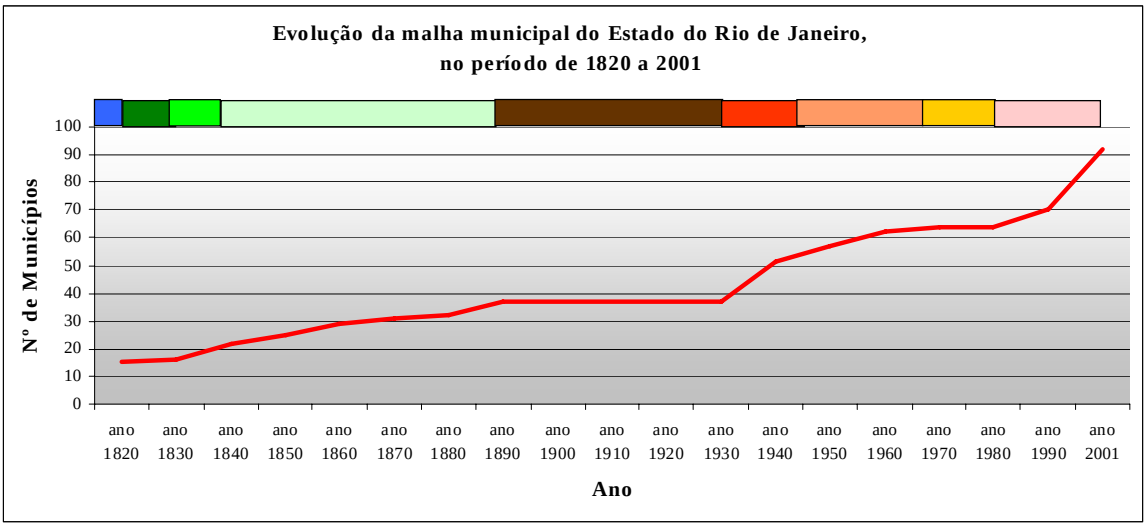


Figura 5.2 – Gráfico dos municípios instalados de 1820 a 2001. Fonte: Menezes (2001).

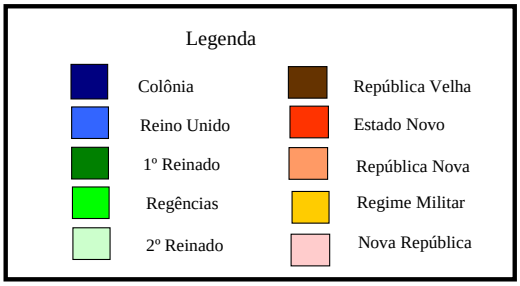


Figura 5.3 – Legenda para os *gráficos 5.1 e 5.2.* Fonte: Menezes (2001).

O critério utilizado nesse estudo para a abordagem diacrônica da geonímia fluminense, levou em consideração a última data de instalação do município, para inseri-lo numa das épocas citadas acima, mesmo que o mesmo tenha, por efeito da dinâmica de transformação da nomenclatura geográfica, modificado sua geonímia em outros períodos da linha temporal pré-data da última instalação.

Foram pesquisadas fontes oriundas da Academia Brasileira de Letras – Dicionário Onomástico e Ortográfico da Língua Portuguesa – e (TORRES, 1961) da ABL (Academia Brasileira de Filologia) – Vocabulário Ortográfico de Nomes Próprios - a fim de que se tivesse uma posição sobre a grafia oficial dos nomes geográficos fluminenses, segundo a forma ortográfica correta de

grafá-los. Quando existiu divergências entre esta forma, e àquela efetivamente grafada a partir do arcabouço legal de criação, emancipação e instalação dos municípios fluminenses, hoje considerada a grafia oficial, houve uma observação de divergência de grafia.

5.2 – Descrição e Análise do *Corpus* da Pesquisa

A partir das fontes retro mencionadas e constituído o *corpus,* foram analisados alguns aspectos concernentes aos nomes geográficos dos municípios, inseridos no contexto diacrônico da evolução da geonímia ao longo do tempo.

O primeiro destes aspectos foi um histórico do nome geográfico. Em alguns casos esse histórico confundiu-se, por inevitável, com a história do próprio município, haja vista que as diversas motivações geonímicas tangenciam aspectos sócio-econômicos, culturais, religiosos e relações de poder, dos quais emanam certamente, as nominações da divisão administrativa fluminense. Importante que se ressalte, todavia, que não fez parte do escopo almejado nesse estudo, esgotar o histórico de cada município, e sim focar nas principais motivações históricas contextualizadas na nominação das unidades territoriais aludidas. Uma das principais fontes do histórico dos nomes foram os dois volumes do livro de 1845, de autoria de (SAINT ADOLPH, 1845) - *Diccionário Geographico do Império do Brazil,* do qual existe um exemplar sob a guarda da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, 5ª Divisão de Levantamento, sediada no Rio de Janeiro, assim como o levantamento da toponímia fluminense realizado por (ABREU, *op.cit*.).

Também foi realizada uma análise etnolinguística, a qual procurou sinalizar os diferentes graus de influência que os nomes geográficos possuem, vindos dos três estratos principais de influências étnicas, presentes no território fluminense, ao longo da formação de seu processo histórico-cultural. Esses estratos são respectivamente: europeu, povos originários (nativos) e africano, embora existam outros nomes oriundos de etnias minoritárias, que compõem o povoamento deste estado. A intenção, nesse contexto, foi explicitar as influencias das raízes etnolinguísticas na denominação do território em estudo.

Em seguida, foi feito um levantamento sobre a origem etimológica dos nomes. O estudo etimológico torna-se imprescindível, a partir da verificação dos aspectos semânticos de algumas unidades lexicais que os originam, além de subsidiar determinadas análises em relação a língua de influência, e também aos aspectos histórico-culturais inseridos nos grupos falantes destas línguas. Nesse contexto, além de bibliografia de enciclopédias e dicionários específicos que constam na bibliografia, duas obras se sobressaíram como auxílios alentados para a empreitada: o Dicionário Etimológico de (NASCENTES, 1932) e a obra clássica de (SAMPAIO, 1914) O Tupi na Língua Nacional, alem do estudo elaborado por (LEONTSINIS, 2000). Para os antropotopônimos, foram buscadas fontes específicas para essa motivação, a saber: o Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes (GUÉRIOS, 1981) e o Dicionário dos Nomes das Famílias Brasileiras (BARATA, 2000). Algumas informações, quando esgotadas as fontes citadas, foram solicitadas ao lexicógrafo Mauro Villar do Instituto Antonio Houaiss, conforme informado em notas de referencia.

Quando houve divergência entre a grafia oficial do município, aceita pelo IBGE, a partir do arcabouço legal de criação do mesmo, e a grafia recomendada pela Academia Brasileira de Letras, como a forma ortográfica correta para a grafia do nome geográfico, foi indicado também a recomendação da ABL. Nesses casos, ao final do levantamento, foi indicado, após a sigla ABL, a forma ortográfica correta de como aquele geônimo deva ser grafado. O mesmo critério foi utilizado, para a recomendação da Academia Brasileira de Filologia. Neste caso, após a sigla ABF, foi indicado a grafia recomendada. Reitera-se que essas indicações só ocorreram, nos casos onde houve divergências. Quando não ocorreu a divergência, essas sinalizações não apareceram.

Na seqüência, passou-se a classificação motivacional dos nomes geográficos, segundo os agrupamentos taxeonômicos propostos por (DICK, *op. cit.)* conforme descritos anteriormente no capítulo 5.3, obedecendo aos dois aspectos principais taxeonômicos propostos: Físico e Antropo-Cultural. O critério da composição morfológica dos nomes geográficos fluminenses, foi aquele preconizado por esta autora, distribuindo-os em espécimes simples, compostos ou híbridos, a saber:

Elemento específico simples – é aquele que se faz definir por um só formante (seja substantivo ou adjetivo), podendo, contudo, se apresentar, também acompanhado de sufixações (diminutivos, aumentativos ou outros de procedência lingüística): Magé, Cordeiro, Pinheiral. Identificados como *Ng simples*.

Nome geográfico composto ou elemento específico composto – é aquele que se apresenta com mais de um elemento formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerando, por vezes, formações inusitadas que, talvez, apenas a história local poderá elucidar, de forma conveniente: Nova Friburgo, Varre-Sai, Cantagalo. Identificado como *Ng composto*.

Nome geográfico híbrido ou elemento específico híbrido – é aquele designativo que recebe em sua configuração, elementos lingüísticos de diferentes procedências étnicas: Bom Jesus do Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Conceição de Macabu. Identificado como *Ng composto-híbrido.*

A norma de classificação motivacional nesse estudo, obedeceu ao seguinte critério: nos nomes geográficos compostos-híbridos a motivação foi extraída, a partir das respectivas etnias que o compõem. Nos nomes geográficos simples e nos compostos, a motivação principal que foi levada em consideração, foi aquela exarada do histórico do nome.

As coordenadas foram explicitadas respectivamente, em latitude e longitude, com valores fornecidos, em graus, minutos e segundos, com dois dígitos numéricos para cada subdivisão angular.

Pretende-se ainda, que todas as informações levantadas povoem o BNGB – Banco de Nomes Geográficos do Brasil, A partir do povoamento das informações no referido Banco, um aplicativo será gerado em ambiente *Arc-View*, a fim de possibilitar a recuperação de todas as informações levantadas e constantes desse procedimento metodológico, contemplando a espacialização no território fluminense, da diacronia dos nomes geográficos dos municípios, desde sua criação até os dias atuais. Os municípios extintos, também foram levantados, pois um dia deixaram sua marca no território analisado.

5.3 – O nome geográfico *América*

No processo histórico da constituição dos territórios, a presença da legitimação através dos nomes geográficos grafados nos mapas históricos, se torna digna de registro. Pela justiça histórica devida a Cristóvão Colombo, o nome do continente americano deveria se chamar *Colômbia*, numa justa homenagem àquele navegador genovês, que em 1492 aportou pela primeira vez nas Antilhas.

Porém a história tem também algumas artimanhas, pois o primeiro nome do continente denominado *América*, surgiu cartografado na edição de 1535 de um mapa impresso em 1522. Deve-se este fato a Martin Waldseemüller (1470-1521) que integrava o Grupo de *Saint-Dié.* Foi ele que homenageou Vespúcio, dando o nome de América ao continente descoberto por Colombo, como apareceu no texto *Cosmographia Introductio,* prefácio à sua edição da *Geographia*, de Ptolomeu, saída do prelo a 15 de abril de 1507. (MICELI, 2002).

A razão pela qual Waldssemuller resolveu homenagear Américo Vespúcio, deve-se ao fato de Américo ter escrito que, ao contrário do que presumira Cristóvão Colombo, o continente descoberto em 1492 não era uma extensão da Índia, mas um novo continente, um Novo Mundo. (VAINFAS, 2000).

Figura 5.4 – O mapa de Waldseemüller de 1535, onde foi grafado pela 1ª vez o nome geográfico América. Disponível em www.henry-davis.com.br em 15/06/2007.

O nome dado por Waldseemüller foi rapidamente aceito e difundido, e apenas Bartolomeu de Las Casas, foi veemente ao propor, sem sucesso, o nome de Colômbia para o continente americano. Mais uma vez a cartografia, desde os tempos primórdios, tal qual um registro de certidão de nascimento, legitima de maneira inequívoca como o nome oficial do novo continente recém descoberto pela Europa, o primeiro geônimo grafado no mapa da região.

Ng simples.
Motivação: Antropotopônimo.
Origem étnica: italiana

Etimologia (GUÉRIOS, 1981): América, topônimo adjetival ou baseado em *Ameri* (*Insulae Americae* de Patrus Apianus, Terra América de Henricus Glareanus – 1510), por sua vez derivado de *Lameri*, que ficou, entre os italianos, *L'Ameri*, com deglutinação do suposto artigo. *Lameri* ou *Ameri*, e formas co-radicais, designava uma espécie de pau-brasil, e também a região,

imprecisa, situada no Indostão ou em Sumatra, de onde provinha, primitivamente, este produto corante.

"A primeira terra a receber o nome de América foi o Brasil", porque daqui saía essa espécie de *caesalpina echinata*, Lamk., que "era extraordinariamente parecida com a de Sumatra e outros lugares do Oriente, muito vulgar nos mercados italianos, desde meados do século XVI, com o nome de *verzino ameri*, i. é, *Brasil ameri*, ou *ameri* apenas". O nome de *Amerigo Vespucci*, muito ligado ao tráfico do pau-brasil, provavelmente fez supor ao geógrafo Waldseemüler, que a América fora assim denominada, e mesmo propôs se conservasse, em honra desse navegante fiorentino. Mas, de *Amerigo*, paroxítono, não se podia ter *América*, proparoxítono, e com *–c-* e *–a-*. Respeitante à origem de *Amérigo*.

Américo, do italiano *Americo*, mas por influencia de *América*, passou a *Américo*. O italiano provém do germânico, correspondente ao alemão *Emmerich*, propriamente *Heimerich*: "chefe ou que governa (rik) a casa, o lar, a pátria (haims)". Derivados: francês *Émeri, Émery, Amery*; provençal *Aymeric*, catalão-lat. (séc. XIV) *Eymericus*; inglês *Emery, Emmery, Emory*; outras formas italiano *Amerígo, Emerico*. Propuseram também o étimo germânico *Amalrich*, versão *Amalrico*.

5.4 – O Nome Geográfico *Brasil*

Antes de se analisar o nome assumido por nosso país, Brasil, é importante citar os dois nomes anteriores que batizaram as terras recém-chegadas pelos portugueses. Por compreender a índole natural lusitana, e o acatamento a autoridade papal, a qual se submetiam os monarcas católicos da Europa, encontra-se a razão para a primitiva denominação de motivação hagiológia dos acidentes brasileiros, inicialmente descobertos por Pedro Álvares Cabral, a saber: Monte Pascoal (ou Pascal) e Ilha de Vera Cruz, alterada, depois, para Terra de Santa Cruz. O significado de Vera Cruz era apenas a "Cruz do Marmelar" (hasteada, por exemplo, na célebre Batalha do Salado pelo prior da ordem de São José do Hospital) haja vista que, encaixado nela, havia como relíquia, um estilhaço daquela que, segundo a tradição,

servira ao Gólgota. (DICK, *op.cit*.). Somente a *posteriori*, o país assumiu o nome Brasil, cujas motivações seguem adiante.

Em muitos mapas desenhados ao longo da Idade Média, é possível notar, na mesma latitude da Irlanda, uma ilha com forma assemelhada a uma castanha de caju, pintada de vermelho. É a ilha *Brasil* (ou Bersil, O`Brazil, O´Brassil, Bersil, Brazir ou Breasail), uma das mais insistentes presenças criadas, e divulgadas pelo rico imaginário geográfico medieval.

No período pré-colonial brasileiro (1500 a 1530), houve intensa exploração nas terras recém-chegadas pelos europeus, da madeira oriunda da árvore denominada *pau-brasil*.

Brasil como nome de madeira – *Ceasalpínia Sappan*, no oriente, ou *Caesaldina echinata* (nome dado por Lamarck em 1789 em homenagem ao botânico e médico grego do papa Clemente VIII, André Cesalpino) dita também *pau brasil*, no Novo Mundo – nada teria a ver com essa ilha, cujo nome tem raízes célticas sendo formado em sua etimologia por dois componentes gaélicos: breas e ail, que significariam "nobre" ou "bem-aventurado". Sua origem estaria associado a Bresal, filho do primeiro rei cristão de Thormond. Por volta dos anos 480-500 Bressal teria andado em missão nas ilhas de Aran, recebendo depois o nome de São Brecan. (MICELI, *op. cit*).

A representação cartográfica mais remota da ilha Brasil encontra-se numa carta náutica do genovês Angelino Dalarto (1325), onde ela foi situada em latitude, correspondente ao Sudoeste da Irlanda. Aparece ainda nos seguintes documentos cartográficos: Atlas Mediceu (1351), mapa dos Irmãos Pizzigani (1367), Carta Catalã (1375), no portulano de Mecia de Vila Destes (1413), na carta de Andrea Bianco (1436), nos mapas de Bartolomeu P; Gracioso Benincasa (1482), e num famoso mapa do monge beneditino veneziano Fra Mauro (1459), onde se lê: "*Queste isole de Hibernia son dite fortunate"*. Na tradução: a ilha Brasil era uma das famosas ilhas afortunadas, que durante séculos, estiveram presentes na imaginação dos homens.

Depois de 1500, a ilha Brasil ainda pôde ser vista no mapa "Egerton 2303" (1508-1510), numa edição da *Geographia* de Ptolomeu (1519), num Atlas de biblioteca de medicina de Montpellier, desenhado logo depois da viagem de Fernão de Magalhães, numa carta de Ramugio de 1556, e nos famosos Atlas de Ortélius e Mercator.

A ilha após isso, não apareceu mais nos mapas, e o geônimo Brasil começa a surgir a partir de então, nas primeiras cartas que retratam o nosso país, a partir do século XVI.

De acordo com informações levantadas[9], aceita-se que o nome geográfico *Brasil* tem origem no fitotopônimo *pau brasil*, predominando para este o étimo do substantivo *brasa*, de origem germânica de significado *carvão ardente,* de acordo com os mais recentes estudos ou referências da questão, a saber: Oxford, Webster, Trésor, Corominas.

A controvérsia entre as grafias *Brasil/Brazil*, característica, sobretudo do século XIX, foi dirimida constitucionalmente em 1891 assumindo-se a grafia *Brasil*, por decisão atribuída a Rui Barbosa. Essa decisão encontra-se corroborada pela Conferência Brasileira de Geografia de 1926, que reafirma no item 1 (Um) das Recomendações: "Que se escreva *Brasil* e não *Brazil*".

Algumas outras hipóteses para a origem do étimo do nome geográfico *Brasil*, são as seguintes:

- O tupi *ibira-ciri* "pau eriçado", atribuída a Bernardino Ferraz de Campos, em 1896;
- O tupi *paraci* "mãe do mar", "mãe da água", de Barbosa Rodrigues;
- O aríaco *parasil* "terra grande", de Antônio de Souza Coimbra;
- O sânscrito *bradshita/bradsita*, de Basílio de Magalhães;
- O grego *brázo#* "ferver", de F. Magalhães Castro. Daí surgiu a grafia Brazil;
- O toscano *verzino*, derivado do veneziano *versa* "lasca", nome das pequenas lascas do pau Brasil transportado e negociado por genovezes na Idade Média, derivando daí: *carga di verzi, carga di verzino, carga di verzi de brasili, carga di verzini de brasili*, a partir do que se teria depreendido a braquilogia *brasile* "Brasil", hipótese aceita por Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro;
- O veneziano *verzi* ou *berzi* "pau Brasil", tese de Joaquim Caetano da Silva, na essência igual a anterior;

[9] De acordo com informação fornecida pelo lexicógrafo Mauro Villar do Instituto Antônio Houaiss

- O genovês *brazi* “pau Brasil”, de Zeferino Cândido, variação da anterior, com que coonesta a grafia *Brazil;*
- O provç. *Brezill* “coisa fragmentada”, de Cândido Lago, com base em Friedrich Diez;
- O inglês *brazil/Brazil* “pau Brasil, Brasil”, de William Gibbon;
- O irlandês *Hy-Brazail* “Ilha do Atlântico”, de O’Connor Daunt, em 1848;
- O celta *breasai*l “príncipe”, de Monsenhor Fergo;
- O árabe *wárs* “cúrcuma, tipo de planta corante”, donde Meyer-Lübke derivou o toscano *verzino*, fonte do topônimo;
- O germânico *brás (a)* “carvão ardente”;
- O francês *brésil* “pau-brasil”, de João Ribeiro e Antenor Nascentes.

O nome geográfico *Brasil* caracteriza-se dessa forma como um fitotopônimo, motivado que é pelo vegetal *Ceasalpínia Sappan*, no oriente, ou *Caesaldina echinata* dita também *pau brasil*, no Novo Mundo.

O pau brasil desde pelo menos 1504 foi muito explorado , com a certeza da visita do francês Goneville, pelas costas de Cabo Frio, praias e ilhas da baía de Guanabara, em lugares onde os lusos não tinham ainda se estabelecidos. Eram normandos e bretões que, partindo de Honfleur, Rouen, Dieppe, Brest e outros portos da França aqui aportavam, com o objetivo principal de comercializar o pau brasil na Europa. De bom trato com os povos originários, logo fizeram amizade com os Tamoios que os chamavam *mair* ou *mbai,* segundo (SAMPAIO, *op. cit*) forma contraída de *mbaira* (afastado, solitário, que vive distante). De acordo com (CRULS, *op. cit*.), os tamoios também os chamavam *aiurujuba* (papagaio amarelo), talvez porque eram louros e muito falantes. Os portugueses eram chamados pelos tamoios Perós, corruptela de Feroz, por contarem com sua repulsa, pois ao atuar de forma diferenciada em relação aos franceses, os lusos, os punham a trabalhar duro e se necessário os escravizavam.

O mesmo autor, relata um interessante diálogo dessa época, em que um dos tamoios travou com Jean de Léry, que demonstra a grau de argúcia e porque não dizer atualidade, sobre a consciência da rede de relações que interliga o homem, e a natureza na qual se insere, que desde os primórdios do Brasil os povos originários são possuidores. O diálogo versa sobre a

necessidade do nativo de compreender o porquê da exploração do pau brasil, conforme se segue:

> *"Por que viestes e os portugueses, de tão longe, a buscar madeiras? A vossa terra não vos subministras tantas para queimar? Respondeu Léry: - Subministra, e em grande abundância; mas não deste gênero de árvores, quais são as vossas, principalmente os brasis, que não servem para queimar, como julgais; mas para tingir como fazeis aos vossos fios escarlates e penas, e outras coisas. Tornou-lhe o Índio: - E vós necessitais e tão grande abundância de madeiras? Respondeu-lhe: - Sim: há entre nós um mercador que possui muitas penas escarlates, facas, tesouras, e espelhos, mais do que nós temos trazido; só ele compra todo o brasil ainda que dele fossem carregados muitos navios. Diz o Índio: - Contais-me coisas admiráveis, e mais do que tenho ouvido; dizei-me, e este homem tão rico não morre? – Morre, respondeu Léry, assim como os outros homens. – E morrendo, insta o Índio, para quem ficam estes bens? Responde o francês: - Aos filhos, se os tem; quando não a seus irmãos e irmãs, ou aos seus próximos parentes. – Então, disse o velho Índio, eu vos advirto, franceses, que sois muito loucos. De que vos serve fatigar-vos tanto, atravessando os mares, e para os vencerdes, passardes por tantos males, que vós tendes contado, a buscar riquezas para deixardes aos filhos que vos hão de sobreviver? A terra, que vos sustenta, não bastará também para sustentar a eles? Nós também temos filhos e parentes, que vós tendes, e os amamos muito; porém confiamos certamente que, depois de nossa morte, a terra que nos sustentou, também os há de sustentar da mesma forma, e nisso descansamos".*

No diálogo acima, fica também explícito que a diferença entre os valores de culturas tão distintas, podem fazer o contraponto na manutenção, ou não, da própria vida no nosso planeta. Aparentemente, quando hoje se observam os atuais riscos para a sobrevivência da espécie humana no planeta Terra,

depreende-se que os povos originários do Brasil, por seu discurso, talvez estivessem mais bem preparados para garantir a preservação da vida para as gerações futuras, em relação à visão e atitude dos colonizadores que, ao provocar uma exploração indiscriminada dos recursos naturais, favorecendo o capital, a qualquer custo, pouco se importaram com os nefastos efeitos que tal forma de agir, provocaria no planeta, cujas conseqüências hoje se vivencia.

Proféticas e sábias as palavras, que materializavam o pensamento holístico dos povos originários brasileiros. Sem dúvidas, o início da destruição da mata Atlântica ocorreu com o corte indiscriminado de *Ibirapitanga* (madeira vermelha) como os nativos chamavam o *pau brasil*, instados pelos europeus (portugueses e franceses) que a negociavam na Europa para o tingimento de tecidos.

Esta árvore, motivadora do fitotopônimo que originou o nome geográfico do nosso país, abundante na época da chegada dos portugueses e hoje quase extinta, agora só é encontrada em jardins botânicos, em parques nacionais ou de forma bastante pontual no território brasileiro, é plantada vez por outra em cerimônias patrióticas.

A origem do nome é o idioma português.

Ng simples.

O gentílico brasileiro vem do comércio com o pau-brasil; brasileiros eram conhecidos como aqueles que comercializavam a madeira.

Esse nome geográfico encontra-se protegido como indicação geográfica por decreto presidencial nº. 4.062, de 21 de dezembro de 2001, assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso que preconiza em seu parágrafo único, que o nome geográfico "Brasil" poderá se constituir em indicação geográfica, para outros produtos e serviços a serem definidos em ato do Poder Executivo. Consultar o Anexo III.

Capítulo 6

A EVOLUÇÃO DOS NOMES GEOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Estado do Rio de Janeiro, hoje em 2008, possui 92 (noventa e dois) municípios instalados e 188 distritos ou vilas, distribuídos entre esses municípios. O início do desmembramento do território fluminense entretanto, tem origem no século XVI nas capitanias hereditárias de São Tomé ou Cabo Frio e São Vicente, sendo que a primeira área do território a ser desmembrada dessas capitanias originais, foi o Rio de Janeiro, tornando-se, portanto, a primeira unidade autônoma daquele território. Observar as figuras 6.1 e 6.2 a seguir:

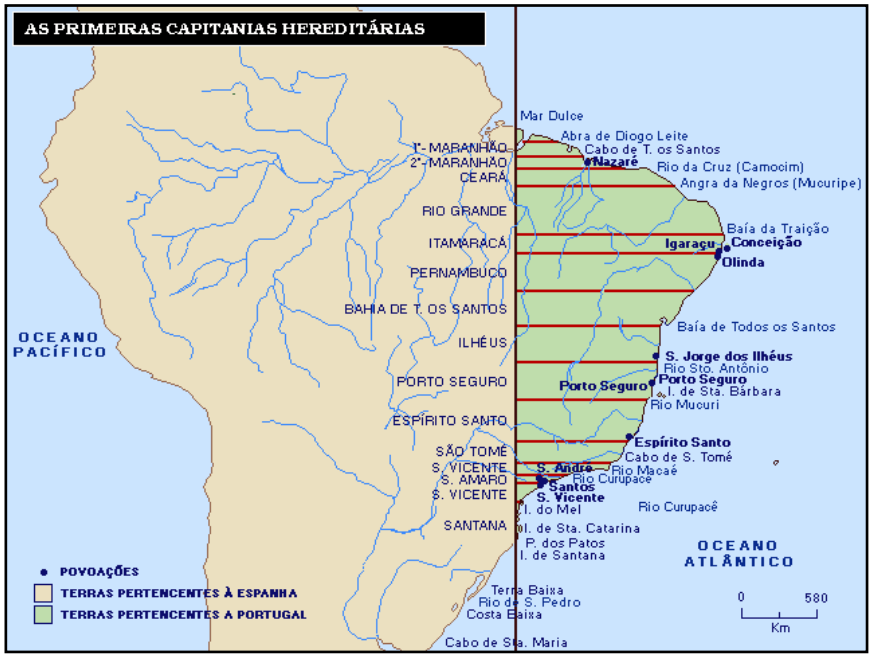


Figura 6.1 – As capitanias hereditárias brasileiras, dentre elas São Tomé e São Vicente, originárias do atual estado do Rio de Janeiro. Fonte: Menezes (2001).

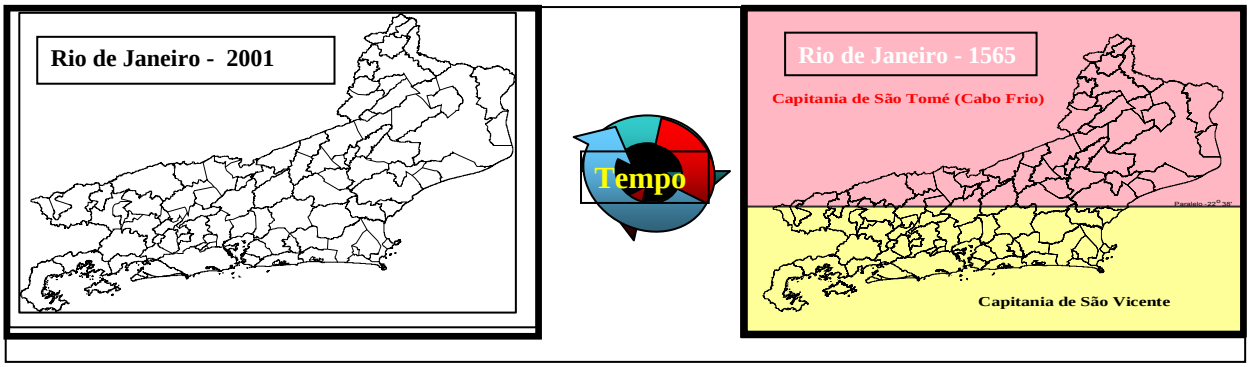


Figura 6.2 – Uma comparação entre a divisão administrativa fluminense atual e o traçado das capitanias originais. Fonte : Menezes (2001).

A primeira unidade administrativa surgida em território fluminense foi o Rio de Janeiro, instalado em 1567 por Estácio de Sá. Com a fundação da cidade, surge também a capitania do Rio de Janeiro. Antes, porém, foi necessário travar violentos combates, para a expulsão inicial dos franceses e dos seus aliados nativos tamoios. O primeiro deles ocorreu em 15 de março de 1560, quando tropas portuguesas comandadas diretamente pelo Governador-Geral Mem de Sá tiveram a primeira refrega contra os franceses instalados na atual Ilha de Villegaignon. Por esta época Villegaignon não se achava mais presente, pois tinha se retirado para a França, após desentendimentos com os calvinistas franceses, que ele mesmo trouxera para a colonização da utópica França Antártica. Confiara então o comando ao seu sobrinho Bois Lê Comte. Não foram necessárias mais do que quarenta e oito horas, para que Mem de Sá tivesse sob o seu domínio o território disputado.

Não desistiram os franceses. Ajudados pelos tamoios, ocuparam novos redutos, dentre eles a atual Ilha do Governador, na época ocupada pelos Temiminós chamava-se Ilha do Gato ou Maracajá (Gato Grande), que era o cacique destes nativos. Desavisados poderiam concluir, que esta denominação da ilha poderia dever-se a presença de felinos no lugar, o que não foi o caso. A origem desse nome geográfico se credita a presença naquele lugar do líder dos Temiminós.

Para a expulsão definitiva dos franceses e tamoios foi necessário o envio de novas tropas em 1563 comandadas agora pelo sobrinho de Mem de

Sá, Estácio de Sá e que só em 1º de março de 1565 pode desembarcar no Rio de Janeiro.

A cidade foi fundada por Estácio de Sá com o nome de Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em homenagem ao santo-mártir que lhe dera por patrono e também em honra ao infante rei de Portugal. O que caracteriza que esse geônimo também possui influência do hagiológio católico romano.

Porém, somente dois anos depois em 20 de janeiro de 1567, com o assalto aos dois últimos redutos franceses, os portugueses tomaram a posse definitiva do território do Rio de Janeiro. Estes últimos redutos chamavam-se Paranapucu (atual Ilha do Governador) e Uruçumirim (seria primitivamente a aldeia Ura-uaçu-uê), talvez no atual Morro da Glória, pois que Mem de Sá fala num paço muito mais alto e fragoso (CRULS, 1948).

Com o objetivo de facilitar a manipulação dos dados nesse estudo, no corpo principal da tese estão explicitado a seguir, o histórico dos nomes geográficos das primeiras unidades administrativas instaladas no estado, que são além do citado Rio de Janeiro, os seguintes: Angra dos Reis, Cabo Frio, São João da Barra e Campos dos Goytacazes. As demais unidades administrativas encontram-se no Anexo VI.

6.1 – Rio de Janeiro – 1567

A origem do nome geográfico Rio de Janeiro, porém é bem anterior a fundação da cidade. O nome do local foi dado pelos primeiros navegantes portugueses que por aqui aportaram, ainda na época das primeiras missões exploradoras, em 1502.

Com relação ao processo histórico dos geônimos, é pertinente, portanto, se abordar nesse momento a história do batismo do nome geográfico do estado do Rio de Janeiro, ocorrido em 1º de janeiro de 1502, conforme explanado em seguida.

A influencia européia na denominação das feições geográficas brasileiras, teve sem sombra de dúvidas desde o início da colonização o pioneirismo lusitano. Após o comunicado da descoberta de novas terras ao Rei D. Manuel, por intermédio de Gaspar de Lemos, despachado por Pedro Álvares Cabral para este fim, o rei enviou para o Brasil uma nova expedição, que partiu

do Tejo em 10 de maio de 1501, tendo como piloto o célebre Américo Vespúcio. À medida que os navegantes descobriam um acidente geográfico, aplicavam-lhe o nome do santo do dia. Bastava consultar o calendário (SARTHOU, 1964).

Desta forma foram batizando sucessivamente, de 16 de agosto de 1501 a 21 de dezembro de 1501, diversos acidentes, a saber: Cabo de São Roque, Cabo de Santo Agostinho, Rio São Miguel, Rio São Jerônimo, Rio São Francisco, Rio das Virgens, Baía de Todos os Santos, Rio de Santa Luzia, Cabo de São Tomé. No dia 1º de janeiro de 1502, chegaram diante de uma enseada que lhes parecia a foz de um rio. Alterando a praxe até aí seguida, batizaram-na de *Rio de Janeiro*.

A mudança inopinada no critério demandava uma justificativa, pois em seguida, continuaram a batizar os demais acidentes encontrados com hagiotopônimos, a saber: Angra dos Reis, Ilha de São Sebastião, Ilha de São Vicente e Cabo de Santa Marta, descobertos de 6 de janeiro de 1502 a 2 de fevereiro de 1502.

O motivo, sinalizado por Sarthou (*op. cit*), deu-se pelo fato de que o dia 1º de janeiro não é consagrado a nenhum santo do hagiológio católico romano. Este dia é consagrado à Circuncisão do Senhor, e não foi considerado de bom alvitre por aqueles austeros senhores chamar a nova descoberta de baía da Circuncisão, daí o expediente de chamá-la de Rio de Janeiro.

Ainda segundo o autor, a palavra “rio” naquela época possuía um sentido mais amplo, significando qualquer porção de água corrente, doce ou salgada. Em adendo pode-se constatar que até os dias de hoje na região da Galícia na Espanha, as porções de mar que adentram o continente, onde foram fundadas as cidades litorâneas daquela região do Atlântico Norte, são denominadas “Rias”, o que nos leva a refletir sobre uma possível conexão com o surgimento do genérico “Rio” em nossas plagas.

No lado de cá do Atlântico, os tamoios já chamavam a baía de nossa cidade de Guanabara, Guaná-pará ou Guapará, significando “seio do mar, braço de mar”. Essa seria a parte mais larga e interior da baía, rica de ilhas e desaguadouro dos rios principais, mais rasa e protegida dos ventos. Quando a cidade foi transformada em estado da União no ano de 1960 o nome

geográfico passou a ser estado da Guanabara *(hidro-somato topônimo, origem tupi).*

(CRULS, 1949) levanta uma hipótese remota que o nome geográfico Rio de Janeiro pudesse ser atribuído aos calvinistas que acompanhavam o francês Villegaignon, por comparação da nossa baía com o Lago de Genebra na Suíça de onde vinham. A grafia *Genève* aproxima-se de *R. de Geneure* como grafado pelos franceses, no mapa de *Lê Festut*. A hipótese é remota principalmente pelo fato de que Villegaignon aqui só chegou em 1555, algum tempo depois do início da divulgação do nome Rio de Janeiro.

O gentílico dos nascidos no Rio de Janeiro é *carioca*. Existe uma versão, pouco provável, que seria a corruptela de *cari*=branco, *oca*=casa; ou seja casa de branco, a partir do soerguimento de uma casa de pedra, mandada construir por Gonçalo Coelho, comandante da segunda expedição exploradora em 1503, o primeiro desembarque de europeus no Brasil. A pouca probabilidade da origem do nome geográfico ser esse, se deve ao fato de que os tamoios, acostumados a dar nome a tudo e a todos, fossem esperar Gonçalo Coelho mandar construir uma casa para dar nome ao lugar. O mais provável é que aquela feição geográfica já era chamada pelos tamoios de *acari-oca*, toca de acará, peixe abundante naquele local.

O gentílico *carioca* só passou a ser usado em 1834, quando da criação do município neutro desmembrado da província do Rio de Janeiro. Antes disso, os nascidos no local eram chamados de fluminenses, como ainda o são os nascidos no Estado do Rio de Janeiro, não na cidade. Gentílico derivado da palavra latina *flumens*: rio.

O geônimo Rio de Janeiro configura-se como um *falso genérico*, pois uma feição geográfica – Rio – que na formação do sintagma toponímico é um termo genérico, é incorporado como termo específico e passa a fazer parte do nome geográfico.

A motivação desse geônimo pode ser considerada sob dois aspectos:

a) Primeiro ao se considerar que, a partir de sua fundação no ano de 1567, acrescentou-se o hagiológio São Sebastião, ao pré-existente geônimo Rio de Janeiro – a motivação toponímica fica então composta e classificada como: Hagiotopônimo.

b) Considerando-se, apenas o geônimo Rio de Janeiro, como assim criado pela expedição de Gaspar de Lemos em 1502, a motivação então se configura como: Hidrotopônimo.

Considera-se ainda que o geônimo em tela possui um genérico oculto – cidade-, embora existam algumas correntes de pesquisadores em toponímia que não aceitam a existência de genérico oculto. Cidade, Capital, Vila etc. para esses estudiosos seriam classificações. Na presente pesquisa avalia-se a pertinência de considerar o genérico oculto, pois Cidade, ao nosso olhar, traduz um dos genéricos de aglomerado humano, porém, sem a necessidade de mostrar-se explicitado na composição lexicográfica.

Ng composto.
A origem étnica desse nome geográfico é portuguesa.
A etimologia do nome geográfico é a seguinte, segundo (NASCENTES, 1932):

São - do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.

Sebastião – Do grego bizantino *sebastokrátõr*, em que se ligam as idéias de respeito e de poder.

Rio – Do latim *riu*, regato, em vez de *rivu* (rio em latim era *flumen*); espanhol *rio*; italiano *rio*; francês antigo *ri, rif, riu, rui*. Corrupção do francês – *ruisseau.*

Janeiro – Do latim *januariu*; espanhol *enero* ; italiano *gennaio* ; francês *janvier*; latim vulgar *Ianariu*. O *n* intervocálico conservou-se pelo apoio que encontrou no ditongo.
Gentílico: carioca.

Coordenadas: *-22º54'10"* *-43º12'27"*

6.2 – Cabo Frio – 1616

De acordo com (BERENGER, 1993), em 1503 o rei D. Manoel expedira Gonçalo Coelho, cujo navegador era Américo Vespúcio, com seis naus em

direção a costa do Brasil. Após um naufrágio na altura de Fernando de Noronha que reduziu a metade a frota comandada por Vespúcio, o mesmo assinalou em carta datada de 4 de setembro de 1504, as seguintes informações:

> *"... Esperamos dois meses e quatro dias, e vendo que nada resolvíamos, decidimos a minha conserva e eu correr a costa e navegamos mais para diante 260 léguas, até chegarmos a um porto onde consertamos construir uma fortaleza, o que fizemos. Nela deixamos 24 cristãos que vinham na minha conserva, que os recolhera da nau capitania naufragada. Permanecemos nesse porto cinco meses construindo a fortaleza e carregando os nossos navios com pau-brasil. Feito tudo isso, convimos em voltar para Portugal, que nos ficava entre o Norte e o Nordeste e assim deixamos os 24 homens em Terra, com mantimentos para seis meses ..."*

Isso teria ocorrido, segundo o Visconde de Porto Seguro, entre dezembro de 1503 e janeiro de 1504. Provavelmente a primeira nau a pisar em Cabo Frio, cujos habitantes primitivos eram os nativos tamoios, tenha sido aquela comandada por Américo Vespúcio, onde fundou no local onde hoje é a praia dos Anjos em Arraial do Cabo, desmembrado de Cabo Frio em 1986, a 1ª feitoria do Brasil, marco inicial do devassamento da província fluminense. Hoje Arraial do Cabo, por ter se desmembrado de Cabo Frio reivindica essa parte da história para si. Resolveu-se citar este ocorrido na descrição de Cabo Frio, pelo duplo motivo: esse nome geográfico aparece em todos os espécimes cartográficos da época; e porque na época Arraial do Cabo não existia em termos administrativos, como município.

No planisfério de Cantino (1502) o mais antigo mapa do Brasil aparece cartografado o cabo de Santa Maria. No portulano de Canério, o Cabo Frio leva o nome de "Alapego de Sam Paulo", e no mapa de Waldseemuller (1507), onde aparece pela primeira vez o nome América o "Alapego de São Paulo" é substituído por "Pagus S. Paulli".

Onde o nome geográfico aparece pela primeira vez é no mapa de Kunstmann III de 1506. O nome geográfico Rio de janeiro aparece posteriormente. Daí por diante, após cartografado por Kunstmann a designação torna-se definitiva.

No mapa de Visconde de Maiollo em 1515, encontra-se grafado “capo frigido”. Aparece ainda cartografado nos seguintes espécimes cartográficos: Gaspar Viegas (1534); Atlas de Lázaro Luiz (1563); mapa de Jacques de Vaudeclaye (1579).

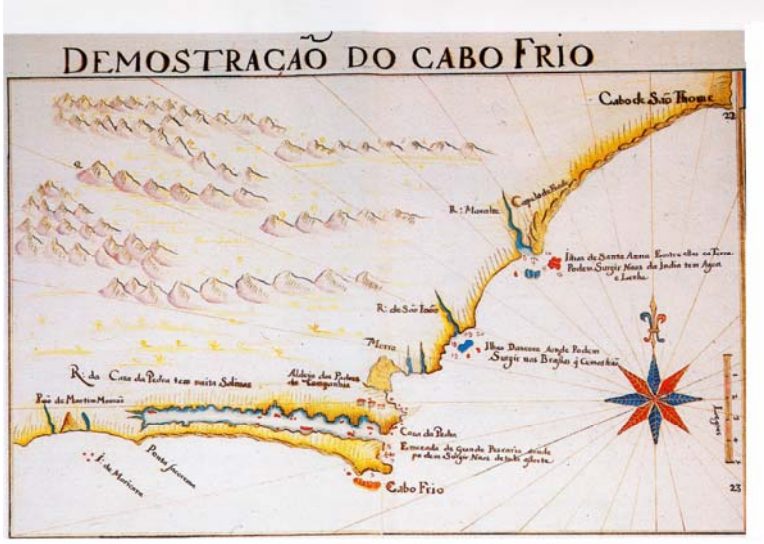


Figura 6.3 – Mapa Albernaz – Demonstração Cabo Frio

A denominação “Cabo”, devida à ocorrência de feição geográfica física, deve-se ao cabo existente no local, uma quina continental que se pronuncia para o oceano. O “Frio” do geônimo é creditado ao contraste: faixa costeira fria em plena região quente, derivado dos ventos que sopram na área, com destaque para o vento nordeste, em conjunto com a presença de uma corrente marinha, de água quase geladas. Esse fato ocasionava uma mudança de temperatura naquele local, considerando-se que a temperatura das águas serem nitidamente mais baixas lá, do que em outros locais do litoral. Hoje se sabe que esta queda da temperatura das águas se deve a corrente marinha originada no pólo sul que aflora no local, rica em nutrientes, ocasionando o fenômeno da Ressurgência, fenômeno natural bastante favorável a piscicultura.

Pelas singulares características físicas do local, esse nome geográfico "Cabo Frio" sobreviveu até os dias atuais.

Configura-se Cabo Frio também como um falso genérico, pelos mesmos motivos explicitados para o Rio de Janeiro. No presente caso, o genérico assimilado pelo geônimo é o "Cabo".

Ng composto.

A motivação do Cabo Frio configura-se como: Geomorfotopônimo.

Etimologia, segundo (NASCENTES, *op. cit*.) :

Cabo: 1 – Extremidade; do latim *capu* por *caput*, cabeça.

2 - Parte por onde se segura alguma coisa. Do latim: *capulu*, corda.

3 – Medida – Do hebraico *Kab.*

Frio: Do latim *frígidu.* Outras versões: *frido; fridu; fricdu*.

A origem étnica do nome é portuguesa.

Gentílico: *cabofriense* .

Coordenadas: *-22º52'46"* *-42º01'07"*

6.3 – Angra dos Reis – 1624

Angra dos Reis foi descoberta em 06 de janeiro de 1502, na mesma expedição despachada para o Brasil no qual Américo Vespúcio era o piloto e cinco dias depois de terem passado pelo Rio de Janeiro. Como o critério era de dar o nome às feições pelo santo do dia, ao adentrarem uma enseada, também chamada de Angra, verificaram que 06 de janeiro era o dia dos Santos Reis. Batizaram portanto aquele lugar como Angra dos Reis, nome geográfico que da mesma forma que Rio de Janeiro e Cabo Frio, permanece até os correntes dias, não se configurando nos mesmos a diacronia.

Os primeiros colonos do lugar lá chegaram em 1556. Eram filhos do brigadeiro Antonio de Oliveira. Martim Afonso de Souza, donatário da capitania de São Vicente, concedeu em 24 de janeiro de 1559 uma Carta de Doação de uma sesmaria ao Dr. Vicente da Fonseca e família para tomar posse das terras da Ilha Grande. Na carta de doação de Martim Afonso encontra-se assinalado:

"... Faço saber a vós, meu Capitão e Ouvidor, que era e sois na dita Capitania, e aos que ao diante forem, que eu hei por bem fazer mercê ao Doutor Vicente da Fonseca, morador em Lisboa, de uma Ilha que está na boca de Angra dos Reis, a qual se chama Ilha Grande, e assim das águas da dita ilha, para poder fazer engenho nela..." (ABREU, op.cit)

Segundo o mesmo autor, Em 03 de setembro de 1593, por Carta-Régia de Felipe I de Portugal, a povoação da Ilha Grande foi elevada a categoria de paróquia sob a invocação dos Santos Reis Magos. Em 1608, alcança a condição de Vila, a primeira vila, pois logo após em 1624, com o nome geográfico de Vila da Ilha Grande, foi feita a instalação da segunda vila, em virtude de um trágico acontecimento.

Em 12 de julho de 1617 foi assassinado brutalmente o padre Luiz dos Santos Figueira, atraído para uma emboscada para préstimo de serviços religiosos por um indivíduo chamado Manuel Antunes. Em virtude deste nefasto acontecimento, a Prelazia do Rio de Janeiro não permitiu que a Paróquia dos Santos Reis Magos fosse provida de sacerdote enquanto nela existissem descendentes do assassino. Por este motivo os habitantes foram instados a procurar uma nova sede para Angra. A escolha recaiu sobre uma pequena planície situada à leste da antiga Vila. Hoje este local é conhecido como Vila Velha.

O território, ainda no século XVII e XVIII sofreu dois fracionamentos: um em 28 de fevereiro de 1667, quando é criada a paróquia de N. Sª dos Remédios terras do futuro município de Parati; outro em 16 de janeiro de 1764 quando é criada a paróquia de Nª. Sª da Guia de Mangaratiba terras do futuro município de Mangaratiba.

Por lei provincial nº 06 datada de 28 de março de 1835, a vila da Ilha Grande é elevada a categoria de cidade, recebendo a denominação de Angra dos Reis.

Ng composto.

A motivação do nome geográfico é composta e classificada como: *hidrotopônimo.*

Etimologia, segundo (NASCENTES, *op. cit*.):

Angra - do latim *angra*; espanhol *angra*; Lübke acha foneticamente inaceitável, pendendo para o latim *ancra* ; a Academia espanhola filia o latim *ancra* ao grogo *ágkos*, cotovelo.

Reis - do latim *rege*; espanhol *rey*, italiano *re*, francês *roi*.

A origem étnica do nome é portuguesa.

Gentílico: *angrense.*

Coordenadas: *-23º00'24"* *-44º19'05"*

6.4 – Parati – 1667

Nos tempos coloniais para criação de uma vila, era necessário construir os prédios da igreja matriz, da câmara, da cadeia e o pelourinho. O município de Parati estava construído desde 1660, embora irregularmente, pois somente o Rei, o Vice-Rei ou o Governador da Capitania podiam erigir vilas.

(ABREU, *op.cit*) reporta que o povo deste lugar tendo a frente o Capitão Domingos Gonçalves de Abreu, requereu ao Capitão-mór de São Vicente que erigisse uma Vila: o que fez levantando-se o pelourinho em 1660. A Câmara Municipal de Angra dos Reis opôs-se a criação desta Vila, e o povo daquele município, vendo, no levantamento do pelourinho de Parati um ato de rebeldia, chamou, desde então, aos moradores deste lugar de levantados. Não obstante esta oposição, foi a Vila de Parati, confirmada pela Carta Régia de 28 de fevereiro de 1667.

A história desse nome geográfico é a seguinte: Nos meses de inverno, os índios desciam a serra em busca de pescado, pois sabiam que o peixe parati, entre os meses de março a setembro, subia os rios para desova, tornando-se presa fácil. Por esse motivo os índios chamavam essa região de paratii que significa água do parati ("parati" = espécie de peixe da família Mugil, "i" = rio ou água). Os jesuítas, catequizadores dos índios e os primeiros a

estudar suas línguas, tinham o costume de substituir o duplo “i” pela letra “y” ficando assim o nome da cidade de “Paraty”.

Ng simples.
A motivação: *Zôotopônimo.*
Etimologia, segundo (SAMPAIO, *op. cit*.) :
Corruptela de *Pará-Ty* – a estância do mar, o lagamar, golfo; a tainha.
A origem étnica : Povos originários.
Gentílico: *paratiense.*

Coordenadas: *-23º13'04"* *-44º42'47"*

6.5 – São João da Barra – 1667

A história do surgimento do município de São João da Barra, antigo “Barra de São João da Paraíba do Sul”, confunde-se com o de Campos dos Goytacazes, pois apenas um interregno temporal de dez anos separa a instalação de uma e outra. São João foi instalada em 1667 e Campos em 1677.

Antes da chegada dos "Sete Capitães", conforme se encontra descrito a seguir no histórico de Campos dos Goytacazes, a planície goitacá já era ocupada por pescadores, tendo a frente Lourenço do Espírito Santo, oriundos de Cabo Frio, os quais ao descerem o litoral, por volta de 1622, fundaram um pequeno aldeamento junto a foz do rio Paraíba do Sul, no local onde estava situada a primeira Igreja de Nossa Senhora da Penha, no lugar denominado *Atafona*. Este foi o primeiro núcleo efetivo de colonização no norte fluminense. Mais tarde em 1630, esse pioneiro, com o auxílio de outros moradores, edificou uma pequena capela, dedicada a São João Batista. Nascia assim *São João da Praia do Paraíba*, o segundo núcleo de colonização efetiva do norte fluminense.

Em 20 de março de 1674, Martim Correia de Sá, 1º Visconde de Asseca, e João Correia de Sá, general filho de Salvador Correia de Sá, receberam carta de doação da Capitania de Paraíba do Sul (ex-São Tomé), já ocupada pelos respectivos donatários, o que causou insatisfações, por mais de um século, gerando lutas entre novos e antigos senhores das terras. Em 1644, foi

promovida por alvará, com a denominação de *São João da Barra*, a categoria de freguesia. Por carta de ordem de 06 de junho de 1677, a Vila é criada e instalada nesta mesma data. Em 17 de junho de 1850 foi elevada a foros de cidade. É o segundo município do Estado do Rio de Janeiro em valor de área.

A diacronia desse nome geográfico segue o seguinte recorte temporal, etimologia segundo (NASCENTES, *op.cit*):

1622 – *Atafona* – Do árabe *attãhuna*, moinho.

1630 – *São João da Praia do Paraíba* – composto hagio-morfo-hidro topônimo, origem híbrida portuguesa e povos originários do Brasil.

São – Do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.

João – Um dos doze apóstolos de Jesus.

Praia – Do grego *plágios*, lado, costa através do latim *plagiu*. Outra versão do latim *plaga* : região, extensão de terra.

Paraíba – Do tupi corruptela de *pará-ahyba :* rio ruim, imprestável para a navegação.

1667 – *São João da Barra* – composto hagio-geomorfo topônimo, origem portuguesa.

Barra – Do latim *barra*, travessa. Origem obscura. Outra versão latim origem celta (cimbrico *bar*, ramo, que se acha no inglês).

Motivação: hagiotopônimo

Origem étnica: portuguesa.

Gentílico: sanjuanense

Coordenadas: *-21º38'25"* *-41º03'04"*

6.6 – Campos dos Goytacazes – 1677

Este município fazia parte da Capitania de São Tomé, cedida a Pero de Góis da Silveira, que havia chegado ao Brasil com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, conforme carta de doação de 28 de agosto de 1536. É aquele que possui a maior área, dentre os municípios fluminenses. O primeiro nome que o lugar recebeu foi *Vila da Rainha*, pois Pero de Góis, desejou prestar homenagem à rainha de Portugal na época. O local escolhido

ficava na margem direita do Rio Itabapoana, um pouco acima da atual Vila de Itabapoana, 3º distrito do município de São João da Barra.

A localidade posteriormente tomou o nome de *Vila de Santa Catarina das Amós*. Esse segundo nome geográfico aparece grafado no mapa de Couto dos Reis de 1785. O segundo nome, na realidade, é devido a Gil de Góis, filho de Pero de Góis, que construiu, na mesma capitania, porém na foz do rio Itapemirim uma vila a qual deu o nome de *Santa Catarina*. Ambas as vilas foram destruídas pelos nativos Goytaca, que significa, em tupi, segundo Sampaio (*op.cit*), "povo corredor", "veloz", definição essa, que bem se enquadra àquela nação, habitante das lagoas, e das planícies do norte fluminense.

Pero Góis da Silveira acabou renunciando à posse da capitania, pois não conseguiu recursos para recuperá-la, após constantes ataques dos nativos Goitacá. Pero retornou para Portugal em 1570. (ABREU, *op.cit*.)

Em 1619, Gil de Góis também não se interessou pela capitania e renunciou, em favor da coroa portuguesa, a sua posse neste ano. Após essa segunda renúncia, determinou o Rei de Portugal, ao governador do Rio de Janeiro, Martins de Correa de Sá, que as terras da Capitania de São Tomé, fossem divididas e concedidas em sesmarias. Foram então concedidas as sesmarias aos sete capitães: Miguel Maldonado, Miguel da Silva Riscado, Antônio Pinto Pereira, João de Castilhos, Gonçalo Corrêa da Sá, Manuel Corrêa e Duarte Corrêa, que construíram, em 1633, currais para gado, próximos à Lagoa Feia e à Ponta de São Tomé em reconhecimento pelo seu heroísmo nas lutas contra os índios e corsários na colonização das terras. (LAMEGO,1974).

Dos sete capitães, apenas Miguel Riscado se estabeleceu nas terras recebidas. Os demais alugaram as áreas que lhes cabiam a colonos ou as doaram aos padres jesuítas e beneditinos.

O Governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, em 1648, conseguiu a doação das terras da Capitania de São Tomé, que, desde 1615, passara a chamar-se Capitania da Paraíba do Sul, para seus filhos Martim Corrêa de Sá e Benevides, Primeiro Visconde de Asseca, e João Corrêa de Sá. Em poucos anos, a povoação prosperou, sendo elevada à categoria de vila em 1677.

Os limites originais da capitania não foram respeitados e os impostos e taxas criados fizeram com que muitos colonos fossem expulsos.

Iniciou-se, assim, um longo período de violentos conflitos de terras que envolviam, de um lado, os Asseca e, de outro, os descendentes dos sete capitães e criadores de gado. Foram cem anos de domínio dos Asseca, até que, em 1748, explodiu um levante chefiado pela fazendeira Benta Pereira que, aos 72 anos, a cavalo e armada de pistolas, chefiou o combate, que acabou por derrotar os Asseca.

Não tardou, porém, a repressão ao levante, ordenada pelo Governador do Rio de Janeiro, que devolveu o poder aos derrotados.

Finalmente, em 1752, apesar dos protestos dos Asseca, a Capitania do Paraíba do Sul foi incorporada à Coroa Portuguesa. Um ano depois, foi anexada à Capitania do Espírito Santo, somente voltando a pertencer à Província do Rio de Janeiro em 1832. No ano seguinte, foi criada a Comarca de Campos e, em 28 de março de 1835, a Vila de São Salvador foi elevada à categoria de cidade com o nome de *Campos dos Goytacases*, e agora os canaviais se estendiam pela planície, entre o Rio Paraíba do Sul e a Lagoa Feia.

Com relação a possíveis futuras indicações geográficas no estado do Rio de Janeiro, um dos possíveis desdobramentos de pesquisas nesse contexto, será fornecer subsídios aos produtores fluminenses prováveis através do estudo dos geônimos.

Um dos exemplos, dentre muitos outros, que pode citar-se são os doces típicos fabricados no Norte do Estado do Rio de Janeiro, de forma mais específica na região de Campos. A explanação de (CASEDEI, 1999) sinaliza indicações geográficas ainda não exploradas como tal no estado do Rio de Janeiro, tanto por falta de conhecimento local sobre o assunto em tela, quanto pelo recente despertar da temática em nosso país:

> *"Os doces fluminenses de um modo geral são iguais aos de todo o Brasil, mas como possuímos uma área de açúcar localizada ao norte do Estado, cujo centro é o município de Campos, podemos falar em doces típicos da região".*

Ainda segundo a avaliação da autora, os doces campistas são típicos e confeccionados sempre no mesmo feitio e tamanho, resistindo à sofisticação dos tempos modernos: chuvisco (o mais célebre); sonho de *Pierrot* (amêndoa, ovos e recheado de ameixas pretas); Camafeu (Nozes) **"...**nunca igualado em terra alguma"; Fios D' ovos"; Olhos de sogra (ameixa recheada com pasta de amêndoas) que "... fora da área campista são confeccionados com recheio de coco, perdendo assim a sua característica" ; o Melado é outra especialidade de Campos e "...diferente dos produzidos em outras zonas, pois se apresenta bem pastoso, e o bom é aquele de entortar a colher, ao ser retirado da lata".

As marcas mais tradicionais do melado de Campos são "Fio de Ouro" e "Flor de Campos".

A motivação do nome geográfico é composta e classificada como: *fito-etno topônimo.*

Etimologia, segundo respectivamente, Nascentes e Sampaio (*op. cit*.):

Campos: Do latim *campu*. Espanhol e italiano: *campos*. Francês: *champs*.

Goytacás: corruptela de *Guay-Atacara,* alteração de *guay-atacá,* gente ou povo corredor, veloz; o andarilho, nômade.

Ng composto-híbrido.
A origem étnica do nome é híbrida: *português e dos povos originários do Brasil.*
Gentílico: campista.
ABL recomenda: Campos dos Goitacases.
ABF recomenda: Campos dos Goitacases.

Coordenadas: *-21º45'15"* *-41º19'28"*

6.7 – Os municípios e Vilas Extintos

Assim como tudo o que existe, função da natural impermanencia inerente à matéria, os lugares também surgem e desaparecem. Alguns de maneira mais célere do que outros. No território fluminense não ocorreu de forma diferente. Diversas causas concorreram para que determinados lugares

surgissem, conhecessem o apogeu e por força de circunstâncias várias desaparecessem. As causas principais para esse advento foram as seguintes: constantes conflitos dos europeus que chegavam com os nativos inconformados com a situação de dominação a que eram submetidos; deslocamento da matriz de transportes de fluvial para ferroviária; epidemias endêmicas que assolavam lugares mais insalubres; esgotamento das reservas auríferas e decadência de atividades agrícolas. As ruínas que restaram e alguns fósseis lingüísticos restantes, são marcos a atestarem o apogeu e a grandiosidade de uma época das vilas da Rainha, de Santo Antônio de Sá, de São José d'El Rei, da Estrela, de Iguaçu, de São Francisco de Paula e São João Marcos. A seguir pequenas explanações sobre cada um deles.

6.7.1 – Vila da Rainha

A Vila da Rainha foi edificada em 1539 foi o primeiro núcleo compulsório de colonização do atual território fluminense. Pero de Góis, donatário da Capitania de São Tomé, foi o responsável pela implantação da vila. Resolveu localizá-la num pequeno outeiro, as margens do rio Managé, atual Itabapoana, distante quatro quilômetros da foz.

A motivação do nome da vila, foi uma homenagem que o donatário desejou fazer a rainha de Portugal na época, dona Catarina de Castela, dando a vila o nome de "Vila da Rainha".

Houve a exploração de cana-de-açúcar, com a esperança de Pero de Góis de se tornar o maior produtor e exportador açucareiro da Colônia. Esse sonho foi abortado, pois os nativos goitacases devastaram toda a cultura de cana, destruindo os engenhos. Sem poder de resistência e alternativa, Pero de Góis dá conhecimento à Coroa, abandonando a capitania, retomando às atividades náuticas. A Vila sucumbiu.

6.7.2 – Santo Antônio de Sá

A origem dessa vila foi a sesmaria que o governador Mem de Sá, concedeu a Miguel de Moura em 1567, cortada pelos rios macacu, casseribu e Guapiassu, tendo ao fundo a serra dos órgãos. Não se sentindo em condições

de povoar a terra que lhe fora cedida, Miguel de Moura renuncia a mesma, e a doa aos jesuítas.Parte desta gleba os sacerdotes doaram a Manoel Ouzono, o qual mandou erigir uma capela em louvor a Santo Antonio, em torno da qual surgiu uma povoação. Foi elevada a paróquia em 1697, com o nome de Santo Antonio do Casseribu, denominação logo substituída por Santo Antonio de Sá, quando o governador capitão-General Artur de Sá e Menezes, conferiu-lhe o título de vila. Mais um caso de motivação antropotoponímica, no qual o nome do santo foi utilizado para homenagear o detentor do poder.

A vila servia como ponto de passagem e apoio àqueles que desejavam alcançar o sertão de Macacu. O início da derrocada da vila foi uma febre endêmica que grassou quase toda a população, após uma grande estiagem no ano de 1829, compelindo a transferência da sede da vila para o arraial Santana de Japuíba, atual, Japuíba, permanecendo essa situação até 1923, época em que foi transferida para a localidade de Cachoeiras do Macacu. Antes disso, Santo Antonio de Sá tinnha sido anexada como distrito de Itaboraí em 1875. Foi extinta em 1910, quando a sede distrital foi transferida para o povoado de Sambaetiba. Restaram as ruínas do Convento de São Boaventura, e do prédio onde funcionava a Câmara Municipal e a Justiça.

6.7.3 – Santo José d'El Rei

A vila de São José d'El Rei, teve vida muito curta como unidade com autonomia administrativa, apenas sessenta e um anos. Foi desmembrada inicialmente de outra vila que foi extinta, que foi Santo Antonio de Sá.

A denominação foi dada em homenagem ao príncipe D. José de Portugal na data de seu aniversário. Mais um caso de hibridismo na nomenclatura geográfica, quando se desejando por trás da motivação antroponímica, lançava-se mão da homenagem aos santos do hagiológio romano.

O seu território em conjunto com o de Santo Antonio de Sá, vieram a constituir o atual município de Itaboraí, por determinação de decreto datado de 1833.

6.7.4 – Vila Iguaçu

A freguesia de N. Sª da Piedade de Iguaçu, denominada em 1742, de "Freguesia de N. Sª da Piedade do Caminho Velho" era passagem para os viajantes que percorriam o caminho de Garcia Rodrigues para as Gerais. Esta freguesia, teve origem numa pequena capela erigida pelo alferes José Dias de Araújo em suas terras, no ano de 1699. Depois de arruinado este primeiro templo, outro foi construído, em terras de Diogo Dias, filho do referido alferes. O pequeno núcleo populacional que surgiu foi denominado "Porto do Feijão do Iguaçu". Por este porto escoavam açúcar, aguardente, milho, arroz, e após o desenvolvimento da cultura cafeeira no Vale do Paraíba, milhares de sacas de café para o Rio de Janeiro.

Esta "velha" Iguaçu, encontrava-se ligada a antiga classe dominante e latifundiária dos cafeicultores. A *Nova* Iguaçu encontrava-se relacionada aos citricultores e a uma maior fragmentação do território, impulsionada pelos herdeiros dos barões do café ao retalharem e arrendarem as terras herdadas.

O primeiro golpe sofrido pela antiga Vila Iguaçu foi a inauguração em 1854, da primeira estrada de ferro do Brasil, construída pelo Barão de Mauá, ligando Guia de Pacobaíba a Fragoso, próximo a raiz da serra da Estrela, pois a produção serra acima e do Vale do Paraíba, passou a ser direcionada através da via férrea para o porto de Mauá, esvaziando a importância do "Porto do Feijão do Iguaçu".

Um outro fator, que colaborou no ocaso da antiga vila de Iguaçu, foi a epidemia de cólera, que grassou na vila em setembro de 1855, ceifando centenas de vidas. Esta crise, motivada pela epidemia, transferiu parte da população para outro local, que viria a ser o futuro embrião da Nova Iguaçu. A denominação desta nova sede do município era Maxambomba, que posteriormente teve a denominação alterada para Nova Iguaçu, consolidando-se como o centro agregador da atividade da citricultura, que se inicia no final do século XIX, quando foram feitas as primeiras obras de saneamento, eliminando os brejos e pântanos do lugar, facilitando a eliminação dos vetores de doenças.

Após estes fatos, a antiga vila de Iguaçu não teve condições de continuar existindo, vindo a sucumbir em 1891.

6.7.5 – São Francisco de Paula

A vila de São Francisco de Paula, estava localizada pouco acima alguns quilômetros da sede do distrito de Visconde do Imbé. O apogeu deste município estava diretamente relacionado ao ciclo econômico do café naquela localidade. Hoje ainda existem, dois pequenos templos e meia dúzia de prédios carcomidos pelo tempo, a atestarem os tempos grandiosos da cultura cafeeira.

O nome geográfico surgiu a partir da construção de templo religioso para o culto de São Francisco de Paula.

O fator preponderante para a extinção da vila de São Francisco de Paula, foi sem dúvida o esvaziamento ocasionado pela extinção do regime de escravidão, alavanca propulsora da economia rural da época, principalmente do café, aliada a expansão da estrada de ferro no lugar, pois com a criação da estação de Trajano de Morais, no lugar denominado Ventania, ocorreu o deslocamento do eixo comercial para esta localidade, o que ocasionou um enorme marasmo na sede do município de São Francisco de Paula, quando foi transferida a sede para Trajano de Morais, em 1915, por força de lei estadual, extinguindo-se a partir de então a vila de São Francisco de Paula.

6.7.6 – São João Marcos

Marco embrionário da atual cidade de Resende, as terras de São João Marcos, denominada inicialmente São João do Príncipe, em homenagem ao Príncipe regente dom João, teve como início de sua colonização uma capela dedicada a São João Marcos, motivo de sua denominação, no ano de 1739, mandada erigir por João Machado Pereira, fazendeiro do lugar.

A sua sede foi transferida em 1769, para uma outra localidade denominada “Sítio das Panelas”, onde a igreja matriz foi concluída no ano de 1801. Foi elevada a vila dez anos após em 1811, tendo a instalação ocorrido em 1813. A economia encontrava-se inteiramente centrada na cultura cafeeira, razão de seu gradativo desaparecimento, após a o elevado incremento do custo da mão de obra, conseqüência da abolição da escravatura. Atingiu um declínio e desprestígio constante, perdeu parte de seu território para a

ampliação da represa de ribeirão das Lajes, até ter o território incorporado como distrito de Rio Claro em 1938.

6.7.7 – Vila da Estrela

Uma capela mandada erigir por Simão Botelho em 1650, a margem do rio Inhomirim dedicada a N. Sª da Estrela dos Mares foi o marco inicial para a formação de um porto, origem da futura vila, que se denominou Estrela, portão de entrada de uma das variantes do Caminho Novo, o caminho do Inhomirim, aberto por Bernardo Soares de Proença em direção as Gerais. Observe figura 6.4.

Figura 6.4 – Ruínas da capela Nª Sª da Estrela dos Mares, no município de Magé – RJ. Foto Maria da Conceição Rosa

A denominação da Estrela dos Mares foi oriunda dos navegantes que do mar avistavam a estrela vésper – planeta Vênus – acima da Serra dos Órgãos, acima do recôncavo da baía de Guanabara.

A importância da nova rota foi notável para o progresso do lugar, ao encurtar a viagem em pelo menos quatro dias, quando comparado com o Caminho de Garcia Rodrigues.

Ao findar o ciclo do ouro, o porto de Estrela foi rival do Porto de Iguaçu no transporte do café, cultivado principalmente no Vale do Paraíba. Era o ponto final dos tropeiros que desciam a serra pela Estrada Normal da Estrela, que lhe valeu na época o título de "Via Ápia Brasileira". A elevação de Estrela a categoria de município ocorreu em 1846, composto pelas freguesias de N.Sª do Pilar, Inhomirim, Vila de Pacopaíba, e Petrópolis.

O fator fundamental para o curto tempo de prosperidade vivido pelas vilas de comércio e portos fluviais da baixada Fluminense, dentre eles o porto de Estrela, ocorreu em 1854, na freguesia de N. Sª da Guia de Pacobaíba, com a inauguração da primeira ferrovia no Brasil, ligando o Porto de Mauá em direção a Fragoso, na Raiz da Serra de Petrópolis. Ficou assim obsoleto e inviável a utilização daquele porto, motivando, com o tempo, sua natural e gradual desativação. Observar as figuras 6.5, 6.6 e 6.7.

Figura 6.5 – Porto da Estrela (Século XIX). Disponível em www.ipahb.com.br, em 15/12/2007.

Figura 6.6 – Porto da Estrela (Vista Geral – dias atuais). Disponível em www.ipahb.com.br, em 15/12/2007.

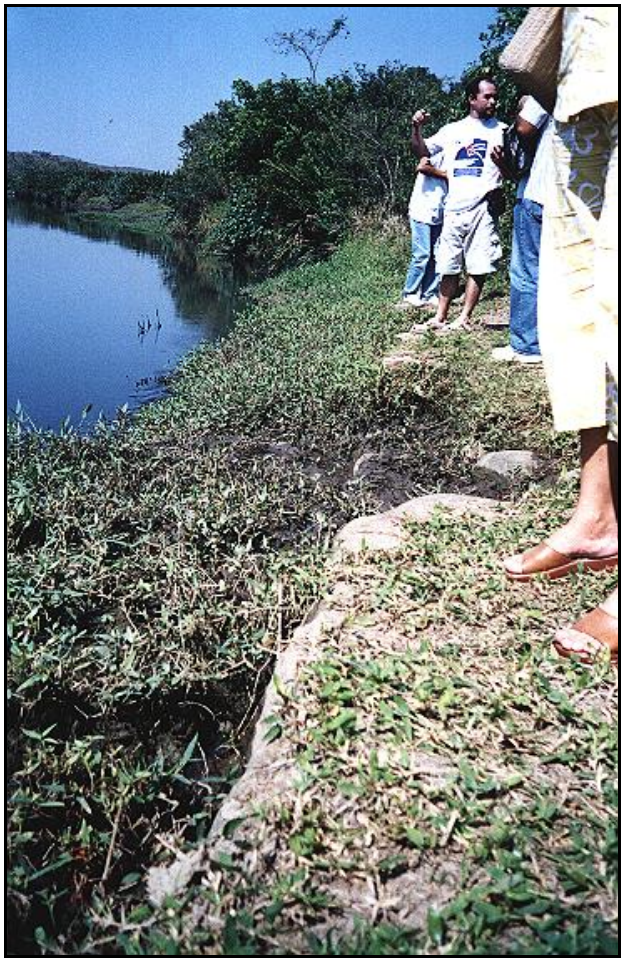


Figura 6.7 – Porto da Estrela (Detalhe do Cais – dias atuais). Disponível em www.ipahb.com.br, em 15/12/2007.

A epidemia de cólera de 1855 que grassou na Baixada Fluminense, em associação com a abolição da escravatura, foram os outros fatores que ajudaram na derrocada final, daquele que foi um dos portos mais movimentados da época do Império brasileiro, e que deu vida a vila da Estrela, enquanto existiu.

Capítulo 7

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para início da análise da evolução dos nomes geográficos fluminenses ao longo do tempo, abordar-se-á o período inicial da colonização européia nas terras brasileiras.

A vocação inicial daquelas terras configurava-se para a Coroa Portuguesa numa função estratégica, onde algumas vantagens eram auferidas em relação ao monopólio do caminho marítimo para as Índias. Nessas terras as naus poderiam reabastecer-se de água, e reparar possíveis danos que pudessem ocorrer durante a travessia em alto mar.

Nesse período foram organizadas pelo Estado Português algumas expedições que objetivavam reconhecer aspectos daquelas terras ainda desconhecidas dos lusos. Num momento a seguir, a intenção foi a vigília do litoral, contra aqueles que os portugueses denominavam piratas e corsários – holandeses, ingleses e franceses - principalmente no litoral fluminense. Autorizou também alguns comerciantes a explorarem o Pau-brasil.

A instalação de algumas feitorias prevaleceu durante os três primeiros decênios do século XVI, conhecidos por alguns historiadores como período pré-colonial. A partir de 1534, o Estado Português começaria a adotar as primeiras medidas para efetivar o povoamento da colônia, pois necessitava manter o domínio sobre as terras recém-descobertas. Assim o monarca João III, estabeleceu o seguinte sistema: ao traçar linhas imaginárias que partiam do litoral para o interior, secionou o território em quinze faixas, as quais denominou capitanias.

As capitanias foram doadas a portugueses cristãos, pertencentes ao círculo da Coroa, para que com seus próprios recursos povoassem e explorarem a terra. Consubstanciava-se, portanto por uma exploração de uma rede de serviços concedida a particulares, sob a inspeção do Estado.

O território do atual estado do Rio de Janeiro surgiu a partir da implantação desse sistema. O território fluminense originou-se, portanto, a

partir de partes de duas destas capitanias, a saber: São Tomé ao norte, doada a Pero de Góis e São Vicente, ao sul doada a Martim Afonso de Souza. As capitanias hereditárias marcaram o início efetivo da ocupação da colônia com a instalação dos primeiros engenhos de açúcar e a fundação das primeiras vilas e fortes na orla litorânea. A partir da fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1567, surge a capitania do Rio de Janeiro, em território formado a partir de porções territoriais das capitanias citadas acima.

A posterior, em 1567, após a expulsão dos franceses houve a junção de partes dos territórios anteriores, e a capitania passou a denominar-se Capitania do Rio de Janeiro.

7.1 – Os Cinco Fatores que Influenciaram a Geonímia Fluminense

Foram, ao nosso olhar, cinco os fatores mais importantes no início das primeiras instalações dos ancestrais povoamentos no âmbito do território fluminense, que influenciaram de forma marcante, o batismo das primeiras porções territoriais ocorridos desde o período colonial, após o advento da implantação do sistema de capitanias hereditárias pelo Estado português.

O primeiro desses fatores foi a implantação do sistema de sesmarias, que contribuía para a dispersão do ecúmeno, à medida que as mesmas em verdade, eram latifúndios que careciam aporte de capital para efetivar a sua exploração. Embora os direitos adquiridos na ocasião da doação das capitanias fossem hereditários, cabia aos donatários apenas vinte por cento do total das terras. O restante deveria ser concedido a terceiros: as sesmarias.

Essas eram doadas a homens que provassem ser de muita posse, com família constituída, e cada indivíduo só poderia receber uma sesmaria. As sesmarias eram doadas sob condições resolutivas, que previam ao concessionário: medir e demarcar as terras; torná-las agricultáveis; e confirmá-las em tempo hábil, depois de cumpridos os dois primeiros estágios.

O sistema de sesmarias, em conjunto com aquele que o antecedeu, o sistema de capitanias hereditárias, marcaria o início efetivo da ocupação da Colônia, com a instalação dos primeiros engenhos de açúcar e a fundação das primeiras vilas e fortes na orla litorânea, conseqüentemente, veio a facilitar a identificação com aquelas terras novas pelos recém-chegados europeus. As

sesmarias atuaram como lastro exploratório e expansionista dos lugares em conjunto com a Igreja pois, em cada uma delas, a demonstração de cristandade e fé do sesmeiro, o responsável pela sesmaria, ocorria através do levantamento ao culto do santo de sua devoção que, na quase totalidade dos casos, transformava-se no primeiro nome geográfico do lugar.

O segundo fator, é a existência da rede hidrográfica localizada no entorno do recôncavo da baía de Guanabara, a qual facilitou, a partir da região hoje conhecida como baixada fluminense, que os núcleos iniciais que deram origem às atuais sedes de municípios dessa região fossem instalados. Muitos desses surgiram como portos fluviais. Esta extensa e ramificada rede fluvial facilitou, em muito, a comunicação entre o litoral e o interior, e permitiu o transporte de víveres que abasteciam as áreas que se desenvolviam inicialmente à sombra da monocultura do açúcar, e mais tarde, no século XVIII, servindo de suporte infra-estrutural aos aventureiros, que iam à busca dos metais preciosos nas Minas Gerais povoando, em concomitância, o interior do Estado.

O conjunto de terras relativamente baixas, estendidas de Mangaratiba até os limites com o Espírito Santo tanto facilitaram, quanto foram obstáculos, para a instalação dos primeiros municípios fluminenses no entorno da baía de Guanabara, a partir do primeiro núcleo populacional que foi o Rio de Janeiro, em 1567.

O *flumens*, que veio, de forma muito apropriada, caracterizar o gentílico – fluminense - dos nascidos no estado do Rio, firmou presença, e foi fator preponderante e decisivo na expansão da hinterlândia fluminense. O colono do futuro Estado do Rio de Janeiro foi obrigado, por circunstâncias da própria paisagem natural do território onde se encontrava inserido, a vencer lagoas, alagadiços, charcos, terrenos inundados, brejos e pântanos.

Fósseis lingüísticos de origem portuguesa, até hoje existentes, como Canal do Mangue; rio do Brejo, fazenda do Brejo, capela de Nossa Senhora da Conceição do Pantanal são marcas incontestes no território, da influência que esses fatores naturais existentes no estado do Rio, tiveram na relação do colono com o ambiente no qual, aos poucos, se inseria.

A ocorrência de brejos que se formavam ao longo de muitos rios fluminenses, não apenas eram um empecilho a ocupação efetiva do solo, ao

impor-se como uma barreira natural à penetração, mas também acarretava uma série de problemas de salubridade. O Rio Meriti, um dos mais importantes, era conhecido como Rio dos Mosquitos. Epidemias que grassaram no século XIX, tiveram como causa preponderante esta insalubridade, principalmente na baixada fluminense.

A existência dessa rede hidrográfica, que no início da colonização a dificultara, no momento seguinte, ajudou a promover a abertura dos caminhos para as minas existentes além da barreira altimétrica natural lá existente, configurada na Serra do Mar, com desnível de quase 2000 metros até a baixada fluminense, um dos limites dessa região.

Os primeiros colonizadores penetraram na região seguindo o curso dos rios Meriti, Suruí, Sarapuí, Iguaçu, Magé, Inhomirim, Guapimirim, Macacu, Guaxindiba, dentre outros e efetivaram sua ocupação com a instalação dos primeiros engenhos.

Portos fluviais, como o da Estrela, foram, durante um longo período na época colonial, importantes entrepostos de abastecimento e infra-estrutura de transportes para aqueles que se aventuravam além Serra do Mar, no caminho das minas. Consistiam, esses portos, basicamente em uma calçada, de pedras ou esteios de madeira que se projetavam sobre as margens dos rios. Os mais elaborados, como o da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu, tinham a proteção de coberturas, e possuíam escada de acesso às embarcações que ancoravam. Recebiam pequenos carregamentos e eram de alta rotatividade.

O terceiro fator a influenciar a geonímia fluminense, foi a presença marcante da Igreja Católica nas terras brasileiras, desde os dois primeiros séculos de colonização, de forma particular no território fluminense. Essa presença foi incentivada e permitida pelo poder político da época, que tinha seus recursos totalmente comprometidos com o aparelho burocrático e com a defesa externa. Exerceu um papel pioneiro na mediação entre a cultura portuguesa e a dos povos originários do Brasil, ao entrelaçar as suas inerentes funções religiosas ao poder da Coroa portuguesa, tomando para si o papel que a economia da época não conseguia exercer: agregação da população. O projeto de ocupação da colônia, também é um projeto para a expansão dos ditames religiosos da fé católica apostólica romana nas terras do Novo Mundo.

Foi um dos mais poderosos instrumentos ideológicos utilizados pelo Estado Português, para controle e resguardo dos padrões de comportamentos do colono que se encontrava em nossas terras. Conquistava espaço para o assentamento do povo português, no que concerne de forma particular na expansão do ecúmeno para o interior, os sertões fluminenses, até então intocados pelos pés dos europeus. A partir da matriz saíam incursões de sacerdotes, que seguiam as margens dos rios, subiam as montanhas, erigiam capelas, fundavam colégios, organizavam aldeamentos dos nativos e catequizavam-nos.

O edifício do templo religioso normalmente se localizava em posição privilegiada na organização espacial das primeiras povoações com a clara dupla intencionalidade, a saber: dominância social e vigília do território. A instalação de uma paróquia significava definir uma espacialidade física, em cujos limites ou termos estavam inscritos os seus fregueses, e por esse motivo a chamavam de freguesia. Era o local onde se faziam todos os registros administrativos, relacionados à comunidade abrangida pela freguesia: nascimentos, óbitos, casamentos, dentre outros.

As povoações surgiam em torno de capelas simples, construídas por iniciativa dos proprietários rurais, no atendimento a suas necessidades místicas junto ao sagrado. A natural elevação de algumas dessas capelas a sedes paroquiais, transformando-as em curatos – povoados com a liderança espiritual de um cura ou vigário - ou freguesias, com a presença constante e diária de um sacerdote, dava ao colono daqueles lugares o sentimento da identidade com o lugar. Essa poderosa instituição, a igreja, era percebida pelos mesmos colonos muito mais presente que o próprio Estado.

O fator eclesiástico influenciou de forma considerável a geonímia fluminense nestes primeiros anos de colonização e em anos subseqüentes, e consubstancia-se em dois principais aspectos, a saber:

a) Seus cultos e quermesses reuniam fregueses para o convívio social. Normalmente em torno da matriz organizava-se um arraial, local de trocas, pequenos comércios, ranchos e moradas. Foram os embriões das futuras vilas e municípios. As divisas político-administrativas

advindas materializavam a delimitação espacial do poder político vigente;

b) Ao forçar a permanência do colono na freguesia de origem, facilitou a identidade do mesmo com essa freguesia, que de forma natural assumia o nome de santos do hagiológio católico romano. O lugar por conseqüência assumia o nome geográfico a partir desse hagiológio;

c) A imposição dos sacerdotes católicos, jesuítas em sua esmagadora maioria, da criação e utilização de uma língua franca, a Língua Geral, que se traduzia numa mistura de palavras portuguesas, africanas e dos povos nativos que se comunicavam nas terras fluminenses em tupi, comentada no subcapítulo 5.4.

Muitos dos fósseis lingüísticos de origem tupi, remanescentes na geonímia dos municípios fluminenses desde esta época, originaram-se da difusão da Língua Geral do Brasil pelos sacerdotes jesuítas, ao percorrer o território em pauta. Muitas vezes, os jesuítas criavam os nomes geográficos fazendo a junção do nome de um santo do hagiológio católico romano com um vocábulo oriundo do tupi, por meio da língua geral, que era utilizada na catequese dos nativos.

Ao se observar os gráficos das figuras 7.1 e 7.2, constata-se a marcante influência da Língua Geral na denominação dos nomes geográficos fluminenses, apesar da proibição da utilização da língua tupi, e da expulsão dos jesuítas a partir de 1759. Maior influência, porém, ocorreu a partir da predominância do contato intercultural. É maciça sua presença nos litotopônimos (*Itatiaia, Itaperuna, Itaocara* etc), zôotopônimos (*Sapucaia, Saquarema, Tanguá* etc), fitotopônimos (*Piraí, Miracema, Maricá* etc.) e até mesmo nos nomes do hagiológio da Igreja Católica, acompanhando a nomenclatura dos santos (*São João do Meriti, São Francisco de Itabapoana, São José de Ubá* etc).

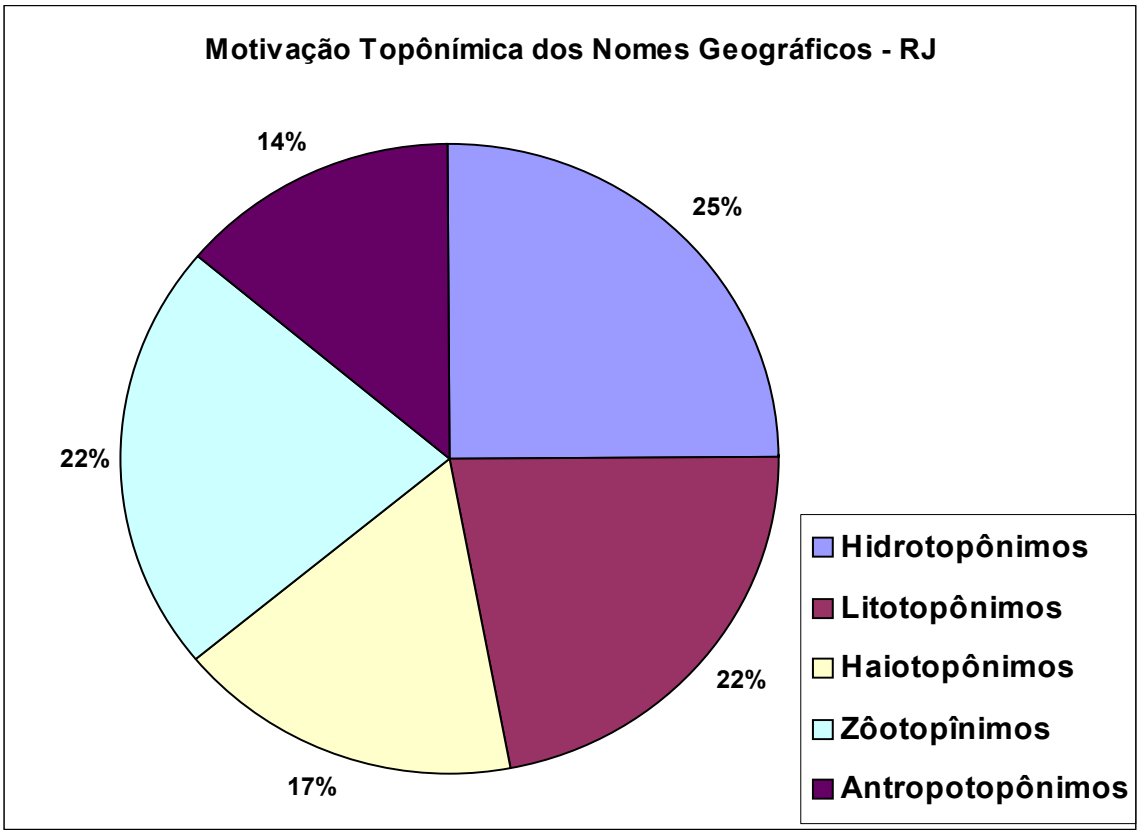


Figura 7.1 – Gráfico da motivação dos nomes dos municípios – RJ

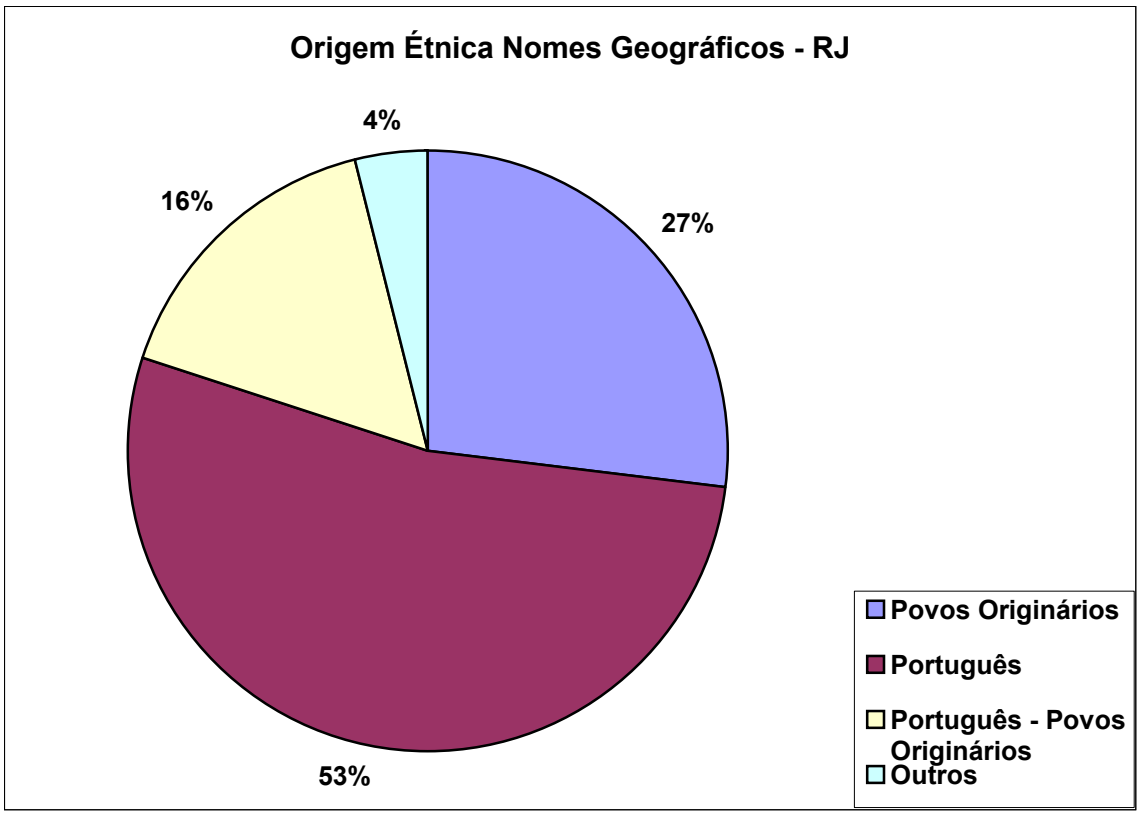


Figura 7.2 – Gráfico da Etnia dos nomes dos municípios – RJ

Esta influência transpassa, no ponto de vista desse estudo, o aspecto tradicional dos nomes nativos, atingindo algumas vezes um certo grau de exagero, quando em gabinete, nomes como *Italva* foram criados, ao preterir-se a grafia aportuguesada, que seria *Pedra Alva*. Da mesma maneira, corruptelas surgiam, como observado por (SAMPAIO, *op.cit*.), por exemplo, no zôotopônimo *Cabapoana* – cuja semântica é vespas assanhadas – passando a litotopônimo, quando se transformou em *Itabapoana*.

Os nomes de origem portuguesa sobressaem-se de forma considerável como antropotopônimos, o que se justifica pela relação de poder desproporcional, em relação aos nativos e aos egressos da África que vinham como escravos. Apenas dois municípios fluminenses, têm a denominação oriunda do continente africano: *Quissamã*, com origem em Angola e Armação dos *Búzios*, sem origem definida.

A maior aceitação pelo europeu da terminologia tupi, em relação às africanas, pode ser justificada em parte, pela necessidade da locomoção sertão adentro, em busca das minas. O nativo americano encontrado pelos europeus no Brasil, encontrava-se em seu *habitat*, sendo pré-existente ao branco, que na teve alternativa, se não aceitar o vocabulário dos povos nativos, criando ele próprio novos vocábulos, a partir deste. O negro, por outro lado, ocupava um papel secundário, em relação ao processo da denominação dos lugares. Eram mais “estrangeiros” no território brasileiro que os europeus, detentores do poder do Estado, e como comentado anteriormente contribuíram com cerca de 300 termos ao vocabulário português, enquanto que o tupi, contribuiu com mais de 10.000 termos.

Muitos dos municípios cuja motivação é hagiológica, como São Gonçalo, na realidade eram motivados pelos próprios fazendeiros, que “elegiam” santos homônimos, para cultuarem na paróquia que erguiam, para em seguida nominarem o lugar. Outras vezes, elegiam santas que tinham os mesmos nomes de suas esposas, com o mesmo intuito. A verdadeira motivação, muitas vezes oculta, que essa tipologia traduz, estava o desejo do fundador de um núcleo populacional de perpetuar o próprio nome, ou da família. Veja figura 7.3.

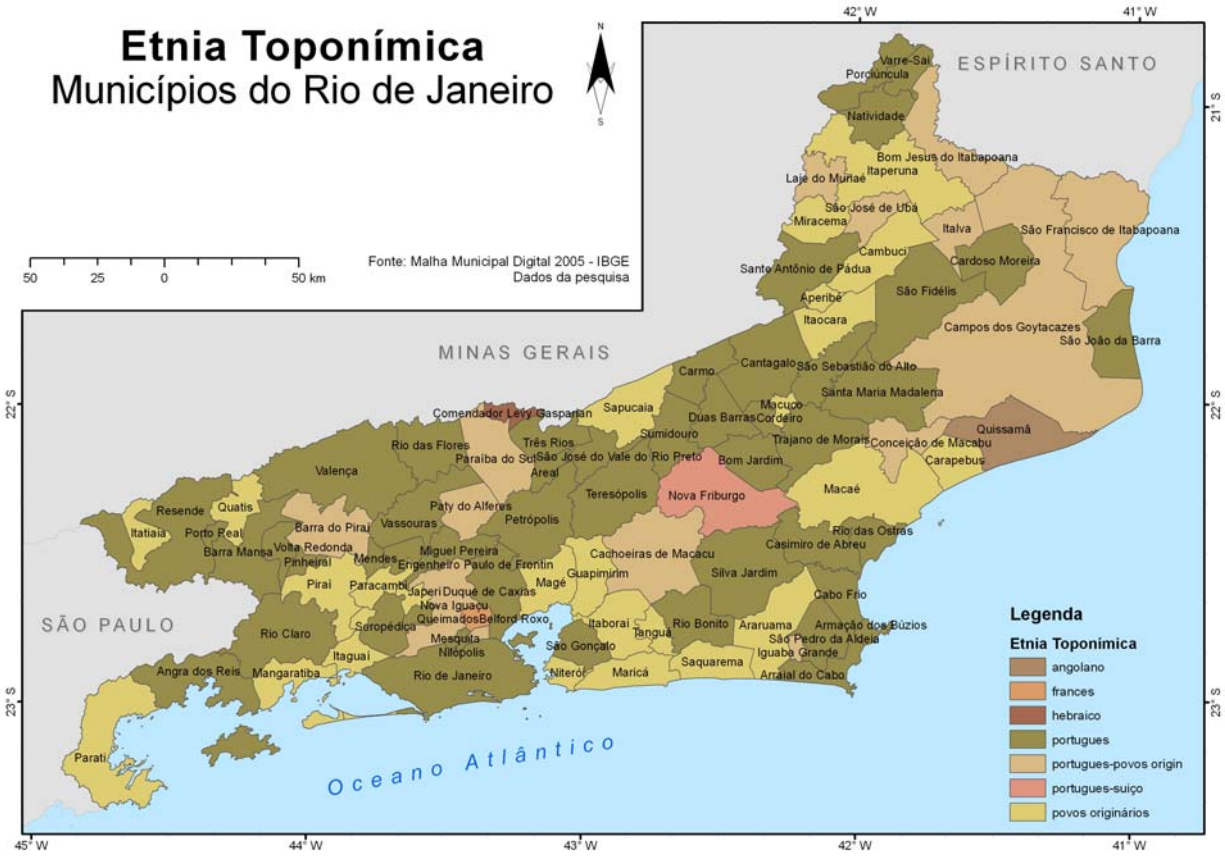


Figura 7.3 – Etnia Toponímica

Ainda com relação aos nomes com a motivação hagiológica, observa-se no mapa da motivação, Figura 7.4 a seguir, que a maioria dos municípios encontram-se no norte fluminense, região mais conservadora e de menor renda do Estado do Rio de Janeiro.

Como marcante influência da língua geral, nota-se também a forte presença dos nomes tupis acompanhando os nomes dos santos católicos. Os

antropotopônimos, todos de origem portuguesa, os detentores do poder, surgiram a partir do século XIX, em geral a partir da correlação de forças políticas surgidas com a fundação do estado brasileiro com a vinda da corte para o Brasil, a partir de 1808.

Observa-se ainda, que todos os litotopônimos, zôotopônimos e fitotopônimos, denominações motivadas por elementos da natureza são originários da língua tupi. Observar as figuras 7.4 e 7.5 a seguir.

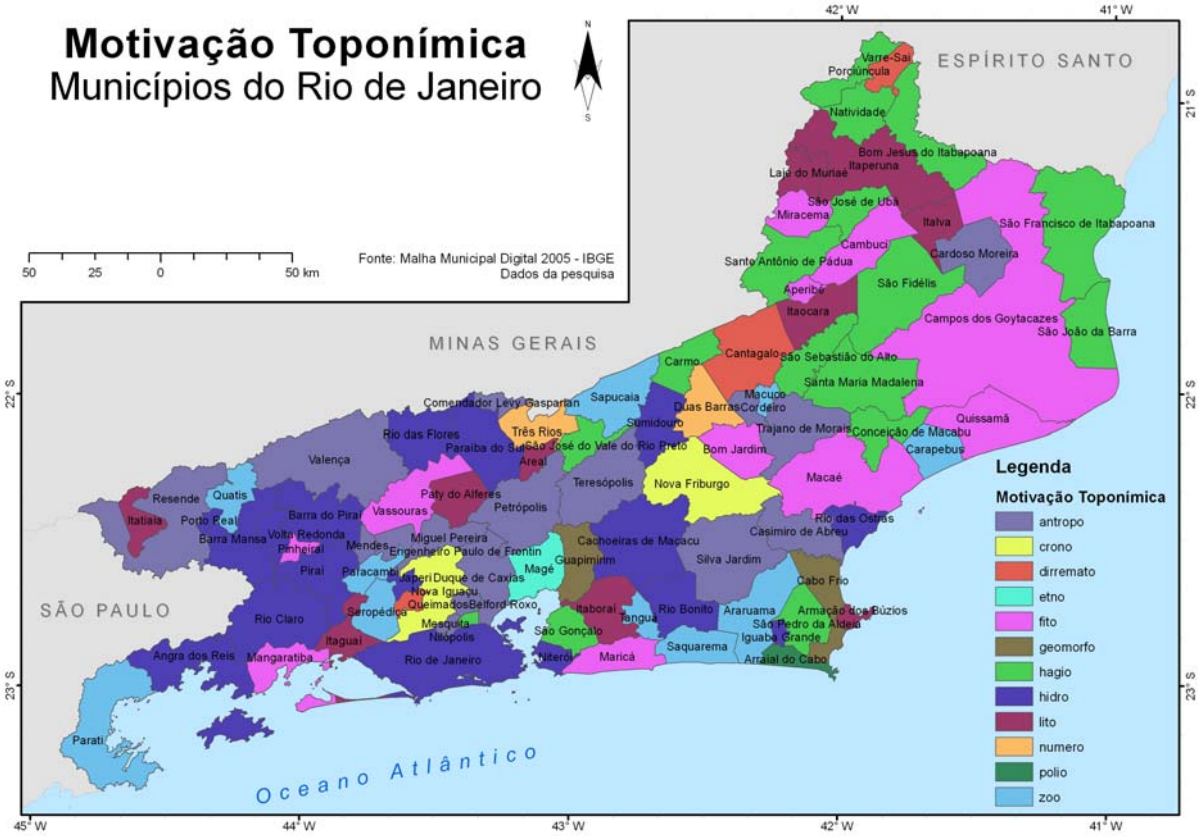


Figura 7.4 – Motivação Toponímica

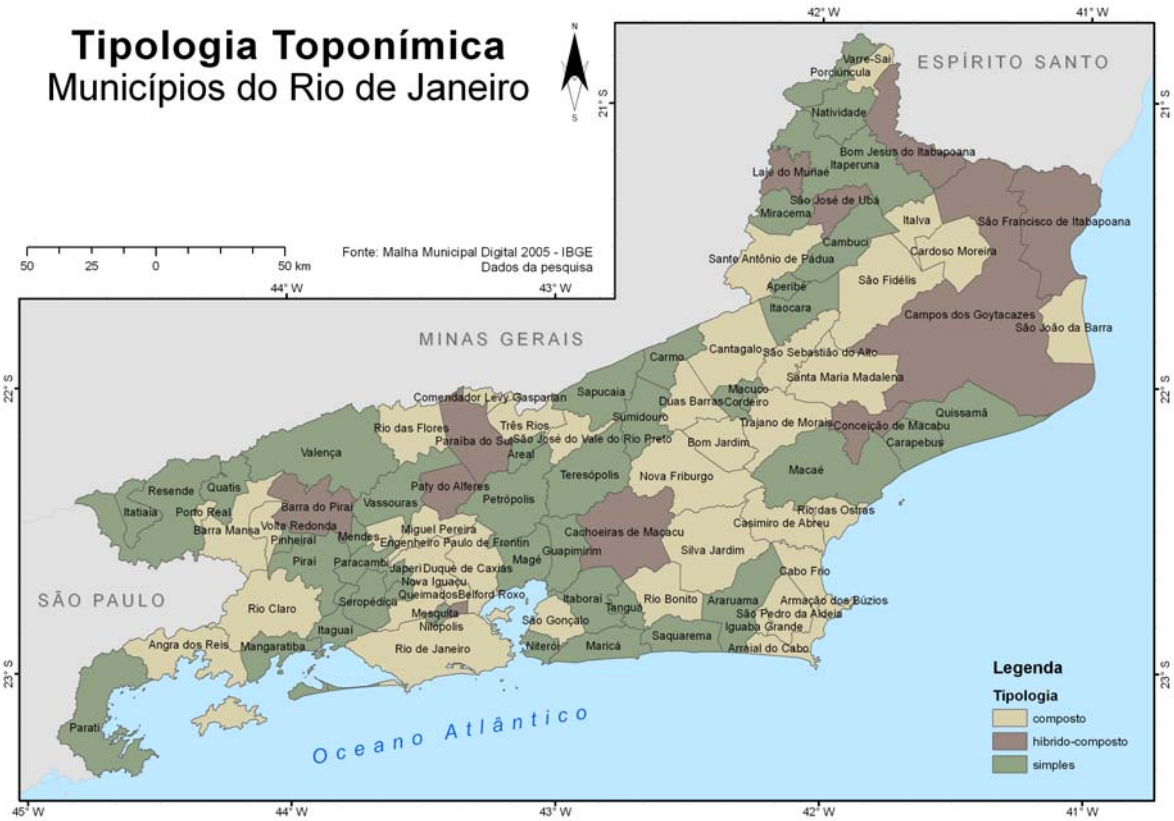


Figura 7.5 – Tipologia Toponímica

Outras denominações mantiveram, graças aos jesuítas, que respeitavam a denominação dada pelos nativos, os determinantes cuja origem encontrava-se nos povos originários. Estes sacerdotes mostravam-se contrários à supressão dos nomes nativos. Assim, faziam-nos preceder de um nome santificado, preservando a parte religiosa. Concomitantemente, também a denominação tradicional dada pelos povos originários. São exemplos: São José de Ubá, São João de Meriti, São Francisco de Itabapoana, dentre outros.

O quarto fator evidenciou-se a partir de 1695: a corrida às pedras preciosa e ao ouro na região das Gerais. A idéia do enriquecimento rápido, aguçada por estórias de pepitas encontradas à flor da terra, espalharam-se por todos os campos, senzalas, templos e tabernas, atravessando o Atlântico. A partir daí, de 1705 a 1750, avalia-se que 80.000 pessoas passaram-se de Portugal para a Colônia. Praticamente a metade da população do reino. Para os arraiais e núcleos urbanos de Minas Gerais foram atraídos tanto desbravadores residentes na colônia, quanto de além mar.

Este acontecimento gerou uma série de alentadas transformações tanto na economia fluminense, quanto na sociedade da época. E nesse contexto, o território do Rio de Janeiro, detinha duas primordiais funções estratégicas, quais sejam: possuía o porto por onde a produção de metais preciosos era exportada para a sede do Estado Português, e função disso, foi necessário rasgar o território com caminhos que, a partir da baixada e recôncavo da baía, escoassem a produção oriunda das Minas Gerais.

Este fato implicou, de maneira indubitável, na abertura de novos núcleos populacionais para respaldar o novo eixo central da economia brasileira daquele período. A transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro em 1763 deixava transparecer a prova inconteste do deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Centro-Sul, assim como a centralização da política empreendida pelo Estado Português.

Os primeiros caminhos que foram abertos em direção às Gerais eram paulistas. O mais antigo deles, conhecido como *Caminho Velho*, ia de São Paulo, de Piratininga até Taubaté, subia a Serra da Mantiqueira, passava por São João del Rey e ia para Vila Rica, Caetés, Sabará. Dali havia extensões para Tijuco (Diamantina), Jaguará, até a região da Fazenda Meia Ponte, hoje Pirenópolis, Goiás.

Aqueles que vinham do Rio de Janeiro, passavam pelo chamado "Caminho dos Guaianás". Os viajantes tinham de ir a uma embarcação até Paraty, subir e descer a Serra do Mar, no trecho em que essa se chamava Serra do Cunha, em seguida ir até Taubaté para encontrar o Caminho Velho, e só assim seguir adiante para as Gerais. Do Rio eram 99 dias de viagem, sendo 43 a pé ou a cavalo para quem partia do território fluminense. Este foi o primeiro caminho para quem partia da capital do Rio de Janeiro e era sem dúvida um caminho muito penoso.

O Estado Português, com a intenção de ter um controle fiscal maior e mais rápido do escoamento da produção dos metais, passou a estimular, nos fins do século XVII, a abertura de novos caminhos, variantes em relação ao Caminho Velho. A construção destes novos caminhos era entregue a iniciativa privada, mediante a concessão de sesmarias, títulos nobiliárquicos, e outros privilégios de Portugal.

Neste contexto, o caminho aberto por Garcia Rodrigues Paes Leme, entre 1699 e 1704, estabeleceu uma ligação mais rápida e direta com a Capitania de Minas Gerais, tornando-se a principal via de escoamento. Ficou conhecido como “Caminho Novo”. Importante assinalar que o adjetivo “novo” do sintagma toponímico foi aplicado, na época, a todos os caminhos e variantes que vieram a surgir após o “Caminho Velho” dos paulistas. Em Barbacena, ainda há até os dias de hoje, um bairro com o nome de Caminho Novo e uma rua Caminho Novo, sem dúvida alguma, importantes fósseis lingüísticos.

Surgiram, portanto, naquela época, vários “Caminhos Novos”. O primeiro deles foi exatamente o de Garcia Rodrigues Paes Leme. Seu significado histórico foi enorme, pois se tornou, sem dúvidas, o tronco principal, de uma grande rede de caminhos, que aos poucos foram surgindo, gerando duas fulcrais conseqüências: acelerou o desenvolvimento do Rio de Janeiro, celeiro das riquezas que por eles circulavam, assim como, facilitou a fixação dos colonos às suas margens. Com a fixação dos colonos, através da concessão das sesmarias, em torno de ranchos e pousadas, novos engenhos foram construídos para a produção de açúcar, principalmente nas férteis terras do Vale Do Paraíba.

Esse caminho também ficou conhecido como “Caminho Novo do Pilar” ou do “Guaguassú”. Foi construído do interior para o litoral, a partir das cidades onde se extraíam o ouro, passava em Barbacena e Juiz de Fora, atingindo o vale do Paraíba. Após passar em Paraíba do Sul, onde havia um registro para a fiscalização colonial, acompanhava o Ribeirão do Lucas até Cavarú, e em seguida o Rio Ubá, indo atingir a Roça do Alferes (hoje Paty do Alferes). Subindo a Serra da Manga Larga e cruzando O Vale do Rio Santana, chegava-se ao alto da Serra do Couto.

Atingia-se a planície próxima ao engenho do capitão-mor Francisco Gomes Ribeiro na altura de Xerém, em busca do porto fluvial do Pilar, para prosseguir por mar, em barcos ou saveiros; ou por terra, rumo às capelas de N. Sª da Piedade do Iguaçu; a de Santo Antonio do Jacutinga; a de São João Batista de Meriti e a de N. Sª da Apresentação de Irajá, a caminho da corte.

Durante vinte anos, esse caminho, foi a principal via de acesso às minas, para quem partia do território fluminense, pois levava vinte a trinta dias

de viagem, um terço dos dias despendidos no Caminho Velho. Porém acontecia de ainda perder-se muitas vidas e mercadorias, pois a subida do paredão da Serra do Mar, em Xerém, era muito íngreme, onde muitas vezes, pessoas e mulas carregadas rolavam ribanceira abaixo. Com a distribuição de sesmarias nas serras que contornam a Baixada, a partir de Inhomirim, um novo caminho veio a surgir. Foi uma variante do Caminho Novo, um segundo caminho.

Ficou conhecido como Caminho do Inhomirim, aberto pelo sargento-mór Bernardo Soares Proença, tendo sido iniciado em 1721 e concluído em 1724. Filho de família católica e morador de Suruí, Bernardo não hesitou em empregar neste serviço, as suas expensas, todos os esforços que lhe foram possíveis. Esta variante, menos íngreme, e que encurtava a distância em quatro dias de viagem trazia, via de conseqüência, menos perigos às tropas de carga dos comerciantes. Essa rota, que desviava para o ”Porto da Estrela”, através do Rio Inhomirim, trouxe notável comércio entre Minas Gerais e a Corte. Entregue ao trânsito de animais e pedestres em 1724, durante mais de um século, ouro e pedras preciosas passaram pela baixada fluminense, através do Caminho do Proença. Subia a Serra da Estrela em rampa suave e passava pelas futuras terras da “fazenda do Córrego Seco”, hoje Petrópolis. Observar figuras 7.6 e 7.7 a seguir.

Figura 7.6 – Caminho do Proença (dias atuais). Disponível em www.ipahb.com.br, em 15/12/2007.

Figura 7.7 – Caminho do Proença (detalhe do piso – dias atuais). Disponível em www.ipahb.com.br, em 15/12/2007.

A terceira variante, ficou conhecida como “Caminho Novo do Tinguá” conhecida como “Caminho de Terra Firme”. Ia pela Serra do Tinguá, e após galgar a Serra do Mar ia encontrar-se com o caminho de Garcia Pais e o caminho de Bernardo Proença, no lugar hoje denominado Stº Antônio da Encruzilhada, reunindo-se em um só caminho em direção à margem direita do rio Paraíba.

Por todos esses caminhos e variantes, surgiram registros para fiscalização de bagagem e cobrança de impostos, ranchos para pouso das tropas, alguns núcleos populacionais e propriedades rurais. Alguns desses núcleos e propriedades deram origem a vilas e posteriormente municípios, alguns deles batizados em função dessa mudança na economia brasileira.

Observa-se que pelo menos dois dos nomes geográficos fluminenses, cuja motivação na denominação ocorreram a partir de expressões, ou frases populares, os dirrematotopônimos, surgiram a partir da busca do ouro nas minas. Trata-se do município de Varre-Sai, que surgiu a partir de uma parada para os tropeiros, e de Cantagalo, a partir de um foragido do Estado Português, mais conhecido como Mão-de-Luva, que garimpava sem pagar os impostos.

Pode-se asseverar, ainda, que o Brasil, antes desses caminhos não compunha ainda uma unidade geopolítica e administrativa bem consolidada, pois nesta época apenas existiam algumas feitorias que exploravam açúcar no litoral, e poucas no interior. Os caminhos para as Minas Gerais fizeram a efetiva ligação entre o interior ao litoral, promovendo uma unificação cultural e de esforços, que resultou na ocupação e no desenvolvimento de uma vasta região onde se instalaram fazendas, ranchos, pousos e vendas, além de facilitar o início da atividade administrativa pública no país. Ajudaram também na solidificação de uma classe média no país, constituída por administradores e comerciantes.

O quinto fator foi a chegada da família real em 1808. Ao fugir de Napoleão, buscar a proteção dos ingleses, e instalar-se com a sua corte no Brasil, D. João VI pode ser considerado como o legítimo fundador, de fato, do Estado Brasileiro, fazendo da cidade do Rio de Janeiro a única cidade do mundo a sediar um Império europeu fora da Europa.

A vinda da corte portuguesa modificou de forma considerável os rumos não só da cidade do Rio de Janeiro, mas também do Estado fluminense e do

próprio país. Por conta de favorecer banqueiros e empresários ingleses, ao conceder-lhes tarifa especial de 15% aos seus produtos, abarrotando o mercado brasileiro com os mesmos, foi obrigado a criar instituições que acabaram com a dependência administrativa em relação a Portugal, e mais do que isso colaboraram na integração definitiva do Brasil ao sistema econômico mundial, a partir do fim da proibição de manufaturas e a abertura dos portos às "Nações Amigas". Eliminou antigos entraves às atividades econômicas e culturais da colônia, a partir de uma política que privilegiou o liberalismo econômico, culminando com a elevação do Brasil em 1815 à categoria de "Reino Unido de Portugal e Algarves". Incentivou o trabalho assalariado, o que colaborou para a eliminação do regime escravista.

A população aumentou consideravelmente nesse período, havendo a necessidade de abastecê-la, fato esse que estimulou a produção de gêneros alimentícios, não só nos arredores da cidade, mas de outras regiões da capitania e até de áreas fora da mesma.

Áreas do Recôncavo da Guanabara como São Gonçalo, Praia Grande e Magé, tiveram a produção de gêneros alimentícios incrementada de forma significativa, sendo que os produtos lá produzidos, atingiam o porto do Rio de Janeiro por caminhos terrestres e fluviais.

A melhoria dos antigos caminhos, a abertura de novas estradas e o incentivo à formação de novos núcleos populacionais com imigrantes, ajudaram na expansão do ecúmeno fluminense, mais para o interior, influenciando sobremaneira a geonímia fluminense. Na província do Rio foram implantados os núcleos de Nova Friburgo, em 1818, e Petrópolis, em 1840, nesse caso no Primeiro Reinado, com a vinda dos suíços e alemães respectivamente. Alguns destes imigrantes deslocaram-se para Cantagalo e Macaé, onde passaram a dedicar-se ao cultivo do Café, cultura essa, que teve um papel preponderante na economia brasileira, a partir de então.

Além dos cinco fatores, que sob o ponto de vista desse estudo, influenciaram a geonímia fluminense, algumas observações complementares se faz pertinente comentar, a seguir.

Com relação aos cronotopônimos, referem-se ao adjetivo Nova, incorporado em dois municípios fluminenses: *Nova* Iguaçu e *Nova* Friburgo. A mesma motivação, porém com dois enfoques culturais bem diferenciados. O

Nova acrescentado a Friburgo, denotava os dois aspectos simbióticos de sentimentos – saudade da terra por parte dos migrantes que a deixavam para trás, em conjunção com a esperança de uma vida melhor numa nova terra – que moviam os suíços trazidos ao Brasil, como trabalhadores livres e assalariados. O *Nova* acrescentado a Iguaçu, denotava a necessidade da não identificação de uma nova elite econômica que surgia no território – os citricultores – em contraposição, à antiga e decadente elite escravista dos barões do café. O sutil objetivo por trás da mudança geonímica, era marcar a diferença existente entre os dois ciclos econômicos, a fim de que não se confundissem: pelo ponto de vista dos citricultores que pugnaram pela alteração geonímica.

Em Petrópolis, observa-se um típico caso de marcação do poder político no território, através da alteração dos nomes geográficos de alguns logradouros, substituindo-se os antigos nomes imperiais por outros, mais condizentes com o novo regime que surgia: a república. Alguns exemplos dessa asserção estão citados abaixo:

Rua do Imperador.....Av. 15 de novembro

Rua da Imperatriz.....Av. 7 de setembro

Rua Princesa Isabel.....Rua 13 de maio

Rua de Bourbon.....Rua João Pessoa, depois Nelson de Sá Earp.

Rua de Joinville.....Rua Ipiranga

Rua da. Francisca.....Rua Gen. Osório

Com relação aos municípios extintos no território fluminense, existe uma possibilidade concreta de, pelo menos a geonímia de um deles, ser resgatada em pleno alvorecer do século XXI. Trata-se do extinto município de Estrela, pois hoje em dia, dois bairros de Duque de Caxias – Imbariê e Parada Angélica- e um distrito e bairro de Magé – Inhomirim e Piabetá, formam praticamente um único núcleo conurbado. A identidade que os pode unir, num provável futuro processo de emancipação, em tramitação na Câmara estadual, seria o resgate do nome geográfico do antigo município de Estrela, extinto em 1891, e que abrangia terras destes atuais distritos e bairros.

Esse nome geográfico, certamente atuaria como um fator agregador, no auxílio a dirimir possíveis disputas entre os mesmos, para saber que geonímia prevaleceria após o processo de emancipação. Assim o resgate de um fóssil

lingüístico, poderia atuar como um fator-chave para a criação de uma identidade que uniria todos os atores envolvidos num futuro processo emancipatório.

Por vezes, as investigações necessárias para posicionar a história dos nomes geográficos no contexto territorial, podem conduzir a resultados inesperados e até surpreendentes. Foi o caso do processo histórico do município de Queimados, na Baixada Fluminense, que evidenciou que em meados do século XIX, ocorreu uma imigração de chineses na Baixada. Como foram vítimas da epidemia de cólera e tinham por hábito cultural cremar os seus mortos, esse ato passou a denominação do município, a partir também de uma expressão popular, o terceiro dirrematotopônimo fluminense. Fatos como esse, provam de forma indelével, o forte poder de marca cultural que os nomes geográficos possuem. A partir dessa constatação, permitida pela pista fornecida pela pesquisa geonímia, estudos paralelos podem ser iniciados, com o objetivo de aprofundar sobre quais outros possíveis fatores foram influenciados pela cultura da China no território em tela.

Muitos dos fatores eu influenciam a nomenclatura geográfica encontram-se referenciados a época de sua instalação. Veja a Figura 7.8 a seguir.

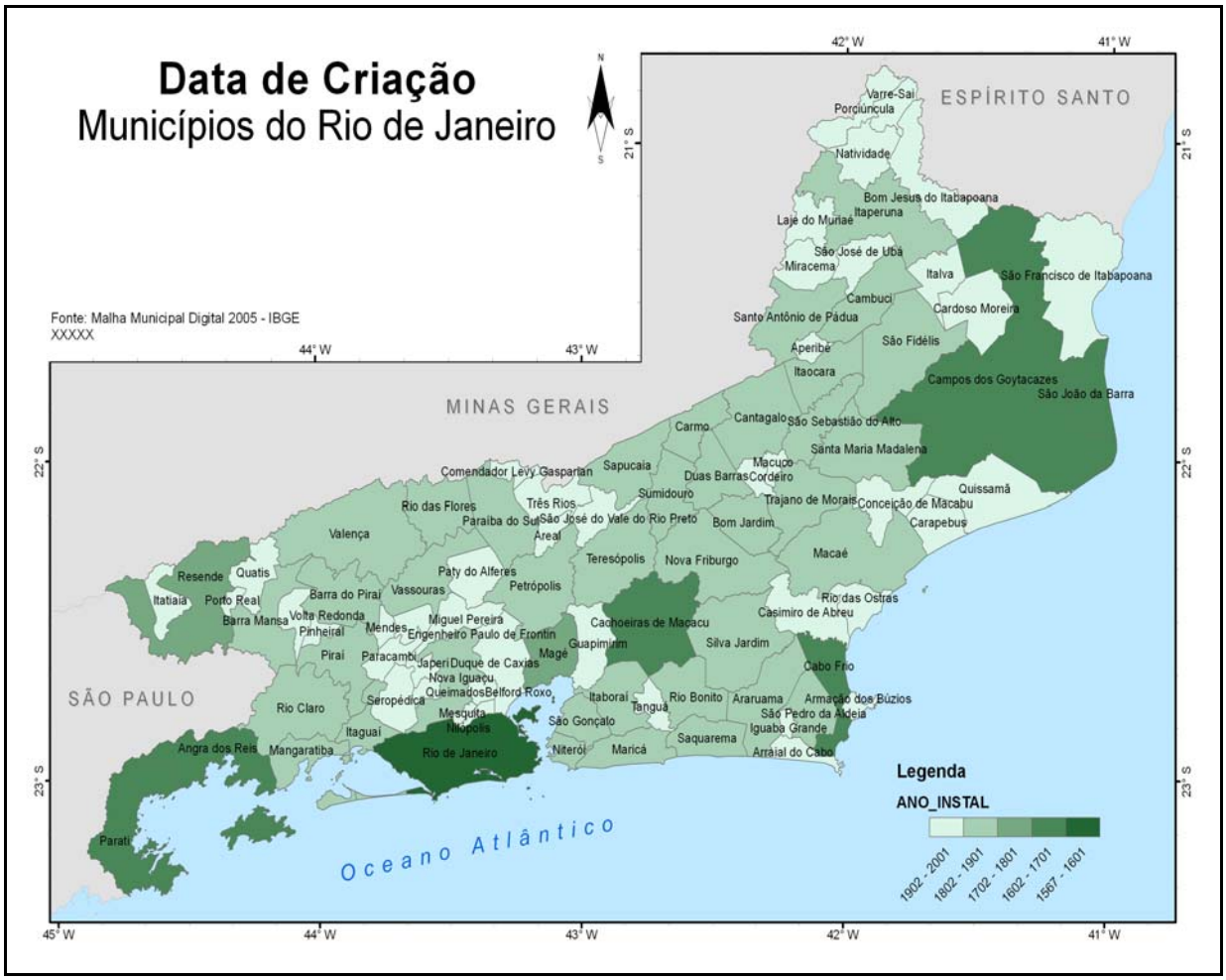


Figura 7.8 – Data de Criação

Tal fato não ocorreu com os nomes geográficos dos municípios fluminenses, mas quando houver denominações diferentes para a mesma feição geográfica, estas deverão estar registradas como nomes alternativos, embora apenas uma deva ser indicado como o nome oficial da feição. O Rio Amazonas, por exemplo, apesar de ser um curso d'água único possui três denominações diferentes: Marañon, Solimões e Amazonas. Essa última, somente no trecho após receber como afluente o Rio Negro. Marañon e Solimões seriam nomes alternativos para o Rio Amazonas, que seria o nome oficial.

7.2 – Algumas Controvérsias na Geonímia Fluminense

Ao verificar em termos absolutos, as divergências da grafia geonímica levantadas nos nomes dos municípios fluminenses, pode-se subestimar a complexidade da temática da padronização, pois foram encontradas seis divergências. Porém, ao se fazer uma projeção, aos mais de cinco mil e seiscentos municípios brasileiros, os números, tornam-se preocupantes, pois se estima que mais de trezentos destes nomes, poderão não estar padronizados. E nesse ponto, está-se explanando apenas sobre os nomes dos municípios, sem contabilizar distritos, povoados, nomes locais, nomes de rios, montanhas, montes, vales, todas as espécies de vias de comunicação, assim como, todas as demais feições geográficas passíveis de nominação. E as conseqüências de cada um desses nomes que não são padronizados, podem levar a conseqüências sérias e não triviais, conforme as análises que a seguir serão feitas, sobre os casos levantados nesse estudo sobre a geonímia fluminense, analisados na seqüência.

7.2.1 – Paraty ou Parati ?

Com relação a grafia do município de Parati existe uma controvérsia a respeito da grafia correta desse nome geográfico. No endereço da *Internet* do órgão oficial de turismo da Prefeitura de Parati existe a seguinte afirmação:

> *" Entretanto em 1943 quando houve uma reforma ortográfica eliminando, entre outros, o "y" do vocabulário, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a escrever o nome da cidade com "i", embora nas instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico, a Academia Brasileira de Letras considere que "os topônimos de tradição histórica secular não sofrem alteração alguma na sua grafia", a exemplo do que ocorre com Bahia. Apesar da grafia "Parati" ser aceita, o correto é a forma "Paraty"."*

Nesse ponto, surge a polêmica: Como grafar corretamente o nome do município? Parati ou Paraty? O IBGE teria incorrido em erro ao grafar *Parati*?

Na realidade, a afirmação do órgão de turismo de Parati incorre num equívoco, pois o IBGE ao grafar os nomes dos municípios não se fundamenta em nenhuma reforma ortográfica. Fundamenta-se, de fato, na legislação estadual vigente, a qual dentre outras providencias, regulamenta a instalação do município, define suas divisas etc. Entende-se o argumento de que existe uma tradição histórica que recomenda ou, na melhor das hipóteses, sinaliza que se deva grafar *Paraty*. Porém na lei estadual vigente do município em tela, datada de 23 de janeiro de 1944, encontra-se grafado *Parati,* e é essa a grafia que o IBGE, por sempre se fundamentar na legislação de instalação de municípios vigente, obedece.

Para alterar a grafia para *Paraty*, é necessário que gestões sejam realizadas junto a Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro para alterar a legislação estadual atual, no sentido que se passe a grafar, a partir do arcabouço legal, *Paraty*. Essas gestões, no ponto de vista desse estudo, devam ser conduzidas pelos representantes legislativos da comunidade local, os maiores interessados, sob o ponto de vista desse estudo, na regularização da situação. Nesse caso, o IBGE alteraria o seu banco de dados, adaptando-se à recomendação da nova legislação que adviria, e a qual extinguiria por definitivo a polêmica sobre a grafia desse geônimo.

Porém, convém ressaltar, seria simplório acreditar que essa polêmica iria se exaurir dessa maneira. Continua-se diante de uma considerável divergência, pois a comunidade de Parati(y) continuará, sob o respaldo de uma reconhecida tradição histórica a grafar Paraty. Por outro lado, sob os auspícios de um olhar legalista da questão, o IBGE não altera o seu banco de dados e continua a grafar Parati, forçando de certa forma, que essa se torne a grafia oficial do município em pauta.

A única indicação geográfica existente no Estado do Rio de Janeiro, é a Cachaça Paraty. E foi registrada no INPI exatamente dessa forma, com *y,* e não com *i.* (Observar a figura 7.5, e o Anexo I[10]). A maioria da comunidade de

[10] Inclui rótulos dos produtores de cachaça daquele município, além de correspondência do ano de 1866, oriunda de Lisboa para *Paraty*

produtores da cachaça artesanal, portanto, ignora a grafia *Parati* e só admite a forma tradicional com *y*. Vale registrar que existem produtores que admitem a grafia com *i*. Como não existe padronização, vale o arbítrio de cada um. A marca registrada no INPI é Cachaças de *Paraty*.

Figura 7.9 – Única Indicação Geográfica do Estado do Rio de Janeiro. Indicação de Procedência; Cachaças de Paraty. Disponível em: www.apacap.com.br

Sob o ponto de vista da presente pesquisa existem duas formas de dirimir questões desse tipo. Uma em longo prazo, outra em curto prazo, ou quiçá médio prazo. A solução em longo prazo passa, ao nosso olhar, pela criação e efetivo funcionamento de uma Comissão de Nomes Geográficos do Brasil, à qual caberia o papel de arbitrar sobre essa, e outras questões similares. Talvez consagrando a grafia tradicional – *Paraty* - reivindicado pela comunidade local, como oficial. Talvez reiterando a denominação dada pelo IBGE – *Parati* - como a oficial. Ou ainda, quem sabe, tornando uma das duas grafias oficial e a outra como nome alternativo ou oficioso. Ou ainda, ao emergir uma outra solução mais criativa, e aqui nesse momento não vislumbrada. Essa arbitragem seria, sem sombra de dúvidas, uma das mais cruciais atribuições da referida Comissão.

7.2.2 – Pati de Alferes ou Paty de Alferes ?

Existe um argumento que reforça o caráter legalista da forma como o IBGE encara a questão da padronização. Referimo-nos aqui ao município de Paty de Alferes, que foi criado em 1987 com a denominação *Pati de Alferes*, perfeitamente de acordo com a regra ortográfica recomendada para o caso. Porém em 1989, através da Lei Estadual 1906 de 24 de agosto de 1989, o Poder Executivo estadual homologa lei municipal que altera a denominação do município para *Paty do Alferes*, nesse caso, ortografia não recomendada pela ABL, porém com provável tradição histórica referendada pelos representantes do povo do lugar. O fato é que o IBGE a partir de então, passou a considerar o nome oficial *Paty de Alferes,* contrariando a lei ortográfica da ABL, e concordando com a Lei Estadual que homologou a alteração.

7.2.3 – O Dilema dos Lexicógrafos

Aqui se fará uma reflexão sobre a forma vernácula correta da grafia dos nomes, obedecendo a atual Lei ortográfica da Academia Brasileira de Letras. Árdua tarefa para os lexicógrafos, os quais primam pela forma correta da grafia, de acordo com a regulamentação vigente do acordo ortográfico da língua portuguesa, dos nomes. Inadmissível para estes estudiosos determinadas grafias incorretas. Por esse motivo foi incluída nessa pesquisa a forma vernacular recomendada pela ABL, quando a mesma não coincide com o arcabouço legal de instalação do município, de modo a subsidiar futuras sinalizações para a Comissão de Nomes Geográficos.

Para os lexicógrafos as grafias dos nomes geográficos devem seguir a forma preconizada pelo *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*, da Academia Brasileira de Letras (1999). Nomes geográficos como os que se seguem deveriam ser grafados da forma como descritos, e não como cartorialmente se encontram hoje grafados, incorretos pelas normas do Vocabulário Onomástico: Aquirás com *s* e acento no *a* final, Pati do Alferes com *i*, Campos de Goitacases sem z e ípsilon, Itaquatiara com *qu*, Majé com *j*, Moçoró com *ç*, Mojiguaçu sem hífen e com *j*, Mojimirim idem, Piraçununga com *ç*, Susano com *s*.

Como o erro ortográfico - chamado pelos lexicógrafos de teratoma lexical - foi cometido há muitos anos, consertá-lo agora se torna uma tarefa deveras complicada, visto todo o arcabouço legal existente e os vários registros de documentos em cartório emitidos, além da tradição que passa a existir. Nesse caso, de certa maneira, o erro ortográfico é de certa forma "assimilado" pelo povo, e como é sabido todo poder dele emana. É o mesmo caso do nome Bahia, grafado com h: ninguém consegue mais alterar pela tradição secular, solução endossada pela própria Sociedade Brasileira de Filologia, e pela Academia Brasileira de Letras.

Uma das soluções para a tentativa de remediar o erro posto seria, nas publicações em geral sobre o tema, informar aos usuários a forma ortográfica correta de como deveriam ser grafados os nomes geográficos, conforme foi feito nesse estudo, quando ocorre discordância entre o arcabouço legal e as normas lexicográficas da ABL, conforme reiterado anteriormente.

Em um caso específico, o do município de *Belford Roxo*, pode causar estranheza tanto a sugestão da grafia correta fornecida pela ABL, quanto da ABF. Ambas sugerem a forma correta da grafia do município deveria ser *Belfort Roxo*. A estranheza poderia advir do fato de que essa sugestão, insurge-se contra um dos critérios da própria ABL preconizado no Vocabulário Onomástico da Língua Portuguesa quando afirma: " Os vocábulos em português terminam em vogal oral ou nasal, ou nas consoantes –l, -m, -n, -r, -s, -x, -z. Não é, pois, da natureza do idioma, terminarem os vocábulos por –b, -c, -d, -f, -g, -j, -k, -p, -t, -v, -w, -y." O paradoxo, portanto, estaria no fato de que a sugestão é a troca de *Belford* para *Belfort*. Nesse caso, tanto o –d como o –t seriam não recomendados, caso o critério aludido acima fosse obedecido. O mais coerente no caso, seria a grafia *Belfor*. Porém (GUÉRIOS, 1981) esclarece que no caso de nomes de origem estrangeira, como é o presente caso, um sobrenome de origem francesa, deve-se manter a grafia originaria, que é *Bela Fortaleza – Belfort* – mantendo-se, portanto, o endônimo preservado da forma correta com –t.

Existe uma corrente de lexicógrafos que defende a idéia do purismo da língua. Neste caso, os nomes deveriam ser escritos obedecendo sempre às normas ortográficas legais. Mesmo antropônimos registrados em cartórios com equívocos ortográficos, deveriam ser grafados na forma ortográfica correta.

Nas assinaturas, deveriam ser escritas como registradas nos cartórios. Outra corrente de lexicógrafos, mais liberal, tem opinião diferente, admitindo a grafia da forma como registrada nos cartórios.

Ocorrências e dúvidas como essas sempre estarão se repetindo, enquanto o Brasil permanecer carente de uma Comissão Nacional de Nomes Geográficos, que com toda a certeza, não permitiria que questões como essas subsistissem, pois arbitraria a forma oficial da grafia do lugar, e também admitindo outras formas de grafia como nomes alternativos, cognomes, gentílicos etc., cumprindo desse modo um papel preventivo, antes que surgissem as polêmicas.

Um novo acordo ortográfico Brasil-Portugal, cujo início da vigência vem sendo postergado desde 1994, deve entrar em vigor a partir de 2008, pelo menos no Brasil, pois Portugal continua ainda muito refratário para adotá-lo. Nesse novo acordo, uma das alterações que afeta o Brasil é o retorno ao nosso alfabeto das letras *k, w* e *y*. Nesse caso, questões semelhantes a Paraty ou Parati e Paty ou Pati, poderão ser revistas, pela ABL, referendando pela ortografia, a reivindicação respaldada pela tradição histórica desses lugares.

A solução em curto prazo para questões de diferenças na forma de grafar nomes geográficos, passaria, na ausência atual de uma Comissão de Nomes Geográficos, por um papel mais ativo de arbitragem da Instituição oficial do governo – o IBGE – no sentido de assumir algumas das atribuições da referida Comissão, principalmente no que concerne a padronização da grafia dos geônimos domésticos. Para tanto, se carece de uma mudança de atitude, do próprio IBGE quanto ao posicionamento técnico que hoje possui, puramente legalista, sobre as questões desse tipo que assomam em nosso país. A padronização dos nomes estrangeiros poderia ficar a cargo do Ministério da Relações Exteriores – Itamaraty.

Reitere-se ainda que este tipo de ocorrência é comum em todas as Unidades Federativas brasileiras, conforme se abordou anteriormente no capítulo 3 dessa pesquisa.

7.2.4 – A Padronização dos Nomes Estrangeiros

Essa padronização deve incluir também, a grafia dos nomes geográficos estrangeiros.

Com relação aos nomes estrangeiros, é interessante destacar sobre a aplicabilidade do critério da tradição nos nomes daqueles países, que recomendam de forma enfática, que a grafia do nome do seu país ocorra sob uma determinada forma, por ele determinada. Se no Brasil, por exemplo, se chega a conclusão que existe tradição, na grafia de países como Camarões e Costa do Marfim, ou capitais como Pequim, essa decisão choca-se com a recomendação dos países. É uma decisão para a futura Comissão decidir.

7.3 – O Papel da Comissão de Nomes Geográficos do Brasil

A missão principal da Comissão de Nomes Geográficos no Brasil será uniformizar a nomenclatura geográfica, orientando através de suas normas não apenas a grafia nos mapas e cartas, mas também os textos em que os mesmos aparecem, nos mesmos moldes em que já ocorre em outros países do mundo. Em última instância, a padronização dos nomes geográficos consubstancia-se em nada mais, nada menos, do que se procurar obedecer a lei áurea intrínseca à Geonímia, a qual reza: a cada nome geográfico deve corresponder uma, e apenas uma identificação, fonética (respeitando-se as diferenças de acentos regionais) e uma única grafia.

A sociedade moderna depende do uso de nomes geográficos padronizados, a fim de garantir uma administração e comunicação precisa e eficiente. Um programa de padronização nacional poupa tempo e recursos financeiros, ao incrementar a eficiência operacional em todos os níveis do governo, indústria, comércio e educação. Isto se torna singularmente concreto na produção de mapas e gráficos; operações de censo; defesa nacional; comunicação terrestre, aérea e marítima doméstica e internacional; pesquisas aquáticas e minerais; entregas postais e frete; segurança por terra e mar; controle de desastres ambientais, busca e salvamento, preparação de emergências ; projetos da área cultural, social e científica. Os processos de padronização nacionais tendem a eliminar a duplicação de trabalho, quando

mais de um órgão ou organização identifica e utiliza o uso correto e consistente dos nomes geográficos padronizados.

De importância crucial, os povos de uma nação identificam nos nomes geográficos uma parte essencial de sua herança cultural. Um Comitê ou Comissão em nomes geográficos de âmbito nacional também fornece a cada país os meios para estabelecer seus próprios nomes, tornando-os oficialmente aceitos, em contraponto ao fato dos mesmos serem determinados de maneira enviesada, muitas das vezes baseados em critérios ditados pelo senso comum num mapa oficioso, Atlas ou produtores de *gazetteers* não-governamentais ou internacionais.

A padronização de nomes geográficos varia de um país para outro. Na verdade, nem mesmo dois países com programas eficazes abordam a padronização da mesma forma e sua organização, princípios, diretrizes e procedimentos variam muito. Nenhum método é melhor do que outro, desde que cada um atinja a meta de estabelecer nomes escritos que sejam nacionalmente aceitos e acordados de forma consistente (salvo raras exceções) com o uso local falado e escrito.

No Brasil, apesar das pioneiras tentativas de padronização na Conferencia de Geografia de 1926, da Lei Geográfica de 1938 e de ter sido aprovada, ainda no ano de 1961, na Terceira Reunião Brasileira de Consulta sobre Cartografia, uma resolução que criava uma Junta de Nomes Geográficos, até hoje muito pouco se fez para normalizar este aspecto tão importante da cartografia brasileira, que é a sua Geonímia.

Há que se reconhecer que, os nomes geográficos no Brasil, pela falta de uma Junta, Comitê ou Comissão que regulamente de forma inequívoca a Geonímia nacional, ficam totalmente desprotegidos e bastante vulneráveis aos políticos de ocasião, de maneira especial, dos governos municipais.

Os governos municipais ao editar suas leis, acabam por atropelar, muitas das vezes de forma desavisada, Leis Federais que regulam a matéria relacionada à onomástica, de forma particular à toponomástica, como o Vocabulário Ortográfico Nacional, cujo gestor é a Academia Brasileira de Letras, e em última instância, é a instituição oficial que deveria dar o veredicto final em quaisquer mudanças relacionadas a alterações nos nomes geográficos, pois foi a signatária nacional do Acordo Ortográfico com Portugal.

Pelo Glossário de Terminologia Toponímica da ONU um nome geográfico padronizado é o seguinte:

> "Um nome sancionado por uma autoridade em nomes como o nome preferido dentre um número de alônimos [nomes variantes] por uma dada feição. Entretanto, uma única feição pode ter mais de um nome padronizado. Exemplo: Kaapstad e Cape Town".

Os benefícios dos nomes geográficos padronizados são evidentes nos processos da comunicação humana: eles podem impedir a ambigüidade e fornecer esclarecimentos e economia para o comércio, planejamento, busca e salvamento, preparação de emergência, censos, direitos de propriedade, gestão ambiental, etc.

O Brasil, ainda encontra-se carente, no alvorecer do século XXI, de uma fonte segura de desambigüização, uma Comissão Nacional de Nomes Geográficos que norteie as soluções, para as complexas questões da padronização geonímica. Na falta da Comissão, como deve proceder a diversa gama de usuários que necessita trabalhar com tais informações? Como devem portar-se os mais diversos representantes da indústria de comunicações: revistas, rádios, televisões e jornais? E os autores de manuais e obras de referência? Como se comporta o próprio Itamarati, principalmente com relação aos nomes estrangeiros? Todos hoje estão forçados, para não interromper suas operações, a utilizar soluções particulares, estabelecidas por eles mesmos. Tal pluralidade é obviamente desastrosa e péssima como expediente, e apenas explicita uma incapacidade de organização, que foque a definitiva solução do problema.

A solução passa em nosso ponto de vista, pela definição de uma única forma oficial de grafar os nomes, divulgá-las e repassar essa grafia oficial a todas as instituições de governo. Dessa forma, todos os bancos de dados, estariam grafando exatamente da mesma maneira a nomenclatura municipal, assim como todas as outras feições geográficas passíveis de representação no território. Indubitável é reconhecer, que essa solução só será suportada, a partir da implantação da referida Comissão.

Alguém poderá argumentar: a implantação de uma Comissão desta natureza é demorada, pois deverá seguir os caminhos necessários para a efetivação do arcabouço legal requisitado para a tarefa, através das três instancias de poder governamental constituídas. Enquanto o momento da implantação da Comissão não se efetiva, fica-se a mercê de singulares soluções extemporâneas?

Para responder a esta questão, sugere-se que o IBGE, pelo respeito conquistado ao longo de suas atividades ao longo de mais de setenta anos, possa assumir um papel mais proativo, assumindo a coordenação e articulação de uma rede de interessados na padronização dos nomes geográficos brasileiros, que venha a minimizar o hoje caótico quadro de não padronização da geonímia nacional, que grassa no país. Assim a grafia oficial dos mais de cinco mil e seiscentos municípios brasileiros seria obedecida por todos os interessados, assim como todas as outras feições geográficas. O que não seria fator impeditivo, para a existência e registro dos nomes geográficos alternativos. O mais importante a destacar é que só existiria uma, e apenas uma, forma oficial de grafar o nome geográfico, a qual todos os atores interessados obedeceriam. Quem sabe, estabelecer uma rede nacional de nomes geográficos, que consiga envolver um amplo leque de interessados nessa área do conhecimento.

Assim é um dever da futura Comissão, contar também com a opinião dos lexicógrafos e lingüistas sobre os futuros batismos de feições geográficas, a fim de que equívocos ortográficos graves como os anteriormente citados, não se repitam *ad aeternum* no Brasil, e dessa forma, evite-se confundir geonímia tradicional com ortografia anacrônica.

No Anexo VIII dessa pesquisa encontra-se inserido, a título de colaboração para futuras discussões de todos os interessados na matéria, acadêmicos ou não, uma Minuta de Decreto-Lei para criação da futura Comissão de Nomes Geográficos do Brasil.

Capítulo 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma extensa gama de linhas de pesquisa encontra-se em aberto no Brasil, a espera de que futuros pesquisadores possam debruçar-se, sobre tão ingente, quanto complexa, área de conhecimento. Pode-se fazer asserção que no Brasil, a exploração dessa área do conhecimento humano, encontra-se embrionária. Cita-se, de forma resumida os seguintes temas geonímicos ainda carentes de um maior aprofundamento, em termos de pesquisas acadêmicas, caracterizando as possibilidades de desenvolvimentos futuros, associados a este trabalho:

1) Estudos de padronização de NG domésticos em outras unidades da federação brasileiras;
2) Estudos de padronização de NG estrangeiros. Pesquisar Exônimos e Endônimos. Quando e porque utilizar uns ou outros;
3) Estudos de padronização de NG em produtos didáticos: Atlas, Mapas etc;
4) Estudos de NG antigos. Cartografia Histórica. Diacronia dos NG. (Brasil, Estados, Municípios, Bairros, Distritos);
5) Estudos da influência dos estratos etnolingüísticos nos NG atuais no Brasil (Europeu, Povos Originários, Africanos, Asiáticos, Ciganos, Oriente Médio etc.);
6) Estudos de NG estrangeiros transplantados para o Brasil;
7) Indicações Geográficas no Brasil. APL (Arranjos Produtivos Locais);
8) Nomes Geográficos Extra-Terrestres. Fatores que influenciam;
9) Desenvolvimento de BD em NG. Subsídios a Interoperabilidade entre BD´s institucionais e acadêmicos;
10) Estudos que objetivem otimizar a coleta de NG. Processos de Reambulação. Reformulação de processos;

11) Estudos léxico-etimológicos em NG em cidades, vilas, distritos, bairros das unidades da federação brasileira;
12) Estudos de Cognomes, Gentílicos de lugares;
13) História Oral em NG;
14) Fatores culturais e os NG.

Com relação a possíveis desdobramentos de pesquisas com relação ao item 7, poderão ser fornecidos subsídios a indicações geográficas, do interesse dos produtores, cooperativas ou associações dos municípios do estado do Rio de Janeiro. No caso de Campos dos Goytacazes, poder-se-ia pensar em possíveis indicações que contemplassem as seguintes asserções: “Terra da Goiabada” ou “Doces Campistas” “Doces do Norte Fluminense” etc.

O objetivo é chamar a atenção dos agentes econômicos locais, alertando-os sobre a temática analisada, o que possibilitaria estabelecerem-se outras indicações geográficas no Estado do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes daquelas anteriormente explanadas, nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e, no próprio Rio de Janeiro: “Vale dos Vinhedos”, observar a figura 12, e “Pampa Gaúcho da Campanha Meridional”; “Região do Cerrado Mineiro” e “Paraty”, respectivamente.

Os resultados dessa pesquisa, encontram-se inseridos no contexto científico do estudo dos nomes geográficos. Esses resultados, em conjunto com o posicionamento espacial, são requisitos fundamentais para a qualidade do mapeamento de referência do país e das bases geoespaciais. Além disso, constituem uma riqueza a ser conhecida e preservada, com todas as informações históricas, etimológicas, etnográficas e georreferenciadas da evolução diacrônica dos nomes geográficos dos municípios e distritos do estado do Rio de Janeiro. Essas informações, portanto, estão preparadas para migrarem para um banco de dados, atualmente em construção no IBGE, com o escopo de preservá-las de forma organizada, passível a consultas pelos diversos pesquisadores que se interessam, ou virem a se interessar, pelo assunto em tela.

Pretende-se que o Banco de Nomes Geográficos do Brasil – BNGB – torne-se ainda um embrião de um futuro banco de dados geonímicos da América do Sul, que além de alimentar de informações a futura Comissão de

Nomes Geográficos do Brasil, facilitar a tarefa de Coordenação da rede nacional de interessados na temática, com a possibilidade de expandi-la para outros países do continente sul-americano. Este banco terá importância fundamental também, para o futuro da pesquisa com nomes geográficos no Brasil.

Hoje o estabelecimento de um embrião de uma rede nacional começa a surgir em algumas unidades da federação, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Ceará e Santa Catarina, a partir de alguns encontros de sensibilização para a implantação de uma rede nacional de interessados na temática geonímica, organizados pelo IBGE. De forma mais específica, no Paraná está sendo criado um projeto chamado "Nomes Geográficos do Paraná – Toponímia Passo a Passo". Este projeto tem como responsável principal o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG-PR), vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O objetivo do projeto é atualizar a identificação de rios, montanhas, estradas e povoados nos mapas paranaenses, sendo que os rios serão os primeiros elementos a serem identificados, seguindo as diretrizes da política ambiental praticada no Estado, que tem a bacia hidrográfica como unidade administrativa. O projeto contatou algumas instituições locais, que indicaram a intenção de parcerias como Universidades; Itaipu Binacional; Clube dos Montanhistas do Paraná e várias ONGs. Em termos internacionais, estabelece contatos com projetos de iniciativa européia.

Ao envolver novos atores, como o Clube de Montanhistas e afins, um importante desdobramento será repensar, e porque não, reconstruir, a atividade de reambulação dos institutos oficiais de mapeamento do país, sob novos pontos de vista. O objetivo é arejar e dinamizar seu *modus operandi*, com parcerias que percorrem o território e acumulam preciosas informações que podem, e devem, ser aproveitadas na cartografia oficial do país, com uma considerável economia, numa das atividades mais dispendiosas da produção cartográfica.

Iniciativas como essa, em âmbito doméstico, em conjunto com a criação da Divisão da Língua Portuguesa no âmbito do Comitê de Nomes Geográficos da ONU, em nível internacional, e com a devida participação brasileira,

alimenta a esperança de que salutares e novas perspectivas anunciam-se no futuro, para a área de conhecimento dos nomes geográficos no Brasil.

Tem-se a consciência que ao chegar ao término desse estudo, longe se está de ter encontrado a solução definitiva, pronta e acabada para a padronização dos nomes geográficos brasileiros. Lamenta-se deixar, mais incertezas e dúvidas do que certezas, aos que porventura, intentem continuar futuros estudos relacionados a essa área de conhecimento. Certeza apenas uma: a necessidade de padronização através de uma instituição que se responsabilize pela tarefa de coordenação da ingente missão.

Ao entreabrir, porém, apenas um dos véus de tão relevante área do conhecimento, acredita-se que ao tocar outros corações e mentes, novos valorosos pesquisadores venham somar esforços no aprofundamento de novos estudos geonímicos, e assim, se possa deixar para as futuras gerações, ao menos a possibilidade de amadurecer esse conhecimento humano, sob novos enfoques e pontos de vistas, aqui não vislumbrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABF - ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA. *Vocabulário Ortográfico de Nomes Próprios*; Artur de Almeida Torres e Zélio dos Santos Jota, organizadores. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro. 1961.

ABL - ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário onomástico da língua portuguesa/Academia Brasileira de Letras*; Antonio José Chediak, coordenador-geral;prefácio de Arnaldo Niskier. Rio de Janeiro.1999.

ABREU, A.I.C. *Municípios e Topônimos Fluminenses Histórico e Memória*. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1994.

ABREU, M.A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro.* IPLANRIO Instituto de Planejamento Municipal 2ª Edição. Jorge Zahar Editor, 1988.

ABREU, M.A. V*ivendo muitos tempos: Minha trajetória por uma Geografia em Constante Transformação.* Memorial que acompanha o requerimento de inscrição em concurso para provimento de cargo de Professor Titular no Departamento de Geografia. UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.

AUGUSTO, M.J.C. *et al. Projeto Nomes Geográficos do Brasil.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Anais do XXII Congresso Brasileiro de Cartografia. Macaé, 2005.

BACELAR, T. *APL e o Desenvolvimento Regional, Seminários BNDS*. Internet, site: http:// www.bndes.gov.br/conhecimento/ publicacoes/catalogo/s_apl.asp, em 22/08/2005.

BARATA, C. A. B., CUNHA, A.. *Dicionário das famílias brasileiras.* Ibero América Comunicação Ltda. São Paulo, 1999.

BARBOSA, R. P. *Glossário de Termos genéricos de Nomes Geográficos.* Prefácio de Orlando Valverde. IBGE. (Prelo) Rio de Janeiro. 2004.

BARBOSA, W. de A. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais,* Edição Comemorativa dos Dois Séculos e Meio da Capitania de Minas Gerais. Editora Saterb Ltda. Belo Horizonte, 1971.

BERANGER, A. F. *Dados Históricos de Cabo Frio*. PROCAF – Companhia de Desenvolvimento de Cabo Frio. 2ª edição. Cabo Frio, 1993.

BUSTAMANTE, A. G. e SANTOS C.J.B. *Arigó.* Organizadoras: Ana Bustamante e Fatita Bustamante-Celes. O Cidadão Cartógrafo, pg. 51 a 53. Volta Redonda, 2004.

BUSTAMANTE, A. G. *Memória e Identidade Local em Icapuí, Ceará*. Programa EICOS, UFRJ. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2005.

CANADÁ, C.N.G. *Guia de Coleta de Campo de Nomes Geográficos Nativos,* Editado à época, pelo Conselho Permanente de Nomes Geográficos do Canadá, atual Conselho Nacional de Nomes Geográficos do Canadá. Documento traduzido para a língua portuguesa e produzido pelo Projeto de Infra-Estrutura Geoespacial Nacional (PIGN), patrocinado pela Agência Canadense de Cooperação Internacional (CIDA). Edição provisória. Rio de Janeiro, 1992.

CARVALHO, M. A. *Toponímia da Mesorregião Centro-Sul Mato-Grossense – Contribuição para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. USP.São Paulo, 2005.

CASEDEI, T. *Doces Fluminenses.* Revista do IHGRJ. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

CASTELLS, M. *Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede.* DP&A. Rio de Janeiro, 2003.

CASTRO, M. de *A imprensa e o caos na ortografia, com um pequeno dicionário de batatadas da imprensa.* Ed. Record, 4ª edição revista, p. 176-178. Rio de Janeiro, 2002.

CASTRO, I.E., Orgs. GOMES, P.C. da C., CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas,* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORREA FILHO, V. *Notas sobre Toponímia*. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro. 1950.

CORRÊA, R.L. e ROSENDHAL Z. *Introdução a Geografia Cultural* / Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendhal (organizadores) Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, A.G. *Cartografia da Conquista do Território das Minas.* Org.: Antonio Gilberto Costa. Editora UFMG; Lisboa:Kapa Editorial. Belo Horizonte, 2004.

COSTA, J.R. *Toponímia de Minas Gerais – Com Estudo Histórico da Divisão territorial administrativa*. Imprensa Oficial do estado, BH, 1970.

COWAN, J. *O Sonho do Cartógrafo: meditações de Fra Mauro na corte de Veneza do século XVI*. Editora Rocco ltda. Rio de Janeiro, 1999.

CRULS, G. *Aparência do Rio de Janeiro (Notícia Histórica e descritiva da cidade).* José Olímpio. Rio de Janeiro, 1949.

CRYSTAL, D. *The Cambridge Encyclopedia of Language.*Cambridge, United Kington, Cambridge University Press. p. 285. Londres, 1993.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Geo Arquivo do Estado São Paulo, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2ª edição. São Paulo, 1990.

DUARTE, L. *A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI*. In: DIAS, Carlos Malheiros, dir. História da colonização portuguesa no Brasil. Porto, Litografia nacional, 1921. v. II, cap XIII.

FALCÃO, M. F. P. *Gentílicos nacionais e internacionais*. Edições UFC. Fortaleza, 2000.

FELIPE, J. L. A. Memória e Imaginário Político na Reinvenção do Lugar - Os Rosado e o "País de Mosoró". Dissertação de mestrado. PPGG – Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

FERNANDEZ, J. H. M. *Diccionario de Nombres Geográficos.* "Paper" apresentado na Reunião Regional da divisão da América Latina do Grupo de Especialistas das Nações Unidas em Nomes Geográficos. Pg 845 a 856. Águas Calientes, México, 1986.

FREYRE, G. Prefácio. In Marroquim, Mario. *A língua do Nordeste*. Companhia Editora Nacional. Brasiliana, v. 25. São Paulo, 1945.

FURTADO, S. da S. F. *A Toponímia e a Cartografia*. Ministério da Guerra. Estado maior do Exército. Diretoria do Serviço Geográfico. Rio de Janeiro, 1960.

FURTADO, S. da S. F. *Nomes Geográficos. Manual do Curso de Formação de Topógrafos*. Ministério da Guerra. Estado Maior do Exército. Diretoria do Serviço Geográfico DPC. Rio de Janeiro, 1956.

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*. Editora Ave Maria Ltda. São Paulo, 1981.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.* Tradução:Tomas T. Silva e Guaraciara Lopes Louro. 9ª edição. Ed. DP&A. Rio de Janeiro, 2004.

HOUAISS, A. *Geonímia in Atlas da Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1983.

HOUAISS, A. *Notas do prefácio-estudo de Antonio Houaiss ao livro Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi (Autor Antonio Geraldo da Cunha). Melhoramentos. São Paulo.* Editora UNB. Brasília, 1999.

IBGE. *A Grafia de Nomes de Cidades e Vilas do Brasil in Primeira Conferência Sul-Americana Sobre Normalização de Nomes Geográficos* (Palácio Itamaraty, 17 a 21 de setembro de 1973). Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1973.

IBGE. *Considerações sobre a metodologia utilizada na compilação de topônimos da base integrada ao milionésimo, para incorporação ao Banco de Nomes Geográficos do Brasil*. Não Publicado. DGC/CCAR. Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. *Manual para Padronização dos Nomes Geográficos*. Não Publicado. DGC/CCAR. Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. *Report of Brazilian Institute of Geography and Statistics*, apresentado à XVIII Sessão do Grupo de Especialistas em Nomes Geográficos das Nações Unidas. Genebra: Nações Unidas, 1996.

ITC–RJ. *Atlas Fundiário do Rio de Janeiro*. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos. Rio de Janeiro, 1991.

ITC–RJ. *Manual de Reambulação,* Coordenação de Cartografia. Não impresso. 2006.

KANE, J.N. *Nicknames of cities and States of the United States.* USGS Scarecrow PRESS. Nova York, 1965.

KOOGAN/HOUAISS. *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado*. Edições Delta. Rio de Janeiro, 1995.

LAMEGO, A.R. *O Homem e a Restinga.* 2ª edição. Editora Lidador. Rio de Janeiro, 1974.

LEONTSINIS, A.P. O Tupi, nossa linguagem ecológica. Biblioteca Stassa Leontsinis. Rio de Janeiro, 2000.

MAROUM, M.C.B. *Nomes Geográficos: Normas para indexação.* IBGE Rio de Janeiro, 1996.

MARROQUIM, M. *A Língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*. Cia. Edit. Nac., São Paulo, 1934.

MEJIA, A. *La Funcion Sócio-Cultural de Los Topónimos*. “Paper” apresentado na Reunião Regional da divisão da América Latina do Grupo de Especialistas das Nações Unidas em Nomes Geográficos. Pg 975 a 983. Águas Calientes, México, 1986.

MENDONÇA, V.P. *Toponímia Brasiliense.* Separata da Revista Municipal de Engenharia, vol. XIX, abr-jun. Rio de Janeiro, 1952.

MENEZES, P.M.L. *Apostila Cartografia Básica.* Curso de Graduação em Geografia. IGEO/UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.

MENEZES, P.M.L. e SANTOS C.J.B. *Geonímia: aspectos relevantes.* Revista da SBC - Sociedade Brasileira de Cartografia, nº 58/03. Rio de Janeiro, 2007.

MICELI, P. C. *O Tesouro dos Mapas: A cartografia na formação do Brasil.* Instituto Cultural Banco Santos, p. 339. São Paulo, 2002.

MOTA, A.T. *Topônimos de origem portuguesa.* Bissau, 1950

MUNICIPIOS. *Brasilchannel*, RJ. Página Eletrônica: informações. Disponível em <http:www.brasilchannel.com.br/municipios>. Acesso em: 12 nov. 2007.

MUNICIPIOS. *Governo do Estado do Rio de Janeiro*, RJ. Página Eletrônica: informações. Disponível em <http:www.governo.rj.gov.br/municipal>. Acesso em: 03 dez, 2007.

MUNICIPIOS. *IBGE*, RJ. Página Eletrônica: informações. Disponível em <http:biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/riodejaneiro>. Acesso em: 15 dez. 2007.

NASCENTES A. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro, 1932.

OLIVEIRA, C. *As Origens Psicossociais dos Topônimos Brasileiros.* Boletim Geográfico. v. 29, n. 215 mar/abr. Rio de Janeiro, 1970.

OLIVEIRA, C. *Curso de cartografia moderna*. IBGE. Rio de Janeiro, 1970.

ONU. *Grupo de Especialistas da ONU em Nomes Geográficos*, 2006.

ORTH, Donald J. *Cartotopony in the United States of América.* “Paper” apresentado na XII Quadrenial General Assembly Pan American Institute of Geography and History. Rio de Janeiro e Brasília, 1986.

PARANHOS de M., V. *A Toponímia Brasilense*. Separata da Revista Municipal de Engenharia, nº 24 – V. XIX – abr. jun. Rio de Janeiro, 1952.

PIMENTEL, L.A. *Topônimos Tupis de Niterói.* Fundação Atividades Culturais de Niterói. Niterói, 1980.

PINTO, L. A. R. *Fregueses e freguesias*: *ação do Estado português sobre os povoados ao longo das vias de comunicação entre o Rio de janeiro e Minas Gerais*. Editora Sttampa. Rio de Janeiro, 2007.

PRADO, W. de O. História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros da cidade – Ecomuseu fluminense. Rio de Janeiro, 2000.

RANDALL, Richard R. *Places Names. How They define the World – and More*. The Scarecrow Press, Inc. Lanham, Mariland and London, 2001.

RELPH, E. *Place and Placenessless*. Pion. London, 1976.

ROSTAING, Charles. *Lês Noms de Lieux.* 2ª ed. Presses Universitaires de France. 135 p. Vendôme, 1948.

SAINT ADOLPH, J.C.R.M. *Diccionário Geographico do Império do Brazil* – Dedicado (com *permissão* especial) a sua *Magestade* Imperial, o Sr. D. Pedro II, Imperador do *Brazil*. *(s.i.c)* – 1845.

SALAZAR, A. Q. *La Toponímia em Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Publicaciones de La Facultad de Ciências Econômicas y Sociales, 1985.

SAMPAIO, T. *O Tupi na Geografia Nacional.* Ministério da Guerra. 2 ed. Ed Pensamento. São Paulo, 1914.

SANTOS, F.F.S. *Estudo Toponímico do Município de Barra do Garças, Microrregião do Médio Araguaia, Mato Grosso: Contribuição para o Atlas Toponímico de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. USP, 2005.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil:território e sociedade no início do século XXI*. (2ª edição) Record. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, M. *Espaço e sociedade:ensaios.* 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1982.

SARTHOU, C. *Passado e presente da Baia de Guanabara*. Ed:Freitas Bastos. Rio de Janeiro, 1964.

SILVA, J.R. *Função e destino da utilidade geográfica da toponímia*. Boletim Geográfico nº 187. Conselho Nacional de Geografia. Ano XXIV. Julho-agosto. Rio de Janeiro, 1965.

SILVA, J.R. *Geonomásticos cariocas de procedência indígena.* Secretaria de Educação e Cultura. Estado da Guanabara, 1961.

SOUZA, M.J.L. *O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e* Desenvolvimento In: Geografia: Conceitos e Temas. Organizado por: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1995.

TORRES, A.M. e JOTA, Z.S. Vocabulário Ortográfico de Nomes Próprios – Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1961.

TUAN, Yu-Fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, estudos e valores do meio ambiente.* Trad. Lívia de Oliveira, Difel Difusão Editorial S.A. São Paulo, 1974.

UN. *Manual for the National standardization of geographical names. United Nations Group of Experts on Geographical Names*. United Nations New York, 2006.

VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808* – Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2000.

VIEIRA, Z.P. *Estudo Onomástico do Município de Socorro: Reconstituição dos Antropotopônimos e da Memória da Imigração*. Dissertação de Mestrado. USP, 2000.

ANEXOS

Anexo I

Indicação Geográfica Paraty

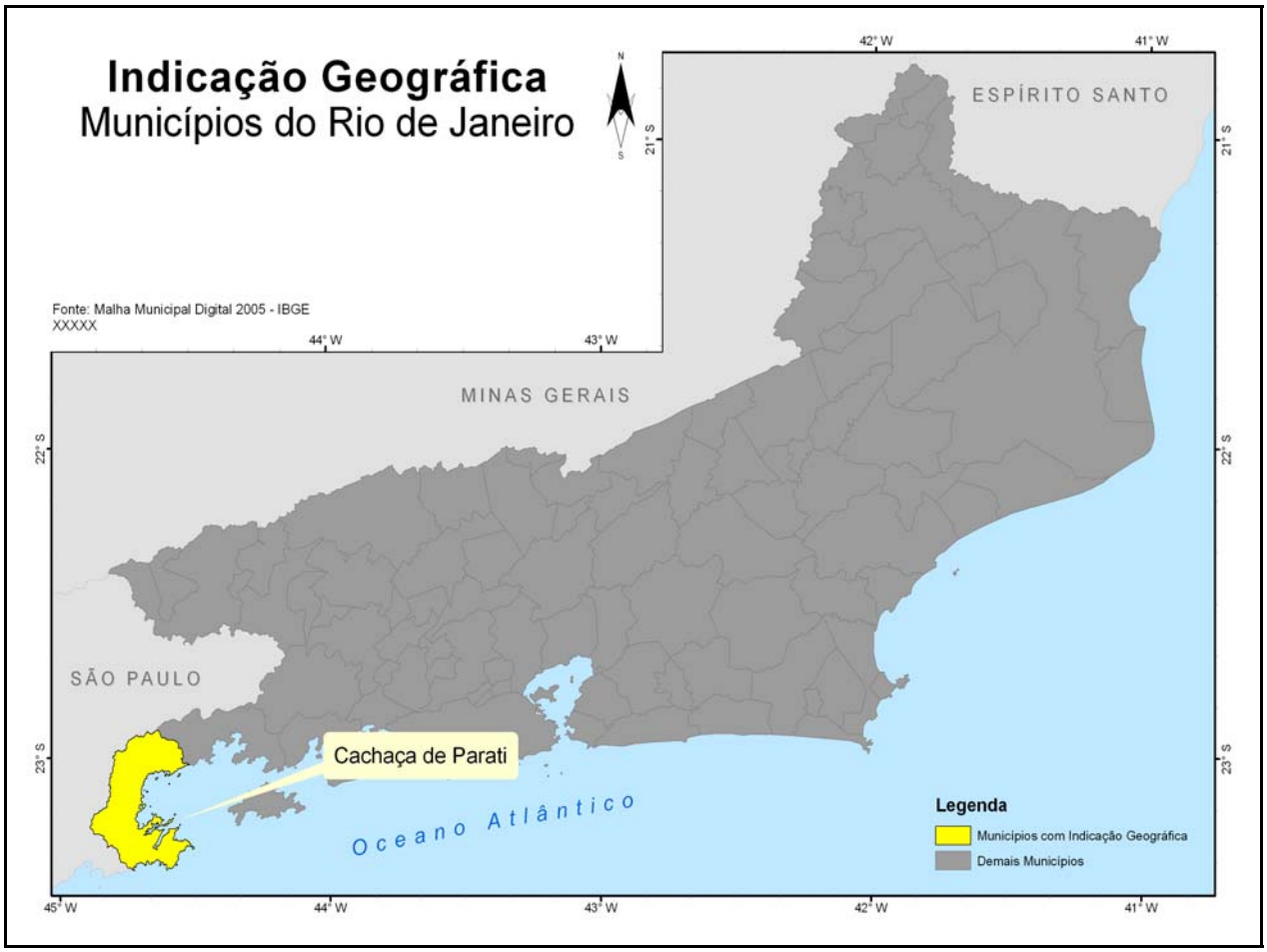


Figura I.1 – Indicação Geográfica Paraty

fl. 166

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Instituto Nacional da Propriedade Industrial

REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA N° IG 200602

O **INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI** reconhece a denominação **PARATY** como **INDICAÇÃO GEOGRÁFICA** para **PRODUÇÃO DE AGUARDENTES, DOS TIPOS, CACHAÇAS E AGUARDENTE COMPOSTA AZULADA**, concedendo o seu registro para os fins e efeitos da proteção de que trata a Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, nos seguintes termos:

Espécie da Indicação Geográfica: **Indicação de Procedência**

Apresentação: **Figurativa** Natureza: **De Produto**

INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA
PARATY

País: **Brasil**

Delimitação da Área Geográfica: **inteiramente compreendida no município de Paraty (...).Tomando por base o sistema de coordenadas UTM e o *datum* horizontal "Córrego Alegre", consistente com a Carta do Brasil produzida pelo IBGE, a área está inteiramente compreendida no fuso 23, e possui o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, de coordenadas aproximadas 541.250mE e 7.449.250mS (...) segue pela linha da costa (...) até atingir a Ponta da Trindade que é o ponto 2 com coordenadas 528.250mE e 7.415.750mS, que também é divisa do Estado do Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo, deste ponto segue inicialmente rumo aproximado Norte pela Divisa entre os Estados citados (...) até atingir o Ponto 3 de coordenadas 519.205mE e 7.447.750mS, deste ponto o perímetro deflete à direita, abandonando a divisa interestadual e assumindo a Serra de São Roque, que é o divisor e águas dos rios São Gonçalo e do Funil, este último afluente do rio Mambucaba com toda a sua sinuosidade, sempre pelo divisor de águas principal, até atingir o Ponto 1, onde iniciou a descrição deste perímetro, encerrando uma área de aproximadamente 700 km².**

Data do Depósito: **27 de novembro de 2006**

Data da Concessão: **10 de julho de 2007**

Titular: **Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça Artesanal de Paraty**

Endereço: **Rua José Vieira Ramos, 196, Fátima, Paraty**
CEP.: 23970-000 – RJ – Brasil.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2007

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Breno Bello de Almeida Neves
Diretor de Contratos de Tecnologia e Outros Registros

Jorge de Paula Costa Ávila
Presidente do INPI

Figura I.2 – Registro de Indicação Geográfica Paraty

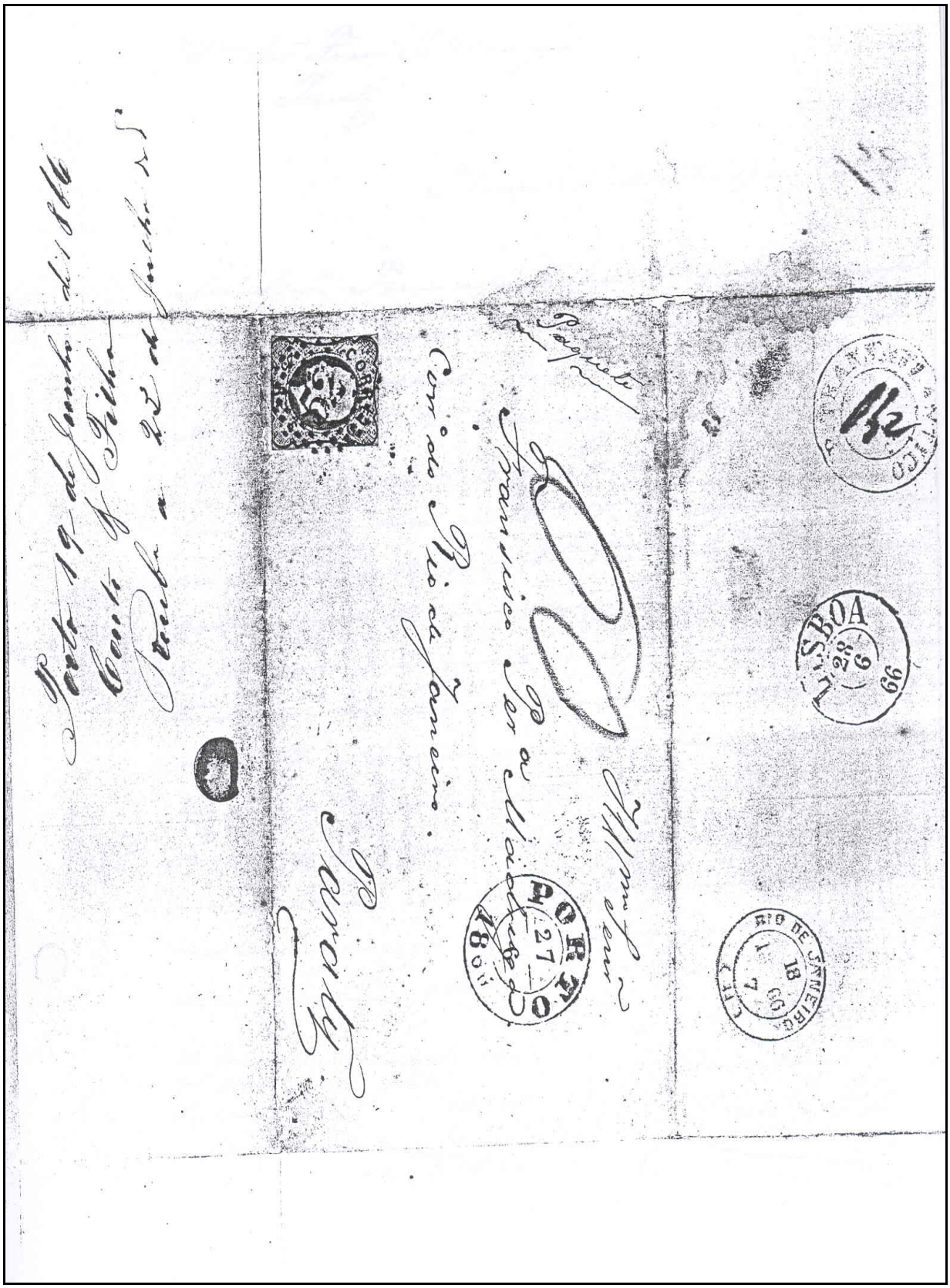


Figura I.3 – Documento do séc. XIX com o nome tradicional Paraty

Anexo II

Texto da Lei Geográfica

DECRETO-LEI N. 311 - DE 2 DE MARÇO DE 1938

Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 190 da Constituição:

Considerando que o art. 15 da Constituição confere à União a competência de resolver definitivamente sobre os limites do território nacional e fazer o recenseamento geral da população;

Considerando que essa faculdade implica a de promover a delimitação uniforme das circunscrições territoriais;

Considerando, ainda, os compromissos assumidos nas cláusulas XIV e XV da Convenção Nacional de Estatística, a Resolução n. 59, de 17 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, e, finalmente, o critério por este firmado na Resolução n. 60, de 7 de julho de 937, da Assembléia Geral, para o cômputo das unidades do quadro territorial da República.

Decreta:

Art. 1º Na divisão territorial do país serão observadas as disposições desta lei.

Art. 2º Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com seriação ordinal.

Parágrafo único. Essas zonas poderão ter ainda denominações especiais.

Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá, a categoria de vila.

Parágrafo único. No mesmo distrito não haverá mais de uma vila.

Art. 5º Um ou mais municípios, constituindo área contínua, formam o termo judiciário, cuja sede será a cidade ou a mais importante das cidades compreendidas no seu território e dará nome à circunscrição.

Art. 6º Observado, quanto à sede e à, continuidade do território, o disposto no artigo anterior, um ou mais termos formam a comarca.

Art. 7º Os territórios das comarcas e termos serão definidos, nos respectivos atos de criação, pela referência às circunscrições imediatamente inferiores que os constituírem. O ato de criação de cada município, porem, indicará os distritos que no todo ou em parte vierem a constituir o seu território e fará a descrição dos antigos ou novos limites do distrito que passarem a ofertar a linha divisória municipal, discriminadas as secções correspondentes às sucessivas confrontações interdistritais. Analogamente, nenhum distrito será criado sem a indicação expressa da anterior jurisdição distrital do território que o deva constituir, descritos os respectivos limites com cada um dos distritos que formarem suas confrontações.

Art. 8º Os limites interdistritais ou intermunicipais serão definidos segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, não se admitindo linhas divisórias sem definição expressa ou caracterizadas apenas pela coincidência com divisas pretéritas ou atuais.

Art. 9º Em nenhuma hipótese se considerarão incorporados, ou a qualquer título subordinados a uma circunscrição, território compreendidos no perímetro de circunscrições vizinhas.

Art. 10. Não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação.

Art. 11. Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias.

Parágrafo único. O ato de delimitação será sempre acompanhado da respectiva planta.

Art. 12. Nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias.

Art. 13. Dentro do prazo de um ano, contado da data desta lei, ou da respectiva instalação, se ulterior, os municípios depositarão na Secretaria do Diretório Regional de Geografia, em duas vias autenticadas, o mapa do seu território.

§ 1º O mapa a que se refere este artigo, ainda quando levantado de modo rudimentar, deverá satisfazer os requisitos mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Geografia.
§ 2º O município que não der cumprimento ao disposto neste artigo terá cassada a autonomia e o seu território será anexado a um dos municípios vizinhos, ao qual fica deferido o encargo, aberto novo prazo de um ano, com idêntica sanção.

Art. 14. A companhia dos governos estaduais para a criação dos distritos não impede que os governos dos municípios, para fins exclusivos da respectiva administração, os subdividam em subdistritos.

Art. 15. As designações e a discriminação de "comarca", "termo", "município" e "distrito" serão adotadas em todo o país, cabendo às respectivas sedes as categorias correspondentes, e abrangidos os distritos que existiam somente na ordem administrativa ou na judiciária.

§ 1º Ficam mantidos, para os efeitos deste artigo, os distritos de uma ou de outra ordem, já instalados, que, em virtude de disposição constitucional, houverem sido criados por atos municipais.

§ 2º Ficam excetuados da confirmação e alargamento de investidura determinados neste artigo os vários distritos judiciárias ou administrativos que tiverem sede na mesma cidade, aos quais se aplicará, desde já, o critério fixado na última parte do art. 2º

Art. 16. Somente por leis gerais, na forma deste artigo, pode ser modificado o quadro territorial, tanto na delimitação e categoria dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia.

§ 1º No primeiro semestre do ano corrente, e para entrar em vigor a 1 de julho, os governos dos Estados e, para as circunscrições diretamente submetidas à sua administração, o governo federal, fixarão de acordo com instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, o novo quadro territorial respectivo, ao qual será apensa a descrição sistemática dos limites de todas as circunscrições distritais e municipais que nele figurarem.
§ 2º Até então, subsistem os termos que forem atualmente subdivisões de municípios, tendo as respectivas sedes a categoria de vila.
§ 3º Entrando em vigor a nova definição do quadro territorial, só poderá este ser alterado por leis gerais qüinqüenais, promulgadas ao último ano de cada período para entrar em vigor a 1 de janeiro do ano imediato. A segunda destas revisões qüinqüenais só se dará se se houver realizado o recenseamento do Estado no segundo ano de período.

Art. 17. A instalação das novas circunscrições e a investidura das respectivas sedes em que seus novos foros realizar-se-ão dentro do prazo de seis meses a contar da vigência da lei de divisão territorial que as houver criado, mas em data marcada por decreto do governo estadual.

Parágrafo único. Os governos dos Estados, por decretos baixados no último dia útil do prazo a que se refere este artigo, declararão a caducidade das circunscrições cuja instalação, por inadimplemento dos requisitos legais, não tiver sido ordenado.

Art. 18. Os governos dos Estados, por decretos baixados até 31 de março de 1938, publicarão a relação das circunscrições administrativas e judiciárias já instaladas ao tempo desta lei, feitas às alterações de classificação e toponímia, bem como de categoria das sedes decorrentes dos critérios na mesma fixados, e de acordo com o modelo geral que o Conselho Nacional de Estatística formulará.

Parágrafo único. As alterações de denominação decorrentes do disposto no art. 10 só serão efetivadas no novo quadro a que se refere o § 1º do art. 16.

Art. 19. As disposições desta lei estendem-se, no que for aplicável, ao Distrito Federal e ao Território do Acre.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos

Anexo III

Decreto nº. 4.062, de 21 de dezembro de 2001, *assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, artigos 1º, 2º e 3º e parágrafo único:*

Art. 1º O nome **"cachaça"**, vocábulo de origem e uso exclusivamente brasileiros, constitui indicação geográfica para os efeitos, no comércio internacional, do art. 22 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio, aprovado, como parte integrante do Acordo de Marraqueche, pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 2º O nome geográfico **"Brasil"** constitui indicação geográfica para cachaça, para os efeitos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, e para os efeitos, no comércio internacional, do art. 22 do Acordo a que se refere o art.1º.

Parágrafo único. O nome geográfico **"Brasil"**[11] poderá se constituir em indicação geográfica para outros produtos e serviços a serem definidos em ato do Poder Executivo.

Art. 3º As expressões protegidas **"cachaça"**, **"Brasil"** e **"cachaça do Brasil"** somente poderão ser usadas para indicar o produto que atenda às regras gerais estabelecidas na lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e no Decreto nº 2.314, de 4 de setembro de 1997, e nas demais normas específicas aplicáveis.

§ 1º O uso das expressões protegidas **"cachaça"**, **"Brasil"** e **"cachaça do Brasil"** é restrito aos produtores estabelecidos no País.

[11] Grifos do Autor

Que estão protegidas através do Decreto nº. 4.062, de 21 de dezembro de 2001, assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e que preconiza o seguinte em seus artigos 1º, 2º e 3º e parágrafo único:

Parágrafo único: O nome geográfico **"Brasil"** poderá se constituir em indicação geográfica para outros produtos e serviços a serem definidos em ato do Poder Executivo.

Art. 3º As expressões protegidas **"cachaça"**, **"Brasil"** e **"cachaça do Brasil"** somente poderão ser usadas para indicar o produto que atenda às regras gerais estabelecidas na Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e no Decreto nº 2.314, de 4 de setembro de 1997, e nas demais normas específicas aplicáveis.

§ 1º O uso das expressões protegidas **"cachaça"**, **"Brasil"** e **"cachaça do Brasil"** é restrito aos produtores estabelecidos no País.

Anexo IV

Esquema do Modelo Conceitual do BNGB

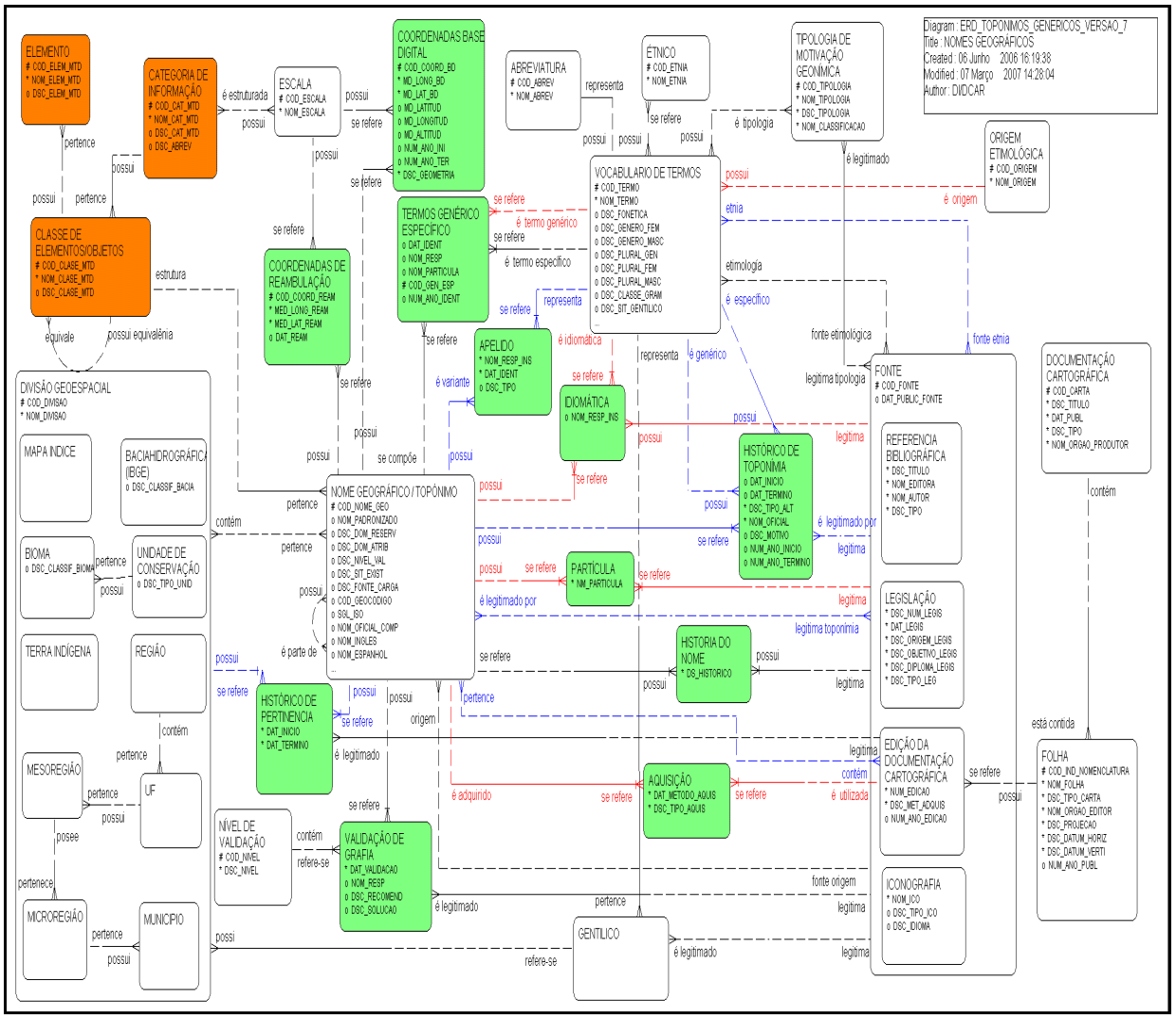


Figura IV.1 - Esquema do Modelo Conceitual do BNGB

Anexo V

Ano de Instalação dos Municípios do RJ

Tabela V.1 – Ano de Instalação dos Municípios Fluminenses

Nº	Município	Ano	Séc.	Nº	Município	Ano	Séc.
1	Rio de Janeiro	1565	XVI	27	Casimiro de Abreu	1859	XIX
2	Angra dos Reis	1624	XVII	28	Petrópolis		
3	Cabo Frio	1616		29	Araruama		
4	Parati	1667		30	Saquarema	1861	
5	São João da Barra	1667		31	Santa Maria Madalena	1862	
6	Campos dos Goytacases	1677		32	Sapucaia	1875	
7	Cachoeiras de Macacu	1679		33	Carmo	1883	
8	Magé	1789	XVIII	34	Santo Antônio de Pádua		
9	Resende	1801	XIX	35	Itaperuna	1889	
10	Macaé	1814		36	Rio das Flores	1890	
11	Cantagalo			37	Barra do Piraí		
12	Maricá	1815		38	Itaocara	1891	
13	Niterói	1819		39	Duas Barras		
14	Itaguaí	1820		40	Teresópolis		
15	Nova Friburgo			41	Trajano de Morais		
16	Valença	1826		44	Sumidouro	1892	
17	Barra Mansa	1833		43	Mangaratiba		
18	Itaboraí			44	São Sebastião do Alto		
19	Nova Iguaçu			45	São Pedro da Aldeia	1893	
20	Vassouras			46	Bom Jardim		
21	Paraíba do Sul			47	Cambuci		
22	Piraí	1838		48	São Gonçalo		
23	Silva Jardim	1843		49	Miracema	1936	XX

24	Rio Bonito	1846	XIX	50	Bom Jesus do Itabapoana	1939	XX
25	Rio Claro	1850		51	Três Rios		
26	São Fidélis	1855		52	Duque de Caxias	1944	
				53	Cordeiro		
54	Porciúncula	1947	XX	82	Armação dos Búzios	1997	
55	Nilópolis			83	São José de Ubá		
56	São João de Meriti			84	Seropédica		
57	Natividade			85	Iguaba Grande		
58	Conceição de Macabu	1953		86	Tanguá		
59	Mendes			87	São Francisco de Itabapoana		
60	Volta Redonda	1955		88	Pinheiral		
61	Miguel Pereira	1956		89	Porto Real		
62	Paracambi	1960		90	Carapebus		
63	Laje do Muriaé	1963		91	Macuco		
64	Engenheiro Paulo de Frontin	1964		92	Mesquita	2001	XXI
65	Arraial do Cabo	1986					
66	Italva						
67	Paty do Alferes	1989					
68	São José do Vale do Rio Preto						
69	Itatiaia						
70	Quissamã	1990					
71	Cardoso Moreira	1993					
72	Belford Roxo						
73	Guapimirim						
74	Queimados						
75	Japeri						
76	Comendador Levy Gasparian						
77	Varre-Sai						
78	Quatis						
79	Areal						

80	Aperibé		XX				
81	Rio das Ostras						

Anexo VI

Evolução da Divisão Administrativa dos Municípios Fluminenses

Município	Evolução Administrativa
Rio de Janeiro	Criação: 20 de janeiro de 1565 Instalação: 03 de setembro de 1566. Transferência para o Morro do Castelo: 01 de março de 1567. Capital do Brasil: 27 de janeiro de 1763. Município Neutro: Lei de 12 de agosto de 1832. Estado da Guanabara: 21 de abril de 1960. Capital do Estado do Rio de Janeiro: 15 de março de 1975.
Cabo Frio	Distritos: Cabo Frio (1º - sede); Tamoios (2º) Emancipação: Alvará de 13 de novembro de 1615. Instalação: 15 de agosto de 1616. Elevação à cidade: Alvará Régio de 08 de maio de 1815.
Angra dos Reis	Distritos: Angra dos Reis (1º - sede); Cunhabebe (2º); Jacuecanga (3º); Mambucaba (4º); Abraão (5º); Praia de Araçatiba (6º) Emancipação: Ordem Régia de 1608 (1ª Vila). Instalação: Data não identificada Instalação: 02 de outubro de 1624 (2ª Vila) Instalação: 27 de janeiro de 1829 (no lugar atual). Elevação à cidade: Lei nº 06 de 28 de março de 1835.

Parati	Distritos: Parati (1º - sede); Parati-Mirim (2º); Tarituba (3º); Emancipação: Carta Régia de 28 de fevereiro de 1667. Anexação à capitania do Rio de Janeiro: Ordem Régia de 16 de janeiro de 1726. Elevação à cidade: Lei prov. Nº 302, de 11 de março de 1844.
São João da Barra	Distritos: São João da Barra (1º - sede), Barra Seca (2º), Itabapoana (3º), Maniva (4º), Pipeiras (5º), Barcelos (6º). Emancipação: Ordem do Governador da Capitania de 6 de junho 1667. Instalação: 06 de junho de 1667. Elevação à cidade: Lei prov. n º 1760, de 17 de junho de 1850.
Campos dos Goytacazes	Distritos: Campos dos Goytacazes (1 - sede); Guarus (1º Subdistrito); Goitacazes (2º); São Gonçalo de Campos (3º); Santo Amaro de Campos (4º); São Sebastião de Campos (5º); Musurepe (6º); Travessão (7º); Moramgaba (9º); Ibitioca (10º); Dores de Macabu (11º); Morro do Coco (12º); Santo Eduardo (13º); Serrinha (15º); Tocos (17º); Santa Maria (18º); Vila Nova de Campos (20º); Poço Gordo(-); Dr. Matos(-); Murundu(-). Emancipação: Ordem do Governador Geral da Capitania de 29 de maio de 1677. Instalação: 29 de maio de 1677. Elevação à cidade: Lei nº 06 de 28 de março de 1835.

Cachoeiras do Macacu	Distritos: Cachoeiras de Macacu (1º- sede); Japuíba (2º), Subaio (3º) Emancipação: Alvará de 05 de agosto de 1697 ou 1679? Instalação: 29 de maio de 1677. Elevação à cidade: Lei nº 06 de 28 de março de 1835.
Magé	Distritos: Magé (1º- sede); Santo Aleixo (2º), Suruí (3º), Guia de Pacopaíba (4º); Inhomirim (5º) Emancipação: 07 de junho de 1789. Instalação: 12 de junho de 1789. Elevação à cidade: 02 de outubro de 1857.
Resende	Distritos: Resende (1º- sede); Agulhas Negras (2º), Porto Real (3º), Pirangaí (4º), Pedra Selada (5º), Fumaça (6º), Engenheiro Passos (6º) Autorização: Alvará de 16 de novembro de 1715. Emancipação: Alvará de 20 de novembro de 1786. Instalação: 29 de novembro de 1801. Elevação à cidade: Lei nº 438, de 13 de julho de 1848.
Macaé	Distritos: Macaé (1º- sede); Cabiúnas (2º), Carapebus (3º), Iriri (4º), Cachoeiros (5º), Glicério (6º), Sana (7º). Emancipação: Alvará de 29 de julho de 1813. Instalação: 29 de janeiro de 1814. Elevação à cidade: Lei prov. nº 364, de 15 de abril de 1846.

Cantagalo	Distritos: Cantagalo(1º- sede); Santa Rita da Floresta (2º); Euclidelândia (3º); São Sebastião do Paraíba (4º); Boa Sorte (5º). Emancipação: Alvará de 09 de março de 1814. Instalação: 08 de outubro de 1814. Elevação à cidade: Decreto nº 965 de 02 de outubro de 1857.
Maricá	Distritos: Maricá (1º- sede); Itapeteiu (2º), Inoã (3º) Emancipação: Alvará de 26 de maio de 1814. Extinção: Alvará de 10 de maio de 1819. Restauração: Decreto de 15 de janeiro de 1833. Elevação à cidade: Lei nº 18 , de 27 de dezembro de 1889.
Niterói	Distritos: Niterói (1º- sede); Itaipu (2º) Instalação: 11 de agosto de 1819. Elevação à cidade: Lei nº 06 de 28 de março de 1835. Capital do Estado: Lei nº 02 de 26 de março de 1835. Instalação: 20 de setembro de 1834. 1ª transferência da capital: Decreto nº 127-C, de 06 de outubro de 1890; Lei nº 43, de 31 de janeiro de 1893; Lei nº 50, de 30 de janeiro de 1894 e Lei nº 89, de 01 de outubro de 1894. Retorno da Capital: Lei de 04 de agosto de 1902. Reinstalação da capital: 20 de junho de 1903. 2ª transferência da capital: 21 de abril de 1960.
Petrópolis	Distritos: Petrópolis (1º- sede); Cascatinha (2º), Itaipava (3º), Pedro do Rio (4º); Posse (5º)

	Emancipação: Lei Prov. nº 961 de 29 de setembro de 1857. Instalação: 27 de junho de 1859. Capital: Lei nº 50, de 30 de janeiro de 1894. Instalação: 20 de fevereiro de 1894. Retorno da Capital para Niterói: 04 de agosto de 1902.
Itaguaí	Distritos: Itaguaí (1º- sede); Seropédica (2º), Ibituporanga (3º), Coroa Grande (4º) Emancipação: Alvará de 05 de julho de 1818. Extinção: Aviso de 13 de novembro de 1818. Restauração: Provisão de 13 de novembro de 1819. Reinstalação: 11 de fevereiro de 1820. Elevação à cidade: Decreto nº 01, de 08 de maio de 1892.
Nova Friburgo	Distritos: Nova Friburgo (1º- sede); Riograndina (2º); Campo do Coelho (3º); Amparo (4º); Lumiar (5º); Conselheiro Paulino (6º); São Pedro da Terra (7º). Emancipação: Alvará de 03 de janeiro de 1820. Instalação: 17 de abril de 1820. Elevação à cidade: Lei nº 34 de 08 de janeiro de 1890.
Valença	Distritos: Valença (1º- sede); Barão de Jupanã (2º), Santa Isabel do Rio Preto (3º); Pentagna (4º); Parapeuna (5º); Conservatória (6º) Emancipação: Alvará 17 de 17 de outubro de 1823. Instalação: 12 de novembro de 1826.

	Elevação à cidade: Lei Prov. nº 961, de 29 de setembro de 1857.
Itaboraí	Distritos: Itaboraí (1º- sede); Porto das Caixas (2º), Itambi (3º); Sambaetiba(4º); Cabuçu(5º) Emancipação: Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833. Instalação: 22 de maio de 1833.
Nova Iguaçu	Distritos: Nova Iguaçu (1º- sede); Cava(2º), Emancipação: Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833. Instalação: 29 de junho de 1833. Extinção: Lei nº 14, de 13 de abril de 1835. Restauração: Lei nº 57 de 10 de dezembro de 1836. Restauração: Lei nº 57, de 10 de dezembro de 1836. Transferência: 01 de maio de 1891 – Transferência de Iguaçu para Nova Iguaçu. Elevação à cidade: Decreto nº 263, de 19 de junho de 1891.
Vassouras	Distritos: Vassouras (1º- sede); Andrade Pinto (2º), Ferreiros (3º), Sebastião Lacerda (4º) Emancipação: Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833 Instalação: 15 de março de 1833 Elevação à cidade: Lei nº 961, de 29 de setembro de 1857.
Paraíba do Sul	Distritos: Paraíba do Sul (1º- sede); Salutáris (2º), Inconfidencia (3º), Werneck (4º)

	Emancipação: Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833 Instalação: 15 de abril de 1833 Elevação à cidade: Lei prov. nº 1653, de 20 de dezembro de 1871.
Piraí	Distritos: Piraí (1º- sede); Monumento (2º), Arrozal (3º); Pinheiral (4º); Sanatanésia (5º) Emancipação: Lei prov nº 96, de 06 de dezembro de 1837. Instalação: 11 de novembro de 1838. Elevação à cidade: Lei Prov. nº 2041, de 17 de outubro de 1874.
Silva Jardim	Distritos: Silva Jardim (1º- sede); Quartéis (2º), Gaviões (3º); Correntezas (4º) Emancipação: Lei nº 239, de 08 de maio de 1841. Instalação: 06 de janeiro de 1843. Elevação à cidade: Decreto nº 28 de 03 de janeiro de 1890.
Rio Bonito	Distritos: Rio Bonito (1º- sede); Boa Esperança (2º), Basílio (3º ainda não instalado); Emancipação: Lei Prov. 381, de 07 de maio de 1865. Instalação: 01 de outubro de 1864 Elevação à cidade: Decreto nº 37, de 16 de janeiro de 1890.
Rio Claro	Distritos: Rio Claro (1º- sede); Lídice(2º), São João Marcos (3º); Passa Três (4º), Getulândia (5º) Emancipação: Lei Prov. 481, de 19 de maio de

	1849. Instalação: 01 de janeiro de 1850. Extinção: Decreto nº 280, de 06 de julho de 1891. Restauração: Decreto nº 283 de 25 de julho de 1891 Elevação à cidade: Lei nº 2335, de 27 de dezembro de 1929.
São Fidélis	Distritos: São Fidélis (1º- sede); Ipuca (2º), Pureza (3º); Colônia (4º); Cambiasca (5º) Emancipação: Decreto nº 503, de 19 de abril de 1850. Instalação: 05 de março de 1855. Elevação à cidade: Decreto nº 1533, de 03 de dezembro de 1870.
Saquarema	Distritos: Saquarema (1º- sede); Bacaxá (2º), Sampaio Coréia (3º) Emancipação: Lei nº 238, de 08 de maio de 1841. Instalação: 03 de novembro de 1841. Extinção: Decreto nº 1128, de 06 de fevereiro de 1859. Restauração: Decreto nº 1180 de 24 de julho de 1680. Reinstalação: 29 de janeiro de 1861. Elevação à cidade: Lei nº 28 de 03 de janeiro de 1890.
Santa Maria Madalena	Distritos: Santa Maria Madalena (1º- sede); Triunfo (2º), Santo Antonio do Imbé (3º); Dr. Loreti (4º); Renascença (5º); Sossego (6º) Emancipação: Decreto nº 1208, de 24 de outubro de 1861.

	Instalação: 08 de junho de 1862. Elevação à cidade: Decreto nº 107, de 28 de julho de 1890.
Sapucaia	Distritos: Sapucaia (1º- sede); Anta (2º), Aparecida (3º); Jamapará (4º); Pião (5º) Emancipação: Decreto nº 2068, de 07 de dezembro de 1874. Instalação: 28 de fevereiro de 1875. Elevação à cidade: Decreto nº 19, de dezembro de 1889.
Carmo	Distritos: Carmo (1º- sede); Córrego da Prata (2º), Porto Velho do Cunha (3º) Emancipação: Lei prov. nº 2577, de 13 de outubro de 1881. Instalação: 26 de fevereiro de 1893. Elevação à cidade: Lei nº 08, de 12 de dezembro de 1889.
Santo Antonio de Pádua	Distritos: Santo Antônio de Pádua (1º- sede); Baltasar (2º), Santa Cruz (3º); Marangatu (4º); Desmembrado (5º); Ibitiporã (6º); Paraoquena (7º); Ibitiguaçu (8º) Emancipação: Decreto nº 2597 de 02 de janeiro de 1882 Instalação: 26 de fevereiro de 1883. Elevação à cidade: Decreto nº 17 de 27 de dezembro de 1889.
Itaperuna	Distritos: Itaperuna (1º- sede); N.Sª da Penha (2º), Itajara (3º); Comendador Venâncio (4º); Retiro do Muriaé (5º); Boaventura(6º); Raposo

	(7º) Emancipação: Lei Prov. nº 2810, de 24 de novembro de 1895. Instalação: 04 de novembro de 1886. Elevação à cidade: Decreto nº 02 de dezembro de 1889.
Rio das Flores	Distritos: Rio das Flores (1º- sede); Manuel Duarte (2º), Taboas (3º); Abarracamento (4º) Emancipação: Decreto nº 62, de 17 de março de 1890. Instalação: 22 de abril de 1890. Elevação à cidade: Lei nº 2335, de 27 de dezembro de 1929.
Barra do Piraí	Distritos: Barra do Piraí (1º- sede); Dorândia (2º), São José do Turvo (3º); Vargem Alegre (4º); Ipiabas (5º). Emancipação: Decreto nº 50 de 19 de feveriro de 1890. Instalação: 18 de abril de 1890. Elevação à cidade: Decreto nº 50 de 19 de fevereiro de 1890.
Itaocara	Distritos: Itaocara (1º- sede); Laranjais (2º), Portela (3º); Jaguarembé (4º); Estrada Nova (5º). Emancipação: Decreto nº 140 de 28 de outubro de 1890. Instalação: 01 de janeiro de 1891. Elevação à cidade: Lei nº 2335 de 27 de dezembro de 1929.

Duas Barras	Distritos: Duas Barras (1º- sede); Monnerat (2º) Emancipação: Decreto nº 233 de 08 de maio de 1891. Instalação: 20 de agosto de 1891. 1ª transferência: lei nº 1235, de 18 de janeiro de 1915 para Monnerat. 2ª transferência: lei nº 1790, de 27 de dezembro de 1923 para Duas Barras. Elevação à cidade: lei nº 2335, de 27 de dezembro de 1929.
Teresópolis	Distritos: Teresópolis (1º- sede); Paquequer Pequeno (2º), Nhunguaçu (3º) Emancipação: Decreto nº 280, de 06 de julho de 1891. Instalação: 06 de julho de 1891. [Capital do Estado: Decreto n] 127-C, de 06 de outubro de 1890. Elevação à cidade: Lei nº 43, de 31 de janeiro de 1893.
Trajano de Morais	Distritos: Trajano de Morais (1º- sede); Visconde de Imbé (2º), Dr. Elias(3º); Vila da Grama (4º); Sodrelândia(5º) Emancipação: Decreto nº 178, de 12 de março de 1891. Instalação: 25 de abril de 1891. 1ª Transferência: Lei nº 1234, de 18 de janeiro de 1915 – para Trajano de Morais. 2ª Transferência: Lei nº 1633, de 18 de novembro de 1919 - para Aurora. 3ª Transferência: Lei nº 1790, de 27 de dezembro de 1923 - para Trajano de Morais.

	Elevação à cidade: Lei nº 2335, de 27 de dezembro de 1929.
Sumidouro	Distritos: Sumidouro (sede e único) Emancipação: Decreto nº 90, de 10 de junho de 1890. Instalação: 20 de julho de 1890. Extinção: Decreto nº 01, de 08 de maio de 1892. Restauração: Lei nº 23, de 27 de novembro de 1892. Elevação à cidade: Lei nº 2335, de 27 de dezembro de 1929.
Mangaratiba	Distritos: Mangaratiba (1º- sede); Jacareí (2º), Itacuruçá (3º); Muriqui (4º) Emancipação: Decreto de 11 de novembro de 1831. Instalação: 24 de março de 1833. Extinção: Decreto 01, de 08 de maio de 1892. Restauração: Decreto nº 36, de 17 de dezembro de 1892. Elevação à cidade: Lei nº 2335, de 27 de dezembro de 1929.
São Sebastião do Alto	Distritos: São Sebastião do Alto (1º- sede); Valão do Barro (2º), Emancipação: Decreto nº 194, de 17 de abril de 1891. Instalação: 07 de junho de 1891. Extinção: Decreto nº 01, de 08 de maio de 1892. Restauração: Lei nº 33, de 07 de dezembro de 1892. Elevação à cidade: Lei nº 2335, de 27 de

dezembro de 1929.

São Pedro da Aldeia

Distritos: São Pedro da Aldeia (distrito único)
Emancipação: Decreto nº 118, de 10 de setembro de 1890.
Instalação: 16 de setembro de 1890.
Extinção: Decreto nº 01, de 08 de maio de 1892.
Restauração: Decreto nº 35, de 17 de dezembro de 1892.
Reinstalação: 01 de fevereiro de 1893.
Elevação à cidade: Lei nº 2335, de 27 de dezembro de 1929.

Bom Jardim

Distritos: Bom Jardim (1º- sede); São José do Ribeirão (2º), Banquete (3º); Barra Alegre (4º)
Emancipação: Decreto nº 280, de 06 de junho de 1891.
Instalação: data não identificada
Extinção: Decreto nº 01, de 08 de maio de 1892.
Restauração: Lei nº 37, de 17 de dezembro de 1892.
Reinstalação: 29 de maio de 1677.
Elevação à cidade: Lei nº 2335, de 27 de dezembro de 1929.

Cambuci

Distritos: Cambuci (1º- sede); Monte Verde (2º), São João do Paraíso (3º); São José de Ubá (4º); Funil (5º); Três Irmãos (6º)
Emancipação: Decreto nº 222, de 06 de maio de 1891.
Instalação: 30 de junho de 1891.
Extinção: Decreto nº 01, de 08 de maio de 1892.
Restauração: Lei nº 24, de 05 de novembro de

	1892. 1ª Transferência: Lei nº 213, de 13 de dezembro de 1895 – para Cambuci. 2ª Transferência: Lei nº 591, de 13 de janeiro de 1903 - para Monte Verde. 3ª Transferência: Lei nº 1226, de 31 de dezembro de 1914 - para Cambuci. Elevação à cidade: Lei nº 2335, de 27 de dezembro de 1929.
São Gonçalo	Distritos: São Gonçalo (1º- sede); Ipiíba (2º), Monjolo (3º); Neves (4º); Sete Pontes (5º); Alcântara (6º) Emancipação: Decreto nº 124, de 22 de setembro de 1890. Instalação: 12 de outubro de 1890. Extinção: Decreto nº 01, de 08 de maio de 1892. Restauração: Decreto nº 34, de 17 de dezembro de 1892. Reinstalação: 23 de fevereiro de 1893.
Miracema	Distritos: Miracema (1º- sede); Paraíso do Tobias (2º), Flores (3º) Emancipação: Decreto nº 3401, de 07 de novembro de 1935. Instalação: 03 de maio de 1936.
São Jesus do Itabapoana	Distritos: São Jesus do Itabapoana (1º- sede); Emancipação: 1890 Instalação: 1939
Três Rios	Distritos: Três Rios (1º- sede); Bemposta (2º), Subaio (3º)

	Emancipação: Decreto nº 643, de 14 de dezembro de 1938. Instalação: 01 de janeiro de 1939.
Duque de Caxias	Distritos: Duque de Caxias (1º- sede); Campos Elísios (2º), Imbariê (3º); Xerém (4º) Emancipação: Decreto nº 1055, de 31 de dezembro de 1943. Instalação: 01 de janeiro de 1944.
Cordeiro	Distritos: Cordeiro (1º- sede); Macuco (2º) Emancipação: Decreto nº 180, de 24 de março de 1891. Instalação: 19 de abril de 1891. Extinção: Decreto nº 01, de 08 de maio de 1892. Restauração: Decreto nº 1055, de 31 de dezembro de 1943. Reinstalação: 01 de janeiro de 1944.
Porciúncula	Distritos: Porciúncula (1º- sede); Purilândia (2º), Santa Clara (3º) Emancipação: Lei nº 06, de 11 de agosto de 1947. Instalação: 21 de agosto de 1947.
Nilópolis	Distritos: Nilópolis (1º- sede); Olinda (2º) Emancipação: Lei 06, de 11 de agosto de 1947. Instalação: 11 de agosto de 1947.
São João de Meriti	Distritos: São João de Meriti (1º- sede); São Mateus (2º), Coelho da Rocha (3º) Emancipação: Lei nº 06, de 11 e agosto de 1947. Instalação: 21 de agosto de 1947.

Natividade	Distritos: Natividade (1º- sede); Ourânia (2º), Bom Jesus do Querendo (3º) Emancipação: Decreto nº 101, de 27 de junho de 1890. Instalação: 14 de julho de 1890. Extinção: Decreto 01, de 08 de maio de 1892. Restauração: Lei nº 06 de 11 de agosto de 1947. Instalação: 21 de agosto de 1947.
Conceição de Macabu	Distritos: Conceição de Macabu (1º- sede); Macabuzinho (2º) Emancipação: Decreto nº 205, de 11 de maio de 1891 Instalação: Data não identificada Extinção: Decreto nº 52, de 29 de abril de 1892. Restauração: Lei nº 1438, de 15 de março de 1952. Reinstalação: 04 de janeiro de 1953.
Mendes	Distritos: Mendes (sede e único); Emancipação: Lei nº 1559, de 11 de julho de 1952. Instalação: 11 de janeiro de 1953.
Volta Redonda	Distritos: Volta Redonda (sede e único); Emancipação: Lei nº 2185, de 17 de julho de 1954. Instalação: 06 de fevereiro de 1955.
Miguel Pereira	Distritos: Miguel Pereira (1º sede); Governador Portela (2º); Conrado (3º) Emancipação: Lei nº 2626, de 25 de outubro de 1955.

	Instalação: 26 de julho de 1956.
Casimiro de Abreu	Distritos: Casimiro de Abreu (1º - sede); Barra de São João (2º) Emancipação: Lei prov. nº 394, de 19 de maio de 1846. Instalação: 15 de setembro de 1959.. 1ª Transferência: Lei nº 802, de 09 de março de 1901 para Indaiaçu. 2ª Transferência: Lei nº 645, de 15 de setembro de 1904 para Barra de São João. 3ª Transferência: Lei nº 1989, de 10 de novembro de 1925 para Indaiaçu. Elevação a Cidade: Decretos n. 53, de 20 de fevereiro de 1890 e 10 de maio de 1890.
Laje do Muriaé	Distritos: Laje do Muriaé (sede e único); Emancipação: Lei nº 5045, de 07 de março de 1961. Instalação: 31 de janeiro de 1963.
Engenheiro Paulo de Frotin	Distritos: Engenheiro Paulo de Frontin (1º- sede); Sacra Família do Tinguá (2º). Emancipação: Lei nº 3785, de 25 de novembro de 1958. Instalação: 22 de março de 1959. Extinção: Resolução nº 27, de 20 de setembro de 1962 do Senado Federal. Restauração: Lei nº 5224, de 04 de outubro de 1963. Reinstalação: 18 de janeiro de 1964.

Arraial do Cabo	Distritos: Arraial do Cabo (Sede e único); Emancipação: Lei nº 839, de 13 de maio de 1985. Instalação: 01 de janeiro de 1986.
Italva	Distritos: Italva (1º - sede); Paraíso (2º) Emancipação: Lei nº 999, de 12 de junho de 1986. Instalação: 31 de dezembro de 1986.
Paty do Alferes	Distritos: Paty do Alferes (1º- sede); Avelar (2º) Emancipação: Alvará de 04 de setembro de 1820. Instalação: 23 de fevereiro de 1821. Extinção: Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833. Restauração: Lei nº 1254, de 15 de dezembro de 1987. Reinstalação: 01 de janeiro de 1989.
São José do Vale do Rio Preto	Distritos: São José do Vale do Rio Preto (sede e único); Emancipação: Lei nº 1255, de 15 de dezembro de 1987. Instalação: 01 de janeiro de 1990.
Itatiaia	Distritos: Itatiaia (1º - sede); Engenheiro Passos (2º) Emancipação: Lei nº 1330, de 06 de julho de 1988. Instalação: 01 de junho de 1989.
Quissamã	Distritos: Quissamã (sede e único); Emancipação: Lei nº 1419, de 04 de janeiro de 1989. Instalação: 01 de janeiro de 1990.

Belford Roxo	Distritos: Belford Roxo (sede e único); Emancipação: Lei nº 1640, de 03 de abril de 1990. Instalação: 01 de janeiro de 1993. Distritos: Queimados (sede e único); Emancipação: Lei nº 1364, de 11 de dezembro de 1990. Instalação: 01 de janeiro de 1993.
Japeri	Distritos: Japeri (sede e único); Emancipação: Lei nº 1902, de 02 de dezembro de 1991. Instalação: 01 de janeiro de 1993.
Comendador Levy Gasparian	Distritos: Comendador Levy Gasparian (1º - sede); Afonso Arinos (2º) Emancipação: Lei nº 1923, de 23 de dezembro de 1991. Instalação: 01 de janeiro de 1993.
Varre-Sai	Distritos: Varre-Sai (sede e único); Emancipação: Lei nº 1790, de 12 de janeiro de 1991. Instalação: 01 de janeiro de 1993.
Quatis	Distritos: Quatis (1º - sede); Ribeirão de São Joaquim (2º); Falcão (3º). Emancipação: Lei nº 1363, de 11 de dezembro de 1990. Instalação: 01 de janeiro de 1993.
Areal	Distritos: Areal(sede e único); Emancipação: Lei nº 1986, de 10 de abril de

	1992. Instalação: 01 de janeiro de 1993.
Aperibé	Distritos: Aperibé (sede e único); Emancipação: Lei nº 1985, de 10 de abril de 1992. Instalação: 01 de janeiro de 1993.
Rio das Ostras	Distritos: Rio das Ostras (sede e único); Emancipação: Lei nº 1894, de 10 de abril de 1992. Instalação: 01 de janeiro de 1993.
Armação dos Búzios	Distritos: Armação dos Búzios (sede e único); Emancipação: 12/11/1995 Instalação: 01/01/1997
São José de Ubá	Distritos: São José de Ubá (sede e único); Emancipação: 28/12/1995 Instalação: 01/01/1997
Seropédica	Distritos: Seropédica (sede e único); Emancipação: 12/10/1995 Instalação: 01/01/1997
Iguaba Grande	Distritos: Iguaba Grande (sede e único); Emancipação: 08/06/1995 Instalação: 01/01/1997
Tanguá	Distritos: Tanguá (sede e único); Emancipação: 28/12/1995 Instalação: 01/01/1997

São Francisco do Itabapoana	Distritos: São Francisco do Itabapoana (sede e único); Emancipação: 18/01/1995 Instalação: 01/01/1997
Pinheiral	Distritos: Pinheiral (sede e único); Emancipação: 05/11/1995 Instalação: 01/01/1997
Porto Real	Distritos: Porto Real (sede e único); Emancipação: 05/12/1995 Instalação: 01/01/1997
Carapebus	Distritos: Carapebus (sede e único); Emancipação: 19/07/1995 Instalação: 01/01/1997
Macuco	Distritos: Macuco (sede e único); Emancipação: 28/12/1995 Instalação: 01/01/1997
Mesquita	Distritos: Mesquita (sede e único); Emancipação: 25/09/1995 Instalação: 01/01/2001

Anexo VII

Municípios Fluminenses Extintos

Município	
Vila da Rainha	Criação: 1539. Instalação: 1539. Extinção: 1548.
Santo Antônio de Sá	Emancipação: 1697. Instalação: 1697. Transferência: 1877. Extinção:1910
Santo José d'El Rei	Emancipação: 1772. Instalação: 1783. Extinção:1833.
Vila Iguaçu	Emancipação: 1833. Instalação: 1833. Restauração: 1836 Instalação: 1837 Extinção:1892.
São Francisco de Paula	Emancipação: 1891. Instalação: 1833. Extinção: 1915.
São João Marcos	Emancipação: 1811. Instalação: 1813. Elevação à cidade: 1890. Extinção: 1938.

Vila da Estrela	Emancipação: 1846. Instalação: 1846. Transferência: 1891. Extinção: 1892.

Anexo VIII

Minuta de Proposta de Decreto-Lei Para Criação da Comissão de Nomes Geográficos do Brasil

A PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, CONSIDERANDO:

- A cada acidente geográfico deve corresponder uma e apenas uma denominação, assim como grafia única.
A grafia estabelecida oficialmente por um país para um determinado acidente geográfico no seu território deve ser respeitada sempre que possível pelos demais países.

1.3 A padronização dos Nomes Geográficos no Brasil facilitará a comunicação entre usuários diversos, evitará dúvidas decorrentes de dúbias interpretações dos nomes geográficos, minimizando o desperdício de tempo e recursos financeiros.

1.4 A necessidade de a tornar público,nas mídias impressas, digitais pela Internet, os nomes geográficos com suas grafias oficiais, padronizadas e tratadas de acordo com as normas técnicas corretas da lingüística e ortográficas, nos diversos cadastros das várias instâncias do governo e da sociedade.

1.5 O número aproximado de oito milhões de nomes geográficos existentes no território do Brasil.

1.6 A necessidade premente em nosso país de criação e efetivo funcionamento de um Comitê Nacional de Nomes Geográficos do Brasil.

1.7 A necessidade de evitar-se amudança desnecessária e irreflexiva de nomes geográficos, pois isto equivale à destruição de monumentos vivos da

História e do idioma, já que estes nomes são consagrados pelo uso e destruí-los representa apagar os rastros da História, com o que se sacrifica seu caráter nacional para satisfazer, na maioria dos casos, vaidades momentâneas.

1.8 A necessidade de promover em conjunto com diversas Instituições de Ensino e Pesquisa no país cursos específicos sobre Nomes Geográficos, com nível de complexidade variável.

1.9 A necessidade do IBGE participar ativamente de todos os eventos da ONU relacionados à temática de Nomes Geográficos, procurando aproximação com os países da América do Sul, pelo IPGH e países lusófonos para a criação da Comunidade de Língua Portuguesa na ONU.

2.0 A necessidade do estabelecimento de uma Norma Oficial para Nomes Geográficos Estrangeiros no Itamaraty.

2.1 Necessidade de tornar público aos diversos Arranjos Produtivos Locais espalhados pelo Brasil à possibilidade de registrar as marcas de seus produtos a partir das indicações geográficas, que por sua vez podem ser advindas dos Nomes Geográficos.

2.2 Os nomes geográficos são fundamentais na reafirmação da identidade cultural, lingüística e histórica de uma nação. São também elementos cruciais no contexto das comunicações, transporte e comércio.

RESOLVE:
Artigo 1. Criar o Comitê de Nomes Geográficos do Brasil - CNGB.
Artigo 2. O referido Comitê se subdivide em dois Sub-Comitês: o de Nomes Geográficos Domésticos e o de Nomes Geográficos Estrangeiros.
Artigo 3. O Comitê terá não menos do que 8 e não mais do que 12 membros com experiência na área de nomes geográficos ou outras afins, para atender aos dois Sub-Comitês supra mencionados.

Os membros do Comitê serão indicados por um período de 5 anos a menos que o governo altere esse interregno temporal por interesse emergencial.

O Sub-Comitê de Nomes Domésticos, assim como o Sub-Comitê de Nomes Estrangeiros terão Presidentes e Vice-Presidentes, que serão indicados pelo Ministério do Planejamento e Relações Exteriores respectivamente. Os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes dos Sub-Comitês desempenharão as suas funções por um período de 5 anos, a menos que o Governo altere esse interregno de tempo por interesse emergencial.

Em caso de uma eventual renúncia do cargo ou incapacidade dos Presidentes dos Sub-Comitês, os Vice-Presidentes assumirão as funções de Presidente interino até à nomeação do novo Presidente;

Um membro do Comitê pode ser reconduzido por mais de um período de cinco anos;

Os respectivos Presidentes dos Sub-Comitês poderão determinar a cessação de funções de um membro do Comitê desde que ele tenha faltado a três reuniões consecutivas sem justificativa.

REUNIÕES DO COMITÊ

O Comitê reunir-se-á presencialmente pelo menos quatro vezes por ano. Contudo, poderá se reunir em caráter emergencial para análise e decisões de casos pontuais relacionados com a padronização de nomes geográficos ou outros afins, além da troca contínua de informações e conhecimento sobre a temática dos nomes geográficos pela Internet, a partir da rede criada entre os membros do Comitê;

O Presidente do Comitê poderá convocar uma reunião especial, adiá-la ou cancelá-la de acordo com a sua urgência;

O quorum para uma reunião do Comitê será uma maioria de 2/3 dos seus membros;

Em casos da falta de consenso, será tomada a decisão da maioria dos seus membros presentes na reunião e o Presidente do Comitê terá de contar os votos juntamente com o seu voto, em caso de igualdade dos votos;

FUNÇÕES

As Funções do CNGB são:

Aconselhar os Ministérios na padronização de novos nomes propostos bem como nomes já existentes ainda não padronizados, desde que nesse último caso, solicitados por representantes da comunidade interessados na alteração.

Em coordenação com as estruturas de poder estaduais ou municipais ligadas às questões de nomes geográficos, identificar os nomes existentes que precisam ainda da tomada de decisão e coordenar ações necessárias à sua padronização;

Comunicar as decisões e informações relevantes referentes a nomes geográficos oficializados e padronizados aos vários Ministérios; Público e outros utilizadores a nível nacional e internacional através da Internet, revistas, listas, mapas e outras publicações, jornais eletrônicos, etc.

Estabelecer intercâmbios em nível nacional e internacional com organizações ligadas a nomes geográficos;

A área de jurisdição do CNGB inclui todos os nomes oficiais de acidentes geográficos e designações dentro do território nacional sob autoridade do Governo brasileiro e sob sua jurisdição obtida através de tratados.

Responsabilizar-se pela criação e manutenção do Banco de Nomes Geográficos do Brasil – BNGB, que subsidie o Governo de forma ágil com

informações sobre Nomes Geográficos, assim como um sistema de arquivo de documentos para o funcionamento eficiente do CNGB tendo em vista a preservação e a promoção dos mesmos como elementos essenciais dos aspectos da herança linguístico-cultural do povo da República Federativa do Brasil.

PODERES E ATRIBUIÇÕES DO CNGB

Os poderes do CNGB são:

O CNGB deverá ter o poder de recomendar nomes geográficos ao Governo;

Nenhum nome geográfico deverá ser usado publicamente antes da sua aprovação pelos Ministérios responsáveis. Somente nomes geográficos já aprovados deverão ser usados para todos os propósitos oficiais;

O CNGB deverá formular políticas, princípios e procedimentos, tendo em conta as resoluções das Nações Unidas e práticas internacionais em relação à padronização de nomes geográficos, e deverá aconselhar o Governo em todas as questões referentes à sua padronização e ortografia;

Qualquer entidade ou pessoa que não concordar com os nomes aprovados pelo Governo, dentro de um mês a partir da data da sua publicação, poderá apelar ao CNGB por escrito contra o uso deste nome geográfico.

O CNGB deve submeter à aprovação pelos Ministérios responsáveis, através da publicação no Diário Oficial da União, todo e qualquer assunto relacionado com o Comitê;

O Governo deve, por publicação no Diário Oficial da União, regulamentar qualquer assunto inerente a nomes geográficos;

Qualquer regulamento deve ter em conta que qualquer pessoa ou instituição que o contrarie ou falte ao seu cumprimento será punido de acordo com a legislação vigente;

Qualquer pessoa que use um nome geográfico rejeitado pelo CNGB deve ser penalizada de acordo com a legislação vigente;

Esse Decreto-Lei será chamado Decreto-Lei de Nomes Geográficos de 2007, e entrará em vigor na data que será fixada pelo Presidente da República por publicação no Diário Oficial da União.

OBJETIVOS DO COMITÊ DE NOMES GEOGRÁFICOS DO BRASIL

Os objetivos do CNGB serão para:

Promover a padronização de nomes geográficos dentro do território da República Federativa do Brasil;

Providenciar de modo a que todos os nomes geográficos padronizados sejam conhecidos em nível nacional e internacional;

Levar ao conhecimento do público os benefícios econômicos e sociais da padronização de nomes geográficos;

Prestar consultoria ao Governo em questões de propostas de novos nomes geográficos, sua padronização, mudança, recolocação ou alteração;

Estabelecer princípios nacionais, políticas e procedimentos para a padronização de nomes geográficos levando em consideração as Resoluções das Nações Unidas, recomendações e práticas internacionais nesta matéria, bem como outras agências ou organismos ligados oficialmente a nomes geográficos;

Advogando e promovendo a implementação das atividades referentes a nomes geográficos do Brasil, comunicando e dando informações relevantes

acerca destes nomes para os vários Ministérios e sociedade em geral, bem como todos os seus usuários a nível nacional e internacional através da Internet, revistas, listas, mapas e outras publicações afins;

Em coordenação com governos estaduais ou municipais, promover ações visando a revisão de nomes para posterior padronização;

Colaborar com as Nações Unidas, Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina, instituições ligadas a nomes geográficos dos países membros das Nações Unidas e outras agências internacionais ligadas à padronização dos mesmos.

Incentivar a pesquisa acadêmica em todos os níveis sobre quaisquer assuntos relacionados aos Nomes Geográficos.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO CNGB

Recomenda-se que o Comitê de Nomes Geográficos seja constituído pelos seguintes elementos:

Peritos em Nomes Geográficos
Peritos em línguas nacionais
Peritos em letras, direito, relações internacionais, antropologia, cultura, cartografia, segurança nacional, geografia, história, entre outros (a serem consultados quando necessário pelo Comitê)

REPRESENTANTES

O CNGB deverá ter representantes das seguintes estruturas:
Ministério do Planejamento - IBGE
Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty
Ministério da Defesa – DSG DHN ICA
Ministério da Cultura

Ministério da Educação e Universidades com linhas de pesquisa em Nomes Geográficos
Academia Brasileira de Letras
Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI
Outros organismos envolvidos com os nomes geográficos

1. PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS

Políticas, princípios e procedimentos devem ter em vista a padronização efetiva de nomes geográficos de forma a não se criar confusão no seu entendimento ou tratamento. Assim, recomenda-se:

a) A submissão de nomes geográficos para aprovação pelo CNGB seja recomendada para todos organismos oficiais;

b) Somente os nomes aprovados pelo CNGB serão oficiais e nenhum nome geográfico será usado antes da sua aprovação oficial pela entidade competente.

c) As seguintes categorias de nomes geográficos estejam sob jurisdição do CNGB:

Todos os nomes oficiais de acidentes geográficos físicos (rios, montes, etc) ou antropo-culturais (cidades, vilas, aldeias, localidades, povoações, etc), dentro do território nacional, incluindo os nomes adquiridos através de tratados, estão sob soberania do Brasil. Este grupo de nomes inclui:

Nomes distribuídos pelo Comitê de Nomes Geográficos;

Todos os nomes constantes no Sistema Cartográfico Nacional;

Todos os nomes geográficos submetidos pelas instituições governamentais nas suas instancias federal, estadual e municipal.

d) A padronização do nome a ser dado a cada acidente geográfico deverá ser baseada em:

Regras correntes de ortografia da língua da qual o nome deriva;

Sempre deve se ter em conta os usos e costumes das tradições locais;

Desejos e/ou interesses da população não devem estar em conflitos com os interesses nacionais;

Os antecedentes históricos do nome em causa;

As causas da mudança do nome devem levar em consideração os antecedentes históricos;

Deve-se sempre levar em consideração as resoluções das Nações Unidas na padronização dos nomes geográficos;

Os nomes aprovados oficialmente e padronizados só poderão ser mudados em caso de extrema necessidade;

É reconhecido que os nomes geográficos são elementos essenciais da herança cultural, lingüística do povo brasileiro e refletem a topofilia do povo, considerados importantes pelos seus denominadores e utilizadores razão pela qual esta herança deverá ser sempre preservada. É também reconhecido que o povo tem o direito de atribuir nomes a acidentes geográficos e entidades.

2. NOMES GEOGRÁFICOS A EVITAR

Os Seguintes Tipos de Nomes Geográficos Deverão ser Evitados:

Nomes de lugares aprovados em qualquer lugar do Brasil;

Nomes cuja proveniência pode causar confusão;

Nomes discriminatórios ou ofensivos relacionados com a raça, cor, credo, gênero, filiação política ou outros fatores sociais;

Nomes relacionados com nomes pessoais sem termos genéricos;

A acidentes geográficos poderão ser atribuídos nomes de pessoas ainda em vida ou falecidas desde que essas pessoas tenham feito algo de importância para o bem estar da sociedade.

3 - PADRONIZAÇÃO DE NOMES GEOGRÁFICOS

Os seguintes procedimentos deverão ser observados durante a padronização:

A aprovação de novos nomes ou mudança deve ser feito em modelos de formulários próprios;

Deve ser consultada a lista dos nomes já existentes para se evitar a duplicação;

Se necessário, os nomes devem ser submetidos a lingüistas e outros peritos designados para análise;

Informações geográficas relacionadas com os nomes e outros adicionais afins devem ser previamente consultadas no Banco de Nomes Geográficos do Brasil do CNGB;

Todos os nomes e informações relacionadas com os mesmos serão armazenados no BNGB para fornecer ao Comitê sempre que necessário informações atualizadas sobre os nomes geográficos a fim de permitir a elaboração de brochuras ou revistas e outros meios de divulgação, julgados convenientes pelo CNGB;

Nomes recomendados pelo Comitê são submetidos ao governo para aprovação;

Os nomes já aprovados devem ser publicados no Diário Oficial da União e distribuídos à Imprensa para serem divulgados o mais rápido possível para a sociedade em geral;

Os nomes já aprovados são armazenados no BNGB para fins cartográficos e outros trabalhos afins.

NOMES EXISTENTES

Nomes aprovados por outros organismos.

Alguns nomes geográficos (por exemplo: aeroportos, barragens, florestas, reservas naturais, reservas indígenas etc.) que não foram recomendados pelo Comitê de Nomes Geográficos do Brasil, deverão ser usados oficialmente desde que tenham sido aprovados pelo órgão competente.

NOMES NOS MAPAS OFICIAIS

Todos os nomes da cartografia oficial do Sistema Cartográfico Nacional devem ser submetidos ao Comitê através da Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR para procedimentos inerentes à sua aprovação.

NOMES ESTRANGEIROS

Todos os nomes da cartografia oficial que digam respeito a grafia e fonética dos nomes estrangeiros, exônimos e endônimos ficarão a cargo do Sub-Comitê de Nomes Estrangeiros do CNGB, sob a Coordenação do Ministério das Relações Exteriores, que subsidiará o BNGB sobre a grafia correta dos mesmos, utilização adequada dos exônimos e endônimos nos mapas e Atlas publicados no país.

COMPETÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES AOS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Recomenda-se que os governos estaduais e municipais devem coordenar as ações com vista ao envio de nomes geográficos das áreas sob sua jurisdição ao Comitê de Nomes Geográficos do Brasil estabelecendo uma rede integrada de nomes geográficos em suas três instancias de governo, Federal, Estadual e Municipal.

Recomenda-se aos Governos Estaduais e Municipais a aprovação de nomes de acidentes geográficos ou de qualquer outra natureza sem consultar o CNGB;

Os Governos Estaduais e Municipais como qualquer outro organismo devem submeter ao CNGB os nomes geográficos das áreas sob sua jurisdição para procedimentos inerentes à sua aprovação;

Que todos os documentos ou fichas relacionados com os nomes geográficos submetidos ao Comitê sejam enviados para os estados e municípios respectivas para comentários, devendo ser devolvidos dentro do prazo estipulado;

Que cada estado e município seja encorajado a criar um setor de nomes geográficos de forma a criar interesse no público em relação a esta matéria, desempenhando assim um papel crucial na preservação e herança de nomes geográficos do Povo Brasileiro, incluindo sua herança cultural e o seu modo de vida.

Os representantes dos Estados e Municípios deverão receber e ter meios de acessar todos os resultados das reuniões do Comitê de Nomes Geográficos do Brasil por forma a acompanhar as discussões dos nomes geográficos do seu interesse, e se necessário participar com sugestões e emitindo opiniões;

CONSELHO TÉCNICO

Recomenda-se que o Comitê de Nomes Geográficos de Brasil seja apoiado por um Conselho Técnico bem treinado e competente que será responsável por:

Preparação das reuniões e a respectiva agenda, proposta, minutas, correspondência, etc;

Levar a cabo a pesquisa, incluindo, se necessário a investigação no campo, para permitir ao Comitê tomar decisões acertadas na preservação dos nomes geográficos como parte da herança do modo de vida do povo brasileiro;

Colaboração com peritos, Universidades, Estados, Municípios, órgãos estatais, autoridades locais, público e organismos internacionais ligados a nomes geográficos;

Preparação e submissão das recomendações para o Comitê;

Publicação das decisões no Diário Oficial da União e a notificação dos novos nomes na imprensa e outros órgãos de comunicação;

Preparação regular e publicação de nomes aprovados no D.O. em revistas, listas, “gazzeters”, “sites” oficiais da Internet etc;

Providenciar guias, conselhos, peritos profissionais e assistência para qualquer autoridade responsável pelos nomes geográficos em nível estadual ou municipal ou qualquer outro órgão ligado ao tema;

Coordenação e apoio de iniciativas pelos órgãos estaduais, municipais e outros órgãos na investigação, cadastro, conservação e promoção da herança de nomes geográficos do País;

Promover ações de treinamento e educação sobre a padronização de nomes geográficos domésticos e estrangeiros.

PESSOAL DE APOIO

Tendo em conta que o Conselho Técnico deve ser multiinstitucional e com visão internacional sobre nomes geográficos, o pessoal de apoio deve incluir pessoal administrativo e peritos que deverão saber e compreender:

Teoria da geonímia, toponímia ou nomes geográficos;

Etimologia e História lingüísticas dos quais os nomes provêm;

Resoluções das Nações Unidas e recomendações e práticas internacionais para a padronização de nomes geográficos;

Aplicativos amigáveis para acesso em nível gerencial e administrativo ao BNGB o gerenciamento da informação e conhecimento dos Nomes Geográficos do Brasil assim como dos Nomes estrangeiros , exônimos e endônimos;

Pesquisa de recursos e métodos, incluindo de gabinete e de campo;

Elementos geográficos e cartográficos essenciais tal como sistema de coordenadas, categorias de dados cartográficos, linguagem cartográfica, interpretação de mapas, sistema de informação geográfica e análise dos custos de impressão;

Estabelecer rede de informações com acadêmicos, consultores, peritos e analistas, autoridades e comunidade em geral;

Aspectos técnicos de impressão incluindo análises e custos, etc.

PUBLICAÇÃO E PROMOÇÃO

Que a informação do Comitê de Nomes Geográficos do Brasil, incluindo sua política, princípios, suas decisões acerca de nomes geográficos aprovados e padronizados, sejam publicados no Diário Oficial da União, mapas, “sites” oficiais da Internet, revistas e seja anunciada na Imprensa (jornais, rádio, televisão), revista do Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos, assim como por todos os meios possíveis de disseminação da informação e do conhecimento;

Que na preparação das revistas, seja observada a recomendação da Resolução nº 04 da Primeira Conferência das Nações sobre padronização de nomes Geográficos realizada em Genebra em 1967;

Que seja sempre incentivada a utilização da Internet, em tudo o que diz respeito a disseminação da padronização dos nomes geográficos.

Anexo IX

Municípios Fluminenses – Histórico, Motivação, Origem Étnica, Etimologia, Coordenadas – Continuação

Cachoeiras de Macacu – 1679

O início da povoação do município de Cachoeiras de Macacu, ocorre pela penetração do Rio Macacu, com a concessão de uma sesmaria a Miguel de Moura, escrivão da Fazenda Real, em 29 de outubro de 1567. Em 1571 Miguel de Moura cede a referida sesmaria aos padres jesuítas, que alienaram parte da mesma a Manoel Fernandes Ozouro, que edificou em *1612* uma capela em louvor a Santo Antônio.

O núcleo populacional que surgiu a partir da capela originou a freguesia de *Santo Antonio de Casserebu ou Casseribu*, em 30 de dezembro de 1644, sendo declarada perpétua por alvará em 10 de fevereiro de 1647. Em 05 de agosto de 1697, a freguesia é elevada a categoria de vila, pelo governador Artur de Sá e Meneses, recebendo o nome de *Santo Antônio de Sá*. Muitos fazendeiros e políticos, para homenagear a si mesmos ou a parentes próximos, batizavam os lugares que surgiam com nomes de santos ou santas, e após os nomes dos santos, acrescentavam os sobrenomes de suas famílias. Ou então escolhiam um santo cujo nome era também o nome do fazendeiro ou político. Esse é o presente caso, onde o governador Artur de Sá e Meneses, colocou após o nome do Santo Antônio, o nome da família.

Este povoado que surgia, foi um seguro ponto de apoio na penetração do interior do estado. Em 06 de novembro de 1868, a sede do município foi transferida para o arraial da freguesia da *Santíssima Trindade de Santana de Macacu*, em virtude da ocorrência de uma febre endêmica que assolou aquela região, que foi conhecida como febre de Macacu. Posteriormente em *10 de dezembro de 1898*, passa a denominar-se *Sant'Ana de Japuíba*.

A lei nº 1790 de 27 de dezembro de 1923 transfere a sede do município para a localidade de Cachoeiras, onde ora se encontra. O decreto-lei nº 1056

de 31 de dezembro de 1943 dá-lhe o nome de Cachoeiras de Macacu. Essa última modificação deve-se a influencias da Lei Geográfica, pois existiam na época muitos lugares denominados Cachoeiras, e como pela Lei Geográfica ficou proibido a mesma denominação para lugares diferentes, houve a modificação do nome do município, a partir da política centralizadora do Governo Vargas, nos anos iniciais da vigência do regime político que ficou conhecido como Estado Novo.

A diacronia desse nome geográfico segue o seguinte recorte temporal, etimologia segundo Nascentes (op.cit):

1644- *Santo Antonio do Casserebu ou Casseribu*.
Santo – Do latim *sanctu*, tornado sagrado.
Antonio - Do latim Antiniu, de étimo obscuro, Hilário de Drumimd interpreta como "inestimável" e Benedito Leite como "digno de apreço".
Origem étnica híbrida português - povos originários. Motivação composta *hagio-animotopônimo.*.

1697 – *Santo Antônio de Sá* – composto *hagio-antropotopônimo*, origem híbrida portuguesa e povos originários do Brasil.
Sá – Sobrenome de origem geográfica. Topônimo de Portugal. Possivelmente de uma palavra gótica *sala* que deu o italiano, *sala*, casa, habitação, na idade média a parte do castelo destinado aos servos. Diversas famílias com esse sobrenome espalham-se por todo o Brasil.

1868 – *Santíssima Trindade de Santana de Macacu* – motivação híbrida *hagio-zôotopônimo*, origem etnológica composta portuguesa e povos originários.
Santíssima – Do latim *santificare*.
Trindade – Do latim *trinitate*, reunião de três.
Santana (Santa'Ana) – Justaposição do latim *sanctu* + germânico *alina* (côvado, vara).
Corruptela *macucu* - coisa de muito comer, alusão ao físico da ave que possui esse nome.

1898 – *Santa'Ana de Japuíba* – motivação híbrida *hagio-fito* topônimo. Origem etnológica composta portuguesa e povos originários.
Japuíba – corruptela de *yapú-yba*, a árvore dos japús.

1923 – *Cachoeiras*, *hidrotopônimo*, origem portuguesa.
Cachoeiras – Do latim *coctione* (cocção) + sufixo *eira*.

1943 – *Cachoeiras de Macacu* –
Motivação *hidro-zôotopônimo*.

Ng composto-híbrido.
Origem étnica composta: portuguesa e povos originários.
Gentílico: c*achoeirense*.

Coordenadas:
-22°27'45" -42°39'11"

Magé – 1789

O desbravamento de Magé data dos primeiros tempos da colônia. Em 1565, Simão da Mota edificou sua moradia no Morro da Piedade, onde hoje existe um porto com o mesmo nome. Alguns anos depois, Simão da Mota, com alguns escravos, transferiu-se para a localidade denominada Magepe-Mirim, lugar embrionário da atual cidade de Magé. Na época viviam na região nativos bravios da tribo dos tamoios. O nome é de origem tupi, muito provável originado dos tamoios existentes em grande número na região. O significado é referido a residência do pagé (curandeiro ou o sacerdote da tribo). A povoação foi elevada a categoria de freguesia em 1696. Em 1789, foi elevada a categoria de vila e em 1857 foram-lhe atribuídos foros de cidade.

A diacronia desse nome geográfico segue o seguinte recorte temporal, etimologia segundo Nascentes (op.cit):

1565 – *MagepeMirim*. – Mirim = pequeno; A pequena residência do pagé.

Posteriormente até 1789 chamou-se *Magepe*, o local do pagé.

1789 - *Magé* – antigamente *Magepe*, corruptela de *magé-pe* = o local do pagé, o sítio do pagé. Referencia a residência do curandeiro.

Ng simples.
A motivação: etnotopônimo.
Gentílico: mageense.
A origem étnica: Povos originários.
ABL recomenda: Majé.
ABF recomenda: Majé.

Coordenadas:
-22°39'10" -43°02'26"

Resende – 1801

A abertura de seu território ocorreu em função da busca ao ouro nas Gerais. A colonização definitiva deu-se a partir de 1744, com a chegada de lavradores que se estabeleceram na margem esquerda do Paraíba do Sul, em área próxima da localidade de Agulhas Negras, fundaram um lugar denominado "Campo Alegre da Paraíba Nova", e dedicaram uma capela a N. Sª da Conceição. Esse núcleo inicial originou a criação do município em 1749, com sede no Arraial de Campo Alegre. No período imperial ocorreu um forte incremento em sua economia em função do cultivo do café em extensas áreas no território do município. A origem do nome geográfico é creditada a homenagem que o Coronel Fernando Dias Paes Leme, neto de Garcia Rodrigues Paes Leme, o responsável pela abertura do Caminho Novo para as Gerais, ao instalar o lugar como Vila procurou homenagear o Conde Vice-Rei Dom José Luiz de Castro Resende. Esse nome ostenta até hoje o município, verificando-se a instalação em 29 de novembro de 1801, e elevada ao foro de cidade em 13 de julho de 1848.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1744 – Campo Alegre da Paraíba Nova –

Campo – Do latim *campu*.

Alegre – Do latim *alacre*.

Paraíba – Do tupi *pará-ahyba* – *pará* - rio; *ahyba* - ruim, imprestável para navegar.

Nova – Do latim *novíssimu*, última.

Origem étnica composta: portuguesa e povos originários.

Motivação híbrida, geomorfo-animo-hidro-cronotopônio.

1801 – *Resende* – No Dicionário das famílias brasileiras não existe família Resende (com s) e sim Rezende (com z), apesar de ser um sobrenome de origem geográfica, onde existem indicações de origem com *s* e *z*: Villa Redisindi, quinta de Resindo, Reezende, Rresende, Portugal; Redisindus, germânico; reths.

Ng simples.

A motivação é antropotopônimo.

A origem étnica é portuguesa.

Gentílico: resendense.

Coordenadas:

-22°28'08" -44°26'48"

Macaé - 1814

A ocupação de suas terras remonta a primeira metade do século XVII, tendo o seu núcleo inicial se apoiado na economia canavieira, em torno da antiga "*Fazenda dos Jesuítas de Macaé*" (1630), constituída de engenho, colégio, e capela dedicada a Santa Anna situada no Morro de Santana. Em 1725, como era desprotegida, corsários franceses chegaram a se estabelecer no arquipélago de Santana, de onde passaram a saquear o litoral. Com a expulsão dos jesuítas a partir de 1759, passou a receber novas levas de imigrantes, surgindo novos engenhos e fazendas. Em 1813, houve a sua elevação a categoria de Vila, denominada agora com o nome de *São João de*

Macaé. Favorecida por sua posição geográfica que facilitava o acesso ao Norte Fluminense, passou a categoria de cidade em 1846, com o nome de *Macaé*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1630 – Fazenda dos Jesuítas de Macaé –

Fazenda – Do latim *facienda*, coisas que devem ser feitas. O sentido primitivo de ocupações passou ao de bens, propriedade rústica.

Jesuítas – De *Jesus* mais sufixo *Ita*. Sacerdotes pertencentes a Companhia de Jesus.

Macá = macaba, coco; É = doce, gostoso = palmeira, o coco-de-catarro, o coqueiro da Quaresma (no sul).

Origem composta português - povos originários.

Motivação composta – *hagio-fitotopônimo*.

1813 – São João de Macaé –

São - do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.

João – um dos doze apóstolos de Jesus.

Macaé - *Ídem-Ibidem* ;

Origem étnica composta: português - povos originários.

Motivação híbrida – hagio-fitotopônimo.

1846 – *Macaé* – Idem ibidem.

Motivação: *fitotopônimo*.

Ng simples.

Origem étnica: povos originários.

Gentílico: macaense.

Coordenadas:

-22°22’15” -41°47’13”

Cantagalo – 1814

Os primeiros habitantes de suas terras foram os nativos coroados e goitacazes, desaparecidos da região por volta de 1855. A colonização do lugar teve inicio em meados do século XVIII, em função da corrida do ouro das Gerais. A história do nome do município deve-se a um português foragido do Estado Português, chamado Manoel Henriques, conhecido como Mão-de-Luva, o qual deixou Minas Gerais acompanhado pelo seu bando em busca de vertentes dos córregos afluentes dos Rios Macuco, Negro e Grande, com o objetivo de conseguir riqueza fácil, através de garimpagem clandestina. O grupo de Mão-de-Luva localizou hoje o lugar onde hoje se ergue a Usina Cantagalo, dando origem a um núcleo que em 1794, contava com cerca de duzentas moradias.

A prisão do grupo de Mão de-Luva foi a motivação do nome do lugar e ocorreu quando, as diligencias feitas a mando da Coroa Portuguesa, que mantinha o monopólio de exploração dos garimpos, para localizar o grupo, não logrou êxito. Depois de inúmeras batidas pelo mato, bastante cansados e desanimados, os agentes se preparavam para voltar quando ouviram o galo cantar. Penetrando mais fundo na mata, ao seguir o som do canto do galo, encontraram, dormindo a sombra de uma árvore um dos companheiros de Mão-de-Luva.

Preso, mas diante da promessa de liberdade e dinheiro, ele denunciou seus companheiros, que foram presos sem oferecer resistência. A partir dessa ocorrência a partir de 1796 a localidade passou a denominar-se *Cantagalo*, em substituição ao antigo nome, *Sertão do Macacu*. O município foi criado em 1814, recebendo o nome de Vila de *São Pedro de Cantagalo*. Em 1857, foi elevado a categoria de cidade com, o nome *Cantagalo*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Anterior a 1796 - *Sertão do Macacu* –

Sertão - Forma aferética de desertão, segundo Maximino Maciel. Segundo Nascentes é de explicação difícil o ensurdecimento do *s* sonoro.

Corruptela *Macucu* - coisa de muito comer, alusão ao físico da ave que possui esse nome.

Motivação híbrida geomorfo-zôotopônimo.
Origem composta portuguesa e povos originários.

1796 e posteriormente em 1857, como cidade – *Cantagalo* - Do latim *cantare*. Do latim *gallu*.
Motivação é originário de um enunciado, configura-se como um dirrematotopônimo. Origem etnográfica é portuguesa.

1814 – *São Pedro de Cantagalo* –
São - do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.
Pedro – Do latim *petru*. Grego *Pétros*, calcado em pedra (grego pétra), tradução de palavra siro-hebraica empregada por Cristo em relação a S. Pedro.
Motivação Hagiotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Cantagalo – Idem.
Motivação: dirrematotopônimo.
Origem étnica: portuguesa
Gentílico: cantagalense.

Coordenadas:
-21°58'52" -42°22'05"

Maricá – 1815

O desbravamento do território remonta as últimas décadas do século XVI e primeiras do século XVII, pela doação de sesmarias. Os primeiros núcleos de população foram a partir da fazenda São Bento e do povoado de *São José do Imbassahí*, fundados pelos beneditinos em 1635. Devido a ocorrência de febres palustres na região, os habitantes deslocaram-se para a outra margem da Lagoa de Maricá, de clima mais saudável. O nome Maricá é motivado a partir da presença naquele lugar, de uma vegetação caracterizada por pequenos espinheiros, os quais os nativos chamavam maricá. Nesse local teve origem a povoação de *Santa Maria de Maricá*, em homenagem a rainha D. Maria I, elevada a categoria de Vila em 27 de agosto de 1815. Em 10 de maio

de 1819, a vila é extinta e anexada, a Vila de Praia Grande, atual Niterói. A autonomia é restaurada em 15 de janeiro de 1833 e em 27 de dezembro de 1889, é elevada a categoria de cidade com o nome de *Maricá*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1635 – *São José do Imbassahí*

São - do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.

José – Do hebraico *Iossef*. Formas antigas: *Joseph, Josep*.

Imbassahí – O mesmo que Imbassaí. Sobrenome de origem geográfica, tomado do nome de um arraial da Bahia. O segundo elemento é do tupi ii, água, rio. O primeiro para Macedo Soares, é provavelmente *mbaça'ii*, palmito, *wa'se*, que brota, e *ii*, água.

Motivação híbrida hagio-fitotopônimo.

Origem composta portuguesa e povos originários.

1815 – *Santa Maria de Maricá.*

Santa - Do latim *sanctu* – tornado sagrado.

Maria – De uma língua semítica:"senhora". (?). São muitos os étimos propostos. Correspondentes: hebraico-Miryam; árabe e etíope-Maryam. Do mesmo radical do siríaco Marta. Para o padre E. Vogt, Maria é adaptação grega de Maryám, que significa "excelsa, sublime", do ugarítico. Para F. Zorelli, do egípicio "predileta de Javé".

Maricá- Marí + *Caá* – o mato de pequenos espinheiros, o arbusto espinhoso. Macedo Soares supõe corruptela de *mara'ka*, nome dado a acácia ou espinheiro de Maricá, por analogia do som que produzem as suas favas quando secas, semelhante ao do maracá.

Motivação híbrida hagio-fitotopônimo. Origem composta portuguesa, povos originários.

1889 – Maricá – Idem.

Ng simples.

Motivação fitotopônimo.

Origem étnica: povos originários.

Gentílico: maricaense.

Coordenadas:
-22°55'10" -42°49'07"

Niterói – 1819

Os tamoios, desde os primórdios da ocupação do território onde hoje se instala essa cidade, chamavam a parte oriental da baía de *Niterói (água escondida, abrigada)*, e a parte mais interior da baía chamavam de Guanabara (seio de mar, braço de mar).

Após a expulsão dos franceses, em 1567, as terras da parte oriental da baía, também conhecidas como "barreiras vermelhas", foram renunciadas, após terem sido oferecidas como sesmaria, pelo Sr. Antonio Mariz Coutinho, o qual ajudou a Coroa Portuguesa na luta contra os franceses e tamoios. Após esta renúncia, as terras de Niterói foram oferecidas a Araribóia, nativo da tribo dos Temiminós, que desfrutava enorme prestígio junto aos portugueses.
Essa doação foi efetivada em 16 de março de 1568, porém apenas em 22 de novembro de 1573, foi Araribóia investido na posse.

O primeiro núcleo de povoamento onde hoje se situa a cidade de Niterói, foi construído por Araribóia, ao construir uma capela, dedicada ao culto de São Lourenço., que servia de baluarte em defesa da nascente cidade do Rio de Janeiro, do outro lado da baía. Após a morte de Araribóia, por volta de 1587, as terras foram objeto de disputas entre posseiros e os jesuítas, que defendiam os nativos.

Em 22 de dezembro de 1795, a capela passo a paróquia, com o nome de *São Lourenço dos Índios*. Após a instalação desta paróquia, a partir da Praia Grande foram surgindo outras povoações, como São Gonçalo, São João Batista de Icaraí, e São Sebastião de Itaipu. Essas três freguesias e a de São Lourenço dos Índios constituíram inicialmente, o município de Niterói, criado pelo Alvará de 10 de maio de 1819, com o nome de *Vila Real da Praia Grande*, cuja instalação ocorreu em 11 de agosto do mesmo ano.

Niterói foi escolhida como capital, em 22 de agosto de 1841 com esse nome, na disputa com Campos dos Goytacazes e Itaboraí. A partir de então

verifica-se não só um acentuado crescimento na cidade, assim como angaria, um crescente prestígio e importância no cenário político nacional.

Após a proclamação da República, Niterói passa alguns percalços políticos, perdendo a condição de capital, inicialmente para Teresópolis e posteriormente para Petrópolis. Fica por quase um decênio sem ostentar a condição de capital, recobrando-a somente em 20 de junho de 1503, conservando essa condição por mais setenta e dois anos. Com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 15 de março de 1975, a condição de capital é assumida pela cidade do Rio de Janeiro.

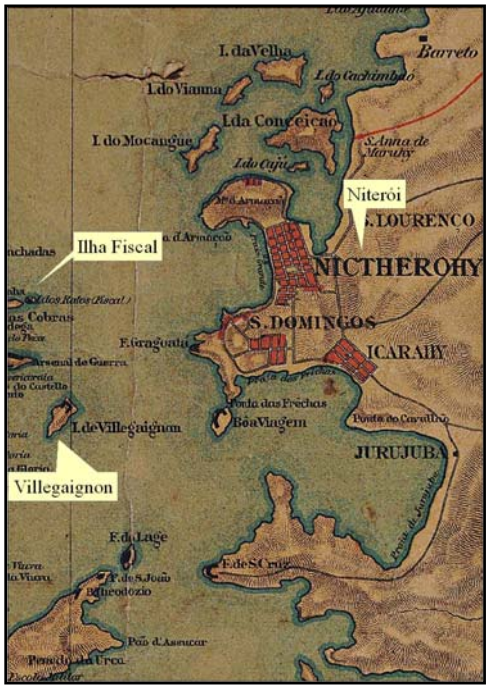


Figura IX.1 – Mapa histórico de Niterói, com a nomenclatura *Nictherohy*. Fonte: Arquivo Histórico Nacional.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1795 – São Lourenço dos Índios –

São - do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.

Lourenço - Do latim *Laurentiu*, do adjetivo *laurentiu*, de *Laurento* – cidade do antigo Lácio, hoje *Torre di Paterno*. Antiga cidade que os romanos que os romanos explicavam como um derivado de *laurus* (louro).

Índios – De Índia. Essa denominação provém de um equívoco do navegador genovês Cristóvão Colombo, que ao ancorar na Ilha de Guanahani, pensou ter chegado às Índias. Cinco dias após a chegada ao novo continente, observou Colombo em seu diário de bordo: "*Pero Martin Alonso Pinzón, capitón de la Pinta, acuyo bordo habia yo enviado três de estos índios, vino a verme...*". Apesar do engano ter sido desfeito por Colombo ainda em vida, esse nome passou a designar os povos originários do novo continente descoberto.

Motivação híbrida hagio-etnotopônimo. Origem composta portuguesa e povos originários.

1819 – *Vila Real da Praia Grande*

Vila - Do latim *villa*, casa de campo.

Real – Do latim *regale*. Que tem existência verdadeira. Como substantivo era moeda cunhada pelo rei.

Praia – Do grego *plágius*, lado, costa.

Grande – Do latim *grande*.

Motivação híbrida axio-geomorfo-dimensiotopônimo.

Origem composta portuguesa e povos originários.

Ng simples.

1841 – *Niterói,* de acordo com (SAMPAIO, *op. cit*.) e (LEONTSINIS, 2000), que cita Varnhagen e Capistrano de Abreu, respectivamente:

Nhê (seio) +Terô (abrigada) +Y (água) = a água no seio abrigada.

Yg (água) + Teróyg (frio) = o rio da água fria. Por muito tempo a grafia era Nichteroy, talvez por YG=IC.

Citando Staden, Leontsinis reporta que o nome primitivo era ITEROENNE (a enseada abrigada). Nesse caso, a diacronia do nome geográfico, teria levado a: ITEROENNE > ITERÕIN > NITERÕI > NITERÓI.

Motivação hidrotopônimo.

Origem étnica: povos originários.

Gentílico: niteroiense.

Coordenadas:
-22°53'00" -43°06'13"

Petrópolis– 1857

A fundação da cidade de Petrópolis está intimamente ligada ao Imperador D. Pedro I e um padre chamado Pe. Correia, primeiro proprietário da Fazenda dos Correas, lugar onde o Imperador conheceu a futura cidade de Petrópolis. Desde que o Imperador pernoitou na fazenda do padre, de passagem pelo Caminho do Ouro que o levaria às Minas Gerais, ficou encantado com a exuberância e amenidade do clima do lugar. Foi seu desejo então, adquirir a propriedade para seu uso e, em especial, para o tratamento de sua filha, Princesa Dona Paula Mariana de cinco anos, sempre muito doente e que se recuperou bem quando lá esteve.

Dom Pedro I sentia a necessidade de construir um palácio fora do Rio de Janeiro, pois recebia muitas visitas da Europa não habituadas ao calor tropical. Construir um palácio na fazenda do Padre Correia, ou próximo dela, seria muito oportuno pelo excelente clima da região que agradaria aos visitantes estrangeiros. Assim adquiriu uma fazenda denominada Córrego Seco, vizinha a fazenda dos Correas, do sargento-mór José Afonso Vieira. Esta fazenda foi o embrião da futura cidade de Petrópolis. A fazenda mudou o nome para *Fazenda da Concórdia* e posteriormente para *Fazenda Imperial de Petrópolis*.

Com a abdicação e morte de seu pai em 1834, D. Pedro II herda essas terras, que passam por vários arrendamentos até que Paulo Barbosa da Silva, Mordomo da Casa Imperial, teve a iniciativa de retomar os planos de Pedro I, de construir um palácio de verão no alto da serra da Estrela.

O Mordomo já tinha mandado o engenheiro alemão Júlio Frederico Köeler construir a Estrada Normal da Serra da Estrela para tornar possível o acesso de carruagens à Fazenda da Concórdia, uma vez que o Caminho Novo era apenas para tropas de mulas.

A idéia por trás da construção do palácio era o povoamento do lugar, e isso compreendia a doação de terras da fazenda imperial a colonos livres, que iriam não só levantar a nova povoação, mas, também, seriam produtores

agrícolas. Assim nasceu Petrópolis com a mentalidade de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. Os primeiros trabalhadores livres a chegar foram os alemães, porém Petrópolis recebeu várias levas de imigrantes, vindos de vários países como ingleses, franceses, portugueses dos Açores, libaneses.

Para os alemães se sentirem à vontade e se lembrarem de sua terra, Köeler repetiu os nomes das regiões de origem na Alemanha nos quarteirões da cidade como Mosela, Palatinado, Westphalia, Renânia, Nassau, Bingen, Ingelheim, Darmstadt, Woerstadt, Siméria, Castelânia Westphalia e Worms. Casos típicos de nomes geográficos transplantados. Além disso, homenageou as diversas nacionalidades de outros colonos, dando-lhes nomes nos quarteirões: Quarteirão Francês, Suíço e Brasileiro.

Hoje, os descendentes dos colonos estão por toda a cidade e seus nomes de família podem ser encontrados no Obelisco do centro da cidade, nos guias telefônicos e dão nomes a ruas e praças. O progresso dos colonos alemães dinamizou Petrópolis, contribuindo para o seu desenvolvimento. Através dos nomes geográficos, o seu trabalho e a sua lembrança ficam marcados no território e agora fazem parte da cidade.

O nome da cidade, portanto, surgiu após a construção do palácio que tomou o nome de Palácio Petrópolis - Cidade de Pedro - em homenagem ao Imperador do Brasil D. Pedro II. *Saint Adolph* (1845) informa: "*Petrópolis – Palácio imperial mandado edificar pelo Imperador D. Pedro II, no cume da Serra da Estrela, onde intenta fundar uma colônia: a nova estrada de carro do Rio de Janeiro para Minas Geraes deve passar por perto do palácio e da colônia*". *s.i.c.*

Petrópolis é elevada a categoria de cidade em 1857, sendo a sua instalação ocorrido em 1859.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Ng simples.

Petrópolis: 1857

Motivação: Antropotopônimo.

Origem étnica: portuguesa.

Etimologia: Petrópolis - do latim *petru* ; do grego *pólis* – cidade.

Gentílico: Petropolitano.

Coordenadas:
-22°30’18” -43°10’43”

Itaguaí – 1892

O governador da Capitania do Rio de Janeiro, Martin de Sá, trouxe em 1615 alguns nativos tupiniquins de Porto Seguro, colocando-os em diversos lugares das baías de Sepetiba e Mangaratiba. Este foi o início da ocupação do território do futuro município de Itaguaí. Inicialmente ocuparam as ilhas de Jaguaranenon e Piaçavera, atual Itacuruçá.

Ao passarem para o continente, estabeleceram-se entre os rios Tiguaçú e Itaguaí cujo lugar, denominavam Y-tinga. Sob a orientação dos padres jesuítas, erigiram um templo, com data anterior a 1688, conforme registrado no Livro dos Batismos da Aldeia de Itinga, conforme mencionado por Monsenhor Pizarro, citado por Abreu (op.cit).

Por acharem mais cômoda a localização de Itaguaí, pouco longe do mar e mais próximo da fazenda Santa Cruz, os jesuítas mudaram a aldeia para este lugar, antes de 1718, principiando a construir novo templo, dedicado a São Francisco Xavier. O nome Itaguaí é oriundo dos povos nativos, e significa rio dos barreiros, rio dos barrancos de argila, onde animais necessitados de sais minerais acorriam, lambendo os barrancos areníticos. Após a expulsão dos jesuítas, a igreja da aldeia foi elevada a paróquia. Em 05 de julho de 1818, é elevada a categoria de Vila com o nome de *São Francisco Xavier de Itaguaí*, com instalação em 14 de fevereiro de 1820. Foi elevada a cidade a partir de 08 de maio de 1892, com o nome de Itaguaí.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1615 – *Y* – *Tinga* – Água Branca.
Motivação hidrotopônimo. Etnia povos originários.

1818 – São Francisco Xavier de Itaguaí –
São - do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.

Francisco – De *Franciscu*, latinização do germânico *Fränkisch*, formado de *frank*, franco, e do sufixo *–isk*, e *sign*. Francês. O alto alemão médio tem *franzisch*. JJ Nunes aceita a origem atribuída ao nome da lança de guerra pelos francos e não rejeita a ligada ao adjetivo franco, no sentido de livre, independente.

Xavier – Sobrenome de origem geográfica; em seguida de origem religiosa. Homenagem ao santo desse nome. Na origem um topônimo de proveniência basca: *echa*, casa, e *berri*, nova. Casa Nova.

Itaguaí – ITÁ=Pedra + GUABA=onde se come ou se bebe + Y=o rio. O rio de barranco salitroso (Silveira Bueno, citado por Leontsinis (*op.cit*).
Itaguá-y, o rio dos barreiros. (Nascentes (*op. cit*.).
Motivação híbrida hagio-hidrotopônimo.
Origem étnica composta: portuguesa e povos originários.

Ng. simples.
1892 – *Itaguaí* – Idem.
Motivação Hidrotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: itaguaiense.

Coordenadas:
-22°51'08" -43°46'31"

Nova Friburgo – 1820

Até ser criada a vila em 03 de janeiro de 1820, o território do município atual de Nova Friburgo, pertencia a uma sesmaria chamada *Morro Queimado*, que pertencera a Lourenço Correia Dias e fazia parte de Cantagalo.

A partir de um desejo de D. João VI, de substituir a mão-de-obra escrava, propulsora da economia nacional, por aquela formada por imigrantes, o governante criou núcleos de colonização. Assim em 16 de maio de 1818, o representante no Brasil da Suíça, autorizou a vinda daquele país de uma

colônia. Assim sendo as primeiras trinta famílias, chegaram ao Brasil em 15 de novembro de 1819.

D. João VI editou em 03 de janeiro de 1820 um alvará elevando a então povoação de Morro Queimado a categoria de vila, com o nome de Nova Friburgo.

A denominação do município, portanto é um nome transplantado da Europa, de forma mais específica, da cidade de *Fribourg* na Suíça. Uma homenagem àqueles imigrantes, que vieram fundar uma Nova "Fribourg" no Brasil. Assim nasceu a cidade de Nova Friburgo.

Como técnica de denominação, um nome estrangeiro fora do território de origem, geralmente recebe o acréscimo dos adjetivos NOVO/NOVA. Caracteriza-se, portanto a sua implantação num novo lugar fora da origem, assim como a esperança dos imigrantes de serem felizes e bem sucedidos em seu novo lar, mesmo que distantes de sua pátria-mãe. O nome geográfico nesse caso minora sua saudade, e nunca os deixará esquecer suas raízes.

Quatro anos depois, em 03 de maio de 1824, uma nova leva de 302 novos colonos suíços chegaram ao município, integrando-se aqueles que lá se encontravam.

Em 08 de janeiro de 1890, a vila é elevada à categoria de cidade, sendo hoje uma cidade de alentada economia e uma das mais importantes da região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Anterior a 1820 – *Morro Queimado*.
Morro – Francês antigo *mourre*. Espanhol *morro*.
Queimado – Do latim *cremare*.
Motivação: geomorfo-qualitopônimo.
Origem étnica: povos originários.

1820 – Nova Friburgo
Nova - do latim *novale*
Friburgo – *Fri* – Nome Local na Suíça; *burgo* – pequena povoação; pequenas aldeias; vila.

Ng. composto.
Gentílico: friburguense.
Motivação híbrida: cronotopônimo.
Origem étnica: suíça.

Coordenadas:
-22°16'55" -42°31'52"

Valença – 1826

A partir do final do século XVIII, num lugar antes habitados por nativos da tribo dos coroados, ocorreu a efetiva colonização do local, com a cessão de sesmarias em 1771 para Francisco Nunes Fernandes e em 1793 para o neto de Garcia Rodrigues Paes, o construtor do "Caminho Novo" para as Gerais: Garcia Rodrigues Paes Leme.

Como ocorriam muitos ataques dos nativos coroados aos colonizadores, com conseqüente devastação das lavouras. O governo optou, então, pela catequese dos nativos daquele lugar, que abrangia os rios Paraíba e Preto, além das freguesias de Resende; São Pedro e São Paulo da Paraíba do Sul.

A cidade de Valença surgiu, portanto, com o soerguimento de uma capela, com o incentivo do fazendeiro José Rodrigues da Cruz e do padre Manoel Gomes Leal, sob a invocação de Nossa Senhora, assumindo o nome de *Nossa Senhora da Glória de Valença*. Em 1807 transforma-se em freguesia; em 1823, é alçada à vila; e em 1857, alçada a categoria de cidade.

Por determinação do decreto lei nº 1056 de 31 de dezembro de 1943, teve simplificado o seu nome para *Valença*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:
1807 - *Nossa Senhora da Glória de Valença*
Nossa – Do latim *nostru*.
Senhora – Do latim *seniore*, mais velho. Na baixa latinidade tornou-se um termo de respeito, equivalente a *dominus*.
Glória – Do latim *gloria.* Houve formas arcaicas como *groria* e *grolia*.
Motivação híbrida hagio-antropotopônimo. Origem portuguesa

1943 - Valença – Sobrenome de origem geográfica, tomado do Conselho de Valença, no distrito de Viana do Castelo, Portugal. Cidade da Espanha e França. Do latim *Valentia, de valentia*, robustez.

Ng simles.
Motivação: antropotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: valenciano.

Coordenadas:
-22°14'44" -43°42'01"

Barra Mansa – 1833

Barra é uma dos falsos genéricos dos mais empregados na nomenclatura geográfica brasileira, de motivação hidronímica, compondo a nomenclatura de várias localidades. Os maiores índices de uso aparecem na combinatória de substantivo + adjetivo, como no caso de Barra Mansa.
O lugar era em seus primórdios, um ponto de parada das tropas que se deslocavam das Minas, São Paulo, Goiás e de várias outras localidades fluminenses em direção à Corte.

Local referido à foz do Rio Paraíba do Sul, onde a formação de um tranqüilo estuário motivou a denominação do lugar.

A primeira denominação, assim como a que lhe seguiu, além da denominação de motivação hídrica, teve o caráter híbrido do hagiológio, pois a formação do núcleo da povoação ocorreu a partir da construção de uma capela em louvor a São Sebastião, antes de 1820, no local denominado Posse. Assumiu, portanto o nome inicial de *São Sebastião da Posse*. Em seguida, em 1832 passou a vila com a denominação de *São Sebastião da Barra Mansa*, e ao adquirir foros de cidade em 1857, passou a denominação para a forma simplificada de *Barra Mansa*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1820 - São Sebastião da Posse

São - do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.

Sebastião – Do grego bizantino *sebastokrátõr*, em que se ligam as idéias de respeito e de poder.

Posse – Do latim *posse*, poder.

Motivação híbrida, hagio-qualitopônimo. Origem portuguesa.

1832 – *São Sebastião da Barra Mansa* –

Barra – Do latim *barra*, travessa. Origem obscura. Outra versão latim origem celta (cimbrico *bar*, ramo, que se acha no inglês).

Mansa – Do latim *mansu*.

Motivação híbrida hagio-hidrotopônimo. Origem portuguesa.

1857 – *Barra Mansa – Idem- ibidem*

Ng composto.

Motivação composta- híbrida: hidrotopônimo.

Origem étnica: portuguesa.

Gentílico: barramansense.

Coordenadas:

-22°32'39" -44°10'17"

Itaboraí – 1833

A origem de Itaboraí remete-se aos primórdios do século XVI, local originalmente ocupado pelos nativos bravios tamoios. Após a expulsão dos franceses em 1567, as terras do recôncavo da baía de Guanabara foram cedidas em sesmarias aos que direta ou indiretamente participaram das lutas, apoiando os lusos.

A origem do município foi iniciada em torno de uma capela que foi erguida no local, sob a invocação de N. Sª da Conceição, na fazenda do Íngua, atual Venda das Pedras, de propriedade de João Pereira da Silva.

Alguns anos após, um fazendeiro chamado João Vaz Pereira, construiu outro templo, próximo ao anterior sob a invocação de São João Batista e que assumiu o nome de *São João Batista de Itaboraí,* elevada a categoria de paróquia em 1696.

Após, em 1725 iniciou-se a construção do templo atual, concluído depois do ano de 1742. Torna-se freguesia, prospera e é elevada a condição de vila em 1833. Pelo fato de ter se tornado um pólo de aglutinação regional, principalmente pelo empório formado em torno do Porto das Caixas, concorreu com a Vila da Praia Grande, atual Niterói para sediar a capital da província. Por lá escoava toda a produção de açúcar e café da região, produzidos na região de Cantagalo, em direção aos centros consumidores.

Foi instalada com foros de cidade em 22 de maio de 1833, com o nome simplificado para *Itaboraí*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1696 – São João Batista de Itaboraí.

São - do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.

João – Do hebraico *Iohanan*, agraciado por Deus. Um dos doze apóstolos de Jesus.

Batista – Do grego *baptisté*, o que batiza pelo latim, *baptista*.

Itaboraí – Corruptela de itá-porã-y – o rio da pedra bonita.

Ng simples.

1833 – Itaboraí – Idem ibidem .

Motivação: hidrotopônimo.

Origem étnica: povos originários

Gentílico: Itaboraiense.

Coordenadas:

-22°44’40” -42°51’34”

Nova Iguaçu – 1833

A invasão dos franceses na Baía de Guanabara (1565) atingiu a Baixada através da aliança feita por eles com os Tupinambás, para lutar contra os portugueses. Com a derrota da aliança (1567), os índios acabaram sendo dizimados e as terras voltaram à Coroa, que as rebatizou de Capitania do Rio de Janeiro e as passou para a jurisdição da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Para ocupar o território impedindo novas invasões, as terras foram divididas no mesmo ano em sesmarias (grandes extensões de terras) e doadas a Brás Cubas e outros, que trouxeram para a baixada os primeiros colonos portugueses.

Foram plantadas lavouras nos terrenos enxutos das encostas das serras (arroz, milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar), que enriqueceram os proprietários das sesmarias. Nos terrenos pantanosos da baixada, que eram inundados pelos numerosos rios, nasceram as primeiras olarias, aproveitando a excelente qualidade do barro.

Esta prosperidade inicial resultou no primeiro dos vários ciclos de riqueza e decadência que se sucederam ao longo de toda a história do município – da cana-de-açúcar, do café, da laranja – até chegar à atividade econômica atual, baseada nos serviços, indústria e comércio.

Antes dos ciclos estabelecerem-se houve três núcleos populacionais embrionários: A primeira capela dedicada ao culto de Nª Sª do Pilar em 1637; um segundo templo construído em 1644 dedicado a São João do Tarairaponga – atualmente São João do Meriti- ; e o terceiro núcleo construído onde hoje é a cidade de Nova Iguaçu denominado Arraial de Maxambomba, recebendo a denominação de freguesia de Santo Antonio do Jacutinga. Do tupi yaçu-tinga, jacu branco nome comum às aves da família dos cracídeos, segundo (PRADO, 2000).

A história das denominações de Nova Iguaçu está diretamente relacionada aos ciclos econômicos, inicialmente o do café e posteriormente a citricultura, pois o núcleo de *Maxambomba* passou a denominação de *Iguaçu*, denominação ligada aos grupos políticos locais. Esses grupos eram escravistas, exploravam a cultura do café.

Mais tarde, em outro ciclo econômico, o dos citricultores –plantadores de laranja – por pressão dos mesmos, foi acrescentado o adjetivo *Nova* ao *Iguaçu*. Uma sutil mudança, com o objetivo de afirmação da nova elite de comendadores que surgia – citricultores - em contraposição ao passado escravista ligado a cultura do café e aos seus barões.

Essa troca de denominação de *Iguaçu* para *Nova Iguaçu*, ocorreu em 1891 quando foi elevada a cidade, e permanece até os dias atuais.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Ng composto.
Nova - do latim *novale*
Iguaçu - rio caudaloso.
Motivação híbrida: cronotopônimo.
Origem étnica composta: portuguesa e povos originários.
Gentílico: iguaçuano.

Coordenadas:
-22°45’33” -43°27’04”

Vassouras – 1833

O inicio da ocupação do município de Vassouras ocorre, ao último quartel do século XVIII, ainda em fase embrionária como sesmaria doada a Luiz Homem de Azevedo e Francisco Rodrigues Alves, com o nome de *Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito*.

A motivação do nome vassouras é creditada à presença, no sítio onde se assentava o núcleo embrionário da população do lugar, de certa espécie de vegetal, a partir do qual se construíam vassouras.

A população cresceu sobremaneira e o local se desenvolveu a tal ponto que em 15 de janeiro de 1833, o município deixou de ser subordinado a Paty de Alferes, para a assumir a categoria de vila, incorporando Paty de Alferes ao seu território. Paty somente em 1987 recobrou a sua autonomia administrativa novamente.

Em 23 de dezembro de 1837, desmembrou-se da freguesia da Sacra Família assumindo o nome de *Freguesia de N. Sª da Conceição de Vassouras*. Tornou-se o município maior produtor de café do país, sendo por esta época conhecida com o cognome de "Terra dos Barões".

Ganha os foros de cidade em 29 de setembro de 1857, com o nome simplificado para *Vassouras*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1785 – *Sesmaria de Vassouras* –

Sesmaria – Do latim arcaico *sesmar* e sufixo *ária*. O arcaico *sesma*, *seisma*, sexta parte, vem do latim *sexima* formado de *sex* por analogia com *septima* de *septem*, e empregado em vez de *sexta*.

Motivação dimensio-fitotopônimo. Origem étnica: portuguesa.

Vassouras – Do latim *Versoria,* calcado em *versus,* particípio passado de *verrere,* através de uma forma *vessoira* que sofreu influencia de *varrer; em galego bassoira.*

Motivação: fitotopônimo. Origem étnica: portuguesa.

1837 – Freguesia de N. Sª da Conceição de Vassouras –

Freguesia – Da expressão latina *filiu eclesiae,* filho da igreja. Outra versão: *filiu gregis*, filho do rebanho.

Conceição – Do latim *conceptione*. O dogma católico da concepção da Virgem Maria sem a mácula do pecado original.

Motivação híbrida: fito-hagiotopônimo.

Origem étnica: portuguesa.

Ng simples.

1857 – Vassouras - Idem ibidem.

Motivação: fitotopônimo.

Origem étinica: portuguesa.

Gentílico: vassourense.

Coordenadas:

-22°24'14" -43°39'45"

Paraíba do Sul – 1833

O início da povoação do município de Paraíba do Sul encontra-se inserido no contexto do desbravamento do interior fluminense, no final do século XVII, no caminho para as Gerais. De forma mais específica, na abertura pelas mãos de Garcia Rodrigues Paes Leme, do aludido "Caminho Novo".

O povoado inicial ocorreu no sítio onde Garcia Rodrigues decidiu se estabelecer com a família, fincando os alicerces de sua moradia entre os rios Paraibuna e Paraíba, até então ignorado pelos europeus. Logo depois, erigiu uma capela em louvor a N. Sª da Conceição e aos apóstolos São Pedro e São Paulo, a qual recebera em 1719 o predicamento de curada. Este foi o embrião da futura cidade de Paraíba do Sul. Inicialmente ficou conhecido como *Sítio de Garcia Rodrigues* e mais tarde como *Meia Jornada*, por ser um lugar que ficava a meio caminho das Minas.

Para este local convergiam todos aqueles que se dirigiam as Minas Gerais, em busca do ouro, e como entreposto de abastecimento de víveres para o Rio de Janeiro, razão pela qual rapidamente prosperou. Em 1745, Pero Dias Paes Leme, filho de Garcia Rodrigues, mandou edificar outro templo com o mesmo nome, mais afastado que o anterior a margem esquerda do rio Paraíba, sendo transferida para este novo local a sede do curato.

Em 1833, alcança a condição de Vila, assumindo o nome do rio que lhe margeava, o *Paraíba*, e com o complemento *Sul*, para diferenciar da capital do estado homônimo nordestino. Mais tarde o próprio rio Paraíba também teve acoplado o *Sul* ao seu nome. Em 20 de dezembro de 1871 alcança foros de cidade, mantendo o nome *Paraíba do Sul*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1719 – *Sítio de Garcia Rodrigues*

Sítio – No sentido de lugar, deriva do latim *situ,* situação.

Garcia Rodrigues – Garcia, sobrenome ibero do vasconço *"harsea",* o urso. Rodrigues, sobrenome de formação patronímica, apelidos que consistem numa derivação do prenome paterno. Documentou-se as formas Roderiquici (1074), Rodoriquici(1075), Rodoriquiz(1081),Roderiguiz(1079), Rodorigiz (966), Rodrigiz (1096) e Rodriguez (forma espanhola).

1719 – *Meia Jornada*

Meia – Do latim *mediu :* metade.

Jornada – Do provençal *jornada*, dia. Caminho que se podia andar de forma regular em um dia

1833 – *Paraíba do Sul*

Paraíba – Do tupi *pará-ahyba* – *pará* - rio; *ahyba* - ruim, imprestável para navegar.

Sul – Do anglo-saxão *sud.*

Ng composto-híbrido.

Motivação híbrida: hidro-cardinotopônimo.

Origem étnica composta: povos originários e portuguesa.

Gentílico: sulparaibano.

Coordenadas:

-22°09'43" -43°17'34"

Piraí – 1838

O território de Piraí inicia o seu desbravamento em 27 de novembro de 1751, com a concessão de uma sesmaria a José da Costa Bandeira, no "Sertão da Paraíba". Era local de transito daqueles que buscavam o ouro das Gerais. O primeiro núcleo populacional foi fixado às margens do Rio Piraí (rio dos Peixes ou rio de grande quantidade de peixes), que veio a denominar o futuro município. No núcleo de povoamento que surgiu, foi erguida uma capela em louvor a Sant'Ana. Este foi o marco principal da cidade de Piraí.

Em 1817 passa a freguesia com o nome de *Sant'Ana do Piraí*. Com o surto da produção de café que atingiu o Vale do Paraíba, foi um dos maiores produtores deste grão do território fluminense, tornando-se Vila em 1837. Os foros de cidade foram concedidos em 1874, com a denominação simplificada para *Piraí*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1817 – *Sant'Ana do Piraí*
Santa'Ana – Justaposição do latim *sanctu* + germânico *alina* (côvado, vara).
Piraí – Pira (Rio) + Y (Rio) – O rio dos peixes. Onde se encontram muitos peixes.

1874 – *Piraí* – Idem

Ng simples.
Motivação: hidrotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: piraiense.

Coordenadas:
-22°37'45" -43°53'53"

Silva Jardim – 1843

O primeiro núcleo populacional do município de Silva Jardim surgiu ao fim do século XVIII, na fazenda da Srª Maria Rodrigues, quando foi construída uma capela em louvor a Sant'Ana. Nesta época o nome do lugar era *Capivari*. Este nome foi dado pelos nativos locais, que verificaram a presença de capivaras, em rio daquela região. Capivari significa *Rio das Capivaras.*

Em 1801, surge a freguesia com o nome de Nossa *Senhora da Lapa de Capivari*.

O café foi o esteio econômico da região, o que levou a elevação com foros de cidade em 08 de maio de 1841, com o nome simplificado para *Capivari*.

O decreto 1056 de 31 de dezembro de 1943 alterou o nome de Capivari, para homenagear um ilustre filho da terra, Dr. Antonio da *Silva Jardim*, com o nome do município mantido até os dias atuais.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1801 – *Nossa Senhora da Lapa de Capivari*

1841 – *Capivari*

1943 – *Silva Jardim.*- Família estabelecida no Rio de Janeiro, a qual pertence Gabriel da Silva Jardim, que deixou como descendente Antonio da Silva Jardim. Silva sobrenome de origem geográfica. Descendentes dos Silvios Romanos. Jardim sobrenome de origem geográfica. De jardim substantivo comum vergel; lugar bonito, florido; éden; terreno cultivado de plantas ornamentais.

Ng simples.
Motivação: antropotopônimo.
Origem étinica: portuguesa.
Gentílico: silvajardinense.

Coordenadas:
-22°39'03" -42°23'30"

Rio Bonito – 1864

O primeiro núcleo populacional do atual município de Rio Bonito surgiu com a chegada ao local em 1755 do sargento-mór Gregório Pinto, que erigiu uma capela em louvor a Madre de Deus em sua fazenda, que denominou Dona Bernarda. Após cinco anos, a capela é agraciada com o título de curada e, em 1768, transforma-se em freguesia com o nome de *Nossa Senhora da Conceição do Rio do Ouro*.

Por motivo da destruição deste templo, outro foi construído, a uma légua do primeiro, com o nome de *Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito*. Este também foi destruído, pois foi construído com material inadequado. Um terceiro templo foi construído durante quatro anos, entre 1816 e 1820, perdurando até os dias atuais.

Em 1864 transforma-se em Vila, e em 1890 a mesma é elevada a categoria de cidade com o nome simplificado para *Rio Bonito*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1890 – Rio Bonito
Rio – Do latim *riu*, regato, em vez de *rivu* (rio em latim era *flumen*); espanhol *rio*; italiano *rio*; francês antigo *ri, rif, riu, rui*. Corrupção do francês – *ruisseau.*
Bonito – Segundo Nascentes *(op.cit.)* concordando com Cortesão e Eguilaz é vocábulo espanhol de provável origem árabe (*bainito*).

Ng composto.
Motivação : hidrotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: riobonitense.

Coordenadas:
-22°42'31" -42°36'35"

Rio Claro – 1850

A história de Rio Claro se origina a partir de um de seus atuais distritos, São João Marcos (ex-São João do Príncipe). Várias partes do território de São João Marcos foram distribuídas como sesmarias a vários exploradores de 1754 à 1765. No início do século XIX, a cultura do café levou prosperidade aquele lugar, que se tornou um dos principais focos de produção cafeeira fluminense, que escoava para os portos de Mangaratiba e Sepetiba.

O Príncipe Regente D. João VI, atendendo aos anseios da população local, eleva São João Marcos a categoria de Vila com o nome de São João do Príncipe. No interior desta vila, no lugar denominado Rio Claro, desponta um pequeno núcleo populacional em torno de uma capela erigida para o culto a *N. Sª da Piedade*, elevado a curato em 1830 e freguesia em 1839.

Em dez anos alcança notável desenvolvimento, é elevado a categoria de município, em 1849 e instalado em 1850, com o nome de *Rio Claro*, devido a limpidez das águas do rio que circunscreve-se, no referido município.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1830 – *N. Sª da Piedade*.
Nossa- Do latim *nostru*.
Senhora- Do latim *seniore*. Termo de respeito equivalente a *dominus*.
Piedade – Do latim pietate. Origem religiosa.

1849 – *Rio Claro*
Rio – Do latim *riu*, regato, em vez de *rivu* (rio em latim era *flumen*); espanhol *rio*; italiano *rio*; francês antigo *ri, rif, riu, rui*. Corrupção do francês – *ruisseau.*
Claro - Do latim *claru*. Houve uma forma arcaica *craro*. Significado etimológico é alto, retumbante; passou depois no próprio latim ao de brilhante de luz.

Ng composto.
Motivação: hidrotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: rioclarense.

Coordenadas:
-22°43'23" -44°08'08"

São Fidélis – 1855

A origem do território de São Fidélis, remonta o século XVI, de forma mais precisa ao ano de 1534, quando D. João III, rei de Portugal doa a capitania de São Tomé a Pero de Góis da Silveira. Esta capitania foi o berço de vários municípios do Norte Fluminense.

O início do desbravamento do território em pauta, é creditado a missão evangelizadora, empreendida pelos freis Ângelo Maria de Luca e Vitório de Cambiasca. Em setembro de 1781, partiram os sacerdotes do Rio de Janeiro em direção ao Norte fluminense, chegando num lugar denominado *Gamboa*, onde encontraram rústicas choupanas, onde pernoitaram numa delas. No dia seguinte ergueram um pequeno oratório celebrando então a primeira missa naquele lugar.

Este foi o embrião de um próspero povoado, e o pequeno oratório transformou-se em capela, a qual dedicaram ao mártir Capuchinho Marcus Roy, nascido na Alemanha em 1577 e que ao se ordenar adotou o nome de Fidélis. Foi assassinado em 1622, por fanáticos suíços.

Um outro templo foi construído e inaugurado em 1808, sendo elevado a curato em 1811, e em 1840 o lugar é elevado a freguesia.

Em 1850 *São Fidélis* é elevada à categoria de Vila, e em 1870 ganha foros de cidade.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1781 – *N. Sª da Piedade*

1850 – *São Fidélis*
Fidélis – Provém do latim *Fidelis*, fiel.

Ng composto.
Motivação: hagiotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: fidelense.

Coordenadas:
-21°38'46" -41°44'49"

Saquarema – 1861

O primeiro núcleo de Saquarema surgiu quando religiosos da ordem do Carmo obtiveram em 1594 uma sesmaria, na qual construíram um convento que denominaram Santo Alberto.

Em 1662 o capitão Manoel de Aguilar Moreira e sua mulher, mandaram erigir uma capela no alto de uma ermida, sob a invocação de N Sª de Nazaré, que mais tarde em 1676, foi substituída por outra, ampliada. Foi declarada filial da matriz na cidade de Cabo Frio.

Em 1844 foi a freguesia declarada Vila, com o nome de *N Sª Nazaré de Saquarema*.

O nome Saquarema é originário do tupi, e encontra-se referido ao cheiro desagradável das fezes de aves chamadas socós, ave pernalta, branca e parecida com as garças. Devido à presença destas aves ao redor da lagoa lá existente, seu habitat natural, o nome passou a designar a lagoa e por conseguinte, foi transplantada para o núcleo de povoação que surgia naquele lugar.

Em 1890 a vila ganha foros de cidade, com o nome simplificado para *Saquarema*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Saquarema: Por Nascentes corruptela de Socó-Rema. O mau cheiro procedente dos socós (aves).
Por Leontsinis – corruptela de Socó+Á+Rema – cheiro de maresia do mangue onde se apanham socós (aves).

Ng simples.
Motivação: zôotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: saquaremense.

Coordenadas:
-22°55'12" -42°30'37"

Santa Maria Madalena – 1862

O desbravamento dessa região se iniciou no primeiro quartel do século XIX, com viajantes que transitaram pelo lugar. Referencia de ocupação, apenas existem a partir de 1835, com a posse das terras a partir de 1940 pelo lusitano Manoel Teixeira Portugal que adquiriu as terras onde hoje encontra-se instalada a Igreja Matriz.

Posteriormente um mateiro chamado José Vicente toma posse destas terras que foram abandonadas por Manoel Teixeira, trocando-as em seguida ao padre Francisco Xavier Frouthé por uma espingarda.

Parte destas terras foram utilizadas pelo padre para erguer uma capela em louvor a Santa Maria Madalena, em virtude de ter sido curado de grave enfermidade. Erguida a capela alcançou a condição de curada em 1851, freguesia em 1855. A Vila foi instalada em 1862, alcançando foros de cidade em 28 de julho de 1890 mantendo o mesmo nome desde o início até esta data.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1862 - *Santa* - do latim *sanu.*
Maria – De uma língua semítica:"senhora". (?). São muitos os étimos propostos. Correspondentes: hebraico-Miryam; árabe e etíope-Maryam. Do mesmo radical do siríaco Marta. Para o padre E. Vogt, Maria é adaptação grega de Maryám, que significa "excelsa, sublime", do ugarítico. Para F. Zorelli, do egípicio "predileta de Javé".
Madalena – Mulher que chora de arrependimento. (Koogan Houaiss).

Ng composto.
Motivação: hagiotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: madalenense.
Coordenadas:
-21°57'19" -42°00'29"

Sapucaia – 1875

O primeiro núcleo populacional deste lugar surgiu em função das sesmarias doadas a Antonio Inácio Lemgruber e Vicente Ubherlato, os quais chegaram em 1890 para tomar posses das sesmarias que lhe foram concedidas. Com a chegada de outros colonos posteriormente, o lugar expandiu-se surgindo então um pequeno arraial.

Foi erguida uma capela, por iniciativa de Lemgruber, em louvor a N. Sª Aparecida, que em 1842 recebeu o predicado de freguesia.

Posteriormente em 1856, por iniciativa de outros proprietários de fazendas do local, surgiu uma nova capela num novo arraial que ali surgia, a margem direita do rio Paraíba, cuja categoria de curato foi reconhecida no

mesmo ano, com a denominação de *Santo Antonio de Sapucaia*, devido a existência de uma árvore no local, conhecida pelos nativos como *Iassapucaia*. Mais tarde teve o nome simplificado para Sapucaia.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Sapucaia – o grito, o clamor; o galo ou a galinha.

Ng simples.
Motivação: zôotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: sapucaiense.

Coordenadas:
-21°59'42" -42°54'52"

Araruama – 1890

A exploração do território de Araruama teve início em 1575, mas apenas a partir de 1626, com a concessão de uma sesmaria a Manoel Riscado, o desbravamento das terras ocorreu de forma permanente. Houve a construção de duas capelas naquelas terras. Uma em 1638, a mando de Martins Correa Vasqueane, e outra em 1718, por conta de José de Moura Cortes Real em louvor a N. Sª do Cabo. Oitenta e um anos mais tarde, é criada a freguesia de São Sebastião de Araruama, que até 1852, fazia parte do município de Cabo Frio., integrando a partir deste ano o município de Saquarema.

O nome Araruama é de origem dos povos originários, de forma mais específica os tamoios, que desde os tempos primórdios assim denominavam o local, devido a presença das araras e papagaios que infestavam o lugar naquela época. O nome é creditado ao fato destes animais, em bando, saciarem a sede, próximos aos pântanos e mangues, existentes ao redor da lagoa. Araruama significa o local onde as araras bebem água. O bebedouro das araras.

O decreto número 40 de 22 de janeiro de 1890, eleva a vila a categoria de cidade, com o nome simplificado para Araruama.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Araruama – *Y* (águas) + *Arara* + *Uama* (comedouro, viveiro). Águas, onde se alimentam as araras e papagaios.

Ng simples.
Motivação: zôotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: araruamense.

Coordenadas:
-22°52'22" -42°20'35"

Carmo – 1893

O início da ocupação de suas terras, outrora pertencentes a Cantagalo, encontra-se referida ao início do século XIX onde, por volta de 1832, alguns colonizadores fizeram uma derrubada na floresta, e neste lugar, construíram um povoado denominado *Arraial da Samambaia*, em função da observação sobre a ocorrência desta espécie vegetal na localidade.

Logo após, foi construída uma capela sob a invocação de N. Sª do Carmo, que logo chegou à categoria de curada. Em função da santa padroeira do lugar, o mesmo teve a sua denominação alterada para Arraial de Carmo de Cantagalo. Logo depois foi elevado a categoria de freguesia com o nome de N. Sª do Monte do Carmo. Mais tarde, com a sua elevação a Vila em 1881, e cidade em 1889, teve a sua denominação simplificada para Carmo, cuja designação até hoje conserva.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Carmo – Sobrenome de origem religiosa, tomado à devoção de Nossa Senhora do Carmo.

Ng simples.
Motivação: hagiotopônimo.

Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: carmense.

Coordenadas:
-21°56'01" -42°36'31"

Santo Antonio de Pádua – 1889

O desbravamento do território de Santo Antônio de Pádua, ocorreu desde meados do século XXII, por volta de 1677 com a criação da Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes que incorporou suas terras, até meados do século XIX com a construção de uma capela em louvor a Santo Antônio de Pádua, a presença de religiosos adentrando o sertão daquela região com o objetivo de catequizar os nativos locais das tribos dos puris e coroados.

Foram vários os sacerdotes jesuítas que se aventuraram naquelas terras com este objetivo, a saber: No século XVII o catequista frei Fernando de Santo Antonio, o qual chegou a subir parte do rio das Pombas. Posteriormente mais três outros religiosos, frei Antonio da Piedade, frei Miguel de Santo Antonio e frei Antonio da Apresentação em 1702, 1716 e 1727 respectivamente fizeram suas incursões no lugar. Em concomitância ocorria a incursões de antigos bandeirantes, ajudando ao estabelecimento de arraiais, pequenas lavouras e ranchos.

Neste contexto foi que os frei Antonio Martins Vieira transpondo inúmeros obstáculos construiu pouco abaixo da barra do rio Pomba uma pequena capela em louvor a Santo Antonio de Pádua, promovida a curada em 24 de novembro de 1812., em razão da visita episcopal. Passou a freguesia em 1843, com o título de *Santo Antonio de Pádua*. Em 1850, passou a vila mantendo a denominação e finalmente alcançou foros de cidade em 27 de dezembro de 1889, sem alteração em sua denominação.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Santo – Do latim *sanu*.

Antonio - Do latim Antiniu, de étimo obscuro, Hilário de Drumond interpreta como “inestimável” e Benedito Leite como “digno de apreço”.

Pádua – Sobrenome de origem geográfica. Do latim Patavium, com acento no primeiro a, como se vê do italiano Padova. Nunes supõe um latim Pádua donde teria saído o italiano. Primitivamente, por influencia religiosa, coube a homens chamados Antônio.

Ng composto.
Motivação: hagiotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: paduense.

Coordenadas:
-21°32’22” -42°10’49”

Itaperuna – 1886

O desbravamento inicial da região é creditado ao bandeirante José Lannes Dantas Brandão, que tem duas versões diferentes para o seu local de nascimento em Viçosa-MG ou em Presídio, atual Visconde do Rio Branco. O certo é que foi desertor do Corpo da Milícia de D. João VI, refugiando-se na região de Campos dos Goytacazes. Foi descoberto e perdoado, e agraciado com título de guarda-mor, pelos relevantes serviços prestados a região onde hoje se encontra o município de Itaperuna. Antes de tornar-se município, a freguesia tinha o nome de N. Sª da Natividade em 1885. Posteriormente foi elevada a vila com o nome de Itaperuna.

O nome geográfico *Itaperuna* é devido a existência naquele lugar uma grande elevação rochosa de cor escura na parte ocidental da vila, cuja elevação, a maior daquelas paragens, se assemelha ao dorso de um elefante. Para que para aquele local se encaminham a partir do Sul, antes de chegar a cidade de Itaperuna passam pelo local onde se localiza a referida elevação rochosa.

O nome de Itaperuna teve origem, portanto, na existência dessa rocha naquele lugar. Significa o Caminho da Pedra Preta.

Mais tarde em 1889, o nome é alterado para São José do Avaí, contudo pouco tempo depois no mesmo ano o governador Francisco Portela retorna a denominação de *Itaperuna*, elevando-a concomitantemente a categoria de cidade nesse mesmo ano.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Itaperuna – *Ita+pé+uma* – o caminho da rocha negra, o caminho da laje negra.

Ng simples.

Motivação: litotopônimo.

Origem étnica: povos originários.

Gentílico: itaperunense.

Coordenadas:

-21°12'18" -41°53'16"

Rio das Flores – 1890

O nome inicial desse município era *Santa Teresa de Valença*, na localidade do Vale do Paraíba. O local era conhecido desde o fim do século XVII pelos desbravadores e aventureiros que se dirigiam as Gerais em busca do ouro. Foi, portanto, um lugar de passagem para estes aventureiros que por lá transitavam.

A origem do nome do município deve-se a existência do rio das Flores, assim chamado devido a existência da ocorrência desta vegetação naquele local. Batizada a feição hidrográfica, a mesma deu o nome a localidade.

Em 1855 o local foi elevado a freguesia, e em 1890 o Governador Francisco Portela a eleva a condição de Vila. Em dezembro de 1929 ganha os foros de cidade, ainda com o antigo nome.

O decreto 1056 de 31 de dezembro de 1943, retirou a antiga denominação de Santa Teresa, conferindo-lhe a atual denominação de *Rio das Flores*, a qual ostenta até os dias de hoje.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Rio – Do latim *riu*, regato, em vez de *rivu* (rio em latim era *flumen*); espanhol *rio*; italiano *rio*; francês antigo *ri, rif, riu, rui*. Corrupção do francês – *ruisseau.*

Flores – Do latim *flore*.

Ng composto.
Motivação híbrida: hidrotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: rioflorense.

Coordenadas:
-22°10'03" -43°35'08"

Barra do Piraí – 1890

O início da colonização do lugar, anteriormente ocupado pelos nativos tamoios, é creditado a concessão de sesmarias nos anos de 1761 e 1765 a Antonio Pinto de Miranda e Francisco Pernes Lisboa respectivamente, as margens do rio Paraíba do Sul, no vale de mesmo nome.

A existência do povoado surge apenas noventa anos após, com a construção de um hotel de propriedade de Francisco Ilhéus e da construção de uma ponte de madeira sobre o rio Piraí, o qual veio a ser a motivação para o nome do emergente povoado que ali surgia.

A chegada da estrada de ferro Dom Pedro II, e a inauguração da estação em 1864 trouxeram grande impulso à expansão do ecúmeno no lugar. Em 1890 é elevada a categoria de cidade.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Barra – Barra – Do latim *barra*, travessa. Origem obscura. Outra versão latim origem celta (cimbrico *bar*, ramo, que se acha no inglês).

Piraí - Piraí – Pira (Rio) + Y (Rio) – O rio dos peixes. Onde se encontram muitos peixes.

Ng composto-híbrido.
Motivação híbrida: hidro-zôotopônimo.
Origem étnica híbrida: portuguesa e povos originários.
Gentílico: barrense.

Coordenadas;
-22°28’12” -43°49’32”

Itaocara – 1891

O início do povoamento de Itaocara, encontra-se associado de forma direta à catequese dos nativos da nação dos Coroados, que habitavam aquela região. Esta nação subdividia-se em quatro outras, a saber: Coropós, Puris, Botocudos e os próprios Coroados. O lugar onde hoje encontra-se a cidade de Itaocara, era ocupada pelos Coropós.

A fundação de uma nova aldeia, em função das constantes discórdias entre os Puris e Coroados que habitavam a região onde hoje se encontra o município de São Fidélis, foi necessária. Essa missão ficou a cargo de frei Tomaz de Castelo, que em 24 de fevereiro de 1808, fundou a nova Aldeia, próximo a uma elevação granítica, posteriormente denominada Pedra da Bolívia, e por isso chamaram a aldeia de Aldeia da Pedra, pela vizinhança com a feição litológica, onde hoje se encontra o município de Aperibé.

Com o nome de São José de Leonissa é elevada a categoria de freguesia em 1843, e em 1890 é elevada a vila com o nome de *Itaocara,* que significa a praça pavimentada de pedras. Ganha foros de cidade em 1891.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1843 – São José de Leonissa.
São – Do latim *sanu*.
José – Do hebraico *Iossef*. Formas antigas: *Joseph, Josep*.
Leonissa – Do latim *leoninu.*

1890 – Itaocara – Itá+ocara – terreiro ou praça calçada de pedra.

Ng simples.
Motivação: litotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: itaocarense.

Coordenadas:
-21°40'09" -42°04'34"

Duas Barras – 1891

O núcleo do povoamento de Duas Barras tem origem no início do século XIX, numa fazenda denominada *Tapera*, de propriedade de Capitão Silveira, que logo depois a transferiu a um padre chamado Francisco José Dias de Oliveira e a Francisco Mendes da Costa. O padre logo erigiu uma capela em louvor a N. Sª da Conceição, sendo esta elevada a curada em 1836.

Após, o padre doou a sua parte na propriedade a irmandade de N.Sª da Conceição, e em 1856 a capela é elevada a freguesia com o nome de *Freguesia de N. Sª da Conceição das Duas Barras do Rio Negro*, em função da proximidade com o rio.

Quando a localidade foi alçada a categoria de vila a denominação foi simplificada para Duas Barras, mantendo-se até a sua elevação a foros de cidade em 1929.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1929 – Duas Barras.
Duas – Do latim *duale*.
Barras - Do latim *barra*, travessa. Origem obscura. Outra versão latim origem celta (cimbrico *bar*, ramo, que se acha no inglês).

Ng composto.
Motivação: numerotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: bibarrense.

Coordenadas:
-22°03'04" -42°31'18"

Teresópolis – 1891

Apesar do território onde hoje se encontra Teresópolis desde 1760, ter-se notícias de povoamento no lugar, o certo é a sua expansão encontra-se relacionada ao estabelecimento no lugar em 1818 do anglo-lusitano George March, o qual chegou ao Brasil em 1808 junto com a família real egressa da Europa.

George March, subiu a Serra dos Órgãos em busca de um clima mais apropriado para quem estava acostumado ao frio europeu, encontrando, a 910 metros de altitude, a região mais alta (e fria) do Estado do Rio de Janeiro.

March e outros ingleses, em 1820, aqui estabeleceram o que foi o único núcleo brasileiro de colonização britânica, a Fazenda dos Órgãos, ou, como era mais conhecida, a Fazenda March. Lentamente, o povoado foi se desenvolvendo e passou à categoria de *Freguesia de Santo Antônio do Paquequer*, em 1855. Em 5 de janeiro de 1874 D. Pedro II, em companhia da Imperatriz, veio visitar Teresópolis. Hospedaram-se no Sítio São Luís, no atual Quebra-Frascos, onde a Imperatriz Tereza Cristina, como recordação de sua passagem, plantou uma araucária.

Todo o crescimento e posterior desenvolvimento desse pequeno núcleo se verificou no sentido Norte-Sul, isto é, os comerciantes que vinham das Minas Gerais em direção ao porto da Estrela, nos fundos da Baía da Guanabara, passando por Petrópolis, visavam esta região como ponto estratégico de repouso. Bem mais tarde o fluxo foi invertido no sentido Sul-Norte, com a ligação rodoviária entre o Rio de Janeiro e Teresópolis, em 1959, pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Em 6 de julho de 1891, através do decreto nº 280 do governador Francisco Portela, a freguesia foi desmembrada do território de Magé e alçada à condição de município, passando a denominar-se *Teresópolis* – cidade de Teresa - em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1891 – Teresópolis- cidade de Teresa.

Ng simples.
Motivação: Antropotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: teresopolitano.

Coordenadas:
-22°24’44” -42°57’56”

Trajano de Morais – 1891

A antiga cidade de São Francisco de Paula, que se transformou no Município de Trajano de Morais, pertencia inicialmente ao município de Cantagalo. O início do núcleo populacional se iniciou em 1801, por fazendeiros que se ocupavam do plantio de café.

O pequeno povoado se ergueu em torno de uma casa de oração, cujo padroeiro era São Francisco de Paula e que pertencia ao Curato de Santa Maria Madalena. Com a elevação desta a categoria de vila, a freguesia de São Francisco de Paula é desmembrada de Cantagalo e incorporada, em concomitância com São Sebastião do Alto, ao território do novo município.

Ao mesmo tempo terras de outro rico fazendeiro foram cedidas para a implantação da área urbana da cidade. Dessa forma foi feita a construção da Matriz de São Francisco de Paula - com recurso dos irmãos fazendeiros José Antônio e Elias de Morais.

Em 1891 *São Francisco de Paula* ganhou foros de cidade.Trajano de Morais era filho do Visconde de Imbé (José Antônio de Morais), tornou-se uma figura influente de seu tempo, principalmente por seu espírito dinâmico e seu caráter empreendedor; faleceu em 1911 e o reconhecimento por seus esforços em prol do desenvolvimento da região chegaria anos mais tarde, em 1938 quando o Município de São Francisco de Paula teve seu nome mudado para *Trajano de Morais* numa homenagem a um homem se dedicou com amor à terra em que nasceu.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1891 – São Francisco de Paula

São – Do latim *sanu*. Forma apocopada de santo por efeito de próclise.

Francisco – De *Franciscu*, latinização do germânico *Fränkisch*, formado de *frank*, franco, e do sufixo –*isk*, e *sign*. Francês. O alto alemão médio tem *franzisch*. JJ Nunes aceita a origem atribuída ao nome da lança de guerra pelos francos e não rejeita a ligada ao adjetivo franco, no sentido de livre, independente.

Paula – Do latim *padule*.

1911 - Trajano de Morais.

Trajano – Do latim *Trajanus*; talvez de trans e Janus. Morais – Moraes. Sobrenome portugues e topônimo. Derivado do latim murales, "muros". Outra forma: Morais.

Ng simples.

Motivação: Antropotopônimo.

Gentílico: trajanense.

Coordenadas:

-22°03'48" -42°03'59"

Sumidouro – 1892

Um dos primeiros registros da origem de Sumidouro data de 1822, quando uma vila teria se formado a partir da construção de uma capela destinada ao culto de Nossa Senhora da Conceição, à margem direita do Paquequer e próxima a um grande sumidouro de águas. Este sumidouro consubstancia-se num curso subterrâneo do rio através de rocha calcária. Neste local era exatamente isso que ocorria com o rio Paquequer, o qual tinha o seu curso d'água desaparecido por baixo de uma laje. Este fato chamava muito a atenção dos viajantes que transitavam no local, e chamavam o lugar de *Sumidouro das Pedras*.

Em 1836, o nascente povoado é elevado a curato, a partir da presença permanente de um padre no local, e é submetida à administração de Cantagalo até 1843. Neste ano é elevada à condição de freguesia com a denominação Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, e seu território passa a fazer parte do município de Nova Friburgo.

Com a elevação de Carmo a vila a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer é desmembrada de Nova Friburgo passando a fazer parte de Carmo.

Em 10 de junho de 1890, ocorre a emancipação político-administrativa de Sumidouro à condição de município, alguns meses após a Proclamação da República, por decreto do Dr. Francisco Portella, governador do Estado do Rio de Janeiro.

Como o acidente físico do sumidouro do Rio Paquequer, por ser tão pouco comum, chamou tanto a atenção dos muitos viajantes que por lá transitavam rumo às Minas Gerais ou inversamente, rumo à Corte do Rio de Janeiro, desde fins do século XVIII, que o significativo acidente suplantou na prática a denominação antiga de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer e passou definitivamente a nomear a região.

O raro e exótico acidente natural era objeto de atenção de muitos visitantes locais e de outras regiões, de forma a merecer até uma parada de trem. Em meados da década de 40, uma grande enchente no rio Paquequer, provocou a obstrução do fluxo das águas por aquela via subterrânea. Permaneceu, entretanto o nome geográfico, como fóssil lingüístico, a nomear o município.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1890 – Sumidouro – Do latim *sumere*, tomar.

Ng simples.
Motivação: hidrotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: sumidourense.

Coordenadas:
-22°02’59” -42°40’29”

Mangaratiba – 1892

A história do município remonta do século XVI, porém somente a partir de 1619 tem início a sua efetiva colonização, quando Martim de Sá, governador do Rio de Janeiro, assentou alguns nativos na sesmaria de seu filho Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

Os primeiros colonizadores quase nada conseguiram fazer, pois viviam sob a constante ameaça dos nativos Tamoios. Martim de Sá lançou os alicerces de um templo dedicado a N. Sª da Guia. Tornou-se curada em 1760 e freguesia em 1809 com o nome de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba. Em 1831, ganha a autonomia administrativa como vila, ganhando foros de cidade em 1929.

O nome Mangaratiba tem origem na existência nas imediações do lugar de muitas plantações de bananas, pois em tupi *mangara* significa ponta da banana, e *tiba*, significa lugar, ou seja, lugar onde existe uma grande abundância de bananeiras ou pés de banana.

Com a cultura do café na região, a cidade tornou-se porto exportador do produto. Devido ao aumento da produção, foi necessária a abertura da primeira estrada de rodagem do país, inaugurada pelo Imperador D. Pedro II com a denominação de “Estrada Imperial".

Mais tarde, com a construção das estradas de ferro foi desviada a produção de café do Vale do Paraíba para o Porto do Rio de Janeiro e por este motivo a região entrou em completa estagnação e decadência, chegando a transformar-se em distrito de São João Marcos em 1892, retomando sua autonomia pouco tempo depois, por mobilização da população.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1892 – Mangaratiba – corruptela de *mamgarã-tyba*, mangarás em abundância, magarazal. Mangarás = banana.

Ng simples.

Motivação: fitotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: mangaratibano.

Coordenadas:
-22°57'35" -44°02'26"

São Sebastião do Alto – 1892

O lugar onde hoje se assenta São Sebastião do Alto era originariamente habitado pelos nativos coroados e goitacás. Com a corrida do ouro para as Gerais, passou a ser um lugar de passagem para os aventureiros que se dirigiam para aquelas plagas.

Foi neste contexto que alguns garimpeiros, que lavravam clandestinamente, se estabeleceram no local fazendo surgir um pequeno povoado, no qual se erigiu uma capela dedicada ao culto de São Sebastião, denominada Freguesia de São Sebastião do Alto, vinculada ao município de Cantagalo.

Passou a constituir um distrito de Santa Maria Madalena, após esta ser elevada a vila. Consegue autonomia político-administrativa em 1891, ganhando foros de cidade em 1929.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1929 – São Sebastião do Alto.
São – Do latim *sanu*. Forma apocopada de santo por efeito de próclise.

Sebastião – Do grego bizantino *sebastokrátõr*, em que se ligam as idéias de respeito e de poder.
Alto – Do latim *altu*. Nutrido, crescido, grande.

Ng composto.
Motivação: hagiotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: altense.

Coordenadas:
-21°57’26” -42°08’05”

São Pedro da Aldeia – 1893

O nome anterior do município era Sapiatiba, e sua área foi desmembrada de Cabo Frio, do qual constituía uma de suas freguesias. A origem da fundação do município deve-se exclusivamente aos jesuítas, pois seu território foi concedido a ordem dos mesmos em 1817, uma sesmaria de duas léguas e meia de terra para a fundação de uma aldeia indígena,a qual os sacerdotes denominaram São Pedro.

Expulsos os jesuítas, por lei emanada do Marques de Pombal, passou a aldeia a ser administrada pelos capuchinhos da província da Conceição do Brasil. Foi elevada a categoria de freguesia em 1795.

Permaneceu como distrito de Cabo Frio, vindo a alcançar sua autonomia em 1890 e ganha foros de cidade apenas em 1929, sem ter alteração em sua denominação, que permanece a mesma desde os tempos dos discípulos da Companhia de Jesus.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1929 – São Pedro da Aldeia.
São – Do latim *sanu*. Forma apocopada de santo por efeito de próclise.

Pedro – Do latim *petru*. Grego *Pétros*, calcado em pedra (grego pétra), tradução de palavra siro-hebraica empregada por Cristo em relação a S. Pedro.

Aldeia – Do árebe *addaya*, com epêntese de *l* por analogia com a forma intacta do artigo.

Ng composto.
Motivação: hagiotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: aldeiense.

Coordenadas:
-22°50'21" -42°06'10"

Bom Jardim – 1893

Este é outro município que servia de passagem para as terras auríferas de Cantagalo, onde ocorriam extrações clandestinas, comandadas por Manoel Antonio, garimpeiro que fazia extrações clandestinas, mais conhecido como Mão de Luva.

Alguns deste aventureiros se fixaram em seu território. Porém apenas a partir do início do século XIX, se tem notícia do primeiro núcleo de povoamento, formado às margens do Rio São José, e em 1857 recebe o predicamento de freguesia com o nome de *São José do Ribeirão*.

Com a criação do município de Cordeiro, em 1891, Bom Jardim é desanexado de Cantagalo, para integrar-se àquele município. O nome Bom Jardim, foi originado pelo fato de que alguns moradores do local, quando ainda se chamava São José do Ribeirão, não permitiram que os trilhos da estrada de ferro de Cantagalo, cruzasem suas terras, com receio que as fagulhas das locomotivas, danificassem suas plantações de árvores frutíferas.

A criação do município de Bom Jardim ocorreu em 1893, sendo esse nome geográfico alterado em 1943 para *Vergel*, a contragosto da população local, que tão logo teve oportunidade, restabeleceu novamente a geonímia anterior - *Bom Jardim* -, fato ocorrido quatro anos depois em 1947, por força das disposições transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

A tentativa de modificar em gabinete, sem consulta à população, o nome geográfico da cidade para Vergel – cujo significado traduz-se como terreno plantado de árvores frutíferas ou pomar - supõe-se que talvez fora uma tentativa de "sofisticar" o nome da cidade, pois a semântica é na prática a mesma de Bom Jardim. A modificação não agradou a população em geral, pois logo após retornou o nome anterior.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1893 – Bom Jardim
Bom – Do latim *bonu*.

Jardim – Do francês *jardin*, de origem germânica.

Ng composto.
Motivação: fitotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: bonjardinense.

Coordenadas:
-22°09'07" -42°25'10"

Cambuci – 1892

O território original onde hoje se assenta o município de Cambuci, era inicialmente habitado pelos nativos Puris, originários da tribo dos coroados, porém somente em 1810, com a concessão de uma sesmaria a família Almeida Pereira, que abrangia toda a zona conhecida ainda hoje por seu nome primitivo de *São Lourenço*, situada no atual distrito de São João do Paraíso, antes conhecido como "Paraisinho", houve o início do povoamento local.

Na história mencionada, outras duas localidades foram devassadas logo após a concessão da citada sesmaria, as quais receberam as denominações de São José de Ubá e Bom Jesus do Monte Verde.

No dia 04 de novembro de 1861, em virtude do progresso verificado no Curato do *Senhor Bom Jesus do Monte Verde*, o governo lançou o Decreto Estadual nº 1203, cujo texto assim diz: "O Curato do Bom Jesus do Monte Verde fica elevado à categoria de freguesia - com os limites eclesiásticos que ora tem, excluída a vertente do Rio Parahyba, compreendida entre as fazendas do Francisco Cruz e Prudêncio José da Silva, seguindo pelo Valão do Padre Antônio até a fazenda Joaquim Alves, a qual vertente passará a incorpora-se ao território da freguesia de São José de Leonissa, e a nossa freqüência pertencerá ao município de São Fidelis".

Passado um ano, por deliberação de 21 de março de 1862, foi criado neste mesmo local o distrito de paz, cujos limites eram os mesmos da freguesia. No período compreendido entre os anos de 1880 e 1890, tiveram

início os primeiros movimentos pela criação do futuro município, com intensa campanha, tendo logrado êxito em virtude da edição do Decreto nº 222, de 06 de maio de 1891, que o denominou de município de “Monte Verde”, com sua sede localizada no Distrito, também chamado Monte Verde.

Este mesmo decreto desmembra o distrito de Cambuci, que pertence à comarca de São Fidelis, integrando-o ao recém criado município de Monte Verde.

Por força da Lei 231, de 13/12/1895, transferiu-se a sede do então município de Monte Verde para a atual localidade de *Cambuci*. Esse nome geográfico foi dado, em virtude da existência de árvores que forneciam frutos conhecidos como cambuci.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1895 – Cambuci – corruptela de *cambú-chi* – fruto feito de duas partes juntas. Alteração de *camucy, camicim, camutim, camoti, caá-mbocy.*

Ng simples.
Motivação: fitotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: cambuciense.

Coordenadas:
-21°34’31” -41°54’40”

São Gonçalo – 1892

O território onde está assentado o município de São Gonçalo, antes de seu desbravamento era ocupado pelos nativos tamoios, que com a expulsão dos franceses em 1567, sendo deles , aliados, procuraram afastar-se dos lusos, deslocando-se mais para o norte da capitania.

Este território só iniciou sua efetiva colonização de fato na primeira metade do século XVII, quando os jesuítas lá ocuparam área considerável, fixando-se num lugar hoje conhecido como Colubandê.

A partir de então foram concedidas diversas sesmarias, e os que as receberam se estabeleceram às margens dos rios Cabuçu, Imboaçu e Guaxindiba.

Dentre estes pioneiros existiu um chamado Gonçalo Gonçalves. Nesta época muitos dos colonizadores desejando homenagear a si próprios denominavam os nomes dos lugares com os nomes do santo que lhe fosse homônimo. Foi o caso, pois Gonçalo Gonçalves erigiu a primeira capela, às margens do Rio Guaxindiba, marcando a colonização da sesmaria, e a Segunda às margens do Rio Imboaçu, com o nome do santo de sua devoção, São Gonçalo D'Amarante, origem do nome do futuro município.

Em 1646, foi alçada à categoria de paróquia, já que, segundo registros da época, a localidade-sede ocupava uma área de 52 Km2 , com aproximadamente 6 mil hab., sendo transformada em freguesia. Visando a facilidade de comunicação, a sede da sesmaria foi posteriormente transferida para as margens do Rio Imboaçu, onde foi construída uma Segunda capela, monumento atualmente restaurado.

Em 1819, São Gonçalo passou a denominar-se Distrito da Vila Real da Praia Grande que compreendia parte dos municípios de Maricá e Itaboraí, incluía, ainda, Itaipu, Piratininga e Icaraí, que hoje são bairros de Niterói.

Em 1890, o distrito de São Gonçalo é emancipado politicamente e desmembrado de Niterói, através do decreto estadual nº 124. Em 1892, o decreto nº 1, de 8 de maio, suprime o município de São Gonçalo, reincorporando-o a Niterói pelo breve período de sete meses, sendo restaurado pelo decreto nº 34, de 7 de dezembro do mesmo ano. Em 1922, o decreto 1797 concede-lhe novamente foros de cidade, revogada no em 1923, fazendo a cidade baixar à categoria de vila.

Finalmente, em 1929, a Lei nº 2335, de 27 de dezembro, concede a categoria de cidade a todos as sedes do município.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1892 – São Gonçalo

São – Do latim *sanu*. Forma apocopada de santo por efeito de próclise.

Gonçalo – Espanhol antigo e portugues. Espanhol atual: *Gonzalo*. Visigótico. *Gundisalvo*: “ álamo (salvo) de guerra (*gundi*) ou “ elfo da terra”. Para J. Piel, do germanico *salwa*, “salvo”. Latim medieval *Gundisalves*. “Salvo na guerra” ou “invulnerável na guerra”. Também em portugues: “Gonçalo”. Santo católico.

Ng composto.
Motivação: hagiotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: gonçalense.

Coordenadas:
-22°49’37” -43°03’14”

Miracema – 1936

A origem do município é creditada aos esforços que uma fazendeira chamada Ermelina Rodrigues Pereira, que por volta de 1846 doou vinte e cinco alqueires de terra, para a construção de uma paróquia dedicada ao culto de Santo Antônio, denominando o local de *Santo Antonio dos Brotos*.

A denominação Miracema surgiu pelo fato da cidade ser incrustada em vasta região serrana, na qual no passado abundavam as madeiras nobres, chamadas madeiras -de-lei de onde os nativos, a partir da embira, parte fibrosa da madeira, da entrecasca, fabricavam artesanatos para caça e pesca:covos, cordas para arcos, redes, dentre outros.

A modificação da geonímia ficou sacramentada pela deliberação de 13 de abril de 1883 do governo da província.

Apenas em 1935 Miracema logra alcançar a autonomia administrativa, com o municípo sendo instalado em 1936.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1935 – Miracema – Corruptela de *Mbyra*(madeira) + *cema*(saída) = a produção de madeiras, o lugar de onde saem as madeiras.

Ng simples.

Motivação: fitotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: miracemense.

Coordenadas:
-21°24’44” -42°11’48”

Bom Jesus do Itabapoana – 1939

A ocupação o território deste município iniciou-se, por volta de 1842, quando chegou às terras onde hoje se acha localizada a cidade de Bom Jesus de Itabapoana, em busca de terrenos virgens adaptáveis aos tratos agrícolas, o mineiro Antônio José da Silva Nenem. Ele procedia de Bom Jesus da Vista Alegre, lugarejo de Minas Gerais, de onde trouxe, em sua companhia, a esposa, dois filhos e alguns empregados, desde logo se dedicando ao desbravamento do local, construindo moradia e fazendo plantações. *Campo Alegre* foi o primeiro nome dado à povoação nascente, em homenagem a Vista Alegre que, para trás, o pioneiro deixara. Um caso de nome geográfico transplantado, pois mais tarde, como pelas proximidades passasse o Rio Itabapoana, foi mudada novamente, agora para *Bom Jesus do Itabapoana*, em recordação ao lugarejo de Minas, Bom Jesus da Vista Alegre, terra natal de Antônio José da Silva Nenem.

Em 1862, o arraial já apresentava grandes progressos, transformado em freguesia com a denominação e *Bom Jesus do Itabapoana.* Em 1890, no período republicano, a freguesia foi elevada à categoria de município, em virtude do progresso que em suas terras se observava por essa época. O Decreto nº 150, desta data, rezava: "Fica criado o município de Bom Jesus do Itabapoana, com os atuais limites tendo por sede a povoação de Bom Jesus de Itabapoana, com a denominação de *Vila de Itabapoana*".

Apenas dois anos vigoraram os termos deste Decreto, pois, em 8 de maio de 1892, um outro Decreto, de nº 1 foi lavrado, suprimindo os municípios de Itabapoana, Monte Verde e Natividade do Carangola. Data desse tempo a campanha de reivindicação encabeçada pelos elementos de maior influência na região. Entre os que mais se bateram por essa causa, são dignos de

menção os nomes de Francisco Teixeira de Oliveira, João Catarino, Jerônimo Batista Tavares e Pedro Gonçalves da Silva. Finalmente, depois de uma luta política cheia de vigor, foi reconquistada a autonomia de *Bom Jesus do Itabapoana*, em virtude do Decreto nº 633, de 14 de novembro de 1938, tendo a instalação do município verificada a 1º de janeiro de 1939.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1938 – Bom Jesus do Itabapoana.
Bom - Do latim *bono*.

Jesus – Latim *Iesus*, baseado no grego *Iesoûs*, do hebraico *Ieshu*, forma contraída de *Ieshua*:"), ou "*Javé* é salvação". Há quem traduza: "*Javé* é auxílio". Como sobrenome vem precedido por *de*.

Itapaboana – Antigamente em outro tempo *Cabapoama*, corruptela de *caba-poama*, as vespas assanhadas ou levantadas.

Ng composto-híbrido.
Motivação híbrida: hagio-zôotopônimo.
Origem étnica composta: portuguesa e povos originários.
Gentílico: bonjesuense.

Coordenadas:
-21°08'02" -41°40'47"

Três Rios – 1939

A história da ocupação deste território encontra-se diretamente vinculada com a do município de Paraíba do Sul, pois só deste se desvinculou em 1938. Foi, na verdade no início um lugar de passagem, pois os que se encaminhavam para as Grais em busca de ouro, por lá passavam, pois fazia parte do Caminho Novo, aberto por Garcia Rodrigues Paes, no início do século XVIII.

O primeiro núcleo populacional que surgiu no local é devido a um fazendeiro chamado Antonio Barroso Pereira, Barão de Entre-Rios, que na Fazenda Cantagalo, de sua propriedade, ergueu uma capela. Formou-se um pequeno povoado no local e mais tarde, os moradores ergueram outra capela, um pouco mais abaixo da primeira, na margem esquerda do rio Paraíba, dedicando-a ao culto de S. Sebastião.

A motivação dessa denominação é uma clara conotação pelo fato do núcleo populacional ter surgido, próximo aos três mais importantes rios que cortavam o seu território: Paraíba do Sul, Piabanha e Paraibuna.

Devido a Lei Geográfica, no início dos anos quarenta o município foi obrigado a mudar a denominação de *Entre Rios* para *Três Rios*, pois existiam mais três municípios brasileiros com essa mesma denominação, fato não permitido pela citada Lei. Esta mudança ocorreu com a edição do decreto 1056.

Em 1938, conseguiu autonomia administrativa, tendo a instalação do município ocorrido em 1939.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1938 – Três Rios.
Três – Do latim *tres*.

Rios – Do latim *riu*, regato, em vez de *rivu* (rio em latim era *flumen*); espanhol *rio*; italiano *rio*; francês antigo *ri, rif, riu, rui*. Corrupção do francês – *ruisseau.*

Ng composto.
Motivação: numerotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: trirriense.

Coordenadas:
-22°07’00” -43°12’33”

Duque de Caxias – 1944

O povoamento da região data do século XVI, quando foram doadas sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, e se confunde com a de São João de Meriti, pois seu território integrava o deste último desde a criação da freguesia de São João Batista do Trairaponga. Em 1568, Braz Cubas, provedor da Fazenda Real e das Capitanias de São Vicente e Santo Amaro recebeu, em doação de sesmaria, 3.000 braças de terras de testada para o mar e 9.000 braças de terras de fundos pelo rio Meriti, cortando o piaçabal da aldeia Jacutinga. Inicialmente os primeiros colonos fixaram-se as margens dos rios Meriti, sarapuí, Iguaçu, Estrela e Inhomirim, ou na orla marítima.

Com um povoamento considerável, em 1637 ergue-se uma capela dedicada ao culto de N. Sª do Pilar, elevada a freguesia nesse ano.

A origem do nome do município é uma homenagem a Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro. O Duque de Caxias nasceu em 25 de agosto de 1803, na fazenda São Paulo, pertencente aos seus avós maternos, da paróquia de Inhomirim, atualmente distrito do município de Magé.

Duque de Caxias foi criado pelo decreto estadual 2.559 de 14 de março de 1931 foi distrito de Nova Iguaçu, até 1943 quando foi elevada a categoria de cidade com essa denominação geonímica, permanecendo até hoje.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1943 – *Duque de Caxias.*
Duque – Do latim *duce*, guia, chefe, general através do grego bizantino *douka*, acusativo de *doúx*.

Caxias - Duque de título nobiliárquico passado, a 23.03.1869, para um membro da família Lima e Silva (v.s.), do Rio de Janeiro.
Foi, anteriormente, Barão de Caxias [18.07.1841], Conde de Caxias [25.03.1845], e Marquês de Caxias [26.06.1852].

Ng composto.
Motivação: axiôtopônimo.

Gentílico: caxiense.

Coordenadas:
-22°47’08” -43°18’42”

Cordeiro – 1944

O inicio do povoamento do município de Cordeiro, ocorreu a partir do estabelecimento da fazenda Cordeiro pertencente ao Sr. Manoel Rozendo de Cordeiro, a partir de 1883, embora anteriormente se acusava a presença de outros colonos que habitavam o lugar, pois o solo era fértil e o clima ameno.

Em 1891 o distrito é elevado a categoria de município, se desmembrando de Cantagalo, mantendo o nome de Cordeiro, em função da existência da fazenda de mesmo nome, como acima explanado. Essa foi a motivação do nome geográfico do novo município que surgia.

Cordeiro, em 1893, foi extinto como município, retornando por essa época a ser distrito de Cantagalo, permanecendo durante meio século destituído de sua autonomia político-administrativa.

Em 1943 restaurou-se esta autonomia, sendo a instalação ocorrida em 01 de dezembro de 1944.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1943 – Cordeiro – Do latim *chordariu*, derivado de *chordu*, tardio ao nascer. Sobrenome portugues, primitiva Alcunha.

Ng simples.
Motivação: antropotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: cordeirense.

Coordenadas:
-22°01’43” -42°21’39”

Porciúncula – 1947

O início do povoamento deste município ocorreu, a partir da doação de dez alqueires de terra, por parte do desbravador José de Lanes, no ano de 1846. Nestas terras foi construída uma capela dedicada a Santo Antônio, a qual deu origem a um povoado, alçado a categoria de arraial com o nome de *Santo Antônio de Carangola*.

Em 1879, a Lei Provincial 2.396 concede ao arraial a condição de freguesia. Em 1879, por observância da referida lei, é criado o distrito de paz. Em 1885, o distrito passa a pertencer ao Município de Itaperuna e, em 1891, ao de Natividade, retornando, no entanto, em 1892, ao primeiro, em cumprimento do decreto que suprimiu a condição de Município ao segundo.

Em 1926, seu topônimo é mudado para *Santo Antônio de Porciúncula* e, mais tarde, em 1983. Por força do artigo 6º do ato das Disposições Organizacionais Transitórias promulgado em 20 de junho de 1947, foi criado o Município de *Porciúncula* como território desmebrando do Município de Itaperuna, constituído da sede e dos distritos de Purilândia e Santa Clara.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1926 – Santo Antonio de Porciúncula.
Santo – Do latim *sanu*.

Antonio – Do latim *Antiniu*, de étimo obscuro, Hilário de Drumumd interpreta como “inestimável” e Benedito Leite como “digno de apreço”.

Do 1947 – Porciúncula.
Porciúncula – De origem cristã; da invocação Nossa Senhora ou Santa Maria da Porciúncula ou dos Anjos. Designava um campo junto a Assis, onde havia uma igreja dessa invocação. Do latim: *portiuncula*: “porçãozinha”. Diminutivo de patio: “porção”.

Ng simples.
Motivação: hagiotopônimo.
Gentílico: porciunculense.

Coordenadas:
-20°57’46” -42°02’27”

Nilópolis – 1947

A origem do território onde hoje está assentada a cidade de Nilópolis, foram as terras doadas a Brás Cubas, no século XVI, quando foram doadas sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, no ano de 1568. Braz Cubas, provedor da Fazenda Real e das Capitanias de São Vicente e Santo Amaro recebeu, em doação de sesmaria, 3.000 braças de terras de testada para o mar e 9.000 braças de terras de fundos pelo rio Meriti, cortando o piaçabal da aldeia Jacutinga.

Nesta sesmaria incluía-se além de Nilópolis os seguintes municípios da Baixada Fluminense: São João de Meriti, Nova Iguaçu, e Duque de Caxias.

Em 1747, no território onde hoje está Nilópolis é construída uma capela que mais tarde é elevada a freguesia com o nome de Freguesia de São João Batista de Meriti, onde surgiu uma grande propriedade rural, conhecida como fazenda São Mateus. Esta fazenda foi propriedade de um padre que atendia pelo nome de Mateus Machado Homem. O padroeiro da cidade surgiu a partir do nome do proprietário.

A origem do nome Nilópolis surge no século XIX, quando com a chegada da trilhos linha férrea como principal meio de transporte, suas margens desertas de vegetação, caíram, em muitos trechos, sobre os leitos, ensejando a formação de pântanos, onde o impaludismo passou a grassar. Na época era Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, o qual liderou uma extensa campanha de saneamento de toda a Baixada Fluminense, abrangendo as terras de São Mateus. O proprietário daquelas terras passa então a chamar as terras de Nilópolis, em homenagem ao presidente do Estado, então em seu segundo mandato.

Em 1947, o distrito, então pertencente a Nova Iguaçu, é desmembrado ganhando foros de cidade, com autonomia poítico-administrativa.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1947 – *Nilópolis – Cidade de Nilo*. Homenagem ao presidente do Estado do Rio de Janeiro, na época, Nilo Peçanha.

Ng simples.
Motivação: antropotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: nilopolitano.

Coordenadas:
-22°48'27" -43°24'50"

São João de Meriti – 1947

A origem do território onde hoje está assentada a cidade de São João do Meriti, foram as terras doadas a Brás Cubas, no século XVI, quando foram doadas sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, no ano de 1568. Braz Cubas, provedor da Fazenda Real e das Capitanias de São Vicente e Santo Amaro recebeu, em doação de sesmaria, 3.000 braças de terras de testada para o mar e 9.000 braças de terras de fundos pelo rio Meriti, cortando o piaçabal da aldeia Jacutinga.

Alguns anos mais tarde em 1644, depois de criada a freguesia de N. Sª do Pilar, em Duque de Caxias, surgiu uma outra povoação, fundada, inicialmente com o nome de *São Batista do Trairaponga*, situada em uma elevação que fica fronteira a baía de Guanabara, logo adiante da foz do rio Meriti. A origem do nome Meriti, é uma corruptela do nome de uma palmeira que os nativos conheciam como *mburiti* e,depois, buriti, muito comum ao longo das margens do rio naquela época.

Só em 1747 voltou a sede da freguesia a localizar-se nas margens do rio Meriti, justamente no lugar onde outrora se erguera o templo que substituíra a capela de Trairaponga, ficando a sua denominação alterada para *Freguesia de São João Batista de Meriti.*

O município passou a distrito de Nova Iguaçu em 1911, em junho de 1947 alcança autonomia político-administrativa como município, desmembrando-se de Nova Iguaçu.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1947 - São João do Meriti.
São – Do latim *sanu*. Forma apocopada de santo por efeito de próclise.

João - Um dos doze apóstolos de Jesus.

Meriti – Palmeira. Parece-se com o buriti, apresentando as folhas em um grande leque, sendo muito ornamental.

Ng composto-híbrido.
Motivação híbrida: hagio-fitotopônimo.
Origem étnica composta: portuguesa e povos originários.
Gentílico: meritiense.

Coordenadas:
-22°48'14" -43°22'20"

Natividade – 1947

A história da colonização das terras que hoje fazem parte do município de *Natividade*, anteriormente chamado de *Natividade do Carangola*, tem o seu início confundido com a história do município de Itaperuna de onde se originou. Os historiadores são unânimes em atribuir o desbravamento da região a José Lannes (ou de Lana) Dantas Brandão que segundo uns autores teria pertencido à Milícia de D. João VI e, segundo outros, teria sido um desertor da força policial de Ponte Nova em Minas Gerais.

Em 1832, 26 de outubro, José Lannes escrevia, do lugar que denominou 'Conceição', ao seu filho Francisco, dando notícias, pedindo recursos e, mais, que fosse feita uma consulta ao amigo 'sargento', em Minas, sobre a possibilidade de legalização da posse das terras que havia ocupado. Voltou José de Lannes, em 1833, à zona que deixara, trazendo de regresso, em sua companhia, índios, escravos e um indivíduo por nome Bambuí, a quem doou as terras que têm hoje esta denominação.

O nome geográfico é referido a natividade de Nossa Senhora, sendo a motivação portanto, relacionada ao hagiológio da Igreja católica Apostólica Romana.

Em 1890 foi criado o município com o nome de *Natividade do Carangola*, tendo posteriormente o nome simplificado para *Natividade.*

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1890 - Natividade do Carangola.
Natividade – Do latim *nativu*.

Carangola – *cará*(inhame) + *angola* (de Angola). *Inhame de Angola*. Os colonizadores lusos conheciam o inhame que plantaram em Angola, na África. Ao encontrarem um tipo semelhante no Brasil (o cará), acharam por bem descreve-lo com o nome de Carangola, o que conformou um hibridismo.

1947 – Natividade. Idem

Ng simples.
Motivação híbrida: hagiotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: natividadense.

Coordenadas:
-21°02’32” -41°58’24”

Conceição de Macabu – 1953

O território deste município fazia parte do município de Macaé, de onde se desmembrou após ganhar a autonomia político-administrativa. A área do município foi cedida pelo governador Martim Corrêa de Sá em 1627, como sesmaria, a um dos sete capitães – Miguel Aires Maldonado - que iniciou o desbravamento daquela porção territorial.

Mis tarde em 1765, outras sesmarias foram cedidas na área, para os colonos Agostinho Álvares Almeida e Manoel Álvares Almeida, os primeiros a se estabelecerem no lugar.

Foi construída uma capela, logo transformada em curado com o nome de Santa Catarina. Quando se transformou em freguesia, o nome foi alterado para Nossa Senhora da Conceição do Macabu. Em 1891 é elevada a vila com o nome de Macabu. Em 1892 volta a ser distrito de Macaé, e somente sessenta anos após em 1952, restaura a autonomia com o nome modificado para *Conceição do Macabu.*

O nome geográfico, deve-se a ocorrência naquele lugar, de palmeiras que davam frutas carnudas e com polpa, chamada pelos nativos *macaba* – coisa gorda carnuda e polposa, de cor arroxeada.

O fato do hibridismo do nome geográfico, ao fazer a junção da língua nativa com os termos do hagiológio católico, deve-se ao trabalho de catequese dos sacerdotes, que utilizando-se da língua gera,l para aproximar os nativos de sua cultura, acabavam por criar os nomes geográficos híbridos, tão comuns no território fluminense. Conceição do Macabu é um dos exemplos dessa asserção.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1953 – Conceição do Macabu.
Conceição – Do latim *conceptione*. Concepção.

Macabu – corruptela de *macab-ú*, a macaba preta, ou arroxeada. *Macaba* = fruta carnuda ou polposa. É uma palmeira.

Ng composto-híbrido.
Motivação híbrida: hagio-fitotopônimo.
Origem étnica composta: portuguesa e povos originários.
Gentílico: macabuense.

Coordenadas:
-22°05’07” -41°52’06”

Mendes – 1953

A cidade de Mendes originou-se de um simples rancho para pouso de tropas, erguido às margens do atalho que ligava a aldeia de Valença com a cidade do Rio de Janeiro, portanto, uma passagem para os que buscavam o ouro das Gerais.

O pequeno aglomerado, de temperatura agradável e solo fértil começou rapidamente a se desenvolver, graças a esta constante circulação de tropeiros que ali passavam, a partir de 1715, quando da abertura do "Caminho Novo do Tinguá", por Garcia Rodrigues Paes. A fixação ocorreu, porém, no alvorecer do século XIX, quando do início da cultura cafeeeira no vale do Paraíba.

O nome do município é creditado, quando a fazenda do Barão de Santa Cruz foi transferida para a família Mendes. A fazenda posteriormente teve os seus limites ampliados, passando a ser conhecida como *Santa Cruz dos Mendes*.

Com a paronímica popular funcionando, bem rápido, passou o lugar a ser denominado *dos Mendes*, e posteriormente simplificado para *Mendes*.

Em 1952 consegue autonomia político-administrativa e a instalação do município ocorre em 1953.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1953 – Mendes – Sobrenome portugues, em vez de Mendez, patrono do mundo. Francês arcaico: *MÊENDIZ, MENINDIZ, MENENDIZ, MEENDIZ* – " Em Portugal há dois ramos de *Mendes*, um dos quais originário da Galiza".

Ng simples.
Motivação: antropotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: mendense.

Coordenadas:
-22°31'36" -43°43'58"

Volta Redonda – 1955

O marco inicial do território de Volta Redonda, foi a partir da demarcação de uma fazenda, denominada Santa Cruz, de propriedade dos jesuítas. Ao galgarem a Serra do Mar, chegaram ao que chamaram de Sertão Bravio. Isto aconteceu em 1727, quando foi dado o início da colonização da área. A ligação, no ano seguinte entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, foi um fator preponderante para o desenvolvimento da região do Vale do Paraíba, onde se encontra a cidade de Volta Redonda. No início da colonização serviu de passagem para os aventureiros que iam a busca de ouro nas Gerais.

O primeiro núcleo populacional se iniciou a partir da instalação de uma fazenda, de propriedade de José Alberto Monteiro, que recebeu uma sesmaria no local. O local inicial da fazenda é onde hoje se situa a Usina da Companhia Siderúrgica Nacional e a Vila Operária, e em 1875 o povoado de *Santo Antonio de Volta Redonda* começa a ter grande impulso, com muitos estabelecimentos comerciais.

A denominação de *Volta Redonda* foi dada em função do Rio Paraíba do Sul, pois a cidade encontra-se construída em torno de uma curiosa curva do rio, quase num semicirculo, origem do pleonasmo que denominou a cidade, pois no dizer de muitos moradores do lugar, uma volta só pode ser redonda, nunca outra forma geométrica qualquer.

Após o declínio da exploração aurífera, houve o desenvolvimento da economia agrária, mormente a cultura do café, que desestruturou-se completamente após 1888 com a extinção do regime de escravidão.

Em 1941 foi o lugar escolhido para a instalação da Usina Siderúrgica Nacional, em plena Segunda Guerra Mundial, marcando o início de um novo ciclo econômico e também a industrialização no Brasil.

Alcança a autonomia político-administrativa em 1954, com o nome simplificado para *Volta Redonda*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1954 – Volta Redonda.
Volta – Do latim *volta*, particípio passado de *volvere*.
Redonda – Do latim *rotundu*.

Ng composto.
Motivação: hidrotopônimo.
Gentílico: voltarredondense.

Coordenadas:
-22°31'23" -44°06'15"

Miguel Pereira – 1956

A história de Miguel Pereira, que possuía as denominações anteriores de Estiva e Barreiro, encontra-se em relação direta com a história dos municípios de Paty de Alferes e Vassouras, retroagindo, dessa forma, ao início do século XVIII, quando da abertura do Caminho Novo de Garcia Rodrigues Paes, com destino as Gerais, e em seqüência a expansão da cultura cafeeira no vale do Paraíba.

Nas últimas décadas do século XIX, a atual área de Miguel Pereira chamava-se *Barreiros*, em virtude dos intransponíveis e desagradáveis lodaçais que se formavam no Vale do Córrego do Saco em épocas de chuvas mais intensas. Para o tráfego dos barões do café, dos plantadores de café, de caixeiros viajantes, etc., foram abertas estradas que ligavam as regiões em torno de Vassouras.

Entre os anos de 1890 e 1920, o povoado passou a ser conhecido como *Estiva*, pelo fato de servir como ponto de muda de cavalos que conduziam as caravanas que vinham de Petrópolis e Minas Gerais pela Estrada do Imperador ou pelo Caminho Novo de Minas, em demanda da Freguesia de Vassouras. Por vezes, essas comitivas atravessavam a Serra do Tinguá e, descendo-a, dirigiam-se ao Porto do Pilar, na Baixada Fluminense, para daí seguir para a capital.

Com a chegada da ferrovia em 1898, a *Estiva* ganhou um notável impulso urbanístico e populacional, verificando-se de imediato um grande desenvolvimento em torno das recém-inauguradas estações de Vera Cruz, Fragoso, Arcádia, Conrado, Governador Portela e, naturalmente, da própria

Estiva, esta ganhando a condição de centro administrativo da chamada Linha Auxiliar da Estrada de Ferro.

Em 1913, o médico e professor Miguel da Silva Pereira fixou residência no Sítio Maria Clara, por ele comprado na *Estiva*. As delícias do clima, as belezas naturais da Serra e a cordialidade do povo do lugar foram amplamente divulgados em todo o estado do Rio, em virtude do intenso trabalho de propaganda feito por esse médico, e, por conseqüência, toda a região experimentou um grande surto de crescimento.

Aos poucos, o povoado passou a ser denominado como a *Estiva do Miguel Pereira* e tal nome acabou sendo consagrado pelo uso. Segundo a divisão administrativa de 1943, o município de Vassouras era formado por 11 distritos, dentre eles Miguel Pereira e Governador Portela. Em 1955, estes dois distritos foram desmembrados para ser criado o município de *Miguel Pereira*. Em 1988 Conrado, também distrito de Vassouras, foi anexado a Miguel Pereira.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1890 – Barreiros – Rocha argilosa.De barro.
1920 – Estiva – de Estivar. Arrumar. Especializou o sentido para arrumar carga em navio.

1955 – Miguel Pereira.
Miguel – Hebraico: “quem *(mikha*) é com Deus (El)? (Daniel, 10:13;12:1).
Pereira – Sobrenome portugues topônimo: “lugar onde há peras ou pereiras”. Os primitivos Pereiras estavam ligados a Casa de Bragança, em Portugal. “ Foi seu solar a Quina de Pereira, donde tomaram o apelido, junto ao rio Ava, em terra de Vernoim”.

Ng composto.
Motivação: antropotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: miguelense

Coordenadas:

-22°27’14” -43°28’08”

Casimiro de Abreu – 1959

O Município de Casimiro de Abreu está situado na Zona da Baixada de Araruama, constituído de terras desmembradas de Cabo Frio e Macaé, datando do início do século XVIII o desbravamento de seu território. O município atual originou-se da antiga aldeia dos índios Guarulho, fundada pelo capuchinho italiano Francisco Maria Táli, no lugar hoje conhecido como Aldeia Velha. Em 1748 foi erguida a primeira capela dedicada à Sacra Família, tendo a povoação nascente recebido, em 1761, foros de freguesia, sob a denominação de Sacra Família de Ipuca, declarada perpétua em 1800. Arruinada a capela, e devido à ocorrência freqüente de surtos de epidemias na localidade, foi a sede da freguesia transferida para junto da foz do rio São João, onde depois se edificou uma igreja consagrada a São João Batista.

Em 1843, o Governo Provincial aprovou a demarcação dos limites da povoação de Barra de São João. Três anos mais tarde, o progresso verificado na florescente localidade era tal, que o governo elevou-a à categoria de vila, com a denominação de Barra de São João, conservando os limites da freguesia em que ela estava colocada.

Por volta de 1880, foi construída a linha férrea, com vistas a levar a Macaé os trilhos da futura Leopoldina Railway. Junto às estações, nasceram os povoados de Indaiaçú, Professor Souza, Rio Dourado e Rocha Leão. Mais tarde, com a decadência da atividade portuária, a sede da comuna foi deslocada ora para Indaiaçú, ora para Barra de São João, até que em 1925 foi fixada em Indaiaçú, que passou a denominar-se Casimiro de Abreu, em homenagem ao famoso poeta brasileiro, nascido naquele local.

Casimiro José Marques de Abreu nasceu na Freguesia da Sacra Família da Vila de Barra de São João, na então província do Rio de Janeiro, no dia 4 de janeiro de 1839, filho de José Joaquim Marques de Abreu e de D. Luiza Joaquina das Neves. Os primeiros tempos de sua vida, a sua “infância querida”, passou-os no torrão natal. Partiu em seguida para Nova Friburgo, onde cursou durante alguns anos o Instituto Freese. Foi aí que, uma tarde, à hora em que na sua casa paterna deviam estar merendando, lembrou-se de

seu lar, viu nele a mãe querida, e então, assaltado pela saudade, chorou e compôs sua primeira poesia.

O município foi emancipado em 1846, elevado a cidade em 1890, mas somente foi instalado em 1959.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Casimiro – Polonês,: "Instituidor, pregador, autor (eslavo antigo *kazati*, ordenar, prescrever, mandar) da paz (*miru*).

Abreu – sobrenome portugues., segundo Lins de Vasconcelos, topônimo, derivado do germânico *"Avredo"*, do gótico *awi-* "(agradecimento, graças) e – *red, redia* "proferir, dar"
Gentílico: casimeirense

Coordenadas:
-22°28'50" -42°12'15"

Paracambi – 1960

Historicamente ligada à Fazenda Santa Cruz, colonizada pelos Jesuítas no final do século XVIII, a freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages foi o primeiro povoado do lugar, transformando-se mais tarde, após a expulsão dos jesuítas, em uma vila. Ali, a agricultura e a pecuária tiveram grande progresso, destacando nesses setores as fazendas dos Bravos, das Antas, da Viúva Jorge e dos Macacos. Nessa última se instalaria, em 19 de dezembro de 1901, pela Lei 536, o 3º Distrito de Itaguaí, denominado Paracambi, no então progressivo povoado de Ribeirão dos Macacos, que na época era caminho obrigatório para Minas Gerais e São Paulo.

O significado de *Paracambi* é macaco pequeno e foi dado em função de já existir o rio dos macacos. A denominação inicial foi dada pelos nativos, em função da grande ocorrência destes animais no rio que existe no lugar. O lugar passou a ser o ponto de descanso dos viajantes e das tropas que subiam a serra, o que contribuiu bastante para seu progresso.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Paracambi – corruptela de *pará+camby* = o macaco do rio. Os nativos individualizavam os diferentes gêneros de macacos, pelo lugar no qual observavam a sua ocorrência. Assim o Paracamby, era o gênero dos macacos que constituíam o seu *habitat,* a beira dos rios da vertente atlântica das serras litorâneas do sudeste brasileiro, em oposição aos gêneros interioranos ou montanheses.

Ng simples.
Motivação: zôotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: paracambiense.

Coordenadas:
-22°36'39" -43°42'33"

Laje do Muriaé – 1963

Por volta de 1832 três homens: José Ferreira César, José Bastos Pinto e Constantino Pinto, dois de origem portuguesa e um de origem luso-espanhola, chegaram a este território, egressos de Muriaé-MG, com suas respectivas famílias.

Ao seguirem o curso do rio Muriaé, em certa altura encontraram uma laje, cuja dimensão quase estrangulava o rio. Neste ponto, pararam para preparar uma refeição. Ao seguirem viagem, ao chegarem mais abaixo, onde hoje é a fazenda do Angola, lugar em que José Ferreira César achou ideal para fixar a sua propriedade, ao se valerem dos utensílios para o preparo da refeição deram por falta de um deles, lembrando-se que então o utensílio teria ficado na laje.

Essa laje daí em diante, passou a denominar o lugar, funcionando também nesse caso a paronímica popular, pois passou a ser comum entre as pessoas do local , aludirem à laje, como local de encontro, transformando-a numa referência territorial. As crescentes alusões à laje, foram determinantes

para a fixação da denominação do nome do futuro município, o qual conseguiu sua autonomia político-administrativa em 1961, sendo instalado em 1963.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1961 – Laje do Muriaé –

Laje – A academia espanhola, deriva o espanhol *laja,* do latim epigráfico *lausia, lausa, lousa.*

Muriaé – corruptela de *Muri* (mosquito)+*Á*(ter)+*Y*(rio) = O rio dos mosquitos.

Ng composto-híbrido.

Motivação híbrida: lito-hidrotopônimo.

Origem étnica composta: portuguesa e povos originários.

Gentílico: muriaense

Coordenadas:

-21°12'23" -42°07'21"

Engenheiro Paulo de Frontin – 1964

Este lugar surgiu em seu início, como um ponto de parada para o rancho dos tropeiros que utilizavam o Caminho Novo com destino as Gerais, a partir de 1715, quando da construção desta via por Garcia Rodrigues Paes.

Com o decorrer dos anos, o ponto de parada passou a ser também um local de comércio de animais de carga e de corte, motivo pelo qual passou a ser denominado Rodeio. Com a construção, por parte dos primeiros habitantes do núcleo populacional que se formava, de uma capela para o culto de Nossa Senhora da Soledade, passou o local a ser conhecido como Soledade de Rodeio.

A partir de 1820, passou a freguesia de Paty do Alferes, incorporando-se a sua jurisdição. Com a extinção do município de Paty do Alferes, em 1833, passou a ser distrito de Vassouras. Com a chegada da ferrovia, passou a distrito em 1872, passando nessa condição por trinta e quatro anos, até ser extinto como distrito em 1906. Em 1938, passa novamente a distrito com a denominação de Soledade de Rodeio.

Em 1946 ganhou a nova denominação de Engenheiro Paulo de Frontin em homenagem a André Augusto Paulo de Frontin, nascido no Rio de Janeiro, engenheiro famoso na cidade do Rio de Janeiro, quando multiplicou o abastecimento de água na cidade em uma semana, façanha que ficou conhecida como "o milagre da água em seis dias". O povo sempre preferiu a antiga denominação de Rodeio.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1820 - Soledade de Rodeio –
Soledade – Do latim *solu*.

Rodeio – Do latim *rotella*.

1946 – *Paulo de Frontin* – Paulo. Do latim Paulus, Paullus: "pequeno". Com dois "ll" é um diminutivo expressivo ou afetivo. Frontin – sobrenome francês, derivado de *front*: "que tem testa larga".

Ng composto.
Motivação: axiôtopônimo
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: fronteense

Coordenadas:
-22°32'59" -43°40'42"

Arraial do Cabo – 1985

A história do município de Arraial do Cabo se confunde com a do município de Cabo Frio, pois Arraial foi distrito de Cabo Frio de 1816 até 1985, quando foi emancipado e transformado em município. Pode-se afirmar que suas origens a própria história da origem do Brasil, pois foi na praia da Rama, hoje denominada Praia dos Anjos, que Américo Vespúcio desembarcou em 1503, e é neste lugar que se inicia o ciclo do pau-brasil, de onde saíram os

primeiros carregamentos para a Europa. Ali nasceu o primeiro negociante de pau-brasil, chamado brasileiro, origem da denominação do próprio país.

O nome do município é derivado da feição geográfica física que caracteriza o lugar: o *Cabo*. Uma quina continental, que se pronuncia para o Oceano, suficiente para caracterizar o local para os que primeiros europeus que por lá aportaram. Cabo Frio foi o nome genérico dado a toda aquela região, denominação dada em função do lugar que embora se caracterize pelas altas temperaturas, possui uma faixa costeira de águas quase geladas, derivados dos ventos que assolam a área, principalmente o Nordeste, em conjunção com uma corrente marinha oriunda diretamente do pólo sul, responsável pelas baixas temperaturas das águas locais.

A palavra *Arraial* surge em função do pequeno povoado que surge, caracterizado como um arraial de pescadores, atividade que até os dias de hoje permanece.

Arraial do Cabo conseguiu a sua autonomia político-administrativa em 1985, depois de renhidos esforços da população local, para o desligamento com Cabo Frio, liderados por Hermes Barcellos, importante político local e idealizador da emancipação.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1985 – Arraial do Cabo.

Arraial – de *Reial*, forma anterior a *real*, *scilicet*, tenda estendido depois ao acampamento onde o rei se achava. O *a* anterior ao *i* vem por influencia do *r*.

Cabo: 1 – Extremidade; do latim *capu* por *caput*, cabeça.

2 - Parte por onde se segura alguma coisa. Do latim: *capulu*, corda.

3 – Medida – Do hebraico *Kab.*

Ng composto.

Motivação: poliotopônimo.

Origem étnica: portuguesa.

Gentílico: cabista.

Coordenadas:
-22°57'58" -42°01'40"

Italva – 1986

O município de *Italva* começou a ser habitada por não nativos – purís - em meados do séc. XIX, por volta de 1850. Seus primeiros habitantes, eram latifundiários que devido a grande extensão de suas propriedades, mantinham a distância de alguns quilômetros entre as suas propriedades, não havendo portanto, nesta época, qualquer indício de vilas ou aglomerações de moradores.

O subsolo do lugar é ricamente alicerçado por incontáveis jazidas de mármore e calcáreo. Por conseqüência, a pouca permeabilidade deste subsolo calcáreo dificultava a absorção das águas das chuvas facilitando a formação de lagoas, aguados, brejos e pântanos. Este fato, tinha a conseqüência de facilitar a proliferação de parasitas, que somado a ocorrência de clima quente e úmido facilitou a ocorrência de epidemias, que dizimaram no passado contingentes de população.

Italva teve as seguintes denominações anteriores: Santo Antonio das Cachoeiras em 1873, Cachoeiras em 1911, Cachoeiras do Muriaé em 1917.

O nome geográfico *Italva* é uma composição entre o termo tupi *Ita*-pedra, com a palavra de origem portuguesa *Alva* – branca. Embora, nessa pesquisa, não tenha sido possível a comprovação, deduz-se que essa denominação deva ter sido um nome criado em gabinete, para caracterizar através da geonímia a ocorrência no lugar, da rocha calcárea branca: o mármore. Ao que tudo indica não se trata de um nome tradicional da língua tupi, os quais os nativos utilizavam desde os primórdios, e sim uma nomenclatura geográfica criada artificialmente em gabinete. Os nativos não possuíam a palavra alva em seu vocabulário.

O anseio pela autonomia político-administrativo, ocorreu apenas na década de sessenta, culminando com a sua efetivação em 1983 com a criação do município de Italva, com essa denominação. Em 1985, é extinto voltando a ser distrito de Campos dos Goytacazes, porém em 1986, novamente é declarado município.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1873 - Santo Antonio das Cachoeiras –
Santo – do latim sanu.

Antonio - Do latim *Antiniu*, de étimo obscuro, Hilário de Drumomd interpreta como “inestimável” e Benedito Leite como “digno de apreço”.

Cachoeiras – De *cachão* e sufixo *eira*.

1911- Cachoeiras - idem

1917 Cachoeiras do Muriaé – idem
- *Muriaé* – corruptela de Muri (mosquito)+Á(ter)+Y(rio) = O rio dos mosquitos.

1986 – *Italva* – O nome geográfico *Italva* é uma composição entre o termo tupi *Ita*-pedra, com a palavra de origem portuguesa *Alva* – branca. Provável criação em gabinete.
Ng composto-híbrido.
Motivação híbrida: lito-cromotopônimo.
Origem étnica híbrida: povos originários e portuguesa.
Gentílico: italvense

Coordenadas:
-21°25’15” -41°41’27”

Paty do Alferes – 1989

A ocupação histórica de *Paty do Alferes* reporta-se ao início do século XVIII, no núcleo do grande *Sertão Bravio da Serra Acima*, onde nasceu a *Roça do Alferes* e se entrelaça com o registro histórico sobre de Garcia Rodrigues Paes Paes, responsável pela abertura do Caminho Novo para escoamento do ouro de Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

O lugar configurava-se como um ponto de apoio, para os tropeiros, soldados e viajantes que por lá transitavam a caminho das Gerais. A origem do nome de Paty do Alferes reporta-se ao início da colonização do lugar, quando por essas terras se estabeleceram dois Alferes de Ordenança: Leonardo Cardoso da Silva e Francisco Tavares. O lugar que era conhecido como a Roça do Alferes, em referencia a posse da terra pelos referidos Alferes (posto militar existente na época), num local onde havia a ocorrência de uma palmeira abundante na região - os patis - que começou a se delinear, às margens do Caminho Novo, o futuro núcleo de povoamento.

Aqui existe uma divergência na grafia da palavra Pati, pois a ABL a grafa dessa forma e o município foi instalado com a grafia Paty. Assim o nome oficial diverge da recomendada pela ABL. Fica a sugestão de possível nome alternativo, a ser avaliado no futuro.

A vila foi criada em 1820, porém em 1833 foi extinta. Durante 150 anos Paty do Alferes foi distrito de Vassouras, recuperando a autonomia político-administrativa apenas em 1987, sendo o município instalado em 1989.

ABL recomenda: Pati do Alferes.
ABF recomenda: Pati do Alferes.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1820 – Paty do Alferes –
Paty – Palmeira. Sua rede serve para tecer redes.

Alferes – Do árabe *alfãris*, cavaleiro, com imala, porta-bandeira.

Ng composto-híbrido.
Motivação: lito-axiotopônimo.
Origem étnica composta: povos originários e portuguesa.
Gentílico: patiense.

Coordenadas:
-22°25’43” -43°25’07”

São José do Vale do Rio Preto – 1990

A povoação dos Sertões do Rio Preto se deve em princípio às proximidades com os caminhos para as Minas Gerais e com o mercado consumidor da então Capital, Cidade do Rio de Janeiro, sendo que em suas origens esteve vinculado a freguesia N. Sª da Piedade de Magé, até 1755 e posteriormente a N. Sª da Piedade de Inhomirim, quando foi alçada a condição de freguesia autônoma.

Servia como via de escoamento da produção das fazendas originárias das antigas sesmarias distribuídas na região que remetiam os seus produtos para o Rio de Janeiro ou para as Minas Gerais. De 1680 a 1813 o estado portugues distribuiu várias sesmarias no em torno do lugar. Servia também como desvio para os carregamentos de ouro que não queriam passar pelos Registros, sonegando os impostos para a coroa portuguesa.

Os primeiros povoados da região do Rio Preto foram constituídos pelas famílias mineiras que atravessavam o Paraíba em busca de novas terras para a agricultura, depois da queda da atividade de mineração. Também vieram os plantadores de café, trazendo a experiência do plantio realizado em outras regiões da Província. Completaria este quadro a presença de colonos portugueses e, a seguir, de italianos.

De acordo com registros históricos São José do Vale do Rio Preto teve as seguintes denominações:

- Povoado de São José da Serra Acima - 1813;
- Freguesia de São José da Serra – 1823;
- Freguesia de São José do Rio Preto – 1825;
- Paranaúna – 1944;
- São José do Rio Preto – 1947;
- São José do Vale do Rio Preto – 1987.

De acordo com a diacronia da geonímia acima, os nomes geográficos do município em tela estiveram sob a influencia da Igreja Católica Apostólica Romana, com exceção de 1944, quando sob a égide da Lei Geográfica o município foi denominado Paraúna, provável denominação realizada em

gabinete, sem consulta a população e não caracterizando nome tradicional exarado dos ativos locais.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1987 – São José do Vale do Rio Preto

São – Do latim *sanu*. Forma apocopada de santo por efeito de próclise.

José – Do hebraico *Iossef*. Formas antigas: *Joseph, Josep*.

Vale – Do latim *Valle*. Era feminino em *latino*, como ainda hoje em italiano; a transformação se deu por influencia de monte, que aparece com vale na locução *por montes e vales*. No onomástico e na toponímia portugueses ainda restam vestígios do feminino: *Valboa, Valpequena.*

Rio – Do latim *riu*, regato, em vez de *rivu* (rio em latim era *flumen*); espanhol *rio*; italiano *rio*; francês antigo *ri, rif, riu, rui*. Corrupção do francês – *ruisseau.*

Preto – deverbial de apertar naturalmente com metátese:perto,preto, appertar vem do latim appectorare, aconchegar de encontro ao peito; ou pletu, cheio. Há muitas controvérsias sobre a etimologia dessa palavra, sem uma conclusão definitiva.

Ng composto.

Motivação: hagiotopônimo.

Origem étnica: portuguesa.

Gentílico: são-josé-vale-rio-pretano

Coordenadas:

-22°09’05” -42°55’28”

Itatiaia – 1989

A história deste município encontra-se intimamente ligada a Resende. Suas terras faziam parte da sesmaria concedida, em 1715, por D. João V de

Portugal, a Garcia Rodrigues Paes pelos relevantes serviços prestados à Coroa. Antes era habitada pelos nativos tamoios, puris e coroados.

Itatiaia foi fundada em 05 de abril de 1839, com o nome de Campo Belo, mas surgiu como povoado em 1832. Antigamente, no século XVII, a região servia de passagem para o ouro vindo de Minas Gerais com destino a Angra dos Reis e Paraty, mas com o esgotamento do ouro passaram a cultivar café e cana-de-açúcar trazendo grandes fazendas para a região.

Em 1838, é declarada curada e filial à de N. Sª da Conceição do Campo Belo, atual Resende, sendo declarada freguesia em 1842.

O nome geográfico Itatiaia surge em 1943, sendo modificada de Campo Belo para Itatiaia a partir do Decreto-Lei Estadual 1056, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro da divisão territorial judiciária e administrativa do estado.Este decreto foi estabelecido sob a égide da Lei Geográfica que vigorava no Estado Novo. O nome cujo significado em tupi é penhasco cheio de pontas, não é um nome geográfico tradicional dado pelos nativos, mas sim criado em gabinete por força da citada Lei.

Alcançou a autonomia administrativa em 1988, tendo a sua instalação ocorrido em junho de 1989.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1988 - Itatiaia – *ITÁ* (rocha,pedra) + *TI* (bico,ponta) + *ÃIA* (dente) = os dentes rochosos ponteagudos. Provável criação em gabinete, por força da Lei Geográfica.

Ng simples.
Motivação: litotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: itatiaiense.

Coordenadas:
-22°29’46” -44°33’48”

Quissamã – 1990

Os primórdios da colonização deste município reporta-se a presença da sesmaria concedida em 1631 a Miguel Aires Maldonado, um dos sete capitães que se instalaram naquele lugar com o objetivo de colonizá-lo. Nesta época a sesmaria possuía esse nome geográfico: Quissamã.

O nome Quissamã foi dado à região pelo Capitão Maldonado, durante uma viagem de exploração em 1632, quando encontrou um grupo de índios e entre eles um negro. O capitão estranhou a presença do negro naquele lugar. Ao indagar quem era ele e como viera parar ali, respondeu-lhes que era forro e da Nação de Quissanã, na África. O fato inusitado, pois à época era muito difícil encontrar negros em terras ainda não exploradas pelos portugueses, acabou por denominar o município de Quissamã. Segundo o Cônsul de Angola, que visitou a cidade, Quissamã é uma palavra de origem angolana que significa "fruto da terra que está entre o rio e o mar" e dá nome a cidade que fica a 80 Km de Luanda, na foz do Rio Kwanza.

É o único nome geográfico de município fluminense de origem africana, tratando-se de um nome transplantado.

Em 04 de janeiro de 1989, o distrito alcançou a sua autonomia, tendo a instalação ocorrido a 01 de janeiro do ano seguinte.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1989 – Quissamã - Palavra de origem de Angola, país do continente africano, que significa "fruto da terra que está entre o rio e o mar".

Ng simples.
Motivação: fitotopônimo.
Origem étnica: angolana.
Gentílico: quissamanense
ABL recomenda: Quissama.
ABF recomenda: Quiçamã.

Coordenadas:
-22°06’24” -41°28’20”

Cardoso Moreira – 1993

A primeira notícia que se tem sobre a efetiva colonização deste lugar foi a concessão de uma sesmaria, em 1754, ao padre franciscano Frei Antonio de São Roque, no lugar denominado “Facão” até o “Cachoeiro” do Rio Muriaé, com o objetivo de catequização dos nativos coroados. Mais tarde uma outra sesmaria foi concedida a Domingos Fernandes Chaves. Estes foram os pioneiros da ocupação daquelas terras.

O distrito, antes de se chamar Cardoso Moreira, teve as seguintes denominações: Taquaruçu e Porto do Braga.

Com a reforma toponímica empreendida em 1944, por força da Lei Geográfica teve o seu nome geográfico alterado para *Cardoso Moreira*, em homenagem ao seu benfeitor, comendador José Cardoso Moreira um dos fundadores da estrada de ferro Leopoldina *Railway*, que passou a servir, a partir de 1878 aos moradores daquele local.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Anterior a 1944 – *Taquaruçu* – corruptela de TAQUARA (bambu) +OÇU (grande) = o bambu grosso. Dessa gramínea fabricam os nativos as laminas de suas flexas de guerra e caça. Também fabricam flautas e estojos para guardar penas de araras e outros pássaros.
1944 - Cardoso Moreira – Cardoso. Sobrenome portugues topônimo. Da expressão *terreno cardoso* ou *chão cardoso*, isto é, “*cheio de cardos*”. Nele se edificaram casas, e o local assim ficou denominado. “Acham-se (os Cardosos) em tempo de el-rei D. Sancho I. É seu solar a Quinta de Cardoso junto a Lamego”. Em espanhol há o sobrenome Cardo. Sancho Garcia Cardo foi o fundador dessa linhagem. Moreira – sobrenome portugues topônimo. Derivado de *Amoreira*: ”*árvore da amora*”. É seu solar em Santa Maria do Moreira, no julgado de Celarico do Basto.

Ng composto.

Motivação: antropotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: cardoso-moreirense.

Coordenadas:
-21°29’18” -41°36’56”

Belford Roxo – 1993

Habitadas anteriormente pelos índios Jacutingas, as terras hoje pertencentes ao município de Belford Roxo, antigo *Engenho do Brejo*, foram assinaladas pela primeira vez no mapa elaborado por João Teixeira Albernaz II em 1566 entre os rios "Merith, Simpuiy e Agoassu”.

Na carta topográfica da capitania do Rio de Janeiro, feita por Manoel Vieira Leão em 1767, aparece claramente nesta região o Engenho do Brejo, que teve em Cristovão Mendes Leitão, desde 1739, um de seus primeiros ocupantes.

Cortado pelo Rio Sarapuí e, como quase toda a Baixada Fluminense, cercado por pântanos e brejais, possuía em sua margem um porto para escoamento da produção: açúcar, arroz, feijão, milho, e aguardente, como lemos na primeira estatística realizada no Brasil, no governo do Marquês do Lavradio, entre 1769 e 1779, mostrando que este engenho fazia parte da *Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga*.

A denominação do município encontra-se relacionada a fato ocorrido no ano de 1888, que ficou conhecido como “Milagre das Águas”. Este ano foi caracterizado por uma forte estiagem, uma das mais longas da Baixada Fluminense. Os mananciais do Tinguá e do Corcovado não supriam a corte e várias soluções foram propostas ao Governo para solucionar a pendência. Dentre estas, a do engenheiro Paulo Frontin e um dos seus colaboradores engenheiro Raymundo Teixeira *Belford-Roxo*, chamou a atenção do Imperador Pedro II, pois em apenas seis dias, os engenheiros prometiam captar quinze milhões de litros para a Corte, o que de fato ocorreu. Nascido no Maranhão em 1838, e em homenagem aos seus serviços prestados, em sua homenagem foi

dado o seu nome ao distrito de Nova Iguaçu criado em 1938, e que ganhou foros de cidade no ano de 1993.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1993 – *Belfort Roxo* – Nome de família com origem francesa, *bel fort* = bela fortaleza.

Ng composto.
Motivação: antropotopônimo.
Origem étnica: francesa.
ABL recomenda: Belfort Roxo.
ABF recomenda: Belfort Roxo.
Gentílico:belford-roxense

Coordenadas:
-22°45'51" -43°23'58"

Guapimirim – 1993

Até o ano de 1990, *Guapimirim* era distrito de Magé. O lugar era habitado até meados do século XVII, como todo o recôncavo guanabarino, pelos nativos tamoios, antes de sua retirada para o sul da capitania, após a derrota dos franceses.

O núcleo principal surgiu, a partir da construção de uma paróquia denominada *Aguapeí-Mirim*, as margens do rio de mesmo nome, e próxima do rio Cernambytyba ou Saranabitiba. A paróquia foi mandada construir pelos sesmeiros Pedro Gago e seu irmão Estevão Gago, arrendatários das citadas sesmarias.

Esse nome geográfico, portanto, possui tradição desde o século XVII, tendo sido batizado pelos próprios nativos, que referiam-se as pequenas cabeceiras dos rios. Seu significado é pertinente às cabeceiras pequenas dos rios; ou ainda o vale pequeno que possui nascentes.

Em 1944, passou a distrito de Magé, assim permanecendo até a sua emancipação em 1990.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1990 – *Guapimirim* – corruptela de *GUAPI* (o vale) + *MIRIM* (pequeno) = o vale pequeno com nascente.

Ng simples.
Motivação: geomorfotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: guapimirinense.

Coordenadas:
-22°32'14" -42°58'55"

Queimados – 1993

No século XVIII, a localidade onde está situado o Município de Queimados fazia parte das terras da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu. Esta foi a última das freguesias do então Município de Iguassu, que era posto ainda pelas freguesias de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu, Santo Antônio da Jacutinga, Nossa Senhora do Pilar e São João de Meriti. A Freguesia de Nossa Senhora do Marapicu, por sua importância econômica, acabou recebendo o titulo de Freguesia Perpétua. Com a expansão da economia cafeeira, em meados do século XVIII, foi construída a Estrada de Ferro D.Pedro II, trazendo mais prosperidade a região.

O projeto inicial desta ferrovia previa a extensão dos trilhos até a Freguesia de Nossa Senhora de Belém e Menino Deus, atual Jacutinga, que chegou a construir um prédio para sediar a estação. Porém, milhares de operários chineses, construtores da estrada, foram vitimados tanto pela malária quanto pela epidemia de cólera, que arrasou toda a Colônia, em 1855. Como a morte dos chineses iria retardar o assentamento dos trilhos, rapidamente foi construída a Estação de Queimados.

A origem do nome do município deve-se a morte dos chineses devido a malária e a epidemia de cólera, uma vez que os chineses tinham por costume queimar os seus mortos. Este costume criou entre os populares, que tinham

que passar pelo local onde os Chineses haviam sido queimados, a seguinte forma de indicar o caminho: "- Vou pela estrada dos queimados", o que acabou por nomear a localidade, caracterizando essa geonímia como um dirrematotopônimo, função da origem advir de uma expressão popular. O município foi emancipado em 1990 e instalado em 1993.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1855 – Queimados – Do Latim *cremare*.

Ng simples.
Motivação: dirrematotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: queimadense

Coordenadas:
-22°42'58" -43°33'19"

Japeri – 1993

O primeiro núcleo de povoamento da área formou-se ao redor da capela dedicada ao culto de N. Sª de Belém e Menino Deus, mandada edificar pelo guarda-mór Pedro Dias Paes Leme em 1762. O local passou a ser conhecido como Belém.

O município aumentou consideravelmente a sua ocupação a partir da chegada da estrada de ferro D.Pedro II da Rede Ferroviária Federal., inaugurada em 1858., posteriormente os trilhos foram estendidos até a estação de Ubá, concedida a exploração da mesma a particulares.

Ao passar a distrito de Nova Iguaçu, a partir de 1952, teve a sua denominação alterada para *Japeri*, que significa aquilo que flutua. O nome geográfico não é um nome tradicional, foi criado em gabinete em função da Lei Geográfica, para diferenciar de outros municípios e cidades também denominados Belém.

Foi elevado a município em 1991 e instalado em 1993.

Figura IX.2 – Mapa de 1858 com o traçado da Estrada de Ferro D. Pedro II, com a denominação antiga de Japeri: Belém. Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1762 – Belém – Sobrenome de origem religiosa. Abreviatura de Maria de Belém.

Motivação: hagiotopônimo.

Origem etnica: portuguesa.

1952 – Japeri – corruptela de *YAPÉ* (superficial) + *R* (eufônico) + *Y* (rio) = o rio raso, em geral em terreno plano. *Yapé* provém de *Y* (água) e *Peba* (plano), superfície plana da água, característica dos rios rasos, cuja água quase não tem ondulações.

Ng simples.

Motivação: hidrotopônimo.

Origem étnica: povos originários.

Gentílico: japeriense.

Coordenadas:

-22°38’35” -43°39’12”

Comendador Levy Gasparian – 1993

Como município do Vale do Paraíba, é mais um que tem a sua formação histórica relacionada a abertura do Caminho Novo, no inicio do século XVIII. A ocupação de seu território foi realizada com a doação de quadras de sesmaria ao próprio responsável pela abertura do Caminho Novo, Garcia Rodrigues Paes, e para Teresa Maria Paes, viúva de Tomé Correa Vasques, agraciada com uma sesmaria no lugar conhecido como Rio dos Bagres.

Foi mandada construir uma capela por Garcia Rodrigues, dedicada a N. Sª do Monteserrate, substituída mais tarde por outra, edificada por Pedro Dias Paes Leme. Foi em torno dessa capela que se formou o primeiro núcleo habitacional do município, no atual distrito de Afonso Arinos.

Próximo dali, numa fazenda denominada Serraria – mais tarde transformada em distrito - num lugar conhecido como Porto de Ericeira, surgiu um outro núcleo de população, onde mais tarde em 1943, com o lugar desfrutando de um certo desenvolvimento, em virtude de algumas indústrias ali estabelecidas. Dentre estas indústrias havia uma tecelagem construída pelo armênio Levy Gasparian.

O distrito de Serraria teve alterado a sua denominação para Comendador Levy Gasparian, em 1963 em homenagem ao aludido industrial. Alcançou autonomia como município nem 1991, sendo instalado em 01 de janeiro de 1993.

Recomendação da ABL: Comendador Levi Gaspariã.
ABF não comenta esse município.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1943 – Serraria – Do latim *serraculu*.

1963 – Comendador Levy Gasparian – Hebraico: “aderir, estar ligado” ou adesão. Nome nativo dado por Lia, esposa de Jacó: “Agora se unirá mais o meu marido”. Gasparian. Gaspar-pesa*: ”kandswar”.* Tesoureiro. Sânscrito: *Gathespa*. “O que ganha para inspecionar. Celta KASPAR: castelão”.

Ng composto.
Motivação: antropotopônimo.
Origem étnica: hebraico.
Gentílico: levi-gasparianense.

Coordenadas:
-22°01’43’ -43°12’18'

Varre-Sai – 1993

As terras do município até o ano de 1833 faziam parte da Capitania do Espírito Santo. O nome do município foi motivado por uma expressão, configurando-se dessa maneira num dirrematotopônimo. O local era um ponto de estadia de tropeiros que se dirigiam em direção às Gerais, um rancho no qual realizavam uma parada para descanso. A proprietária do rancho, uma sitiante chamada Dona Carlota, solicitava que só poderiam se retirar do local se varressem os excrementos de seus animais: “– Só sai se varrer !”. Assim, o rancho ficou assim conhecido como “Rancho do Varre e Sai”. Os tropeiros não pagavam nada pela estadia, e em troca conservavam o lugar limpo.

Com a chegada e fixação dos primeiros colonos, em meados do século XIX, o fazendeiro Felíssimo Faria Salgado, além de doar considerável área de terras de sua propriedade, fez ainda edificar uma capela em louvor a São Sebastião, tendo-se formado ao redor da mesma o primeiro núcleo populacional, embrião da atual cidade de Varre-Sai. Foi elevado a freguesia, em 1879. Em 1890 passa a integrar o município de Natividade de Carangola, e em 1892 passou a fazer parte do município de Itaperuna. Em 1947 volta a fazer parte de Natividade.

Em 1991 consegue a autonomia político-administrativa, tendo a sua instalação ocorrida em 1993.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1991 – Varre-Sai

Varre – Do latim *verrere*. Mudou de conjugação e o *e* átono passou a *a* por influencia do *r*.

Sai – Do árabe *sãís*, moço de cavalariça.

Ng composto.
Motivação: dirrematotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: varre-saiense.

Coordenadas:
-20°55'52" -41°52'07"

Quatis – 1993

Primitivamente habitado pelos nativos da tribo dos puris, o lugar onde hoje está assentado o município de Quatis, demorou muito a ser desbravado, por dois fatores principais: a Serra do Mar e a reação pouco amigável dos nativos puris contra os colonizadores. Somente em 1724, iniciou-se a escalada por ordem do Governador Luis Vahia Monteiro, com a finalidade de abrir um caminho mais curto para São Paulo, o Caminho Novo de Garcia Rodrigues.

Em 5 de março de 1832, Faustino Pinheiro de Araújo e sua esposa, Gertrudes Maria de Jesus, fazendeiros de Guaratinguetá, doaram terras que possuíam na encruzilhada do lugar denominado Quatis, para a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, além de casas de comércio e residência.

O motivo da denominação do município foi devido a grande quantidade de animais existentes no lugar, denominados quatis. O povoado, então, passou a se chamar *Nossa Senhora do Rosário da Encruzilhada dos Quatis*. Essa denominação mais tarde quando da emancipação, foi encurtada para Quatis, permanecendo até os dias de hoje.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1993 – Quatis – Plural do substantivo quati (c1594) ETIM tupi *kwa'ti* 'espécie de mamífero carnívoro', que literalmente significa 'nariz pontudo', segundo o etimologista José Pedro Machado.[12]

Ng simples.
Motivação: zôotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: quatiense.

Coordenadas:
-22°24'26" -44°15'29"

Areal – 1993

A origem do município de Areal encontra-se ligada à de Três Rios, município ao qual pertencia até recentemente. A época de desbravamento da região acha-se ligada ao ciclo do ouro, intensificando-se quando bandeirantes e faiscadores atingiram a foz do Rio Paraibuna, no Rio Paraíba do Sul, na região de Três Rios. O rio Paraibuna nasce em Minas Gerais, O processo de desenvolvimento econômico de Três Rios operou-se graças à introdução da cultura do café no século XIX.

Com a decadência da cafeicultura, porém, as terras foram ocupadas para agricultura de subsistência e pecuária de corte, posteriormente transformada em pecuária leiteira. A partir da inauguração da rodovia União Indústria, em 1858, e, da Estrada de Ferro D. Pedro, em 1867, a região assumiu o papel de importante entroncamento rodoferroviário. Em 1938 o distrito de Entre Rios (atual Três Rios), pertencente ao município de Paraíba do Sul foi desmembrado juntamente com os distritos de Monte Serrat, Areal e Bemposta, formando um novo município. Em 1943 o município de Entre Rios passou a chamar-se Três Rios.

[12] Informação do lexicógrafo Mauro Villar, do Instituto Antonio Houaiss, por correio eletrônico em 13/01/2008.

Em 1992 o então distrito de Areal foi desmembrado de Três Rios, ganhando foros de cidade, sendo a sua instalação ocorrida em 1993.

O nome geográfico *Areal* foi dado em função da existência de uma parada para carroceiros e diligências, formando uma extensão de material sedimentar, que existia as margens do Rio Paraibuna, a qual viria a nomear o lugar. Quando o povo desejava uma referencia territorial para encontros e outras informações referiam-se a porção de areia existente no local, assim pela paronímica popular o lugar ficou conhecido como *Areal*.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1993 – Areal – Do latim *arena*.

Ng simples.
Motivação: litotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: arealense

Coordenadas:
-22°13'50" -43°06'20"

Aperibé – 1993

Originalmente este município era habitado pelos nativos da etnia puris, tendo o início do povoamento de seu território ocorrido, a partir de um trabalho de evangelização realizado pelo padre Antonio Martins Vieira, quando erigiu na sua fazenda denominada "Oratório", uma pequena capela, sob a invocação de Santo Antonio de Pádua. Este foi o primeiro núcleo populacional deste município. Foi distrito de Santo Antonio de Pádua de 1891 até 1992.

A história de colonização de Aperibé, se confunde com a de Santo Antonio de Pádua, pois ambos tiveram desde o início um processo de evangelização único, envolvendo os mesmos catequistas e evangelizadores.

Desde o início da colonização a denominação foi Aperibé, cujo significado em tupi é pito aceso, ou cachimbo. Em 1895, o nome foi modificado para Chave do Faria, até 1943, quando novamente volta a se chamar Aperibé.

O curioso aqui, é que mesmo sob a égide da Lei Geográfica, vigente durante o Estado Novo, ao modificar-se a denominação do município, resgatou-se o nome tradicional pelo qual era conhecido desde os tempos coloniais.

A instalação do município ocorreu em 1992.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Aperibé - ETIM segundo Luiz Caldas Tibiriçá Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi, 1ª ed. 1985 Traço Editora), do tupi apé + -r- + ypé 'ipê do caminho'. [13]

Ng simples.
Motivação: fitotopônimo
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: aperibeense

Coordenadas:
-21°37'15" -42°06'10"

Rio das Ostras – 1993

Inicialmente ocupado por índios Tamoios e Goitacazes, o território que hoje compreende o município de Rio das Ostras (que também foi conhecido como Rio Leripe ou Seripe),era constituído pela sesmarias concedida pelo capitão-mor e governador do Rio de Janeiro, Martin Corrêa de Sá, em 1º de agosto de 1630, aos padres da Companhia de Jesus. A sesmaria tinha como limites o marco inicial da capitania de São Tomé, o rio Seripe - atual Rio das Ostras - ao sul, e o rio Miquié ou dos Bagres, ao norte.

Os jesuítas deram atenção inicial para a construção de um engenho, uma escola e uma pequena capela, ao limite extremo norte da sesmaria a eles concedida, onde hoje se assenta a cidade de Macaé. O limite sul, onde hoje se

[13] Informação do lexicógrafo Mauro Villar do Instituto Antonio Houaiss, por correio eletrônico em 13/01/2008.

assenta Rio das Ostras, foi mais explorado após a expulsão dos jesuítas. Os índios e os jesuítas deixaram suas marcas em obras como a da antiga igreja de Nossa Senhora da Conceição, o poço de pedras e o cemitério. Após a expulsão dos jesuítas no ano de 1759, a igreja foi terminada no final do século XVIII, provavelmente pelos Beneditinos e Carmelitas.

Em seguida, a área deste município foi destinada como sesmaria a Miguel Aires Maldonado, um dos sete capitães, citados na história de colonização de Campos dos Goytacazes. Com a criação do município de Barra de São João, atual Casimiro de Abreu, em 19 de maio de 1846, á área de Rio das Ostras foi desanexada, para a este se integrar.

O nome do município advem do nome do rio que limitava a sesmaria concedida inicialmente aos jesuítas, ao sul, pela grande ocorrência de ostras as margens do referido rio.

Rio das Ostras alcança a autonomia político administrativa em 1992.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1992 – Rio das Ostras

Rio – Do latim *riu*, regato, em vez de *rivu* (rio em latim era *flumen*); espanhol *rio*; italiano *rio*; francês antigo *ri, rif, riu, rui*. Corrupção do francês – *ruisseau.*

Ostras – Do latim *ostrea*.

Ng composto.
Motivação: hidrotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: rio-ostrense.

Coordenadas:
-22°31’37” -41°56’42”

Armação dos Búzios – 1993

Por volta de 1501 e 1502, os portugueses, recém chegados ao Brasil, realizaram uma expedição naval de reconhecimento ao longo do atual território

de Cabo Frio e Búzios, batizando-o com o nome de Baía Formosa. Em 1533, com a divisão das terras brasileiras em Capitanias Hereditárias, a ponta dos Búzios foi incluída na segunda porção da Capitania de São Vicente sem, contudo, ser colonizada. Os franceses, que também excursionavam pela costa brasileira, aproveitaram-se deste fato para traficar pau-brasil com seus aliados, os índios Tupinambás, subgrupo dos Tamoios e primeiros habitantes da região, chegando, inclusive, a realizar uma dezena de viagens, em 1548, e a construir fortalezas e feitorias, da Baía da Guanabara até Cabo Frio. O tráfico do pau-brasil por navios franceses, holandeses e ingleses a partir da ponta dos Búzios, reconhecida como excelente local de proteção devido a suas calmas enseadas, perdurou de 1580 a 1640, durante o domínio da Espanha sobre Portugal.

A aldeia de Armação dos Búzios só surgiu no século XVIII, como uma colônia resultante da pesca da baleia, capturada e tratada na Praia da Armação. Com este fim, as baleias eram arpoadas da ponta da Matadeira, arrastadas até a praia para a retirada das barbatanas, tendo seus esqueletos jogados na praia vizinha que, por este motivo, recebeu o nome de praia dos Ossos.

O nome do município advem da praia chamada da *armação* onde se armavam as redes para pesca de arrastão, e *dos búzios*, pequenas conchas, que existiam em grande quantidade na referida praia.

A denominação de algumas localidades de Armação dos Búzios tem origem no vocabulário indígena: Jeribá ou jerivá é uma palmeira comum na área litorânea, cujos coquinhos são de alto teor nutritivo. Tucum é outra espécie de palmeira litorânea, de cujas folhas são extraídas fortes fibras para a confecção de cordas e redes de pescar ou de dormir.

O município foi desmembrado de Cabo Frio em 1993, quando ganhou autonomia político administrativa.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1993 – *Armação* – Do latim *arma, plurale tantum neutro*; tomado como feminino singular.

Búzios – Caramujo: Do latim *bucinu*, caramujo marinho cuja concha servia de trombeta. Conchas.

Ng composto-híbrido.
Motivação: litotopônimo.
Origem étnica: português-africano.
Gentílico: armaçonense.

Coordenadas:
-22°44'49" -41°52'54"

São José de Ubá – 1993

No final do século XIX, São José de Ubá era conhecida como *Rancho dos Ubás*, pois abrigava os tropeiros, vindos, na maioria, de Minas Gerais. Um dos antigos proprietários desta terra foi o Sr José Bastos Neto (Juca Neto), que posteriormente, doou partes desta terras a São José (padroeiro de pequena capela nesta localidade). Daí, originar-se o nome de São José de Ubá. O ex-distrito de São José de Ubá foi criado pelos Decretos estaduais n.º 01 de 08 de maio e I - A de 03 de junho de 1892.

Pelo Decreto n.º 641, de 15 de dezembro de 1938 passou a denominar-se *Juca Neto*. Posteriormente, por efeito do decreto-lei estadual n.º 1056, de 31 de novembro de 1943, retorna a primitiva denominação de *São José de Ubá*.

As denominações do município, sinalizam para uma forte influência do fazendeiro José Bastos Neto para deixar para a posteridade através dos geônimos do município o poder político que certamente desfrutava no lugar, provavelmente a partir de seus descendentes. É bem sintomático a alteração do nome de município após 1938, para Juca Neto, como era conhecido e o próprio Santo escolhido para a nomeação do município tinha o mesmo nome do referido fazendeiro. Sinaliza para uma artificialidade de homenagem fazendo uso do hagiológio católico, para uma finalidade de antropotoponímia.

Em 1º de novembro de 1993, o projeto de criação do Município de São José de Ubá foi aprovado unanimidade na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 2 de novembro de 1995.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

São - do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.

José – Do hebraico *Iossef*. Formas antigas: *Joseph, Josep*.

Ubá - corruptela *yba-á*, o que tira da árvore, o fruto. Também significa canoa, mas das fabricadas de casca de árvore.

Ng composto-híbrido.
Motivação: hagio-fitotopônimo.
Origem étnica: portuguesa e povos originários.
Gentílico: são-josé-ubaense

Coordenadas:
-21°21'27" -41°56'33"

Seropédica – 1993

Ocupada por indígenas até o século XVII, Seropédica recebeu, no ano de 1718 missionários da companhia de Jesus que vieram morar na fazenda Santa Cruz, que pela sua localização facilitava o acesso à aldeia, mas no ano de 1759 os jesuítas iriam perder o domínio do povoado se retirando e causando uma grande decadência para toda a região, principalmente para a Fazenda Santa Cruz, que somente após um longo período voltou a progredir com a produção de mandioca e cana-de-açúcar.

A introdução do café nesta região trouxe um grande progresso, quando se tornou passagem das tropas que ligavam o litoral ao interior do País, transformando-se numa progressista vila.

O município que possuía terras férteis desfrutou de uma grande vida rural, na qual exportava cereais, café, farinha, açúcar e aguardente.

Após a inauguração da antiga estrada Rio-São Paulo, desenvolveu-se grandes centros, entre eles, alguns núcleos coloniais como Santa Cruz, Piranema e Santa Alice, trazendo de volta ao município um pouco da sua

importância que havia sido perdido após a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil, quando a produção de café do Vale do Paraíba foi desviada para São Paulo.

Após a inauguração da antiga estrada Rio-São Paulo, também teve o início as obras da Escola de agronomia, que hoje é motivo de orgulho para nossa cidade, pois a UFRRJ é uma das maiores instituições educacionais da América Latina.

A motivação do nome geográfico de Seropédica, segundo alguns estudiosos, deriva da sericultura, que é a atividade da criação do Bicho da Seda. Sendo que no ano de 1875, na época imperial, criou-se a 1ª organização Serícola do País, a imperial companhia Seropédica Fluminense.

Seropédica, portanto, é um local onde se trata ou se fabrica seda.

O município foi instalado em 1993.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Seropédica – Neologismo. Do latim: *sericco* ou *serico*, que significa seda + do grego *pais* ou *paidos*, que significa tratar ou consertar. Seropédica : local onde se trata ou se fabrica seda.

Ng simples.
Motivação: zôotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: seropediquense

Coordenadas:
-22°44’38” -43°42’27”

Iguaba Grande – 1997

A colonização das terras, dos atuais municípios de São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, teve início com a catequese dos grupos indígenas realizada pelos missionários da Companhia de Jesus, e com a Fundação da primeira localidade de Cabo Frio. Em 1617, os jesuítas fundaram a Aldeia de São

Pedro, construindo uma capela que se tornou o marco da colonização dessa Área.

O desenvolvimento da aldeia, determinou sua elevação à categoria de freguesia em 1795, recebendo a denominação de São Pedro da Aldeia. Data da mesma época a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, que se tornou padroeira de Iguaba Grande.

A localidade de São Pedro, manteve essa hierarquia durante um século, em razão da supremacia mantida pela cidade de Cabo Frio. A abolição dos escravos, que na maioria dos municípios fluminenses prejudicou a economia local, trouxe mudança das atividades agrícolas para a pesca. Essa rápida adaptação motivou a independência político-administrativa da antiga freguesia de São Pedro da Aldeia, tendo sido desmembrada de Cabo Frio em 1890, como município de Sapiatiba.

Durante um período de meses durante o ano de 1892, o município foi reanexado a Cabo Frio, mas recuperou sua autonomia no ano seguinte, por último sob o nome de São Pedro da Aldeia. A vila somente adquiriu jurisdição de cidade em 1929.

Iguaba Grande alcança emancipação pela edição da Lei nº 2.407, de 07 de junho de 1995, e é instalada em 01 de janeiro de 1997.

Originário, portanto, de São Pedro da Aldeia, o município de Iguaba Grande, em língua tupi significa “água onde se bebe”. O adjetivo Grande, foi incluso nesse nome geográfico, para marcar a identidade diferente em relação à outra Iguaba, a pequena, ou Iguabinha, distrito de Araruama.

O município foi instalado em 1997.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1997 – *Iguaba* – *Y* (água) + *Guaba* (onde se bebe) = água onde se bebe. O bebedouro. Nome de um riacho que deságua na Lagoa de Araruama. A localidade surgiu na foz do riacho.

Grande – Do latim *grande*.

Ng composto-híbrido.
Motivação: hidro-dimensiotopônimo.

Origem étnica: povos originários e portuguesa.
Gentílico: iguaba-grandense.

Coordenadas:
-22°50'21" -42°13'44"

Tanguá – 1993

A história de Tanguá acha-se vinculada à de Itaboraí, o município do qual era sede distrital até 1995. Inicialmente habitada pelos índios Tamoios, a região passou a pertencer á Capitania de São Vicente que, desmembrada, constituiu a Capitania do Rio de Janeiro. Na metade do século XVI, estas terras foram divididas em sesmarias, posteriormente cedidas aos jesuítas, que visavam catequizar os índios.

Em 1962, foi fundada a vila *Santo Antônio do Caceribu*, mais tarde *Santo Antônio de Sá*. Por volta de 1867, uma sesmaria de aproximadamente 9.000 léguas foi doada ao Alferes Henrique Duque Estrada, em retribuição aos serviços prestados à Coroa Portuguesa quando da ocupação da costa africana. Assim, foi construído um casarão na margem direita da estrada que ligava Itaboraí a Rio Bonito, intitulado Solar dos Duques, com casa-grande, uma capela ao lado, um engenho e dependências característica aos demais solares fluminenses. Hoje é o Loteamento Cidade Satélite, onde em 1969, foi instalada a estação terrena de comunicações internacionais via satélite da EMBRATEL.

Há divergências na origem do vocábulo *Tanguá.* Para (NASCENTES, *op.cit.*), significa o vale das conchas grandes, e para (LEONTSINIS, *op.cit.*) o vale das formigas. Não foi possível verificar a verdadeira origem desse nome geográfico.

Por volta de 1880, havia grandes fazendas em Tanguá. Já no período entre 1920 e 1923 foi construída a Usina de Tanguá. Após a instalação da mesma, seguiu-se a constituição de Tanguá como o quinto distrito de Itaboraí.

Alcançou sua emancipação, dada a edição da Lei Estadual nº. 2.496, e instalação em 1º de janeiro de 1997.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

1997 – *Tanguá* – (NASCENTES, op.cit), corruptela *ita-guá*. O vale, baixada dos *itans*, ou conchas grandes. (LEONTSINIS, op.cit.). Tã (formiga)+ Guá (Vale) = Vale das Formigas.

Ng simples.
Motivação: zôotopônimo.
Origem étnica: povos originários
Gentílico: tanguaense

Coordenadas:
-22°43'49" -42°42'51"

São Francisco do Itabapoana – 1993

Em 1536, os territórios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, passaram a integrar a Capitania de São Tomé, ou Paraíba do Sul, concedida a Pero Góis da Silveira.

Esse donatário se estabeleceu na área em 1539, implantando a primeira plantação de cana de açúcar, próximo ao Rio Itabapoana. Em 1630, era fundado o povoado de São João Batista da Paraíba do Sul, atual sede do município de São João da Barra, em função da capela que se construiu as margens do rio Itabapoana, e que veio a ser o núcleo embrionário do futuro município de São Francisco do Itabapoana.

No ano de 1995, São Francisco de Itabapoana se emancipou, desmembrando-se de São João da Barra e tornando-se o maior município do Estado do Rio de Janeiro em extensão territorial.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

São - do latim *sanu* – forma apocopada de *santo*, por efeito de próclise.

Francisco – latim medieval, *Franciscus*, derivado do germânico *Frank* com o sufixo germânico –*isk* (alemão *Fränkisch)*.

Itapaboana – Antigamente em outro tempo *Cabapoama*, corruptela de *caba-poama*, as vespas assanhadas ou levantadas.

Ng composto-híbrido.
Motivação: hagio-zôotopônimo.
Origem étnica: portuguesa e povos originários.
Gentílico: são-francisco-itabapoanense

Coordenadas:
-21°18'07" -40°57'41"

Pinheiral – 1993

As terras, onde hoje está localizado o Município de Pinheiral, tiveram como primeiros habitantes, os nativos da tribo dos Coroados, que até o século XIX, se confrontavam com os primeiros desbravadores brancos. Em 1851 foi construída a Fazenda São José do Pinheiro, propriedade do Barão de Piraí, José Gonçalves de Moraes, que a deixou como herança a seu genro José Joaquim de Souza Breves por testamento.

Esta Fazenda, São José do Pinheiro, foi uma das mais suntuosas e prósperas Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense, e foi a origem da denominação do município, devido à existência de pinheiros nos domínios da fazenda.

A fazenda não era uma simples habitação da roça, mas um palácio elegante e suntuoso como qualquer palacete da Corte. Erguida na colina cercada de montanhas, voltada para águas do Rio Paraíba do Sul, ostentava um magnífico jardim ao seu redor. Duas escadarias de mármore, laterais, levavam à varanda em frente a sala de espera, adornada com retratos de suas majestades, o Imperador e a Imperatriz, obras do pintor Cramaelstan, algumas gravuras de Horácio Vernet, mobília e objetos de decoração de apurado bom gosto.

Em 1870, com a chegada do transporte ferroviário, surgiu a Estação de Pinheiro, em terras doadas pelo Comendador. Ao seu redor, pouco a pouco foram surgindo algumas moradias. Era o início da Vila Pinheiro.

O primeiro passo para a emancipação político-administrativa foi dado em agosto de 1991, quando o deputado estadual Antonio Francisco Neto encaminhou à presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, um ofício propondo a realização de um plebiscito. Uma comissão liderada pelo Dr. Aurelino Gonçalves Barbosa deu início ao movimento de emancipação.

Em 23 de maio de 1995 a Assembléia Legislativa votou o Projeto de Lei nº 2055.

Em 13 de junho de 1995 o foi sancionada a lei nº 2408, tornando Pinheiral um novo município.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Pinheiral – Do latim *pinu* e sufixo *eiro*. Cortesão deriva do. b. lat. *piniariu*. A derivação se deu depois que o pinho passou a significar *madeira de pinheiro*.

Ng simples.

Motivação: fitotopônimo.

Origem étnica: portuguesa.

Gentílico: pinheiralense

Coordenadas:

-22°30'46" -44°00'02"

Porto Real – 1993

A ocupação e o povoamento do território onde hoje estão Porto Real, Resende e Itatiaia ocorreram em conseqüência do ciclo do ouro, nos séculos XVII e XVIII, com a chegada dos bandeirantes e aventureiros que se interiorizavam em busca das Minas Gerais.

A colonização definitiva, porém, só foi efetivada em 1744, com a chegada dos lavradores que se estabeleceram na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, em área próxima onde atualmente está a localidade de Agulhas Negras. Esse núcleo foi a origem do município, em 1749, com sede no arraial de Campo Alegre, hoje Resende. O grande surto econômico, durante o

período imperial provocado pelo cultivo do café, fez com que o povoado prosperasse.

A origem do nome de *Porto Real*, em especial, está na constante presença da Família Real, que costumava fazer uma parada no lugarejo nos períodos de veraneio, quando chegava de Petrópolis. A Família Real era abrigada na mansão de Conde Wilson, localizada na região. A viagem era feita de trem até o povoado de Floriano, depois eles subiam de barco o Rio Paraíba do Sul até a mansão e o desembarque ocorria em um pequeno porto às margens do rio. Devido à existência deste porto e à presença do Imperador na região, surgiu o nome de Porto Real. O imperador D. Pedro II, por sua vez, passou a utilizar o Porto Real como ponto de parada e descanso durante suas viagens, onde mantinha duas casas e um pequeno balneário.

A colônia continuou crescendo, tornando-se Porto Real o distrito mais importante do município de Resende. Em 5 de outubro de 1995, foi realizado um plebiscito, onde a população decidiu pela emancipação do município. A criação do município foi oficializada em 28 de dezembro do mesmo ano, com a assinatura da Lei 2.494.

A etimologia do nome, sua motivação e etnia seguem-se:

Porto Real – *Porto* – Do latim *portu*.
Real – Do latim *regale*. De rei.

Ng composto.
Motivação: hidrotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: porto-realense

Coordenadas:
-22°25’11” -44°17’25”

Carapebus – 1993

De acordo documentos da Paróquia de N. S. da Conceição de Carapebus, Terra das Içaras era nome de duas fazendas ligadas, em território

dos distritos de Carapebus e Quissamã. Medindo 1.360 braças de comprimentos por 40 de largura, a parte dos distrito de Carapebus teria sido dada à Paróquia por Tomás de Carvalho, enquanto a outra teve como doador um certo Manoel Gregório, que o fizera com "as condições de os doze escravos que possuía ficassem nas terras cm obrigação de dar 2 patacas (antiga moeda de prata de valia 320 réis) por ano à santa (Nossa Senhora da Conceição).

A região das Terras das Içaras, conforme documentos, tinham nas inícios nas dunas junto ao mar, à direita de quem vai, entre a Lagoa de Carapebus e o mar, medindo 40 braças de largura passava o Canal e a linha férrea e ia, em linha reta, até a divisa de Conceição de Macabú. Segundo o historiador Elbe Tavares de Almeida "Lendas surgiram em torno de tesouros escondidos nas Terras das Içaras, destacando-se a fazendeira Ana Francisca da Rocha, senhora de mais de cem escravos. De acordo com a histórias de antigos moradores da região, o doador das terras, Tomás de Carvalho, seria tão rico em seus pertences de jóias e dinheiro em ouro e prata que, de tempos e tempos, costumava despejar as arcas no terreiro para conferir e mandava duas escravas de confiança passar panos molhados em vinagre".

A história do nome de Carapebus, segundo Elbe Tavares de Almeida, é que esta denominação teve origem na passagem dos sete Capitães quando de suas viagens de exploração, no século XVII , "O certo é que pernoitaram à margem da Lagoa e comeram peixe gostoso, carapeba da lagoa, e deram o nome ao lugar de Carapebus, que é quase todo nome de peixe com a desinência "us", qualificativo da língua dos indígenas goitacazes, que quer dizer "boas"ou "bom".

Carapebus – corruptela de *acarapeba*. Acará miúdo, inferior, peixe escamoso de água doce, comuníssimo nos rios do Brasil.

Ng simples.
Motivação: zôotopônimo.
Origem étnica: povos oroginários.
Gentílico: carapebuense

Coordenadas:
-22°11’14” -41°39’40”

Macuco – 1993

A história desse município encontra-se intimamente ligada a história do município de Cordeiro e a construção da linha férrea que, em 1860, foi construída por Antonio Clemente Pinto, conhecido como, Barão de Nova Friburgo, unindo suas fazendas cafeeiras Boa Sorte, Gavião e Laranjeiras, localizadas na região conhecida como sertões do Macuco, de forma a facilitar o escoamento das grandes safras para o Rio de Janeiro.

A ligação das três fazendas do Barão através dos trilhos chamou a atenção do Senhor Bernardo Clemente Pinto, que resolveu tomar para si a responsabilidade da construção de outro ramal férreo dividido em três seções: de Vila Nova a Cachoeiras; de Cachoeiras a Nova Friburgo e de Nova Friburgo a Cantagalo. E foi sob esse imenso veio de progresso que nasceu o povoado de Macuco. Levados pelo alto valor das terras da região, muitos cafeicultores fixaram fazendas nos limites a margens do rio Macuco e Negro.

O perímetro urbano, entretanto, começou a intensificar-se com a abertura do tráfego da Vila de Nova Friburgo à Macuco, em setembro de 1876, com a extensão de 70.000 metros. Em janeiro desse mesmo ano, foi ligado a essa linha tronco, na estação de Cordeiro, o ramal partindo da cidade, com 6.600 metros. O trem, em agosto de 1883, vinha de Niterói passava por Cordeiro e ia ao ponto terminal em Macuco.

A motivação do nome é advinda da existência naquele território de uma ave que os nativos chamavam macuco, devido ao seu físico bastante robusto e significa: coisa de muito comer. É um nome tradicional, pois o lugar assim é conhecido desde os tempos primórdios de sua colonização. O distrito subordinado a Cantagalo foi criado em 1890, alcançando foros de cidade com autonomia político-administrativa a partir de 1995.

Macuco – Coisa de muito comer, nome dado pelos nativos como alusão ao avantajado físico de uma ave, assim chamada pelos mesmos.

Ng simples.
Motivação: zôotopônimo.
Origem étnica: povos originários.
Gentílico: macuquense

Coordenadas:
-22°11’14” -41°39’40”

Mesquita – 1993

No século XVI, a cidade de Mesquita era habitada por *jacutingas*, apelido dado aos nativos pelos colonizadores. Do tupi yaçu.

Acredita-se que o nome possivelmente surgiu porque se enfeitavam com penas de jacu branco (um tipo de ave parecida com a galinha e muito comum na região naquela época).

A decadência dos jacutingas começou quando passaram a participar, junto com outras nações indígenas, de um movimento chamado Confederação de Tamoios. O motivo deste movimento foi a revolta dos índios diante da ação violenta dos portugueses, provocando mortes e escravidão.

Na língua do Tupinambás "Tamuya" quer dizer "o avô, o mais velho, o mais antigo", por isso essa Confederação de chefes chamou-se Confederação dos Tamuya, que os portugueses transformaram em Confederação dos Tamoios.

A guerra entre índios e portugueses, seguida de doenças, contraídas pelo contato com o branco, dizimou centenas de índios, que lutaram para resistir à escravidão. O bairro de Jacutinga é o único em toda a Baixada Fluminense que ainda preserva a memória dos valorosos indígenas. Fazendo uma viagem de volta ao tempo descobriremos que nossas terras já foram verdes, laranjas: verde dos canaviais, depois a cor que passou a predominar foi a dos laranjais. Por volta de 1700 um engenho já funcionava na descida da Serra da Cachoeira, produzindo açúcar e aguardente com mão-de-obra escrava.

O engenho era situado onde hoje temos o Parque Municipal e seu proprietário era o Capitão Manoel Correa Vasques. As terras de Cachoeira

passaram por vários donos, até que foram parar nas mãos de Jerônimo José de Mesquita, o primeiro Barão de Mesquita, e, mais tarde, nas mãos de seu herdeiro, Jerônimo Roberto de Mesquita, que viria a ser o segundo Barão de Mesquita.

O nome geográfico é uma homenagem a Jerônimo José de Mesquita, primeiro Barão de Mesquita, Diretor do Banco do Brasil, presidente da Associação Comercial de São Mateus (atual Nilópolis), e proprietário da Fazenda São Mateus.

O município foi instalado em 2001.

Mesquita – (Sobrenome e origem geográfica. Nome de povoação em Portugal. De mesquita substantivo comum, por alguma lá existente, por Ventura. A procedência desse nome advém da história da família de cinco irmãos da família Pimentel, nascidos em Vila Real, que acompanharam D. Afonso V, rei de Portugal na tomada de Arzila. Havendo-se recolhido alguns mouros a uma mesquita, onde não se podia entrar, tiraram os contos, e atando-se uns aos outros, os cinco lograram escalar os muros da mesquita, dando assim entrada aos cristãos, que tomaram a mesquita e mataram os mouros. Receberam disto o sobrenome dado pelo rei. O seu brasão de armas alude ao feito).

Ng simples.
Motivação: antropotopônimo.
Origem étnica: portuguesa.
Gentílico: Mesquitense.

Coordenadas:
-22°46’57” -43°25’43”